

FERNANDA FERREIRA BELO RODRIGUES

**As mudanças no mundo do trabalho e a ação sindical dos
trabalhadores em educação**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

GOIÂNIA 2006

FERNANDA FERREIRA BELO RODRIGUES

**As mudanças no mundo do trabalho e a ação sindical dos
trabalhadores em educação**

Dissertação apresentada à Banca examinadora do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, sob a orientação da professora Dr^a Ângela Cristina Belém Mascarenhas.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
GOIÂNIA - 2006

Banca Examinadora

**Prof^a.Dr^a. Ângela Cristina Belém
Mascarenhas - UFG**

Prof^a.Dr^a. Silvia Rosa Silva Zanolla - UFG

Prof^o. Dr. José Maria Baldino - UCG

Goiânia, setembro de 2006

AGRADECIMENTOS

Para o desenvolvimento e conclusão desse trabalho de pesquisa contei com a colaboração de inúmeras pessoas, as quais passo agora a agradecer.

Primeiramente meus agradecimentos são para minha orientadora, Dr^a. Ângela Cristina Belém Mascarenhas, pelos encaminhamentos de estudos e orientações durante o curso de mestrado e o desenvolvimento da pesquisa e da produção da dissertação. À professora Dr^a. Silvia Rosa Silva Zanolla, integrante do Programa de Pós-Graduação/UFG e à professora Lúcia Helena Rincon Afonso, da Universidade Católica de Goiás, que fizeram parte da banca de qualificação e cujas observações muito contribuíram para a finalização desse trabalho.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG, sobretudo aos professores com os quais tive oportunidade de participar das disciplinas oferecidas. Ao corpo discente, colegas que participaram comigo das disciplinas ministradas durante o curso de mestrado.

Aos professores vinculados à Secretaria Estadual de Educação de Goiás, atuantes nas duas escolas pesquisadas e que participaram dessa pesquisa, por meio de entrevistas.

Ao atual presidente do Sintego, professor Domingos Pereira da Silva, à professora sindicalista Stela Mares Stival, à secretária Dinair Pereira Duarte Furtado e à professora e ex-sindicalista Genivalda Araújo Cravo dos Santos, que gentilmente concederam entrevistas sobre o Sintego. À Ana Maria, secretária geral do Sintego, que educadamente viabilizou meu acesso ao Arquivo do Sintego e disponibilizou documentos e demais materiais necessários à realização dessa pesquisa. À secretária Marinês, bem como aos demais funcionários do Sintego, que dispensaram grande atenção comigo, durante o processo de análise documental.

Também quero agradecer aos trabalhadores do Arquivo Total, que me auxiliaram durante a seleção de documentos do Sintego.

Por fim, agradeço à minha família, pela atenção e apoio em todos os momentos desse trabalho.

Esse trabalho é dedicado à meu Pai (*in memoriam*) e à minha Mãe, pais muito amados, que sempre apoiaram, incondicionalmente, meus empreendimentos na direção de trabalhar, de estudar e de lutar contra os ‘determinismos’ da vida.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a ação sindical dos trabalhadores em educação a partir da reorganização do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás – Sintego, entre os anos de 1988 e 2004. Busca-se nessa análise compreender como têm estruturado as ações sindicais do Sintego relativas à garantia do fluxo das lutas trabalhistas presentes no curso das mudanças vivenciadas no mundo do trabalho e inseridas na conjuntura das políticas inspiradas nas concepções neoliberais.

A ação sindical dos trabalhadores em educação em Goiás tem sido efetivada no contexto de uma sociedade regida pela lógica do capital, onde a luta sindical tem enfrentado grandes desafios para garantir o mais elementar e defensivo direito da classe trabalhadora: o direito ao trabalho, ao emprego. Nesse sentido, considera-se para a análise dessa problemática, o debate atual sobre as alterações que vêm ocorrendo, em nível mundial, no sistema capitalista de produção e no mundo do trabalho, assim como as discussões sobre a organização política e sindical no Brasil e em Goiás. Nesse sentido, recorre-se à Antunes; Bhir; Boito Junior; Marx; Mascarenhas; Mészáros; Rodrigues; Oliveira, A.; Oliveira, D.; entre outros, como referenciais teóricos para dar sustentação à essa análise. A metodologia utilizada nesse trabalho refere-se às propostas de pesquisa qualitativa, utilizando-se o método de coleta de dados, análise documental e entrevistas com dirigentes sindicais e com trabalhadores em educação pública em Goiás.

Palavras-chave: Mudanças no mundo do trabalho, sindicatos, trabalhadores em educação e Sintego.

Abstract

This studying has objective to analyze the union action of workers in education from the Union of Works in Education of Goiás – UWEG (Sintego), between 1988 and 2004. The search in analyzing and understanding how is structured the union action of UWEG (Sintego) in relation to the guarantee of flow of the worker fight presented in the way of the challenges lived in the working world and inserted in the political conjunctures inspired in new-liberal conceptions.

The union of workers in Goiás has been affected in a context of a society guided by the capital logic, where the union fight has faced great challenges to guarantee the most elementary and defensive fight to the workers classes: the right for work, employment. This way, considering these problems and analyzes, the actual debate that has been accruing, in a worldwide level, in the capitalist system of production and in the work word, like the discussions about the union and political organization in Brazil and Goiás. This way, looking of Antunes; Bhir; Boito Junior; Marx; Mascarenhas; Mészáros; Rodrigues; Oliveira, A; Oliveira,D, and so on, as theory resorts of supporting these analyzes. The methodology used in this study refers to proposes of a considerable research, using the method of colleting information; documental analyzes and interviews with union leaders and works in a public education in Goiás.

Key words: Changes in the working word, unions, workers in education and Union of Works in Education of Goiás – UWEG (Sintego)

LISTA DE SIGLAS

ABI - Associação Brasileira de Imprensa
AGANP – Agência Goiana de Administração e Negócios Público
ANAMPOS – Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais
ANDES – associação nacional dos Docentes do Ensino Superior
AOEG - Associação dos Orientadores Educacionais
ASSUEGO – Associação dos Supervisores do Estado de Goiás
CEE - Conselho Estadual de Educação
CGT –Central Geral dos Trabalhadores
CLT – Contrato das Leis Trabalhistas
CNTE – Confederação nacional dos Trabalhadores em Educação
CONCLAT – Conferencia Nacional das Classes Trabalhadoras
CONCUT- Congresso Nacional da CUT
CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas
CPB- Confederação dos Professores do Brasil
CPG – Centro de Professores de Goiás
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos e Sócio-Econômicos
ENCLATE – Encontro Estadual das Classes Trabalhadoras
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI – Fundo Monetário Internacional
LDB –Lei de Diretrizes e Bases da educação
INEP – Instituto Nacional de Pesquisas e Educacionais Anísio Teixeira
MEC – Ministério da Educação e Cultura
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PDV – programa de Demissão Voluntária
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência,
SINTEGO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás
OAB - Organização dos Advogados do Brasil
OMC – Organização Mundial do Comércio
UNDIME - União Nacional dos Municípios
CONSED - Conselho Nacional de Secretarias de Educação

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Congressos do Sintego

Tabela 2 - Plano de Lutas do Sintego/1988

Tabela 3 – Plano de Lutas do Sintego/ 1997

Tabela 4 - Programa de Governo do PSDB(2000-2003/2004-2007)

Tabela 5– Projetos de Educação do Governo do PSDB(2000-2003/2004-2007)

Tabela 6- Demonstrativo de receitas do Sintego/2001

Tabela 7- Percentual de Avaliação dos Professores sobre os Convênios do Sintego

Tabela 8- Percentual de Avaliação dos Professores sobre a Representatividade Sindical

Tabela 9 - Percentual de Professores Filiados ao Sintego que aprovam as greves

Tabela 10- Percentual de Professores Não Filados ao Sintego que aprovam as greves

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------|----|
| RESUMO | 06 |
| INTRODUÇÃO | 12 |

CAPÍTULO I - AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E AS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS DOS TRABALHADORES

| | |
|---|----|
| 1.1. A reestruturação produtiva e as mudanças na organização do trabalho..... | 24 |
| 1.2. Reestruturação produtiva e as repercussões na organização político-sindical dos trabalhadores..... | 47 |
| 1.3. As ações político-sindicais dos trabalhadores no contexto da mudança: mudança controlada?..... | 67 |

CAPÍTULO II - O PARADIGMA NEOLIBERAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO SINDICALISMO DOS TRABALHADORES

| | |
|--|-----|
| 2.1. Neoliberalismo, Estado e a ação sindical dos trabalhadores..... | 81 |
| 2.2. O movimento sindical brasileiro a partir da década de 1990: um (re)ordenamento fragmentado? | 104 |
| 2.3. A configuração da prática sindical dos trabalhadores em educação de Goiás na década de 1990 | 124 |

CAPÍTULO III - O SINDICATO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO EM GOIÁS - SINTEGO: CONFORMAÇÃO OU RESISTÊNCIA ÀS IMPOSIÇÕES NEOLIBERAIS DA DÉCADA DE 2000?

| | |
|--|-----|
| 3.1. A reestruturação do Sintego no contexto da reforma administrativa do Estado de Goiás..... | 162 |
| 3.2 A definição de concepções e propostas do Sintego na década de 2000..... | 181 |
| 3.3 O Sintego na conjuntura neoliberal: sua filiação à CUT e à CNTE e sua incursão pela via política-partidária..... | 201 |

| | |
|--|-----|
| 3.4. A politização da luta dos trabalhadores em educação de Goiás: a consciência política sindical e a relação Sintego - base..... | 218 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 244 |
| REFERÊNCIAS | 253 |

INTRODUÇÃO

A promulgação da Constituição Federal brasileira, em 1988, representou um marco histórico para o servidor público civil ao exibir em seu texto, precisamente no Artigo 8, o direito de livre associação profissional ou sindical. É nesse período que, no cenário goiano, o CPG – Centro de Professores de Goiás, apresentando uma longa história de luta sindical se adequou à regulamentação, designando-se então Sintego - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás -, incorporando em sua representatividade todos os trabalhadores em educação pública do estado de Goiás e da rede municipal de Goiânia. No decorrer desse processo de organização sindical pós Constituição Federal, o Sintego já nasceu filiado à Central Única dos Trabalhadores - CUT, e à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE.

A preocupação do Sintego com a temática envolvendo as mudanças no mundo do trabalho está presente em todos os Documentos-base orientadores dos Congressos Estaduais de Educação realizados pelo Sintego ao longo dos anos finais de 1988 até 2004. As análises dos Documentos-base do Sintego revelaram que o mesmo tem um projeto político-estatutário defensor da integração da luta sindical dos trabalhadores em educação com a luta dos demais trabalhadores brasileiros, como forma de fortalecer a luta sindical em âmbito nacional, diante das mudanças no mundo do trabalho e para isso define a “tarefa de avançar na unidade dos trabalhadores da educação de Goiás e da classe trabalhadora em geral, lutando por sua independência econômica, política e organizativa” (Estatuto do Sintego, Artigo 3º).

Partindo da preocupação com as mudanças na organização do trabalho e com os desdobramentos dessas mudanças nas ações dos trabalhadores em educação, esse trabalho de pesquisa investigou a ação sindical dos trabalhadores em educação de Goiás, construída pelo Sintego, a partir da promulgação da Constituição Federal brasileira, em 1988 até os anos de 2004. Esse trabalho compõe as discussões da linha de pesquisa Educação, Trabalho e Movimentos Sociais do Mestrado em Educação da UFG. Como essa linha de pesquisa comporta diversificadas concepções teóricas e variadas possibilidades de estudos, o recorte teórico-metodológico adotado nesse trabalho insere-se na temática Educação e Trabalho. E

dentro desse recorte temático, os questionamentos a respeito de como as mudanças no mundo do trabalho estão afetando a vida dos trabalhadores e dos trabalhadores em educação, indicaram a necessidade de conduzir a investigação delimitando a especificidade do trabalho do professor.

Para a realização desse trabalho, a metodologia utilizada buscou explicitar a questão fundamental relacionada ao processo de (re)organização da ação sindical dos trabalhadores em educação em Goiás, a partir de 1988. Considera-se que não há como captar a totalidade das ações desencadeadas pelas práticas sindicais construídas a partir da luta de classe, por meio do confronto das relações de poder que se constroem no dia-a-dia do trabalho e do descanso, mas acredita-se que algumas características marcantes e recorrentes reveladas nas práticas das organizações sindicais permitem realizar um estudo analisando as principais tendências políticas majoritárias e seus desdobramentos na construção e na realização do movimento sindical dos trabalhadores.

Nesse sentido, para desenvolver esse trabalho foi feita a opção pelo método de pesquisa qualitativa porque “a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”, onde não ocorre qualquer manipulação intencional do pesquisador com o objeto a ser pesquisado, recorrendo ao estudo de caso com uma variedade de fontes de informações (André e Ludke, 1986).

Com a delimitação do caso definido pela proposta de investigar a ação sindical dos trabalhadores em educação em Goiás, no período de 1988 à 2004, alguns elementos de investigação foram selecionados e utilizados, sendo eles, a análise documental, a observação participante¹ e entrevistas semi-estruturadas² com dirigentes e ex-dirigentes sindicais e, com professores atuantes nas escolas pesquisadas. O cenário de realização da pesquisa refere-se ao ambiente e à situação em que se processa a construção do movimento sindical em Goiás, ou seja, junto ao Sintego, ao seu sistema de arquivos e em duas escolas públicas goianas, onde atuam os professores que participaram dessa pesquisa.

¹ Observação participante consiste no fato de que há um esclarecimento prévio da intenção do pesquisador e dos objetivos do estudo junto aos envolvidos na pesquisa (André e Ludke, 1986).

² Uma das principais técnicas de trabalho de pesquisa é a entrevista. Durante o processo de entrevista ocorre uma interação recíproca entre quem pergunta e quem responde e no caso de pesquisas em educação é apropriado utilizar-se de pesquisas semi-estruturadas, ou seja, menos estruturadas, menos padronizadas, com esquemas mais livres e flexíveis que facilitem a obtenção de informações mais ampliadas (André e Ludke, 1986).

O trabalho de pesquisa bibliográfica foi uma das primeiras etapas desse trabalho, sendo realizado com o objetivo de levantar as principais questões relativas às mudanças na organização da sociedade capitalista contemporânea, do trabalho, do Estado e das ações sindicais fundadas na relação capital-trabalho, desencadeadas a partir da década de 1960, em âmbito mundial. Nesse caso recorreu-se aos seguintes referenciais teóricos, à Antunes, Bhir, Boito Junior, Marx, Mascarenhas, Mészáros, Rodrigues, Oliveira, entre outros.

Com a realização da pesquisa bibliográfica constatou-se que dentre os trabalhadores em educação, a categoria de professores têm sofrido mais intensamente as influências das mudanças realizadas no mundo do trabalho configuradas nas reformas educacionais. O professor é o representante da categoria de trabalhadores da educação responsável pela condução da atividade fim da educação, correspondente ao ensino e, historicamente, também é o professor que tem se destacado à frente da construção, da organização e da condução do movimento sindical da categoria de trabalhadores em educação.

Mas, as mudanças no mundo do trabalho têm produzido alterações significativas na organização do trabalho do professor e na construção e condução do movimento sindical dos trabalhadores em educação, de modo que os professores têm lidado diretamente com um acúmulo de trabalho proporcionado pela intensificação da carga horária, com a individualização da relação salarial, com a desregulamentação das relações trabalhistas, com a precarização das condições de trabalho nas escolas e com a despolitização da luta sindical (Oliveira, D., 2004).

Desse modo, os professores são os protagonistas dessa pesquisa. De fato, a proposta do Sintego é a de representar todos os trabalhadores em educação das escolas públicas goianas e não apenas os professores, mas, o recorte adotado por esse estudo está interligado com a temática Educação e Trabalho, que traçou como delimitação do campo de investigação, a categoria de professores efetivos, contratados por concursos públicos como os representantes dos trabalhadores em educação de Goiás. Os demais trabalhadores em educação que desempenham atividades variadas e os professores contratados temporariamente não foram selecionados para contribuir com essa pesquisa.

Para se pensar a escolha das escolas onde atuam os professores a serem entrevistados, considerou-se primeiramente que seria importante obter depoimentos de

professores de diferentes níveis de ensino, do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, professores que fossem filiados e também que não fossem filiados ao Sintego. Nesse sentido, foi decidido que as escolas a serem pesquisadas precisariam apresentar os dois níveis de ensino, Ensino Fundamental, com primeira e segunda etapa e, o Ensino Médio; que fossem escolas com organização curricular em regime seriado e anual. Esse critério foi utilizado porque compreendeu-se que nessas escolas estariam presentes e atuando um número significativo de professores.

Considerou-se também que seria importante pesquisar escolas na capital e no interior do estado de Goiás, mas que fossem escolas que se localizassem em regiões periféricas, com atendimento a alunos provenientes da classe trabalhadora, com o intuito de observar a politização do trabalho do professor nesses espaços de trabalho com atendimento direto com a classe trabalhadora em geral.

Assim, a escolha da cidade de Catalão, no interior do estado de Goiás deve-se ao fato de ser o local em que resido, por ser uma cidade em pleno crescimento econômico e industrial e, por abrigar uma secretaria regional do Sintego. A escolha de Goiânia refere-se ao fato de ser a capital do estado de Goiás e também por ser a cidade onde se localiza a sede do Sintego.

Obedecendo aos critérios estabelecidos anteriormente para a seleção das escolas, chegou-se a um número reduzidíssimo de unidades escolares com todos os níveis de ensino, o que redundou em duas escolas a serem pesquisadas. Isso se deu porque a maioria das escolas, atualmente, não atende aos dois níveis de ensino em conjunto na mesma unidade escolar, porque as escolas passaram por um escalonamento que separou as unidades escolares de atendimento às séries iniciais do Ensino Fundamental das escolas com atendimento à segunda etapa do Ensino Fundamental e Médio.

Portanto, na cidade de Catalão, apenas uma escola está organizada de acordo com os critérios adotados, sendo que as demais escolas são organizadas por níveis de ensino onde séries iniciais do Ensino Fundamental são oferecidas por escolas em bairros distintos dos bairros em que se localizam as escolas que oferecem as séries finais do Ensino Fundamental e Médio, onde muitas escolas oferecem a Educação de Jovens e Adultos.

Portanto o trabalho de pesquisa foi realizado na única escola de Catalão, a Escola Estadual Anice Cecílio Pedreiro que atende a todos os níveis de ensino.

Desse modo, na capital foram poucas as escolas que atendessem a todos os critérios estabelecidos para a realização desse trabalho, sendo necessário realizar um trabalho de pesquisa junto à Secretaria Metropolitana de Educação, para levantar as escolas dos bairros periféricos que atendessem aos dois níveis de ensino regular. Obteve-se o número de duas escolas na capital e, através de sorteio com os nomes das duas escolas, uma delas foi eliminada e, a outra, a Escola Estadual Waldemar Mundim foi selecionada como o campo de realização da pesquisa.

Outro ponto importante para a realização da pesquisa foi a seleção dos professores participantes. Essa questão foi resolvida ainda nos primeiros contatos com as escolas e com os professores, que a partir da explanação da proposta dessa pesquisa, através de conversas e esclarecimentos, se manifestaram interessados em participar, alguns professores não se interessaram em participar afirmando que “isso é desinteressante”, que “ninguém quer saber disso não!” (relatos orais).

Diante dessas circunstâncias apresentadas, muitos professores ao serem convidados para participar das entrevistas não se interessaram, alguns não queriam falar sobre o seu trabalho na escola e nem sobre o sindicato, também não queriam escrever porque afirmaram não ter tempo e nem disposição para isso. Na capital goiana, uma professora da 1ª série do Ensino Fundamental e outra professora da 5ª série, segunda etapa do Ensino Fundamental, ambas filiadas ao Sintego, não se dispuseram a participar. A professora da 5ª série disse que estava cansada de ler, de falar, de escrever e enfatizou “você precisa conversar com gente mais nova, eu não tenho o que falar.”

Outros professores até falavam e reclamavam do trabalho, do sindicato e do governo, mas se mostraram preocupados e receosos em participar das entrevistas gravadas, outros professores alegaram falta de tempo. De fato, para os professores, sentar e conversar um pouco sobre o trabalho na escola, ou sobre outros temas, nos horários de intervalos, tornou-se raridade, eles não têm tempo, muitos deles ficam em sala de aula prestando atendimento aos alunos, durante o intervalo de recreio. Esses fatos tornaram mais difícil o contato com os professores para a realização das entrevistas

De modo geral, entre os professores que se dispuseram a participar, foram selecionados os que estivessem atuando em sala de aula, em regime de trabalho efetivo, contratado por concurso público estadual; foi estabelecido também que a quantidade de professores filiados fosse equivalente ao número dos não filiados ao Sintego. Nesses encontros preliminares, alguns professores se propuseram a se organizar como os representantes de cada série em que atuam, nos respectivos níveis de ensino, de modo que participaram das entrevistas os professores atuantes em todas as etapas da Educação Básica, filiados e não filiados ao Sintego

Assim, esse trabalho obteve a contribuição de 11 professores filiados ao Sintego, número referente a um professor por série, em cada escola participante, totalizando 20 professores filiados entrevistados (com exceção de duas professoras filiadas que não se dispuseram a participar das entrevistas). O mesmo critério foi adotado para a realização de entrevistas com os professores que não são filiados ao Sintego, onde se obteve um total de 22 professores entrevistados, representantes de cada série, nas duas escolas pesquisadas.

Durante esse processo, obteve-se a participação de 42 professores, o que foi considerado qualitativamente significativo e representativo da categoria de professores que o Sintego representa, porque as informações e os relatos levantados com os mesmos foram suficientes para traçar um perfil comparativo sobre os professores, o seu posicionamento diante das mudanças no mundo do trabalho, diante da construção do movimento sindical e do seu posicionamento frente à construção e condução das ações sindicais promovidas pelo Sintego, no período delimitado para o estudo.

A observação participante é um outro componente do processo de pesquisa qualitativa (André e Ludke, 1986) e também foi utilizada à medida que os contatos com a escola e com os professores suscitavam mais diálogos, mais entendimentos e maior questionamentos, buscando a compreensão da organização escolar, do espaço e do tempo de trabalho e do próprio trabalho que os professores desempenham na escola. Muitos professores faziam comentários, mais em forma de desabaços e reclamações sobre as condições de trabalho vivenciadas na escola; os baixos salários, o excesso de trabalho, os problemas de saúde, a desvalorização profissional, a indisciplina dos alunos, estas e outras declarações foram as principais queixas dos professores e esses comentários foram

relatados por mim, com o consentimento dos professores e coordenadores que os proferiram.

Além de desenvolver entrevistas com os professores, também foram realizadas entrevistas com os representantes da atual diretoria do Sintego – gestão 2005-2007 -, e também com uma professora e ex-dirigente sindical do Sintego. Pra esse trabalho, foi definido que seria significativo entrevistar três profissionais diretamente ligados à direção da atual gestão do Sintego, na sede em Goiânia, como forma de ampliar qualitativamente as informações a respeito desse Sindicato.

Nesse caso, foi entrevistada a professora Stela Mares Stival, Diretora de Formação do Sintego, a Diretora de Política Social Dinair Pereira Duarte Furtado e o Presidente do Sintego, professor Domingos Pereira da Silva. Muitos dirigentes sindicais atualmente não contam com licença para desempenhar o trabalho sindical em tempo integral, desse modo, foi preciso muita insistência e agendamento de horário para conseguir gravar as entrevistas com os professores Domingos Pereira da Silva e Stela Mares Stival.

Dando ênfase também à historicidade de construção do Sintego, foi entrevistada uma ex-dirigente sindical, professora Genivalda Araújo Cravo dos Santos, atuante na rede estadual e municipal de educação em Goiânia. Genivalda atuou no Sintego no período de junho de 1996 à junho de 2005, trabalhando na Secretaria Geral (1996-1999), Secretaria de Organização do Interior (1999-2002) e na Secretaria de Assuntos Jurídicos (2002 –2005).

Em seguida a todo esse processo de entrevistas com os professores, sindicalistas e ex-sindicalista, foi desenvolvido o processo de análise documental no arquivo do Sintego, que significou estabelecer um contato com a fonte rica e estável de informações, conjunturas de épocas passadas que sustentaram a elaboração de propostas de ação sindical dos trabalhadores em educação representadas pelo Sintego.

Os contatos feitos com o pessoal responsável pela Secretaria Geral, pelo Departamento de Jornalismo e demais trabalhadores do Sintego foram significativos para a condução da pesquisa. Mas, o sistema de arquivos do Sintego foi terceirizado por meio de deliberações internas da direção sindical, ação justificada pela falta de espaço na sede para guardar toda papelada do sindicato. E o órgão responsável por guardar os documentos do

Sintego, arquiva documentação de grandes empresas goianas e restringe consideravelmente o acesso de estranhos à sua sede, exigindo sigilo na publicação de sua localização.

Para conseguir ter acesso ao sistema de arquivo, foi encaminhado e protocolado um ofício junto à direção do Sintego. A liberação para o acesso aos documentos foi demorada, sendo necessário mais de um mês de espera para que a presidência do Sintego liberasse o acesso aos documentos no sistema de arquivos.

Os primeiros contatos com a empresa Arquivo Total, que presta serviços ao Sintego, foram acompanhados pela secretária geral do Sintego, Ana Maria, que esclareceu as regras para manuseio dos documentos. No Arquivo Total tive o trabalho de ler, selecionar e anotar os fatos importantes e marcantes do Sintego, localizados numa infinidade de caixas contendo muita papelada, recortes de jornais, boletins, panfletos, rascunhos, enfim, toda a documentação desse sindicato.

Muitos desses documentos encontram-se empoeirados, amarelados, danificados e corroídos, requisitando cuidado no manuseio. O processo de colher as informações nos documentos requisitou um trabalho demorado, solitário e difícil, porque não foi possível retirar os documentos do arquivo para leituras ou cópias, sendo desenvolvido o trabalho de manusear todos os principais pontos referentes à ação sindical dos trabalhadores em educação no período delimitado para o estudo – 1988/2004.

A análise documental possibilitou conhecer os principais encaminhamentos do Sintego no decorrer dos anos de 1988 à 2004. Os principais documentos analisados referem-se aos Congressos de Educação realizados pelo Sintego – Sindicato dos Trabalhadores em Educação em Goiás, no período de 1988, respectivamente o congresso de fundação do Sintego, até o mais recente congresso realizado pelo Sintego, em novembro de 2004. Ao todo foram realizados por esse Sindicato sete Congressos Estaduais de Educação.

Os documentos referentes aos primeiros Congressos Estaduais de Educação do Sintego, dos anos de 1988 até meados da década de 1990, apresentam-se de forma assistemática, ainda em fase de elaboração e planejamento; muitos documentos estão dispersos, desordenados, rasurados e rascunhados, revelando o processo inicial de (re)estruturação da entidade, antes CPG e recém convertida em Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás - Sintego.

Os textos referentes aos congressos realizados pelo Sintego, a partir de 1997 passaram a ser organizados em cadernos intitulados Documentos-base. Os documentos-base de um modo geral, revelam uma estrutura organizacional semelhante que insere o debate sindical numa ampla análise de conjuntura. Assim, os textos dos congressos presentes nos Documentos-base analisados partem de uma análise de conjuntura internacional, nacional e estadual, seguida de uma discussão específica da categoria dos trabalhadores em educação, precedida de uma avaliação das ações do Sindicato no biênio anterior, com apresentação de propostas norteadoras do trabalho para o próximo biênio.

Também foram analisados alguns artigos da revista “Educação em revista”, de publicação do Sintego; algumas reportagens de jornais goianos do período, arquivados pelo Sintego, que retrataram as greves e negociações entre o governo e o Sintego; alguns boletins e circulares; algumas informações veiculadas pela página eletrônica desse sindicato, disponibilizada na internet. Enfim, foram analisados alguns dos principais documentos produzidos pelo Sintego, a partir dos anos de 1988 até os anos de 2004.

Assim, a organização do presente trabalho destaca todo esse processo de pesquisa e levantamento de informações, de conversas, de entrevistas e depoimentos, de análises documentais e de revisão bibliográfica desenvolvidas no sentido de dar respostas à configuração da ação sindical dos trabalhadores em educação diante das mudanças impostas pelo sistema capitalista contemporâneo.

Nesse sentido, o primeiro capítulo analisa a reestruturação produtiva e as mudanças acarretadas na organização do trabalho, sendo que a intensificação das inovações tecnológicas-informacionais aplicadas como forças produtivas diretas tem engendrado profundas alterações nas formas de conceber e de organizar o trabalho, em atendimento às demandas da nova fase de produção do capital, construídas a partir das décadas finais do século XX.

A reestruturação produtiva tem se revelado como um processo social e histórico que está assentado em contradições concretas que contribui para a desmobilização das ações políticas coletivas e sindicais em níveis mundiais, nacionais e locais, revertendo em perdas as conquistas e garantias trabalhistas, legalmente adquiridas pelos trabalhadores (Antunes, 2002 a).

Seguindo esse encaminhamento, o segundo capítulo versa sobre o paradigma neoliberal e suas implicações no sindicalismo dos trabalhadores, apresentando uma reflexão referente às iniciativas políticas implementadas pelas concepções neoliberais para a reforma do Estado, que alicerçam as iniciativas políticas em todos os países capitalistas, com maior ou menor intensidade, a partir dos anos finais da década de 1970, de 1980 e de 1990, visando assegurar, a qualquer custo, a manutenção do controle e comando da lógica do capital sobre as nações e populações mundiais. Essas mudanças que assumem o cenário mundial prevêm redefinir o papel do Estado e do trabalho, sobretudo porque estes são os dois elementos sustentadores do capital (Mészáros, 2002).

A concepção neoliberal baseia-se numa proposta de reajuste econômico extremamente contraditório e conservador, promovedor de uma reordenação do Estado, com objetivos claramente voltados para as leis de mercado interferindo nas relações econômicas, políticas e sociais (Hayek, 1990). Portanto, é nessa conjuntura adversa à luta de classes, que têm se definido as práticas político-organizacionais do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Goiás- Sintego, a partir de 1988.

Questionamentos relativos à relação do sindicato dos trabalhadores em educação de Goiás- Sintego com esses fatos contemporâneos que assolam a luta organizada faz-se necessária, uma vez que, todas as alterações ocorridas no mundo do trabalho também têm invadido as condições concretas e objetivas de trabalho nas instituições escolares e, têm alterado, expressivamente, as condições de trabalho de todos trabalhadores em educação, sobretudo, as condições de trabalho dos professores (Oliveira, D., 2004).

Nessa conjuntura têm sido programadas e efetivadas as ações do Sintego e, o terceiro capítulo investiga as ações do sindicato dos trabalhadores da educação em Goiás - Sintego, buscando compreender como o sindicato dessa categoria de trabalhadores tem se posicionado em relação à intensificação da política neoliberal nos programas governamentais a partir dos anos iniciais de 2000. O Sintego se estruturou e cresceu ao longo da década de 1990/2000, período de forte ajuste econômico-político neoliberal no Brasil.

O terceiro capítulo analisa as concepções políticas e ideológicas do Sintego a partir da década de 2000, período que se destaca uma maior defesa do sindicalismo propositivo,

do serviço de marketing sindical e do investimento do Sintego nas campanhas de encaminhamentos de lutas também no plano das disputas político-partidárias, com vistas a construir a vitória de um candidato mais comprometido com os interesses dos trabalhadores e assim se posicionar na sociedade capitalista (VI Congresso Estadual de Educação do Sintego, 2004, p. 14). Nesse capítulo, algumas questões foram analisadas, tais como a representatividade sindical dos filiados, a construção da formação da consciência política dos professores, participação de professores em greves e manifestações públicas, entre outras.

As considerações finais promovem uma análise sobre os desafios que têm se colocado para a efetivação da luta dos trabalhadores e suas entidades sindicais na sociedade contemporânea. Um tema que teve presença assegurada nos Documentos-base dos primeiros Congressos do Sintego (1988/1990/1992), refere-se aos desafios atuais para se fortalecer e organizar os trabalhadores empregados e desempregados, proposta que está presente no debates sindicais atualmente, mas que não chegaram a se efetivar nas ações sindicais do Sintego (Antunes, 2002, b). Notadamente, tem se destacado na conjuntura atual, um constante movimento de construção e reconstrução das ações dos trabalhadores em relação às configurações assumidas pelo sistema capitalista e pela organização do trabalho, que lança constantes desafios à construção de concepções políticas, ideológicas e sindicais centradas na relação capital-trabalho.

CAPÍTULO I
AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E AS
ORGANIZAÇÕES SINDICAIS DOS TRABALHADORES

1.1. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AS MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O quadro referencial de análise sobre as mudanças na organização do trabalho refere-se ao processo histórico de configuração do sistema capitalista que engendra a contradição da relação capital-trabalho e o antagonismo da divisão hierárquica de classes. O ponto de referência para a análise da configuração da ação sindical dos trabalhadores em educação em Goiás, no período de 1988 à 2004, situa-se no contexto de mudanças na organização do trabalho decorrentes do processo de reestruturação produtiva do sistema capitalista, em processo ao longo da segunda metade do século XX. Assim, o objetivo da primeira parte desse trabalho consiste em compreender como tem se configurado o mundo do trabalho na sociedade capitalista contemporânea, a partir da reestruturação produtiva do capital e como tem ocorrido a organização sindical dos trabalhadores e dos trabalhadores em educação inseridos nesse contexto.

De um modo geral, o longo processo de reestruturação produtiva do capital tem resultado em significativas alterações na forma de conceber e de organizar o trabalho, o Estado e a sociedade como um todo. Essas mudanças têm repercutido na diversificação e ampliação dos trabalhos assalariados e informais, assim como nas formas de organização política e sindical de interesse da classe trabalhadora.

As mudanças desencadeadas no plano da organização econômica, social, política e trabalhista, em processo na sociedade contemporânea, foram explicitadas com maiores contornos a partir dos anos que antecederam a segunda metade do século XX, nas disfunções internas e externas da organização da sociedade, instalando uma situação denominada de ‘crise’ do sistema do capital. Essa situação de ‘crise’ capitalista é percebida, explicada e justificada pela classe dominante desconsiderando as relações históricas que as produzem, de modo que os problemas concretos como o da desigualdade nos diferentes âmbitos humano-sociais, inerentes à forma social capitalista são vistos como uma mera disfunção, sendo atacados, de forma focalizada (Frigotto, 2001).

Para compreender melhor a situação de instabilidade desencadeada na sociedade capitalista contemporânea é preciso ter em mente o significado da noção de crise, visto que

esse conceito é amplamente utilizado para representar o contexto das mudanças no capitalismo do século XX. Desse modo, as considerações de Chauí (1978) sobre a noção de crise e a discussão de toda representatividade que envolve essa noção na organização da sociedade serão a referência na análise desenvolvida no presente trabalho.

As análises de Chauí (1978) definem que a noção de crise é compreendida como sendo um modo particular de racionalização ideológica criada para justificar que a sociedade está sendo invadida por contradições. Essas contradições são vistas como acidentes, como um desarranjo, uma desordem factual provocada por enganos voluntários ou involuntários dos agentes sociais ou por um mau funcionamento de uma das partes do todo social. Essa maneira de explicar a realidade social ocorre porque a sociedade é pensada não como constituída pela divisão das classes, mas apenas como contendo divisões. Essa representação permite imaginar o acontecimento histórico como um desvio, de modo que,

Longe portanto, de surgir como algo que ateste os limites da representação supostamente objetiva e racional, a noção de crise realiza a tarefa oposta e que é sua tarefa ideológica: confirma e reforça a representação. Assim, a crise nomeia os conflitos no interior do social e do político para melhor escondê-los. Com efeito, o conflito, a divisão e até mesmo a contradição podem chegar a ser nomeados pelo discurso da crise, mas o são com um nome bastante preciso: na crise a contradição chama-se *perigo*... A 'crise' serve para ocultar a crise verdadeira; por outro lado, essa noção tem eficácia prática, pois é capaz de mobilizar os agentes sociais, acenando para eles o risco da perda da identidade coletiva, suscitando neles o medo da desagregação social e, portanto, o medo da revolução... A crise é, portanto, usada para fazer com que surja diante dos agentes sociais e políticos o sentimento de um perigo que ameaça *igualmente* a todos, que dê a eles o sentimento de uma *comunidade de interesses e de destinos*, e que os leve a aceitar a bandeira da salvação de uma sociedade supostamente homogênea (Chauí, 1978, p. 31-32).

Nesse sentido, para se compreender as mudanças desencadeadas na sociedade capitalista contemporânea, no mundo do trabalho e na organização sindical da classe trabalhadora é preciso considerar a forma que assume o sistema capitalista, os desequilíbrios ou suas crises e os posteriores desdobramentos refletidos nas formas de pensar e justificar a organização da sociedade, do trabalho e do Estado.

O processo de reestruturação produtiva pode ser entendido como um dos elementos fundamentais de mudança na forma de organizar o Estado, a sociedade e o trabalho,

caracterizando-se como uma alternativa ideológica construída para fortalecer a produção, a circulação da produção e o consumo de forma internacionalizada, por meio de ampliação das fronteiras nacionais e internacionais, resultando num processo de reordenação econômica, social e política mundial com vistas a conservação de uma sociedade articulada de forma harmoniosa.

Esse processo de estruturação produtiva nas economias capitalistas mundiais foi se construindo a partir do contexto da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa de 1917, perpassando os períodos entre guerras e pós-Segunda Guerra Mundial, mantendo em constante reordenamento o processo de estruturação do capital,

(...) a história do Breve Século XX não pode ser entendida sem a Revolução Russa e seus efeitos diretos e indiretos. Não menos porque se revelou a salvadora do capitalismo liberal, tanto possibilitando ao Ocidente ganhar a Segunda Guerra Mundial contra a Alemanha de Hitler quanto fornecendo o incentivo para o capitalismo se reformular(...) (Hobsbawn, 1995, p. 89).

O longo percurso de reestruturação do capitalismo tem resultado em mudanças significativas na forma de conceber e de organizar o trabalho, o Estado e a sociedade e essas mudanças têm uma relação direta com a intensificação da exploração do trabalho assalariado, verificável pela diversificação e ampliação do trabalho informal e precário, e pelo considerável aumento nas taxas de desemprego em nível mundial. Os desdobramentos dessas mudanças têm incidido nas formas de organizar a luta política e sindical de interesse da classe trabalhadora.

Os efeitos provocados pelo desequilíbrio econômico e social desencadeado nas sociedades capitalistas, a partir das décadas iniciais do século XX, atingiram as organizações políticas e o pensamento público, promovendo levantes políticos expressivos na Europa e em diversas partes do mundo, evidenciando a severidade do processo de reestruturação do capital. Nesse processo, a disputa hegemônica se deu entre o comunismo marxista, as práticas de um capitalismo reformado e a elaboração de uma teoria alternativa ao liberalismo clássico da economia do livre mercado e o avanço do facismo na Europa. De modo específico, essa disputa pela hegemonia política reduziu o movimento comunista fora da recém criada União Soviética e incrementou a construção de um reordenamento na

conjuntura mundial, sobretudo após os anos de 1930, onde a instabilidade social e econômica, as instituições políticas e os valores intelectuais da sociedade liberal burguesa do século XIX entraram em decadência ou colapso (Hobsbawn, 1995).

Nessa conjuntura de reordenação social, política, econômica, cultural e ideológica as inovações científicas, informacionais e tecnológicas tiveram as práticas de utilização e de aplicação social ampliadas, sendo controladas e financiadas por empresas e indústrias de entidades privadas e estatais atreladas às preocupações de se fortalecer as economias nacionais e garantir as demandas de um mercado instável e altamente beligerante.

De fato, o cenário que ilustrou esse período de ampliação das inovações técnico-científica-informacionais foi o oferecido pelas duas guerras mundiais instauradas no continente europeu entre os anos de 1914 à 1945, passando pela Grande Depressão³ econômica de 1929, que abalou o mundo financeiro. O período que envolveu as duas guerras mundiais resvalou-se para a instabilidade e para o desequilíbrio econômico expressados pelas sociedades capitalistas em nível nacional e internacional e, dentre outras conseqüências severas às populações, promoveu o achatamento dos salários, o crescimento exorbitante dos lucros gerando a superprodução e a especulação, assim como o aumento da dívida pública, o desemprego, a fome e a miséria (id., 1995).

Todos esses fatos históricos marcantes revelam que o século XX protagonizou uma série de inovações tecnológicas e científicas com a invenção de novos materiais industrializáveis como o plástico, proporcionou a ampliação dos conhecimentos da microeletrônica e da informática implementando a utilização do sistema de comunicação. Essas inovações deram novos impulsos ao processo de produção de bens e consumo, não chegaram a promover uma nova revolução industrial, mas provocaram mudanças substanciais na forma de conceber a produção, de organizar o trabalho e de normatizar a circulação da produção e do consumo.

O diferencial apresentado pelas inovações tecnológicas e científicas, em relação ao processo histórico de industrialização em si, fundamenta-se, especificamente numa mudança na forma de relacionar, deliberadamente, os resultados advindos do

³ Conforme análise de Hobsbawn, a Grande Depressão revelou uma das crises periódicas do capital, sendo que entre os anos de 1929 e 1932 o comércio mundial teve uma queda expressiva, incluindo nesse episódio a queda das exportações americanas, fatos que indicam como a economia capitalista funcionou no período entre-guerras ((Hobsbawn, 1995).

desenvolvimento científico e tecnológico com a produção industrial, do uso da tecnologia e de projetos de produção por meio de um criterioso planejamento gerencial (Braverman, 1987, p. 146).

Nesse caso, um dos marcos da mudança na forma de organizar o trabalho foi a implantação do processo de racionalização planejada para a utilização das inovações técnico-científicas e informacionais nos processos de produção industrial. Desse modo, houve uma alteração na forma de conceber a ciência e a sua aplicação social, de maneira que ela adquiriu a forma de uma mercadoria como qualquer outra, se tornando implemento do processo de produção, promovendo a transformação da própria ciência em capital, alterando a forma de organização do trabalho na sociedade e as ações políticas da classe trabalhadora.

De um modo geral, a segunda metade do século XX exibiu uma lógica economicista do processo de produção capitalista diferenciada dos períodos anteriores, visível a partir do aperfeiçoamento e da complexificação científica resultando na implementação da microeletrônica, da robótica e das técnicas de automação da produção, assim como em descobertas da microbiologia e de novas matérias-primas, cujo expoente máximo resultou numa exacerbada mudança nos processos de produção e de gestão da força de trabalho.

Esse aperfeiçoamento científico repercutiu na elaboração de outras formas de organização do trabalho que ocorreram paralelos à escalada dos conflitos, da agitação e de insubordinação popular presente no contexto dessa sociedade. As mudanças na organização do trabalho refletiram nas concepções políticas dos trabalhadores, que também promoveram alterações na organização das suas lutas trabalhistas desencadeadas no seio da relação capital-trabalho, sendo expressiva as reorganizações das ações sindicais no próprio local de trabalho.

Nesse sentido, o modelo de produção industrial arraigado no método produtivo formulado pelo fordismo-taylorismo representou nesse período, as exigências de uma época conturbada, que promoveu um misto de instabilidade econômica com crescimento e intensa acumulação e superprodução promovendo grandes ofertas de bens e serviços industrializados e baixa na demanda pelos produtos industrializados. A produção em massa de mercadorias estava baseada na sistematização taylorista cuja lógica previa a

mecanização dos processos de trabalho e implantação da gerência científica e, nas aplicações fordistas desenvolvidas nas indústrias montadoras de veículos, que garantia a intensificação da produção.

Essa forma de organização do trabalho expressou os resultados dos estudos propostos por Taylor, que definiram a sistematização de um modelo de produção, baseado no controle do trabalho gerado através do controle das decisões tomadas no curso próprio do trabalho. Nesse sentido Braverman (1987), afirma que Taylor fez significativos estudos sobre o controle do tempo na produção e sobre aplicações tecnológicas nos processos de trabalho, promovendo, em termos de inovação, a constituição da fixação de padrões de controle do trabalho em qualquer nível de tecnologia, refletindo, incisivamente na expansão dos trabalhos de engenheiros industriais, planejadores de trabalho e gerentes de escritórios.

É nesse sentido que o taylorismo generalizou-se como forma apropriada para organizar o trabalho, a partir da aplicação do método de gerência científica nos processos de organização do trabalho que, em parceria com o fordismo, passaram a garantir, a redução do tempo necessário para a produção em grande escala, acentuando mudanças no ritmo de montagem, a partir de oscilações no modo de produção, no sentido de dobrar e até triplicar o resultado final, consoante com uma redefinição da intensidade de produção e de sua circulação e consumo, interferindo na dinâmica de organização do trabalho (Braverman, 1987).

Precisamente a primeira metade do século XX foi pioneira em garantir a internalização das definições tayloristas nos processos de organização do trabalho, estabelecidas pela fixação dos padrões de gerência científica e de alguns princípios fundamentais, tais como a dissociação dos processos de trabalho das especialidades dos trabalhadores, a utilização do monopólio do conhecimento para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução. Esses princípios tayloristas viabilizaram um construto teórico e uma prática sistemática de organização do trabalho em acordo com a produção capitalista, acarretando mudanças consideráveis na forma de conceber o trabalho, através da separação dos processos de trabalho do ofício, da tradição e do conhecimento dos trabalhadores, colocando-os, não mais na dependência das capacidades dos trabalhadores, mas nas políticas gerenciais adotadas (id., 1987).

É com essa mudança na administração científica dos processos de trabalho que se aperfeiçoou a dinâmica de dissociação da unidade do trabalho humano, na medida em que perpetuou o princípio da separação entre os processos de concepção e de execução do trabalho, exacerbando o antagonismo existente entre trabalho intelectual e manual, ampliando-se assim, o processo de desumanização dos processos de trabalho na sociedade capitalista contemporânea.

Diante do exposto, o taylorismo com o princípio da gerência científica e o fordismo com o estímulo ao aumento e intensificação do ritmo do trabalho e da produção foram importantes mecanismos que auxiliaram no processo de acumulação capitalista intensificada, pois se apoiaram na divisão hierárquica do trabalho e na produção em grande escala, combinando redução do tempo da produção com o aumento do ritmo de trabalho,

De maneira sintética, podemos indicar que o binômio taylorismo/fordismo, expressão dominante do sistema produtivo e de seu respectivo processo de trabalho, que vigorou na grande indústria, ao longo praticamente de todo século XX, sobretudo a partir da segunda década, baseava-se na *produção em massa* de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais *homogeneizada* e enormemente *verticalizada* ... (para tanto) era necessário também racionalizar ao máximo as operações realizadas pelos trabalhadores, combatendo o ‘desperdício’ na produção, reduzindo o *tempo* e aumentando o *ritmo* de trabalho, visando a intensificação das formas de exploração. Esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho *parcelar* e *fragmentado*, na decomposição de tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor de veículos (Antunes, 2002, b, pp. 36-37).

Essa organização do trabalho padronizado, parcelar e fragmentado, realizada a partir dos princípios taylorista-fordista, promoveu a homogeneização do operariado e a intensificação do antagonismo da relação entre trabalho intelectual e manual presente na divisão hierarquizada do trabalho. Essa desumanização dos processos de trabalho coadunou com um regime de acumulação de riqueza intensificado que engendrou importantes mecanismos de controle e de sujeição do trabalhador aos processos de trabalho. Um dos mecanismos de controle e de sujeição do trabalhador foi a construção de um ‘acordo fordista’ estabelecido na Inglaterra e em alguns países europeus, a partir do período pós-guerra mundial.

O ‘acordo fordista’, segundo Bhir (1999), foi construído, em certa medida, envolvendo os interesses da classe dominante e do proletariado. Mas a implementação desse acordo se deu de forma parcial e contraditória, a partir do antagonismo da correlação de forças entre a burguesia e o proletariado. Esse acordo previu uma ‘estratégia de integração’ dos interesses da burguesia e do proletariado onde o Estado foi o articulador, mediador e parte interessada em garantir essa ‘integração’ entre as organizações sindicais e políticas do movimento operário e os interesses das organizações profissionais do patronato.

As novas tecnologias e as descobertas científicas e informacionais possibilitaram a produção de uma abundância de bens de consumo duráveis e renováveis e nesse aspecto, o compromisso fordista, assumido entre a burguesia e o proletariado, garantiu em certa medida, uma política de prestação e distribuição de serviços públicos às populações, por meio de políticas implementadas por programas sociais alicerçados pela concepção de que o Estado poderia proporcionar a satisfação ou sustentação de algumas reivindicações do proletariado na medida em que isso lhe permitisse integrar o proletariado na sociedade civil e política e, portanto, melhor controlá-lo (Bhir, 1999).

Assim, em alguns países de capitalismo avançado como a Inglaterra, um modelo de Estado de Bem-estar social possibilitou a efervescência de uma política de planejamento e desenvolvimento econômico e técnico-científico, centrado na aceitação, não generalizada, da noção de que a administração econômica é uma atividade necessária e normal dos governos e que o Estado além de estabelecer diretrizes políticas gerais, também tinha como função, a garantia do bem estar material das populações a determinados bens e serviços.

Nesse aspecto, é preciso considerar que o modelo político apresentado pelo Estado enquanto promotor de ‘Bem-Estar social’ ou um ‘Estado paternalista’ e protecionista no seio do sistema capitalista não foi implementado de forma generalizada por todos os países capitalistas, sobretudo porque os fatores políticos, econômicos, culturais e históricos inerentes a cada realidade social colocam os países em patamares diferenciados em relação à compreensão, à elaboração e à aplicação de seus programas políticos e sociais.

Um dos fatores que explica a assunção do modelo de Estado de Bem-Estar Social ou mesmo de um Estado onde os governos tentaram satisfazer as reivindicações sociais se

relaciona ao fato de que houve uma tendência a prevalecer um acordo ou um consenso entre os críticos e os defensores do capitalismo em torno da questão de se garantir os sistemas de seguridade social precedidas de negociações periódicas de salários e vantagens com os sindicatos, a exemplo do que ocorreu na República Federal da Alemanha (Hobsbawn, 1995).

Percebe-se que esse modelo de Estado está relacionado à própria tendência do capitalismo em assumir não apenas uma configuração de intensa exploração econômica, mas também uma configuração de dominação política, regulamentada pela estrutura do Estado. Nesse processo, a legitimação de um regime político do Estado, configurado sob a forma do Estado do Bem-Estar Social apresenta a incorporação de um discurso ideológico defensor do ‘atendimento do interesse de todos’, por meio da institucionalização do programa de previdência social dirigida (Mészáros, 2002).

Nesse contexto, o acordo fordista, assumido por alguns países europeus, garantiu, em certa medida, a aplicação de uma política social-democrata que abriu concessões para os interesses do movimento operário, ao impor à classe dominante o desafio de reconhecer aos dominados o direito de negociação de seus interesses mas, em contrapartida, ao proletariado, exigiu-se a renúncia à luta revolucionária e à contestação da legitimidade do poder da classe dominante sobre a sociedade,

Em contrapartida a essas renúncias, o proletariado obtinha a garantia da seguridade social. Quer dizer, não só assistência social, mas no sentido mais amplo, a satisfação de seus interesses de classe mais imediatos e, portanto, também mais vitais: uma relativa estabilidade de emprego; um crescimento de seu ‘nível de vida’; uma redução de seu tempo de trabalho; a satisfação de um certo número de suas necessidades fundamentais (habitação, saúde, educação, formação profissional, cultura, lazer, etc) (Bhir, 1999, pp.37-38, grifos do autor).

A lógica de funcionamento desse acordo estava voltada para os programas sociais e trabalhistas atrelados ao desenvolvimento do capital ocidental, de modo que se construísse condições favoráveis de estreitamento das relações entre o Estado e as mediações políticas com as classes trabalhadoras, através de ações de atendimento aos interesses mais imediatos dos trabalhadores, objetivando, com isso, desarticular as revoltas e levantes trabalhistas.

Nesse processo, a ideologia dominante configurou-se na ideologia do compromisso fordista que logrou contornar a insubordinação dos trabalhadores às condições massificantes de trabalho, por meio da configuração de um modelo de operariado homogeneizado e dependente das políticas de seguridade social de um Estado, que lhes garantiam o atendimento de alguns interesses mais vitais, como a saúde, moradia e a educação (id., 1999).

Mas, contraditoriamente, os acordos estabelecidos entre capital-trabalho previsto pelo compromisso fordista não foram amplamente incorporados pelos trabalhadores. Os confrontos entre capital-trabalho realizados ao longo desse período foram se intensificando na medida em que o modelo de produção fordista foi se massificando. Conforme aponta Alan Bhir (1999), a aparente conformação dos trabalhadores aos novos modos de produção e à seguridade social não cobriu a hostilidade e a insatisfação generalizada dos mesmos diante da degradação do trabalho e do rebaixamento de suas condições de vida.

Desse modo, os trabalhadores privados de autonomia individual e regulados por condições salariais injustas e por regras impostas pelo mercado de trabalho, acabaram consolidando outras formas de resistência à natureza do trabalho fordizado e alienante. Os resultados mais visíveis foram o aprofundamento das incidências de práticas de abstenção ao trabalho, de paralisações, greves, boicotes, entre outros, que foram realizadas, em grande maioria das vezes, no próprio local de trabalho expandido-se para os espaços sociais, que de uma maneira geral, expressou a potencialidade de reconstrução da ação reivindicativa da classe trabalhadora.

Desse modo, as limitações históricas do compromisso fordista se tornaram ineficientes diante da crise da superprodução industrial, perante a crescente queda na demanda de circulação e consumo de mercadorias, à vulnerabilidade da política liberal dos governos, e sobretudo frente à hostilidade dos trabalhadores.

No final da década de 1960, especialmente nos países de capitalismo avançado, a ruptura desse compromisso aconteceu de maneira gradual, por meio de uma intensificação dos processos de reordenamentos econômicos, sociais, políticos e ideológicos, advindos de profundos questionamentos quanto à forma de ordenação edificada até então pelo capital. A crise desencadeada nesse período, tanto na perspectiva da produção do capital, quanto nas

esferas da organização do trabalho, incidiu diretamente nas organizações do movimento operário, provocando um reordenamento de sua prática sindical, pois

O universo da produção fordista, baseando-se na negação brutal de qualquer autonomia individual, só podia entrar em contradições com o processo de personalização estimulado pelo desenvolvimento do consumo mercantil e, de modo geral, pelo conjunto da socialização própria ao fordismo... Formada no quadro próprio do fordismo, esta [geração] não estava mais disposta a “perder sua vida para ganha-la”: a trocar um trabalho e uma existência desprovidos de sentido pelo simples crescimento de seu “poder de compra”, a preocupação de ser por um excedente em ter, a se satisfazer com o compromisso fordista... Assim nasceu o que foi denominado “crise do trabalho”, afetando ao mesmo tempo a natureza do trabalho fordizado (recusa de um trabalho alienante) e o lugar do trabalho na existência individual e social (recusa de fazer do trabalho o centro de sua vida) (Bhir, 1999, p. 60).

Esse relato indica que as medidas de ajustes e de controle sobre a produção do capital e do trabalho, desencadeadas pós-Segunda Guerra Mundial, precisamente as décadas posteriores aos anos de 1945, deixaram transparecer suas próprias contradições, sendo que os trabalhadores expressaram a rejeição e a recusa ao trabalho organizado nos modelos fordistas, altamente desumanizadores. Toda a conjuntura de rupturas e de configurações políticas, sociais, econômicas e trabalhistas desencadeadas ao longo das décadas finais do século XX pode ser relatada como parte integrante e integradora da situação de crise do capital.

Se por um lado, a segunda metade do século XX representou para os países de capitalismo avançado um tempo de efervescência da mercantilização e do uso da ciência em prol das demandas do capital, e possibilitou o auge das disputas entre as forças oposicionistas em prol da hegemonia social e política dos países capitalistas, por outro lado, esse período revelou um expressivo contraste social, representado pelo crescente desemprego, pelo aviltamento salarial das populações já fragilizadas pelas guerras, representado pelas perseguições políticas, pela recessão econômica, pela efervescência das mobilizações e conflitos populares e trabalhistas.

Como sistema histórico, o capitalismo tem inserido em sua dinâmica de funcionamento o antagonismo da relação capital-trabalho, o paradoxo da distribuição desigual da riqueza humana. O contexto do capitalismo explicitado no período pós-Segunda Guerra Mundial foi marcante na história pois explicitou a polarização entre os países

capitalistas e socialistas, situação vivenciada no período da ‘Guerra Fria’, que compreende os anos de 1945 à 1989. Nesse contexto, a realidade apresentada pelas inovações técnico-científicas das décadas finais do século XX representou a vigência de múltiplas contradições onde a crise, a instabilidade gerada pelo processo de produção capitalista proporcionou uma reestruturação fundada na perspectiva de promover ganhos de capital, com intensificação nas investidas políticas e ideológicas contrárias ao socialismo instalado no leste europeu e às possibilidades de construção de alternativas para a superação do sistema capitalista, vistas como desvios perigosos que ameaçam a organização e a manutenção de uma sociedade representada de forma homogênea.

Para lutar contra o ‘perigo’ ameaçador provocado pela contradição inerente à sociedade capitalista e ao antagonismo da relação capital-trabalho, gradativamente foram implementadas medidas de ajustes políticos e econômicos no Estado; alguns incidiram diretamente contra a classe trabalhadora e contra a legislação trabalhista de um modo geral. Os ajustes na organização do trabalho passaram a questionar e a problematizar a legislação trabalhista, as garantias e benefícios concedidos pelos programas de seguridade social conquistados pelos trabalhadores durante a intensificação do fordismo e assegurados pelo Estado (Antunes, 2002, a).

Decorre que a concessão de garantias e de benefícios trabalhistas até então estavam relacionados à lógica de funcionamento da produção fordista-taylorista. Nesse modelo de trabalho configurava-se a produção em grande escala e em série, com a defesa da universalização do trabalho assalariado, parcelar e fragmentado. Esse modelo de trabalho e de produção apresentou-se em descompasso com as novas formas de organizar o trabalho e a produção atrelados ao atendimento de demanda, sem garantia de estoques, a denominada produção enxuta.

Paralelo aos modelos de produção tayloristas-fordistas outras formas de organização do trabalho surgiram junto com as novas demandas de produção, situação que foi decorrente do significativo desenvolvimento tecnológico, da automação e da flexibilização produtiva, que acentuou a expansão dos capitais financeiros especulativos em nível transnacional, que passaram a reconfigurar o mundo,

O mundo transformou-se na prática em uma imensa e complexa fábrica, que se desenvolve conjugadamente com o que se pode chamar de “*shopping center global*”. Intensificou-se e generalizou-se o processo de dispersão geográfica da produção ou das forças produtivas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o planejamento e o mercado. A nova divisão internacional do trabalho e da produção, envolvendo o fordismo, o neofordismo, o toyotismo, a flexibilização e a terceirização, tudo isso amplamente agilizado e generalizado com base nas técnicas eletrônicas, essa nova divisão internacional do trabalho concretiza a globalização do capitalismo, em termos geográficos e históricos (Ianni, 2001, p.57, grifos do autor).

Diante do exposto, percebe-se que o capitalismo, enquanto sistema produtor de mercadorias, é um sistema em constante transformação, exemplificado pela sua forma globalizada, que não é um fenômeno novo, pois o capitalismo engendra sua própria crise e apresenta as alternativas para sua superação. Esse sistema constitui-se a partir de um processo de ruptura e conservação de suas características de funcionamento, articulado de forma paradoxal, onde os períodos de profundas crises sistêmicas, apresentam os pontos de fissura em sua lógica de funcionamento, que não chegam a romper com o princípio da relação capital, trabalho e Estado, mas promovem uma mobilização dos setores econômicos e políticos no sentido de rearticulação das condições e dos modos de regulação construídos por esse princípio. Assim, longe de ser um sistema controlável, o capitalismo apresenta uma estrutura totalizadora,

A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade até o presente, de longe *a mais* poderosa – estrutura ‘totalizadora’ de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, ‘totalitário’ – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu ‘microcosmo’ até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos mais fortes contra os mais fracos (Mészáros, 2002, p. 96).

De acordo com o exposto, esse processo dinâmico e totalizador da estrutura dominante do capital gestou a alteração da base produtiva das economias capitalistas, cujo

objetivo visou garantir uma redefinição radical da relação estabelecida entre produção e consumo, em busca de maior viabilidade da relação produtiva. A ausência de uma unidade na relação entre produção e circulação da produção na sociedade capitalista revelou a vulnerabilidade do capital em penetrar todo o domínio da circulação e foi nesse sentido que a crise do sistema capitalista apresentou em si, elementos que se encontram em constante atrito, que entraram em conflito, requisitando ações e mecanismos de controle e de superação da crise.

A versão da crise capitalista desvelada a partir dos anos de 1960, conforme analisa Hobsbawn (1995), englobou problemas gerados historicamente, com destaque aos provocados pela Grande Depressão desencadeada após a década de 1930, que ao atingir todo o mundo capitalista, questionou as democracias representativas, derrubou governos de vários países, sobretudo por meio de golpes militares. Os desdobramentos dessa crise engendraram outras crises mais complexas que contribuíram para o desencadeamento da crise da produção capitalista que elevou a patamares altíssimos os índices de desemprego a partir dos anos de 1970, explicitando os limites técnicos e sociais dos modelos taylorista e fordista de produção.

Dentre os elementos desencadeadores dessa crise, destacam-se, a ruptura do compromisso social e político assumido por governos capitalistas do pós-guerra, que até então garantiam a dinâmica do fordismo, enquanto uma forma historicamente determinada de organizar o modo de produção capitalista contemporâneo, as transformações das relações salariais provenientes do acirramento da relação capital-trabalho e, a redefinição do espaço geográfico internacional por meio da transnacionalização do capital. A alta do barril de petróleo, desencadeada a partir de 1973, representou um dos marcos da ‘crise’ desse período, revelando altas taxas de lucro, endividamento crescente, desemprego estrutural, enfim, uma recessão econômica de grandes proporções, que propiciaram a adoção de medidas econômicas e políticas capacitadas a corrigir as causas dessa crise (Hobsbawn, 1995).

Esses fatos constituíram-se como importantes elementos desencadeadores de uma revisão sobre os modos de regulação capitalista, o que gerou e consolidou outras proposições e formas de articulação entre o Estado e o mercado, num novo patamar de

acumulação e de regulação do capital e do trabalho, definidos pela política de privatização do Estado e de desregulamentação dos direitos trabalhistas.

As proposições definidas pelas concepções políticas e econômicas do capitalismo, em resposta à sua própria crise implementaram alguns reordenamentos para que o processo de reestruturação produtiva do capital se efetivasse, de modo que o objetivo central desse processo residiu em dotar o capital com um instrumental necessário para promover a superação da crise e garantir o retorno aos patamares de expansão e acumulação intensificados. As iniciativas para restabelecer a produção e a ampliação do consumo fundaram-se na publicidade e incidindo pontualmente no processo de reestruturação do próprio trabalho, não chegando a inviabilizar os métodos de organização do trabalho centrados nos princípios da gerência científica do princípio taylorista.

Com a flexibilização da produção e a transnacionalização do capital, a divisão hierárquica do trabalho se expandiu para além de fronteiras continentais, requisitando um novo perfil de trabalhador politécnico, mais dinâmico e escolarizado, capacitado a lidar com máquinas automatizadas, um trabalhador articulado para desempenhar funções de controle e decisões nos locais de trabalho e desenvolver trabalhos em equipes, enfim um trabalhador flexível. Mas essa nova forma de conceber o trabalho e o trabalhador tem gerado a intensificação da exploração dos trabalhadores e segue conservando a separação entre os processos de planejamento e execução, retirando os trabalhadores dos processos de organização do trabalho, preservando a preponderância dos centros de planejamento e de gerência científica na elaboração de programas de informatização altamente sofisticados.

Assim, o processo de flexibilização produtiva emergente desse contexto, foi aplicado como um mecanismo estimulador de superação da problemática relação entre produção e circulação do capital, por meio da produção por demanda, com estoques reduzidos e alta rotatividade. Essa reestruturação se deu sem contudo promover uma transformação da base de sustentação do capital, pois as alterações promovidas preservaram a relação estabelecida entre o capital, o trabalho e o Estado. O resultado dessas medidas tem proporcionado o surgimento de formas mais aperfeiçoadas de garantir a exploração intensificada da força de trabalho, assessoradas por uma renovação nas implementações políticas, econômicas, sociais, ideológicas. Esse fato tem garantido outras formas mais

descentralizadas de organizar o trabalho, tem instituído formas diferenciadas de conceber a sociedade, as classes sociais, as organizações sociais e políticas das populações mundiais.

Todo esse contexto de mudanças na organização do sistema capitalista de produção promoveu a intensificação da aplicação das inovações técnico-científicas como força produtiva direta, como agentes promovedores da própria lógica de acumulação capitalista. No entanto é preciso salientar que as inovações técnico-científicas, por si só, não promoveram o reordenamento da produção de capital e nem garante a geração de lucro. Portanto, não é pretensão dessa análise aceitar o determinismo tecnológico como elemento gerador das mudanças ocorridas, visto que essas mudanças são analisadas a partir da consideração da existência de um sistema de leis políticas e econômicas, construídas deliberadamente para dar sustentabilidade às mudanças projetadas na sociedade.

Nessa conjuntura, a flexibilização produtiva instalada com as inovações técnico-científicas foi viabilizando, de forma paradoxal, um considerável crescimento da produtividade do trabalho humano, que em contrapartida, proporcionou uma exclusão drástica das populações mundiais do acesso ao trabalho, aos bens e serviços produzidos socialmente. No curso desse processo que garantiu a polarização da riqueza e da pobreza mundial, a reestruturação do mercado de trabalho articulou uma descentralização e informatização com a finalidade de elevar os índices de produção e circulação do capital, a partir da otimização dos recursos de matérias primas, de energia, de equipamentos, de homens, de informação, visando a redução ao mínimo, dos tempos mortos no encadeamento das operações produtivas, assegurando para o capital, ganhos de intensidade, de produtividade, economia de capital constante, fixo e circulante por unidade produzida (Bhir, 1999, p.89).

Decorre que esse processo desvelou o deslocamento do trabalho do núcleo central dos processos de produção, para formas mais flexibilizadas, situadas nas novas formas de trabalho informatizado, automatizado, terceirizado, independente. Essa flexibilidade dos processos de trabalho acentuou seu caráter precarizado, informalizado. Esse processo de descentralização produtiva no capitalismo contemporâneo, tem provocado uma diminuição da classe operária industrial tradicional e tem promovido uma expansão do trabalho

assalariado, informalizado e temporário, que se organiza fora dos parâmetros da legislação trabalhista.

É nesse empreendimento capitalista assentado na acumulação flexível que se destaca o modelo japonês de organização da produção apresentado pelo toyotismo. O toyotismo empreendeu uma nova forma de gestão da exploração da força de trabalho, que passou a ser incorporado na produção dos países capitalistas mundiais, a partir da década de 1980. Esse modelo de organização do trabalho não superou os princípios fundamentais do taylorismo-fordismo, mas impôs uma nova lógica à organização do trabalho, a partir de uma maior busca por produtividade, novas formas de adequação da produção à demanda de mercado e uma nova racionalização do trabalho. Assim,

O toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se à sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. Diminui-se ou mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias (Antunes, 2002 b, p. 24).

Diante do exposto, a organização da produção flexível, expressada pelo toyotismo significou a substituição de algumas formas de trabalho parceladas e repetitivas, próprias do fordismo/taylorismo, impôs uma nova sociabilidade do trabalho através da garantia, ainda que de forma relativa, da incorporação das funções de concepção e de execução do trabalho pelos trabalhadores, fato que pode ser percebido no incremento e nos incentivos que estimulam o trabalhador a ser mais criativo, a incorporar, a engajar, a se envolver com mais intensidade e maior responsabilidade dentro das empresas e nos serviços em geral.

Esses elementos constituintes do incentivo dos trabalhadores ao trabalho e da própria organização do trabalho assumem contornos específicos nessa nova forma de conceber o trabalho, pois as mudanças de rumo adotadas pela nova lógica de organização da produção e do trabalho, deliberadamente, têm encontrado diferenciadas formas de se

apropriar do trabalho, por meio de maior exploração e controle do aspecto formal-intelectual do trabalhador.

Nesse contexto, a organização do trabalho na sociedade contemporânea está incorporada nos processos produtivos e de trabalho previstos pela flexibilização produtiva, sendo que suas bases assentam-se na desconcentração de parte das funções produtivas ou administrativas desempenhadas pela grande indústria, promovendo o desenvolvimento de redes de filiais espalhadas mundialmente, preservando contudo, uma centralização e um controle financeiro. Um dos pontos centrais desse processo consiste em estabelecer uma mudança na organização do trabalho, precisamente no sentido de modificar a relação e estabelecer outras formas de relações de trabalho, mais flexibilizadas pois,

É preciso que se diga de forma clara: desregulamentação, flexibilização, terceirização, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo “mundo empresarial”, são expressões de uma lógica societal onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução desse mesmo capital. Isso porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode *diminuir* o trabalho vivo, mas não *eliminar-lo*. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo (Antunes, 2002, b, p. 177, grifos do autor).

Essa é a configuração do mundo do trabalho contemporâneo, que mesmo com discursos produzidos objetivando a superação da divisão hierárquica do trabalho, a concretização dos novos modelos de organização do trabalho garantiu a manutenção dessa divisão, tornando-a internacionalizada, sendo revigorada por meio da intensificação da subordinação do trabalho ao capital, pela informalização e pelo desemprego.

Essas mudanças na organização do trabalho, decorrentes da automação, das novas concepções político-econômicas e da organização flexibilizada, estabeleceram novos modelos de gestão, de contratos e de acordos individualizados com os trabalhadores, possibilitando a desregulamentação das leis trabalhistas e o desmonte dos direitos e conquistas trabalhistas assegurados pelos contratos de trabalho, decorrentes de lutas históricas. Se por um lado esse processo proporcionou o surgimento de novos postos de trabalho, eles não foram suficientes para incorporar a grande massa de desempregados gerados pelo desaparecimento de outros postos de trabalho, tais como mineradores, operários, datilógrafos, trabalhadores portuários, inspetores de qualidade, trabalhadores da

construção naval, entre outros, considerados obsoletos à produção diversificada, automatizada e flexível (Antunes, 2002 b; Braverman, 1987 e Rodrigues, 2002).

Esse conjunto de mudanças operou alterações estruturais na própria forma do movimento sindical dos trabalhadores, pois enquanto o trabalhador vinculado à organização fordista conseguia arrastar em sua luta, o conjunto da classe com a qual identificava-se, o trabalhador da produção flexível, passa a lidar com novas formas de trabalho, mais complexas, individualizadas e instáveis, lançando sérios desafios para a organização do movimento sindical contemporâneo.

Nesse estágio de organização do trabalho sob as novas condições do capital processado pela reestruturação produtiva, as evidências indicam que não houve a superação da divisão hierárquica do trabalho, não se efetivou a extinção da discriminação de gênero, de etnia, de remuneração salarial e de controle social. Os estudos desenvolvidos sobre essa temática têm descortinado a ocorrência de um processo de complexificação da sociedade e da divisão do trabalho, perceptível a partir da intensificação da flexibilização das funções do trabalho, que passaram a exigir outras formas de organização da produção, baseada em trabalhos em equipe, rotatividade por atividades, articulação de várias funções no comando de várias máquinas, o que, paralelamente, requisitaram mudanças nos padrões de qualificação do trabalhador (Antunes, 2002 b; Braverman, 1987).

Pode-se perceber que nesse estágio de estruturação do capital, as condições de trabalho têm possibilitado o crescimento do setor de serviços enquanto responsável pela produção das condições institucionais e culturais específicas para garantir a atividade ‘produtiva’ e de consumo da sociedade, tais como as condições de segurança, de vigilância, de certificação, de educação, entre outros (Braverman, 1987). Além desse fato, o sistema produtivo também carece crescentemente de atividades de pesquisa, comunicação e marketing para a obtenção antecipada das informações oriundas do mercado (Antunes a, 2002). Nesse sentido, na sociedade contemporânea vende-se tudo, desde mercadorias convencionais até informações, entretenimento e idéias, tudo é mercantilizado, tudo é rapidamente deslocado e recolocado no mundo: o mercado, as forças produtivas, a nova divisão internacional do trabalho, a produção material e espiritual (Ianni, 2001).

Esse processo de globalização do capitalismo não se prende à fronteiras temporais e espaciais, e, se reconstrói articulando capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho, acompanhadas pela publicidade, pela mídia impressa e eletrônica, pela indústria cultural, junto à jornais, livros, programas de rádio, de televisões, fax, redes de computadores etc., essas ações têm promovido um redimensionamento de espaços, de tempos, desdobrando na formação de novas consciências. Nesse contexto, a vida humana e suas relações sociais, econômicas e políticas se apresentam numa dimensão onde as instabilidades aumentam no ritmo da diluição do estado político em estado capital (id., 2001)

Segundo Marx (2003), o capitalismo pressupõe a construção de uma relação antagônica entre os possuidores dos meios de produção e os possuidores das próprias forças de trabalho, que não se apresenta como uma relação natural entre os grupos sociais. É sim uma relação construída historicamente, onde o “estágio histórico do desenvolvimento da produção econômica - de que o trabalhador livre é o produto - é a condição prévia de nascimento e mais ainda da existência do capital como tal” (Marx, 2003, p. 379). Essa relação de exploração do trabalho tem possibilitado a expansão de forma generalizada e paradoxal, sem limites geográficos, do capital. No estágio atual do capitalismo, evidencia-se que suas condições de funcionamento têm aprofundado a divisão e exploração do trabalho através da extração incessante da mais-valia⁴ na relação capital-trabalho.

Esse fato tem revelado que o trabalho, enquanto produto propiciador de existência do capital não deixou de ser o eixo central no processo de acumulação capitalista contemporâneo, contrariando vários questionamentos proferidos a partir dos anos finais da década de 1970, que colocaram em cheque a centralidade da categoria trabalho nos novos processos produtivos da automação e da flexibilização produtiva⁵. Alguns estudos contemporâneos como os desenvolvidos por K. Off (1989) enfatizam a crise da sociedade do trabalho a partir de uma defesa da tese da descentralização da categoria trabalho nos

⁴ Marx no texto ‘Salário, preço e lucro’ afirma que “ao comprar a força de trabalho do operário e ao pagar o seu valor, o capitalista, como qualquer outro comprador, adquiriu o direito de consumir ou usar a mercadoria comprada”. (...) “Apesar de uma parte apenas do trabalho diário do operário ser *paga* enquanto a outra parte *não é paga* e enquanto esse trabalho não pago ou sobretalho constitui exatamente o fundo a partir do qual a *mais-valia* ou o *lucro* se forma, parece que o trabalho total foi trabalho pago” (Marx, s/d: 49/53).

⁵ Nesse sentido, as análises desenvolvidas por Kurz (1992), pelo grupo Krisis (1999), Harvey (1992), Off (1984), entre outros, acabam abandonando as categorias de análise fundamentais como classe, luta de classe, trabalho, que mesmo apresentando recortes diferenciados acabam reforçando a ordem vigente.

processos de produção capitalista, definindo que a crise do trabalho assalariado está associada ao desaparecimento das classes sociais, o que remete para o conseqüente fim dos empregos diante de um mundo cada vez mais automatizado, desse modo,

A totalidade das mutações ocorridas no transcurso das duas últimas décadas, traduzida em termos da aplicação massificada da automatização de base microeletrônica e caráter informacional (incremento do progresso técnico), bem como, o desemprego estrutural daí decorrente, questionaria, no limite, a *centralidade* do trabalho assalariado enquanto ‘fator de integração social’. Nesse sentido, as chamadas ‘evidências empíricas’ invocadas pela teoria social contemporânea, mais ou menos crítica, como a subdivisão e desumanização do trabalho, a redução do tempo de trabalho, o declínio da ética do trabalho, o declínio do modelo de pesquisa social organizado em torno do trabalho, dentre outras, apontariam, inequivocamente para aquilo que se convencionou chamar de crise da sociedade do trabalho. A crise capitalista contemporânea passa a ser associada, quase que umbilicalmente, com a crise ou esgotamento do paradigma produtivo centrado no trabalho (Braga, 1999, pp. 57 - 58).

Esses apontamentos esclarecem que as discussões sobre as mudanças ocorridas na organização do trabalho sob a lógica do capital estariam sendo utilizadas como justificativas para um possível esgotamento ou crise do trabalho. Os discursos que profetizam o esgotamento das classes sociais, das lutas de classe e da categoria trabalho dos processos produtivos têm ocorrido em meio à críticas aos referenciais teórico-metodológicos de explicação e ordenação das sociedades, tanto no plano epistemológico, quanto no plano político, cultural e econômico, que expõem a fragilidade da relação capital, trabalho e Estado, da luta de classes daí decorrente, de forma restrita, individualista e fragmentária, não avançando na luta contra a ordem vigente (Frigotto, 2001).

As análises que profetizam a crise da sociedade do trabalho ou o fim da centralidade da categoria trabalho nos processos produtivos não chegam a tocar na temática da origem do capital, precisamente na problemática de que o capital é incapaz de se autovalorizar. As discussões que sinalizam o fim da sociedade do trabalho acabam não considerando o aspecto essencial da origem do capital e de sua dimensão exploratória. O capital é gerado pela apropriação do trabalho alienado e assalariado, em permanente antítese ao trabalho, enquanto essência humana.

Há uma inversão na forma de explicar a sociedade capitalista e de conceber o trabalho e a produção de capital, essa é assegurada por meio de um discurso conceitual,

pela elaboração de uma racionalidade ideológica que oculta a diferença, a divisão e a contradição fornecendo um corpo de representações e de normas que explica e garante, convenientemente, a naturalização do antagonismo da relação capital-trabalho (Chauí, 1978). Nesse sentido, os componentes contraditórios do processo de produção capitalista, como a relação antagônica entre capital e trabalho, as relações de poder e a luta de classes acabam sendo interpretadas e apresentadas para a sociedade de forma singularizada, como que integradas à dinâmica das relações de trocas historicamente construídas em interesse direto com a permanência do sistema do capital (Mészáros, 2002).

Considera-se, portanto, que a existência desse discurso ideológico baseado na simplificação da relação de produção capitalista se configura como uma ficção conceitual criada para viabilizar a reprodução de relações sociais adequadas à reprodução da produção, intentando reduzir ao máximo as iniciativas de confrontos e de resistência dos trabalhadores aos domínios do capital. Esse discurso tem invertido a própria ordem primária de constituição da relação entre os seres humanos e as condições vitais para sua reprodução e a natureza, degradando as próprias condições de existência humana em prol dos processos produtivos. Essa concepção tem revelado que o dinheiro, a produção para a troca, as formas assumidas pelo Estado, o mercado, são elevados a posições acima das próprias condições concretas de vida dos homens em sociedade, assumindo formas totalitárias, comprometendo a sobrevivência da própria humanidade (Mészáros, 2002).

Imbuída dessa lógica totalitária, a expansão do capital deixa transparecer, ainda que à contra-gosto, as próprias contradições das relações de produção, expondo a fragilidade da divisão social e hierárquica do trabalho, instalada a partir de uma margem flutuante e oscilante de acumulação de riqueza.

Desse modo, o capitalismo constitui-se como um processo histórico, com um contraditório dinamismo de acumulação incessante de capital, que tem forjado a naturalização da hierarquização da classe trabalhadora, promovendo a contenção do pleno emprego e a manutenção dos níveis de desemprego e de pobreza em padrões elevados, resultando na proletarização crescente do trabalho em níveis assalariados, viabilizado por meio da permanente disponibilidade e oferta de venda da força de trabalho dos trabalhadores.

Essa relação de produção e reprodução do capital encontra-se alicerçada pela existência de três elementos materialmente constituídos e inter-relacionados, os quais são o capital, o trabalho e o Estado, sendo que o sistema alienante e hierarquizado da divisão social do trabalho garante a subordinação do trabalho ao capital e constitui-se como o pilar fundamental dessa estrutura, que é regulamentada por ações do Estado, no aspecto político (Mészáros, 2002, p.16).

Assim, todas as medidas políticas e os ajustes econômicos promovidos pelo processo de reestruturação produtiva estão fundados em contradições concretas, que não modificam a essência do modo de produção capitalista, não rompem com a relação capital-trabalho, pois que lhe acrescentam novos contornos, que incidem diretamente na organização social e do trabalho. Esse conturbado dinamismo de acumulação capitalista promoveu a gênese de uma lógica de acumulação incessante do capital.

Essa lógica, ao permear gradativamente todo o tecido social, tem remodelado e acomodado as mentalidades humanas ao paradigma de desenvolvimento e progresso em todo mundo, generalizando a idéia de que há uma melhoria considerável do nível de vida humana, desconsiderando a gritante destruição das condições de vida, a partir da destruição generalizada da natureza e de construção de políticas de manutenção da pobreza e das desigualdades na distribuição da riqueza mundial (Wallerstein, 2001).

Diante do acirramento das mudanças processadas no mundo do trabalho, a partir da década de 1990, no Brasil, algumas importantes propostas sindicais apontaram para a necessidade de se construir uma unidade da luta de todos os trabalhadores, num movimento que se deu diretamente atrelado às reações sindicais contra a configuração assumida pelo trabalho contemporâneo, contra a precarização dos contratos de trabalho, contra a informalidade e instabilidade no emprego, a exploração capitalista e a redução dos salários.

São esses alguns dos elementos que representam a deteriorização das condições de trabalho sob a lógica da produção flexível e que se constituem como o grande desafio que o movimento sindical tem que enfrentar para constituir-se como representante da classe trabalhadora. Nesse sentido, o sindicato se vê diante da necessidade de reconstrução de seus princípios políticos e conceituais, de reordenação de suas ações e reivindicações e de renovação de seus compromissos com uma classe trabalhadora fragmentada e flexibilizada.

1.2. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AS REPERCUSSÕES NA ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES

As transformações processadas na estrutura produtiva e na organização do trabalho têm incrementado as práticas de políticas de distribuição de riqueza baseada na manutenção das desigualdades, ação que se encontra imbricada na própria contradição do crescimento promovido pela acumulação capitalista e pela expansão das divisas de mercado, em âmbito mundial. Essa relação de produção tem transformado gradativamente as estruturas sociais, constituindo-se em elementos que lançam desafios aos sindicatos, no tocante à planejamentos, organização e a reorganização dos seus planos de ação, intentando conduzir as reivindicações de uma classe trabalhadora extremamente fragilizada pela individualização das relações trabalhistas e sociais. A diminuição da participação dos trabalhadores nos movimentos sindicais tem representado os sinais dessa individualização, e tem significado grandes entraves ao desenvolvimento das atividades sindicais de interesse da classe trabalhadora.

A preocupação sindical em ligar a luta dos sindicatos dos trabalhadores de categorias diversificadas com uma luta envolvendo toda classe trabalhadora, de modo ampliado, resvalou pelo discurso de construção de ações intersindicais e de resgate da solidariedade de classe, medidas que passaram a ser entendidas como formas de garantir que as lutas mais gerais da classe trabalhadora se tornassem instrumentos de reivindicações, de protestos políticos, objetivando garantir o próprio fortalecimento da organização sindical estaduais, nacionais e internacionais (Documento-base do I Congresso Estadual do Sintego, 1990, s/p.).

De fato, as propostas sindicais desenvolvidas no contexto da reestruturação produtiva visavam enfrentar a desconstrução da solidariedade de classes, proveniente de mudanças e de novas relações sociais construídas a partir das décadas finais do século XX. Nessas novas relações sociais, os contatos das pessoas entre si e com outros grupos estão se tornando estanques, individualizados, debilitados, suscetíveis aos novos ramos da produção, que surgem com o objetivo de preencher as lacunas resultantes desse distanciamento nas relações humanas. Esse é um processo que acarreta e é acarretado pelas

alterações econômicas e sociais, que afetam a distribuição de riquezas e aprofunda as mudanças nos padrões sociais, psicológicos e afetivos das pessoas, situação que tem gerado um enfraquecimento das ações coletivas e político-sindicais dos trabalhadores (Braverman, 1987).

Depreende-se então, que todo esse processo de redefinição das relações humanas espelha a própria articulação capitalista e tem indicado que na realidade da sociedade de classes, a construção de uma ‘hierarquia de exploração estruturalmente protegida’ tem sido mantida, pois encontram-se estabelecidas socialmente as delimitações para os lugares que as classes sociais e seus integrantes ocupam no processo de produção capitalista, segundo a qual, o próprio antagonismo social mantém uma classe de indivíduos que deve ser confinada à função de subordinação, à execução do trabalho, que tem se restringido com o crescente desemprego e outra classe de indivíduos que exercem a função de planejamento e de controle sobre todos os que são subordinados ao capital (Mészáros, 2002).

Diante desse quadro conjuntural e complexo, tem-se de um lado uma classe social responsável pela execução da produção e pelos serviços e de outro lado uma classe social responsável pelo controle e usufruto da produção e dos serviços. Nesse sentido, os grupos sociais gerados pelas configurações hierárquicas da divisão social, proveniente da atual fase de acumulação do capital, têm passado por gradativas transformações. A crise do capital e as mudanças projetadas na organização do trabalho e da sociedade têm implicado na ampliação e diversificação dos grupos sociais responsáveis por desempenhar trabalhos, sejam eles trabalhos informais, instáveis e em setores de prestação de serviços. De um modo geral, esse fato tem incidido numa reconfiguração da concepção que até então definia as classes sociais.

O movimento sindical de trabalhadores, que lida com o princípio da organização política e coletiva tem enfrentado situações conflituosas para garantir a realização de seus procedimentos, das condutas e dos encaminhamentos das ações de interesse da classe trabalhadora em torno das demandas sociais, pois o processo de reprodução do capital procura apropriar-se da práxis social, produzindo uma determinada *sociabilidade*. Essa sociabilidade apresenta um emaranhado de relações e de práticas sociais que fragmenta os interesses das classes sociais, promovendo uma expansão das práticas sociais desarticuladas

das lutas sociais e das relações comunitárias, defende um relaxamento do vínculo social e estimula a privatização da vida social, das relações entre as nações, entre os povos e a civilização no plano mundial (Bhir, 1999).

Nota-se que na sociedade contemporânea há uma ênfase depositada no princípio da liberdade, que é entendida e divulgada como um direito que a natureza humana tem, uma necessidade que precisa ser atendida para que o indivíduo tenha garantido sua esfera privada, particular e exclusiva no tecido social, ficando o mesmo resguardado, por lei, da intervenção e apropriação dos seus direitos por outros indivíduos. Essa individualização das relações sociais tem promovido um redimensionamento das lutas coletivas para ações mais isoladas, sendo que os trabalhadores encontram dificuldades concretas para se identificar com as mobilizações e lutas políticas e coletivas.

Individualidade e liberdade, de acordo com essa racionalidade social criada pelo capital, funcionam como uma mola propulsora capacitada a rearticular e a gerar novas configurações sociais em acordo com o avanço do capitalismo contemporâneo, o que assegura a reestruturação das leis trabalhistas. A estrutura de classe, a produção e o consumo, as relações humanas apresentam-se inseridas nessa racionalidade.

No curso dessas mudanças, o próprio elemento conceitual da denominada “classe média”, enquanto uma classe que ocupava uma posição social especificamente deslocada da estrutura polar do capital e do trabalho, tem sido configurada sob novas definições. A “classe média” que geralmente era designada como constituída por representantes de um grupo de indivíduos, ou uma classe de indivíduos que não desempenhavam papel direto nos processos produtivos de acumulação de capital, hoje tem sido revista. Essa definição gradativamente tornou-se insuficiente para explicar a complexidade das classes sociais, dando passagem a um conceito de “classe média” que a define a partir da consideração de que os grupos que dela fazem parte, contemporaneamente, se assemelham à classe trabalhadora, contrastando, portanto, à sua forma anterior (Braverman, 1987).

Nesse sentido, essa nova “classe média” emergente insere-se em ambas as esferas da produção e do consumo, sendo que na relação com o capital ela recebe concessão de privilégios e recompensas, e na relação com o trabalho, ela carrega as marcas da condição proletária, da forma social assumida por seu trabalho, sua condição de subordinação ao

assalariamento de serviços. Encontra-se nessa nova “classe média”, os empregados nas modalidades de desenhistas, técnicos, engenheiros, contadores, enfermeiros, professores, entre outros, que ao se tornarem parte do mercado de trabalho, passaram a sofrer uma pressão do exército de reserva de desempregados, a conviver com políticas de rebaixamento nos níveis salariais e sujeição dos membros dessa classe às diversas formas de racionalização do trabalho, caracterizada pelo modo de produção e reprodução capitalista.

Diante desse processo, as mudanças desencadeadas no mundo do trabalho, revelam que o curso histórico das relações sociais tem incorporado novos desafios e estágios, visíveis a partir das formas assumidas pela divisão da sociedade e do trabalho, com outras formas de organizar e gerenciar o trabalho em sociedade. Assim, a divisão do trabalho apresenta novas fases de desenvolvimento e isso quer dizer que ‘cada novo estágio da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos entre si com referência ao material, instrumento e produto do trabalho’ (Marx, 1983: 188).

E as novas relações sociais produzidas entre os indivíduos, entre os indivíduos e as atuais formas de trabalho têm seus desdobramentos resultantes das práticas utilizadas pelo capital para manter-se no controle estrutural, para isso promove o remanejamento total do modo de produção e reprodução social. Nesse caso, deve-se considerar que as formas assumidas pelos movimentos sindicais e pelas lutas de classe desencadeadas nesse processo, são constituídas por diferentes atores sociais com sua historicidade própria, com forças e interesses contraditórios, articulados em movimentos contínuos que avançam e retrocedem na correlação de forças entre o capital e o trabalho em constante mudança.

As mudanças na organização social e do trabalho, propostas pelo processo de reestruturação produtiva revelam-se problemáticas diante da correlação de forças existente nos vários níveis das relações de classe. No plano das relações sociais, a garantia de continuidade da organização produtiva sob nova forma, constituída pela flexibilização e internacionalização do capital, depende de maneira indispensável, da participação e acomodação das forças subalternas e subversivas a esse processo. Acontece que a participação das forças subalternas nesse processo realiza-se de forma excludente, complexa e contraditória.

Assim, à medida que o resgate do ciclo expansivo de acumulação do capital possibilita a implementação de propostas de medidas sociais, políticas e econômicas de ajustes e de controle, estas medidas pressupõem a aceitação e subordinação dos trabalhadores aos ditames do capital, objetivando garantir a eliminação de projetos alternativos de resistência dos trabalhadores às medidas impostas. Mas essas medidas deparam-se com as forças subalternas, que em sua maioria, impõem resistência às deliberações do capital. Nesse processo, certos setores das forças dominantes também resistem às imposições e esses fatos juntos acabam comprometendo a viabilização integral das novas propostas de organização e reorganização da sociedade capitalista.

Nessa perspectiva, a divisão do trabalho e as novas relações sociais, bem como os modelos de organização social do trabalho, na estrutura totalizadora do capital, pouco deixam transparecer suas implicações na remodelação das relações sociais e individuais. No entanto, essa forma de conceber as relações sociais e trabalhistas tem acentuado os princípios do individualismo e da competitividade, preservando a dicotomia existente nas formas de organizar a produção e a cisão entre os trabalhadores responsáveis pelos processos de concepção e execução do trabalho (Braverman, 1987).

Desse modo, o trabalho se configura como resultado de um complexo quadro de mudanças conjunturais, onde o taylorismo e o fordismo, e mesmo as formas mais acentuadas e intensificadas de exploração do trabalho, como a inovação gerada pela produção flexível, continuam contribuindo, deliberadamente, para o processo de radicalização da mercantilização do trabalhador, para a individualização da relação trabalhista e social e para a generalização da exploração do trabalho.

Diante dessas circunstâncias, é possível constatar que o trabalhador, seja como produtor de maior volume de mercadorias, seja atuando nos processos de prestação de serviços, de um modo geral, ele continua a não se reconhecer no processo de trabalho que executa e desenvolve. Essa situação segue confirmando a tese que afirma que o trabalho, enquanto atividade própria e inerente ao homem, sua atividade livre, nos processos de trabalho concebidos pelo capital, se degrada ao nível de instrumento e o “homem se torna estranho ao homem” à medida que ocorre o processo de alienação do homem, pois o

homem ao submeter um semelhante à condição de objeto, nega a condição de sujeito a si próprio e ao outro,

Toda a auto-alienação do homem de si e da natureza aparece na relação que ele confere a si e à natureza com outros homens diferentes dele.(...) Pelo trabalho alienado, portanto, o homem não engendra apenas a sua relação com o objeto e com o ato de produção enquanto poderes alheios e inimigos a ele; engendra também a relação na qual outros homens estão com a produção e o produto dele e a relação na qual ele está com estes outros homens. Tal como ele engendra a sua própria produção para a sua desafetivação, para o seu castigo, tal como engendra o seu próprio produto para perda, para ser um produto não pertencente a ele, assim ele engendra a dominação daquele que não produz sobre a produção e sobre o produto. Tal como aliena de si a sua própria atividade, assim tal como aliena de si a sua própria atividade, assim ele apropria ao estranho a atividade não própria deste (Marx/Engels, 1983: 160).

De fato, o processo de produção capitalista promove um encadeamento essencial de ligação entre a propriedade privada, a acumulação incessante de riqueza, a complexificação da divisão do trabalho e a intensificação de acumulação de capital, que por sua vez intensifica o processo de alienação do homem. Esse encadeamento é assegurado por uma constante renovação das instituições políticas, sociais e ideológicas e dos meios de produção que acaba conservando a relação hierárquica estabelecida entre os trabalhadores e a dissociação da unidade do trabalho humano, preservando a divisão do trabalho em trabalho intelectual e material. Esses elementos desvelam a subordinação do homem às condições de trabalho que lhes são impostas e possibilita a construção de uma imagem do trabalhador como desconhecedor dos processos envolvidos na divisão do trabalho que executa, mergulhado na ignorância política e no estreitamento de seus horizontes de trabalho e de cidadão, alienado de sua própria atividade e das atividades que estabelece com os outros homens.

Todo contexto apresentado sobre as mudanças na organização do mundo do trabalho tem contribuído para um progressivo enfraquecimento do modelo de sindicalismo existente, sobretudo devido ao fechamento de postos de trabalho com grandes contingentes de trabalhadores, à fragmentação crescente dos trabalhadores, à alienação massificante, à exacerbação do individualismo na relação salarial. Esse processo tende a abalar as entidades sindicais e a ideologia que move os trabalhadores a se organizarem contra o

capital. Promover a desestruturação do trabalho e provocar a cisão da luta sindical, tem sido um dos objetivos centrais da lógica da reestruturação produtiva do capital.

Nesse sentido, as ações de represália e controle dos mecanismos de insubordinação e das formas de resistência dos trabalhadores, passaram a ser rearticuladas de maneira mais elaborada, tornando-se mais sutis e estratégicas utilizando para isso os meios de comunicação de massa, televisão, rádios, jornais, revistas, entre outros, no sentido de dissuadir a luta e os movimentos sociais e desativar a unidade de classe dos trabalhadores, objetivando com isso, desorganizá-los nos aspectos políticos, ideológicos e sociais. Assim, os discursos idealizados e produzidos pelas elites dominantes reiteram a discriminação dos movimentos sociais e a marginalização da luta política e sindical dos trabalhadores, incentivando o surgimento de grupos de organizações sociais desarticuladas dos aspectos econômicos e políticos. O discurso ideológico generalizado prega que não há mais sentido em criar espaços que promovam momentos de reunião dos trabalhadores, para politizar o espaço de trabalho (Bhir, 1999).

É em contraposição a essas práticas que a interação entre os interesses da classe de trabalhadores se faz necessária, como forma de garantir a existência dos seus interesses na relação antagônica entre capital-trabalho. Ao se articularem, as classes sociais definem práticas voltadas para uma politização e um questionamento dos setores econômicos e políticos, fundamentam a defesa de participação e interação dos sujeitos diversos em organizações coletivas. A conscientização e politização têm resultado direto na potencialidade da união e na solidariedade dos grupos sociais, garantindo maior articulação. A ação de problematizar e politizar o setor econômico estabelece o elo entre as relações produtivas e as práticas sociais e amplia o poder dos grupos sociais no combate às práticas de relações de trabalho relacionadas aos princípios propostos pela reestruturação produtiva (Mascarenhas, 2002).

Desse modo, surgem variadas formas de resistência e de insubordinação dos trabalhadores ao sistema de controle do capitalista, com destaque para as insubordinações desencadeadas a partir do final da década de 1970, em vários países capitalistas com a Inglaterra, França, entre outros (Bhir, 1999). Foram os trabalhadores de diferentes setores da produção e da prestação de serviços, dentre eles os trabalhadores vinculados ao Estado, que

passaram a expor publicamente a precariedade das condições econômicas, sociais e trabalhistas, assim como as próprias condições de rebaixamento salarial, passando a reivindicar com os demais trabalhadores, o atendimento de reivindicações, junto aos empregadores e órgãos responsáveis (Canesin, 1995).

Convém apontar que os fatores socioeconômicos e políticos foram os principais determinantes para a dispersão e para a recomposição dos movimentos político-sindicais dos trabalhadores a partir dos anos finais de 1970. Com a introdução dos processos de automação e de informatização na produção e na organização do trabalho, inclusive nos setores de prestação de serviços, estes promoveram, decisivamente, uma recomposição de interesses dos diferentes grupos de trabalhadores empregados e desempregados. A maciça redução dos postos de trabalho dos operários provocou a expansão do desemprego em níveis alarmantes. A flexibilização das relações trabalhistas gestou uma diversificação na composição do trabalho e na profissionalização dos trabalhadores, lançando sob os mesmos, uma necessidade urgente de formação e qualificação profissional, que não garante emprego e promove a individualização extremada das relações trabalhistas e sociais. Considerando essas mudanças em sua totalidade, elas têm promovido a gradativa proletarização das condições de vida de todos os trabalhadores e um crescimento ampliado do assalariamento no setor de serviços, acentuando a desumanização do trabalho sob o controle do capital (Antunes, 2002, b).

As análises desenvolvidas por Rodrigues (2002) indicam que a ampliação do setor de serviços na sociedade capitalista incorporou vários trabalhadores advindos dos postos de trabalho que foram fechados nas indústrias a partir da flexibilização e da automação produtiva. Esse processo promoveu um crescimento da proporção de trabalhadores assalariados, incorporando também os grupos de trabalhadores pertencentes às “classes médias”, que passaram a lidar com um constante rebaixamento social.

Na medida em que a desregulamentação trabalhista e a flexibilização dos salários, nos níveis jurídico-legal, têm atingido em extensão os trabalhadores assalariados, estes se viram em condições de empobrecimento e, conseqüentemente, passaram a lidar com oscilações sociais, que os colocaram em patamares semelhantes aos apresentados pelas classes trabalhadoras em geral. Estas e muitas outras questões proporcionaram aos

trabalhadores do setor de serviços assumirem e incorporarem a luta sindical, como mecanismo de atuação contra as medidas políticas e econômicas adotadas pelo capital (Rodrigues, 2002).

Nesse sentido, a questão do crescimento do setor de serviços tem se destacado devido à incorporação de grande número de trabalhadores, distribuídos em diferentes categorias de profissionais, que de um modo geral, passaram a ter suas condições trabalhistas equiparadas às condições de trabalho dos demais setores assalariados. O trabalho em serviço é caracterizado como um modo de produção capitalista que assume essa configuração a partir do momento em que ocorre um processo de compra e venda desse serviço.

Assim, à medida que o trabalhador vende seu serviço ao capitalista, este o revende no mercado de bens e nesse processo, o serviço se enquadra como modo de produção capitalista porque enquanto determinada forma de trabalho social, expressa sua capacidade de produzir, como trabalho assalariado, lucro para o capitalista. Desse modo, o que interessa ao capitalista é a diferença entre o preço que ele paga pelo trabalho e por outras mercadorias, e o preço que recebe pelas mercadorias, sejam elas bens ou serviços que foram produzidos ou prestados nesse processo (Braverman, 1987).

Desse modo, as necessidades criadas pelo próprio capital não se limitaram aos serviços de escritórios e de fábricas, incorporando também os trabalhadores da prestação de serviços de saúde, educação, segurança e dos comércios menores em geral, que estão diretamente interligados à relação capital e trabalho, envolvendo a baixa qualificação e o assalariamento. Nesse sentido, a divisão social do trabalho na sociedade capitalista contemporânea pressupõe também a mercantilização dos setores de serviços, que passaram a ser vislumbrados sob a ótica do lucro e da exploração dos trabalhadores, onde a média salarial dos trabalhadores, em tempo integral, é uma das mais baixas registradas (id, 1987).

Nesse caso, o crescimento da prestação de serviços dos setores públicos e privados, corresponde à acumulação e ampliação das reservas de capital e de trabalho neles desenvolvidos, em acordo com o crescimento das demandas e necessidades de serviços proporcionados pela sociedade capitalista, que abrange uma ampla parcela de profissionais dentre eles, os trabalhos desempenhados por engenheiros, técnicos e nos níveis inferiores

da supervisão e gerência, mais ligados à produção industrial, aos serviços terceirizados, incorporando também, trabalhadores que atuam fora da esfera produtiva do capital, como profissionais liberais e os trabalhadores em hospitais, escolas, repartições públicas e outros (id. *ibid.*, 1987).

De modo geral, os trabalhadores têm enfrentado uma intensa mobilidade social, responsável pela modificação do perfil da estratificação social. No Brasil, esse fato intensificou-se principalmente nos anos de 1960 e de 1970, período em que os trabalhadores passaram a sofrer uma constante ameaça de queda do poder aquisitivo, de modo que, o poder de pressão das mobilizações coletivas e sindicais, a partir desse período, incidiu em dois elementos geradores de revoltas e insatisfação trabalhista, os quais foram as questões empregatícias e salariais. Nesse processo, tanto os trabalhadores pertencentes aos setores da produção, como os que se enquadram na prestação de serviços vivenciaram e vivenciam intensivamente, as mais diversificadas formas de exploração trabalhista, a partir da complexificação da organização do trabalho e da flexibilização da relação salarial.

Diversos fatores implicaram na organização social e produtiva das atividades humanas, promovendo uma transformação profunda da condição proletária, propiciando o que se caracterizou de ‘crise do trabalho’, onde se destacam os questionamentos ao modelo de sindicalismo institucionalizado pelo fordismo e pelo Estado, a parcelização e mecanização dos processos de trabalho, a viabilização de linhas de crédito incrementando o consumo do trabalhador, que se encontrava totalmente submetido à relação salarial, os deslocamentos das populações proletarizadas, dos campos para a cidade, entre as regiões, entre ramos de atividades e produção, alterando as identidades e solidariedades locais e profissionais, essas situações provocaram um acirramento das condições objetivas de trabalho, revelando-se também, em mecanismos propícios para a fomentação de um movimento de revolta dos proletários (Bhir, 1999).

Assim, a crescente urbanização e a ampliação da concentração social geradas a partir do crescimento das unidades de produção industrial e da organização do trabalho, contraditoriamente, possibilitou aos trabalhadores uma (re)tomada de consciência de sua força social e política. Os processos fordistas de desqualificação, uniformização, massificação dos trabalhadores como consumidores, expropriação generalizada, com

negação da identidade de classe, possibilitaram que os mesmos estendessem laços de solidariedade de classes mais amplos,

Assim, se o operário-massa se encontra privado, pelo fordismo, de suas antigas redes de solidariedade e de suas antigas referências ideológicas, isso lhe permite inversamente reconstituir-se de novo, melhor adaptado à compreensão crítica e à luta contra o novo universo capitalista (Bhir, 1999, p. 59).

Seguindo essa análise, ao mesmo tempo em que os trabalhadores foram perdendo sua autonomia em relação ao capital, eles passaram a enfrentar a rigidez das condições de regulação fordista. Na medida em que se processava a mercantilização de suas condições de vida, tornando os trabalhadores subdivididos, individualizados e aculturados, estes passaram a desenvolver reivindicações relativas à sua autonomia individual. Todos esses fatores desencadeados pelo regime fordista provocaram o rompimento das referências ideológicas dos operários, e paradoxalmente, por sua vez, possibilitaram aos mesmos as condições para a reconstituição da luta trabalhista. Assim,

O processo de massificação mostrava-se, então, *contraditório* em toda a sua extensão. Concentrando o proletariado em um espaço social, ele tendia por outro lado, a atomizá-lo; homogenizando suas condições de existência, gerava, ao mesmo tempo, as condições de um processo de personalização; reduzindo a autonomia individual, estimulava inversamente o desejo de uma autonomia como essa, desenvolvendo as condições para isso; exigindo o aumento de sua mobilidade geográfica, profissional, social e psicológica, enrijecia entretanto sua situação de fato, etc. Semelhante acumulação de contradições, com o tempo, só poderia explodir (Bhir, 1999, p. 59, *grifos do autor*).

Decorrente desse processo de massificação do trabalhador e do acirramento das condições de controle do método fordista-taylorista, as lutas operárias se intensificaram, ao logo dos anos finais de 1960, na tentativa de impor o esgotamento da natureza do trabalho fordizado, publicizar o questionamento do próprio lugar reservado para o trabalho na existência individual e social e a oposição ao conjunto de aspectos característicos das organizações sindicais e políticas, representativas do movimento operário nos países capitalistas europeus, na Itália, na Espanha, entre outros,

No final dos anos 60 uma crise social tomou conta da sociedade italiana. O evento decisivo foi a rebelião dos trabalhadores, que atingiu seu auge no outono de 1969. O movimento estudantil italiano precedeu o francês de 1968, ocorrendo em janeiro de 1967... A revolta dos estudantes italianos acendeu um estopim entre as classes trabalhadoras...uma rebelião maciça, em 1968-69, entre os operários da indústria do Norte da Itália, abalou o poder dos patrões durante pelo menos, uma década (Abse, 1996, pp.68,69).

Na Espanha, a inquietação industrial aumentara constantemente, estimulada pela combinação de mercado de trabalho estreito e ausência de direitos políticos. Cerca de 1,5 milhão de horas de trabalho foram perdidas em greves em 1966. em 1970, essa cifra chegou a 8,7 milhões ... em 1976, 150 milhões de horas de trabalho foram perdidas em lutas, em sua grande maioria de inspiração política (Camiller, 1996, p. 111).

De acordo com os exemplos citados acima, pode se afirmar que as revoltas dos trabalhadores italianos, espanhóis, franceses, ingleses, entre outros, passaram a envolver questões mais complexas que transcendiam as reposições salariais, centrando-se muitas vezes no controle do processo de produção. Para Abse (1996), esse foi um dos primeiros sinais de que as pressões estavam rompendo as organizações tradicionais da classe trabalhadora.

Alan Bhir (1999) analisa que as revoltas dos trabalhadores se deram em duas direções. Uma na direção de autonomia individualista, mais defensiva, objetivando o fim do trabalho e a ruptura com a condição de assalariado e a outra, na direção das lutas, se constituiu de forma mais coletiva, objetivando a reconquista de um poder sobre o processo de trabalho e a superação das formas alienantes de trabalho. Nesse sentido, o processo de revolta dos operários, da ala mais radical, defrontou e rompeu com os organismos sindicais e políticos institucionalizados do operariado ocidental, passando a se auto-organizarem em estruturas de classe, em comitês de greves, conselhos de oficinas e de fábricas.

Para estabelecer uma análise comparativa entre as revoltas dos trabalhadores nos países capitalistas europeus com a organização sindical dos trabalhadores no Brasil, nesse mesmo período, não se pode deixar de considerar o contexto sócio-político e econômico brasileiro, onde as lutas sindicais dos trabalhadores sempre estiveram sujeitas à repressão policial.

Nesse sentido, os trabalhadores brasileiros não tiveram as garantias promovidas por um modelo político de Estado do 'Bem-Estar', a exemplo do que foi vivenciado na Europa. Essa forma de regulação política do Estado não chegou a ser concretizada no país,

sobretudo porque aqui, as ditaduras da era Vargas e do Regime Militar, a partir de 1964, implementaram, cada uma à sua maneira, o acirramento das políticas do Estado e das medidas legais de contenção das manifestações e demandas sociais e trabalhistas e de manifestações reivindicativas de toda sociedade civil.

As entidades sindicais brasileiras nesse período eram minuciosamente controladas pelo Estado e pelo Ministério do Trabalho, pois que, de modo particular, a estrutura sindical brasileira consolidou um sistema de relações trabalhistas completamente vinculado ao Estado. Alguns sindicatos constituíram-se como mecanismos capazes de prestar serviços aos associados a partir de assessoria jurídica, colônia de férias, assistência médico-dentária, relegando a representação trabalhista às disposições e ao controle da Justiça do Trabalho. Nesse sentido, com exceção de alguns sindicatos industriais de metalúrgicos de São Paulo e do Rio de Janeiro, o sindicato brasileiro das décadas de 1960 até finais de 1970 do século XX, se revelou em entidades com poucos filiados, sendo que a maioria localizava-se fora dos locais de trabalho, entidades com organizações constituídas de forma fragmentada, apresentando práticas em grande medida assistencialistas (Cardoso, A.1999).

Desse modo, o Regime Militar no Brasil após 1964, garantiu que as práticas assistencialistas fossem as principais ações promovidas pelos sindicatos, pois proibia as greves e cassava as lideranças sindicais, nomeava interventores federais em todos os sindicatos mais importantes, nas ‘áreas de segurança nacional’. Fatos como estes, generalizaram a idéia de que os sindicatos eram partes integrantes do Estado.

O papel adotado pelo Estado brasileiro, endossado pelo Regime Militar, implementou uma política de cunho autoritário-repressor, que provocou, por meio de um forte esquema jurídico-legal, um silenciamento nas manifestações político-sindicais e um enfraquecimento dos direitos da sociedade civil em organizar-se, junto às manifestações e revoltas dos trabalhadores e estudantes, desencadeadas mundialmente, a partir de 1968. Desse modo, as tentativas de construção de uma identidade e de uma solidariedade entre os trabalhadores empregados e os desempregados eram completamente inviabilizadas e as negociações trabalhistas prescindiam as organizações sindicais e políticas regulamentadas pelo Estado.

Nessa conjuntura, as profundas mudanças desencadeadas no mundo do trabalho e no movimento sindical dos trabalhadores brasileiros, que se articularam a partir das reformas na estruturação do capital, em nível mundial, foram se redefinindo, a partir da implantação do programa governamental militar, promovido pelas Forças Armadas, cujos objetivos apontavam para a implementação de uma reorganização do Estado em função das metas previstas por uma ideologia de fascínio pela modernização, defendendo a manutenção e execução de um projeto de desenvolvimento econômico recorrendo à implantação de um programa de ampla cooperação do capital externo.

A partir desse período houve uma intensificação da tendência privatizante do setor estatal através da implementação de uma política econômica fundada na parceria com o capital externo. Essa parceria também propiciou a ascensão de um novo bloco no poder, vislumbrado a partir de uma articulação entre a burguesia industrial e financeira (nacional e internacional), o capital mercantil, latifundiários e militares, juntamente com a sociedade civil, nas figuras de intelectuais e tecnocratas, notadamente qualificados como elite; os desdobramentos desse controle militar possibilitaram uma forma peculiar de dominação e de atuação nos setores econômicos, sociais e políticos do país até princípios de 1985. Nesse processo, a estrutura da sociedade e as manifestações sociais foram mantidas sob controle e repressão, na tentativa de se evitar a subversão à ordem estabelecida (Germano, 1994).

Seguindo a lógica das diretrizes econômicas então delimitadas, o caráter burguês do Estado militar emergiu, sobretudo, por desenvolver práticas políticas de controle do trabalho e de aceleração de capital, em consonância com as mudanças promovidas pelo processo de reestruturação do capital internacional. A intervenção do Estado na economia brasileira comprometeu a gestão da força de trabalho, referente à intervenção da regulação do preço da força de trabalho. A lei 4.725 de 13 de julho de 1965, ao ser implementada, retirou a fixação do salário-piso da Justiça do Trabalho recolocando-a sob controle das autoridades financeiras, essa situação acarretou mudanças na disciplina do trabalho e uma insegurança no emprego. A intervenção estatal na economia intensificou sua capacidade de taxação e extração tributária, a aplicação de vultuosos investimentos em infra-estrutura e na indústria pesada, a concessão de créditos, de subsídios e favores a grupos empresariais, no limite, redundaram em corrupção e negociatas, endividamento externo e interno,

configuraram as práticas desempenhadas por um Estado explicitamente clientelista (id, 1994).

Fundamentados em ideais de construção de uma suposta “ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias ao povo, na luta contra a corrupção”⁶, os militares apresentaram um aparato repressivo com um poder legal e ‘absoluto’ desencadeando ações coercitivas não submetidas ao controle social e político, exemplificado por decretos que concediam ao presidente da República, plenos poderes para fazer e decretar leis secretas, sem prévia consulta e posterior divulgação oficial, de modo que não mais se estabelecia razões para tomadas de medidas repressivas, cassações e extradições de pessoas consideradas subversivas, contrárias à manutenção do *status quo* (Germano,1994).

Diante do complexo quadro conjuntural construído no período de militarismo no Brasil, foi amplamente divulgada e defendida uma prática governamental, que em nome da ordem econômica, promovia a redução, a plano secundário, de todas as demais instituições que oferecessem quaisquer riscos à implementação e manutenção da ordem vigente , desse modo,

Os aparelhos que contestavam ou impediam, interferindo na ordem econômica e/ou política, foram desativados (sindicatos, associações de classe etc.); os que representavam interesses opostos, melhor dizendo, os produtores de *contra-ideologia*, foram vigiados (imprensa, rádio, TV, teatro) e os que exerciam nas então sociedades de tipo capitalista a função principal de formação de consciências (caso da escola) foram transformados para atuarem preferencialmente no campo da produção econômica (Fazenda, 1988, p. 72).

A implementação desses atos e medidas constitui-se como formas legalizadas de repressão social e política voltada aos segmentos da sociedade civil, situação que lançou as entidades sindicais existentes num estado de esvaziamento do aspecto reivindicativo e proporcionou a expansão das funções marcadamente assistencialistas. As práticas repressivas ao movimento sindical, que foram promovidas pelas políticas do Estado, se

⁶ O trecho citado refere-se às justificativas do general Costa e Silva diante da assinatura do Ato Institucional n. 5 de 13-12-1968, considerado como um mecanismo estrategicamente elaborado para garantir o mais elevado grau de autonomia da intervenção militar no Brasil, conforme Germano (1994).

efetivaram também através de decretos-lei que reestruturavam ação do movimento social, aplicando a todos os trabalhadores, inclusive aos trabalhadores em educação, a todo o corpo docente, discente e administrativo das escolas, proibições vetando qualquer manifestação de caráter político ou de protesto. Estabelecendo a partir de então, uma prática de prisões de professores, alunos, invasões e depredação de universidades e demais locais considerados sob suspeita. As restrições legais da CLT e do decreto-lei n.1632/78 também contribuíram para o desmonte das mobilizações sindicais dos trabalhadores em educação desse período, pois determinava o impedimento e proibição de representação sindical para o funcionalismo público brasileiro.

Essa tentativa de desmonte das ações reivindicativas, sindicais e das iniciativas da sociedade civil de modo geral, foi resultado dos desdobramentos de um capitalismo hegemônico que inseriu a conjuntura do militarismo do Brasil no amplo processo de inovação tecnológica em curso a partir do final da década de 1960, em países de capitalismo avançado; foi um processo fundamentado na ideologia de uma sociedade tecnizada, científica, tecnológica e restritiva, que operou no sentido de garantir a liberalização do comércio exterior para a expansão do capital, vinculada à exigência de imposições de barreiras vetando o crescimento técnico-científico desses países em desenvolvimento, considerados potencialmente dependentes e consumidores das tecnologias produzidas mundialmente.

Esse processo tem sua lógica circunscrita concretamente num contexto social, político e econômico marcado pelas crises financeiras e de mercado – ou de concorrência intercapitalista e social – que gerou a intensificação dos conflitos capital-trabalho, referentes à imposição de mudanças nas tradicionais formas de organização da produção e do trabalho, centrados nos métodos tayloristas-fordistas de produção.

Contraditoriamente à crise sindical que ocorria nos países de capitalismo avançado, no Brasil, já nos anos finais da década de 1970, em meio ao projeto de reforma do Estado proposto pelo militarismo e de sua instabilidade política, o movimento sindical construiu espaço propício para se efetivar como representação original da sociedade civil e trabalhista em desacordo com a ordem vigente. Nesse aspecto, a posse do presidente Geisel, em 1974, indicou um momento político em que no seio do Militarismo, um discurso liberalizante começou a ser definido no cenário político com vistas a construir uma aproximação entre os

interesses dos militares e da sociedade civil, justamente porque a sociedade civil encontrava-se em desacordo crescente com os atos instituídos pelo regime político-militar e ressentia-se com as conseqüências da recessão econômica (Germano,1994).

Nesse processo, ocorreu a restrição da ação da chamada “linha dura” do militarismo, cujos atos terroristas desgastaram a imagem das Forças Armadas. Com esse reordenamento político, foi articulada e implementada uma conduta de controle aos subversivos, a promoção do retorno à ‘democracia’ e manutenção do desenvolvimento econômico. No processo de ampliar esforços para se manter no poder, o governo militar promoveu a chamada ideologia da “integração social”, uma arma utilizada para preservar sua dominação de maneira mais sutil, buscando o consenso da sociedade civil, ao atender os apelos dos setores anti-ditatoriais da esquerda e também de setores conservadores e burgueses que vislumbravam uma abertura participacionista no governo (id., 1994).

É com o olhar focalizado nesse contexto, que se percebe o paradoxo do progresso e do desenvolvimento capitalista, que mesmo apresentando intensas e contínuas remodelações urbanas, mesmo promovendo o crescimento de núcleos industriais, a expansão dos grandes centros urbanos, gerando uma transformação do modo de vida das pessoas, por outro lado preserva as circunstâncias completamente desfavoráveis em relação à distribuição de riquezas e ao índice de desenvolvimento humano das classes trabalhadoras.

Para os trabalhadores, as mudanças no mundo do trabalho recaíram diretamente nos quesitos de formação e qualificação profissional, situação que no Brasil se contrapôs a uma conjuntura reveladora de um grande número de pessoas analfabetas, um grande número de desempregados, outro grande número de trabalhadores pouco qualificados e desqualificados, todos inseridos na controvertida dinâmica da crescente concorrência apresentada pelo mercado de trabalho pouco estável.

Notadamente, durante a década de 1970, as organizações sindicais brasileiras tiveram muita dificuldade para se organizar e conduzir suas ações, pois sofreram todo tipo de intervenção, desde a substituição de diretorias, fraudes e anulações de eleições, perseguições e prisões de lideranças, além do fato de que a própria situação em que viviam os trabalhadores dificultava a organização trabalhista. Mas, a recessão econômica e o

rebaixamento salarial, contribuíram para a rearticulação do movimento sindical e assim, embora sufocada pela repressão, a classe operária brasileira, clandestinamente se articulava. A título de ilustração, particularmente uma denúncia do Banco Mundial informando que os índices de correção salarial haviam sido manipulados resultou numa expressiva mobilização de trabalhadores pela reposição salarial. Esse fato possibilitou que em novembro de 1977, uma delegação com 205 sindicalistas de São Paulo reivindicassem em Brasília, junto ao presidente Geisel, ‘o direito de os trabalhadores realizarem congressos nacionais’, assim,

Em maio de 1978, os trabalhadores retomaram a greve, que nas palavras de Lula, “não constitui nenhuma surpresa. Estava sendo plantada há anos”. Vitorioso, o operariado atropelou toda legislação repressiva vigente, tanto a da política salarial quanto antigreve. Estava inaugurado o novo período na história do movimento sindical. Veio à tona a proposta de realizar o 1º Congresso das Classes Trabalhadoras (CONCLAT). No dia 21 de março de 1981, 183 entidades de 13 estados compareceram à reunião no Sindicato dos trabalhadores Químicos Farmacêuticos de São Paulo para eleger uma Comissão Executiva Nacional de 29 membros, com a função de preparar o CONCLAT. A Comissão Executiva Nacional realizou reuniões, elegeu uma executiva de 7 membros. Editou um boletim informativo para os sindicatos e incentivou a realização de encontros estaduais que passaram a ser chamados de ENCLATE (Lopes, 1986, p. 85).

De modo peculiar, considerando o contexto explicitado acima, a instalação de uma política liberalizante nas práticas do governo Militar no Brasil e a própria articulação da sociedade civil em busca de espaço para suas manifestações propiciou a diversificação dos movimentos sociais organizados, que manifestavam descontentamento à situação vigente. Instituições como a OAB (organização dos Advogados do Brasil), ABI (Associação Brasileira de Imprensa), SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), segmentos da igreja católica, sindicatos de trabalhadores, entidades representativas de professores como a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES e a Confederação de Professores do Brasil se estruturaram e se mobilizaram de forma organizada, para protestar contra o regime político ditatorial vigente, para reivindicar eleições diretas, melhores salários, trabalhos e melhores condições de vida.

Com a realização dos encontros estaduais das classes trabalhadoras (ENCLATE) o, movimento sindical brasileiro reassumiu o seu papel no embate às forças políticas na

disputa pela hegemonia, conseguindo com isso organizar a luta de setores não sindicalizados como o funcionalismo público, os trabalhadores das repartições públicas, médicos, professores universitários, trabalhadores em educação, e outros. Enquanto setores não sindicalizados legalmente, as ações coletivas e políticas reivindicativas do funcionalismo público atingiram grandes proporções e configurações em embates com as forças oposicionistas, já no final da década de 1970, essas ações reivindicativas já haviam incorporado uma postura de embate às forças dominantes.

Assim, na medida em que os processos de contenção das revoltas e manifestações trabalhistas se delineavam com mais precisão, a intensificação da automação produtiva remodelou os postos de trabalho industrial, compondo novos quadros, promovendo o desemprego em massa e a desconcentração das estruturas e organismos sindicais. Em contraposição à essas práticas, as ações de resistência dos trabalhadores possibilitaram amplas mobilizações e paralisação da produção econômica e dos serviços prestados à sociedade.

Nesse processo, as ações de contenção das insatisfações trabalhistas, apresentadas pelos processos de organização do trabalho promoveram uma relativa elevação da qualificação e dos níveis salariais dos trabalhadores que continuaram empregados, viabilizando uma melhoria relativa do ambiente de trabalho, considerado agressivo, cansativo e maçante. No entanto, foi desenvolvido um complexo processo de controle do trabalho, baseado na iniciativa de envolvimento dos próprios trabalhadores com os processos de execução e fiscalização do trabalho, através de práticas de autogerenciamento e de fiscalização (Mascarenhas, 2002).

Diante do exposto, a classe trabalhadora tem passado por uma evidente mudança em sua constituição como classe, fazendo-se necessário, uma reinvenção de sua prática e ação estratégica de luta sindical. Nesse processo, os sindicatos têm papel fundamental, na medida em que tem buscando inserir uma relação de convívio entre os diversos tipos de trabalhadores, gerados pelas novas formas de organização do trabalho, que apresentam diferentes posicionamentos perante os grupos sociais e perante a própria organização sindical.

Nesse sentido, com a diminuição da propensão dos trabalhadores empregados em aderirem-se às ações sindicais, os sindicatos passaram a desenvolver estratégias para enfrentar o desafio de estabelecer maior aproximação com os diferentes setores de trabalho e com os variados segmentos de profissionais, tanto os altamente qualificados quanto os de baixa qualificação. Muitos desses segmentos de trabalhadores altamente qualificados não incorporam as formas tradicionais de negociações coletivas previstas pelo sindicato, devido à sua posição econômica, outros, como os trabalhadores de baixa qualificação e da prestação de serviços, acabam tendo propensão à sindicalização, exatamente devido à redução progressiva dos seus rendimentos salariais (Rodrigues, 2002).

Os desafios postos ao movimento sindical indicam que o sindicalismo precisa atuar no sentido de construir uma identidade política da classe trabalhadora, viabilizando a reconstrução de um processo de autoconsciência de grupo, no sentido de que os grupos mesmos elaborem sua posição e ação diante das correlações de força na sociedade de classes,

A identidade é um modo específico de articulação do grupo. É um fato de consciência significando uma auto-representação ou auto-definição, manifestada tanto no comportamento quanto no discurso. É um jogo dialético entre o mesmo e o diverso. O conflito e a heterogeneidade constituem terreno propício à formulação da autoconsciência” (Mascarenhas, 2002, p.15).

Nesse sentido, parece claro que a classe trabalhadora, para se fortalecer e adquirir maior poder de pressão precisa garantir uma articulação entre seus mais amplos setores, entre os trabalhadores formais, informais e desempregados, em torno de uma identidade e prática política coletiva. As ações do movimento precisam lidar com os desafios impostos atualmente, onde o desemprego eleva os índices de desfiliação e as baixas nas taxas de sindicalizados. A superação dessa problemática exige ações de ampliação das lutas e encaminhamentos sindicais rumo a construção de outros direcionamentos e alternativas que incorporem a luta de todos os trabalhadores, empregados e desempregados, visando a (re)organização da luta político-sindical frente à reestruturação produtiva.

1.3. AS AÇÕES POLÍTICO-SINDICAIS DOS TRABALHADORES NO CONTEXTO DA MUDANÇA: MUDANÇA CONTROLADA?

A complexidade da luta dos trabalhadores na atualidade reside no fato de que ela tem se construído e se constituído na tentativa de manter o mais elementar e defensivo direito da classe trabalhadora, o direito ao trabalho e ao emprego. Esta luta encontra-se precedida por uma lógica de controle social, que busca inviabilizar a delegação de poderes decisórios aos trabalhadores, de modo que, os processos de planejamento e execução da produção, continuam inscrevendo as ações trabalhistas em outras formas de articulação negociáveis, práticas que tem coadunado com a desestabilização das ações trabalhistas político-sindicais de caráter combativo (Mascarenhas, 2002).

Nesse sentido, as mudanças desencadeadas na organização do trabalho, no contexto da reestruturação produtiva têm possibilitado que a luta sindical dos trabalhadores configure-se de formas mais diversificadas. O quadro apresentado pela reestruturação produtiva tem se caracterizado pela inovação técnico-científica-informacional e pelas reformulações nas concepções político-econômicas e todos os desdobramentos desse processo nas questões sociais, culturais, éticas e ideológicas têm acentuado uma complexificação na forma de organização da classe trabalhadora, tanto na questão da sua localização nos postos de trabalho, quanto em relação à construção de uma identidade coletiva que garanta a luta política e sindical.

Essa situação tem sido verificada nos processos de trabalho organizado por contratos que estimulam o trabalho parcelado, subcontratado e outras formas alternativas de trabalho que tem sido desempenhado pela economia informal. Essa ampliação desigual da forma de organização do trabalho que multiplica o trabalho informal e individualiza a relação trabalhista tem requisitado um respaldo social e político. E para isso, são construídos alguns discursos e justificativas, alguns projetos objetivando criar uma necessidade de construção de uma reforma social generalizada, para atender as mudanças projetadas. Esse processo incide diretamente na tentativa de desarticular a força de trabalho, a partir de sua base de organização, que se configura como um entrave às mudanças propostas pela produção flexível e pela financeirização do capital. Assim, as reformas

propostas de acordo com a lógica do capital apontam a necessidade de se garantir a máxima desregulamentação das leis trabalhistas, a partir da flexibilização das relações de trabalho, e lançando ao trabalhador as novas exigências indispensáveis para sua qualificação profissional e sua empregabilidade.

Se nesse contexto, o mundo do trabalho encontra-se entrincheirado, um dos resultados visíveis é o avanço das diversificadas formas de organizar o trabalho prescindindo da legislação e dos direitos trabalhistas o que, obviamente, reflete na própria forma de organização política-sindical dos trabalhadores, que tem lidado com a tendência decrescente nas taxas de sindicalização, especialmente aumentadas a partir da década de 1980. Verifica-se que nesse cenário, os trabalhadores têm enfrentado condições adversas e desfavoráveis para efetivar a garantia de atendimento às suas reivindicações trabalhistas e sociais, mesmo quando são reivindicações propostas e negociadas por entidades sindicais. E nesse caso, as próprias instituições sindicais, esboçadas a partir do modelo taylorista-fordista e regulamentadas pelo Estado, revelaram-se insuficientes para representar os interesses dos trabalhadores integrantes do atual estágio da produção flexível e da prestação de serviços públicos ou privados.

Desse modo, é preciso considerar o fato de que a luta sindical dos trabalhadores é construída historicamente no seio da sociedade capitalista, a partir do antagonismo da luta de classes e na correlação de forças entre capital, trabalho e Estado. A institucionalização da luta política e sindical promovida pelo Estado, configurou-se, em grande medida, como uma tentativa de construir uma mediação para gerar a subsunção do trabalho e dos trabalhadores aos ajustes econômicos e políticos e em atendimento às novas demandas do capital. Mas, justamente por representar o movimento, a ação dos trabalhadores em contínuo processo de construção e reconstrução, algumas entidades sindicais, tais como Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, a Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, dentre outros, se tornaram representantes autênticos do enfrentamento, do combate e da resistência dos trabalhadores às mudanças ocorridas na sociedade capitalista e no mundo do trabalho (Souza, 2002, p.133).

Considerando que a própria estrutura social capitalista nesse processo preserva-se dividida em grupos sociais antagônicos, os diferentes interesses de classe se sobrepõem uns sobre os outros, a partir da correlação de forças desprendidas pela ação entre as classes

subalternas e as classes dominantes. Nesse caso, o processo de reestruturação produtiva e os seus mecanismos de dominação política e de controle econômico, lançam influências na reconstrução ideológica das mentalidades dos trabalhadores e da sociedade de um modo geral. Essa reconstrução ideológica da sociedade estabelece um consenso e, conseqüentemente, uma conformação da sociedade às mudanças previstas. Essas mudanças são marcadas, sobretudo, pelo questionamento às políticas sociais do Estado, que passaram a ser apontadas como ineficientes em suas ações sociais, econômicas e políticas frente aos novos contornos assumidos pela concepção da produção flexível, de modo que, as mudanças requeridas pela reestruturação passaram a ser entendidas como forma de aperfeiçoar a relação economicista do livre-mercado, a partir da intensificação da circulação e expansão de capital.

Para a realização de mudanças previstas para a sociedade de um modo geral, e para os trabalhadores em particular, torna-se indispensável a manutenção da subordinação dos trabalhadores ao capital. Mas, como a sociedade é dividida em classes que se articulam a partir de interesses diversos e antagônicos, a imposição de uma nova ideologia economicista para a sociedade tem enfrentado constantes desafios, sobretudo a resistência dos trabalhadores aos ditames do capital, que tem se firmado graças principalmente à existência, ainda que negada, das pressões dos movimentos sociais e sindicais e às forças subalternas que apontam para as reformas previstas pelo capital, pressionando em sentido contrário às mudanças previstas.

As alterações desencadeadas na organização do trabalho na sociedade contemporânea têm possibilitado a conformação e incorporação de outros modelos de produção flexibilizada, situação que gera desemprego e que repercute direta e decisivamente nas desorganizações, reorganizações e inovações dos movimentos sindicais dos trabalhadores. Esse dinamismo revela que a potencialidade organizativa dos trabalhadores para a luta não tem sido inviabilizada ou esgotada, apesar de grandes esforços estarem se construindo com esse sentido e nessa direção.

Sob o ponto de vista histórico, a forma institucionalizada do modelo sindical brasileiro, foi regulamentado a partir do governo de Getúlio Vargas, possibilitando a estruturação de uma organização sindical vinculada ao controle do Estado. O modelo de estrutura sindical proposto nesse período é considerado avançado para um país que

apresentava um recente processo de industrialização e um operariado diversificado e heterogêneo, sobretudo se for considerado que ele se estruturou num modelo de sindicalismo centrado numa legislação trabalhista que antecedeu a massificação do trabalho assalariado no Brasil, fato ocorrido somente após os anos de 1960, e que por isso mesmo previa algumas garantias importantes para os trabalhadores.

Assim, nos períodos de 1937 à 1945, sob a ditadura do governo Vargas e de 1964 a 1982, período marcado pelo controle autoritário do Estado Militar, foram implementados, progressivamente, o aperfeiçoamento da legislação trabalhista brasileira, baseada na legislação social e trabalhista de fordista dos países capitalistas ocidentais, como a França e a Inglaterra. Foi estabelecida também, nesse longo período, uma regulamentação criteriosa do movimento operário brasileiro, intensificando a dependência dos mesmos à burocracia estatal, sobretudo pela garantia do imposto sindical, sob forma de medida legal decretada pelo Estado, que conferia autonomia financeira aos sindicatos (Oliveira, A. 1999).

De modo genérico, a forma institucionalizada adotada por entidades sindicais e políticas, centradas nas determinações do Estado e orientadas pelo modo de regulação fordista, caracterizaram-se como estruturas mediadoras e organizativas da representatividade dos interesses dos trabalhadores e empregadores, transferindo o conflito entre capital e trabalho para as estruturas do Estado, em conformação com os interesses do capital, sobretudo aos princípios do modelo técnico-organizacional da acumulação intensiva do capital, pressupondo que todos os trabalhadores se mantivessem subordinados aos imperativos da dominação do capital sobre o processo de trabalho, oferecendo, em contrapartida, a satisfação de alguns de seus interesses mais imediatos, como salários, seguridade social, previdência social, entre outros.

De acordo com o exposto acima, é preciso considerar que a estrutura e o modo de comando e controle do capitalismo não assume a forma de um sujeito determinado. As suas estruturas de comando são compostas então pelo Estado e por controladores do sistema, sejam eles capitalistas privados ou burocratas, onde o que importa é que ambos apresentam como função a execução dos ditames do capital (Mészáros, 2002). Nesse sentido, as estruturas do Estado visam implementar medidas políticas, legais e paliativas destinadas a manter o controle das ações recalcitrantes e das rebeliões dos trabalhadores, objetivando

estabelecer um equilíbrio na relação capital-trabalho, por meio da naturalização da noção de trabalho livre contratual.

Nesse sentido, a burocracia estatal brasileira ao longo das últimas décadas do século XX, construiu e implementou uma legislação sindical seguramente estruturada para conter possíveis contestações e resistências dos trabalhadores,

Em termos gerais, o desenho desse sindicalismo de Estado era (e ainda é, em grande medida) o seguinte: os sindicatos são definidos por categoria profissional ou por setor econômico, tendo como referencia geográfica mínima o município. Para constituir-se, esses sindicatos tinham que receber a anuência do Ministério do Trabalho (MTb), e isso se dava por mecanismos bastante controlados. Um estatuto único, definido pelo Estado [...], eleições controladas pelo poder público [...], percentuais da receita sindical vinculados à atividades sindicais específicas. A sobrevivência financeira dos sindicatos estava determinada pelo Estado [...], cada trabalhador era membro compulsório do sindicato municipal, e um dia de seu salário por ano era (e é) compulsoriamente destinado à sustentação não apenas do sindicato, como também do restante da estrutura corporativa. Isto é, o sindicato existia independentemente da vontade ou mobilização dos trabalhadores (ou empresários) que representava (Cardoso, A. 1999, p. 30).

Essa estrutura de sindicato tornou-se limitada e fortemente controlada pelo Ministério do Trabalho. O imposto sindical, descontado direto do trabalhador, ainda tem garantido a existência do sindicato e analogamente também mantém o Ministério do Trabalho. Este, por sua vez, desenvolve a função de controlar e fiscalizar, por meio de seu órgão normativo máximo, sob forma de Justiça do Trabalho. O Ministério do Trabalho também é responsável por fiscalizações da ação sindical como um todo, desde as eleições até as manifestações grevistas, sendo acionado para solucionar conflitos coletivos e individuais, nas negociações entre capital e trabalho.

Assim, a institucionalização do sindicalismo no Brasil, diante da conjuntura autoritária, apresentou semelhanças com a forma estruturada de organização sindical e política constituídas e institucionalizadas em nível internacional. Essas organizações sindicais passaram a ser fortemente criticadas e questionadas quanto à capacidade de organizar e dirigir os movimentos trabalhistas de base, sobretudo porque essas organizações acabaram incorporando, em alguns casos, a forma de guardiãs do capital, configurando-se em instituições estatistas e legalistas, desenvolvendo práticas de sabotagem e de corrupção, com uma acentuada característica burocrática, assumindo inclusive um papel contra-

revolucionário perante as ondas de manifestações trabalhistas no período inicial da década de 1970.

No Brasil, as condições sócio-econômicas e políticas dos anos finais do século XX, possibilitaram a ampliação dos setores de trabalhadores assalariados que em ação conjunta com outros setores trabalhistas, sob pressão da exacerbada exploração capitalista, implementaram o revigoramento dos movimentos sociais e sindicais. Os movimentos sociais e sindicais foram reelaborados a partir da existência de novos elementos articuladores do trabalho e da sociedade, sobretudo advindos da flexibilização da produção, das inovações técnico-científicas e das políticas de contenção salarial. Esses e outros mecanismos passaram a mediar as condições de vida e de trabalho das populações, promovendo a configuração de experiências e ações sindicais e trabalhistas com significados políticos mais expressivos e com maior respaldo social. Nesse sentido, a própria estrutura sindical implementada pelo Estado foi potencializadora do ‘novo sindicalismo’ que se projetou socialmente a partir do final da década de 1970 (Souza, 2002).

No Brasil, a partir dos anos iniciais de 1980 um ‘novo sindicalismo’, passou a assumir espaço social, contando com a participação de trabalhadores de vários setores da produção de bens e produtos e do setor de serviços; inclusive do setor público, com destaque para os trabalhadores em educação. A reação maciça dos trabalhadores ante a estagnação econômica e social brasileira representou também um questionamento às direções sindicais acomodadas e burocratizadas, situação que provocou um impulso ao movimento sindical visando a recuperação da representatividade das entidades sindicais, estimulando o processo de incorporação das lutas reivindicativas dos trabalhadores, no sentido de serem conduzidas e assumidas por entidades sindicais revigoradas e autônomas (Sader, 1988).

Nesse processo, os trabalhos sindicais partiram de uma postura que oscilava entre a via legal, que permitia encontrar brechas para suas ações políticas de maior impacto social e a via de satisfação dos interesses das bases, que garantia, em certa medida sua legitimidade, com esse percurso, construíram o caminho na direção de se contrapor às autoridades patronais e políticas brasileiras (id. 1988). Assim, a luta dos trabalhadores

assalariados intentou posicionar-se em direção contrária às formas de organização do trabalho controladas pelo capital e garantidas pelo Estado.

É nesse cenário constituído por políticas repressoras, pela recessão econômica, pela exclusão social e pelo silenciamento sindical, que no Brasil, as mudanças desencadeadas no mundo do trabalho, ao atingir toda realidade social, promoveu alterações na dimensão do trabalho organizado no setor de serviços na área da educação pública, desvelando que as propostas de reformas educacionais implementadas pelo processo de reestruturação produtiva e colocadas em vigor pelos governos em parceria com o capital externo divergiram consideravelmente das reais condições de construção de escolas modernas e democráticas requisitadas pelas propostas de reformas. No período do militarismo as reformas educacionais implementadas constituíram-se como verdadeiros simulacros da educação para o desenvolvimento, contribuindo para distorções conjunturais no sistema educacional brasileiro e para a precarização das condições de trabalho nessas instituições (Gentili, 1998).

No curso desse processo, as condições concretas de trabalho desenvolvidas pelos trabalhadores em educação têm sido constantemente reformuladas pelas propostas de reformas educacionais, tais como mudanças previstas pelos acordos internacionais⁷, pela Legislação Educacional, pelos Programas Curriculares, pelos Sistemas de Avaliação, que desde os anos de 1960 tem promovido gradativas mudanças na organização do trabalho escolar e na atuação dos profissionais da educação, visando atender uma nova demanda de formação escolar e de profissionalização definida pela nova ordem produtiva. Desse modo, a reforma da educação no passado, se justificou em termos econômicos porque preencheria “os requisitos necessários à mão-de-obra por elementos com adequada formação básica que amplia a rentabilidade do trabalho e acelera o desenvolvimento” (Reforma do Ensino Primário e Médio, 1970 *apud* Fazenda, 1988) e no presente, se justifica porque “a educação deve se vincular ao mundo do trabalho e à prática social” (LDB n. 9394 de 1996, Art.1º, § 2º).

⁷ Os acordos MEC/USAID (Agency for International Development dos Estados Unidos) foram frutos de uma *onda de modernização*, sendo implementados para situar o problema educacional, contratar técnicos americanos e dar encaminhamentos às reformas consideradas necessárias para o ensino primário, para o ensino médio, elaboração de planos educacionais, publicação de livros, Planejamento do ensino Superior, entre outros, conforme Fazenda (1988).

Diante dessas colocações, constata-se que a flexibilização dos processos de trabalho tem promovido a exigência de um perfil de formação profissional altamente qualificados em atendimento às inovações técnico-científicas-informacionais e contraditoriamente, tem gerado uma redução da exigência de qualificação profissional para a grande maioria de trabalhadores vinculados a empregos temporários, parciais, subcontratados e instáveis. Essa concepção de trabalho tem gerado um repensar a forma de organização da formação da classe trabalhadora precisamente nas instituições escolares, situação que perpassou e perpassa as discussões e propostas políticas de reformular a organização dos sistemas de educação dos países capitalistas (Oliveira, D., 2004).

As mudanças desencadeadas no mundo do trabalho chegam à escolas por meio das iniciativas de reformas educacionais e de aprovação de leis educacionais específicas, a exemplo das reformas promovidas no Brasil a partir da década de 1990, com a Lei de Diretrizes e Bases da educação n. 9394 de 1996, com as propostas curriculares do Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a criação de um Sistema Nacional de Avaliação. Todo esse aparato legal tem ocasionado o acirramento da degradação das condições de trabalho em educação, tem levado os trabalhadores em educação à conviverem com um processo de privatização lento e gradual da educação e com o sucateamento das instituições públicas de ensino.

No decorrer do longo processo de reestruturação produtiva, todos os trabalhadores, têm experimentado uma intensificação do processo de subproletarização, de aumento do trabalho parcial, temporário, do crescimento do subemprego, da expansão do desemprego estrutural e de uma ampliação do assalariamento das suas condições de trabalho. Essas profundas modificações no mundo do trabalho repercutem em desafios para os trabalhadores em educação pública, pois seu espaço de trabalho também tem sido invadido por políticas públicas educacionais privatizantes, enfatizadas a partir do argumento de falência da interferência estatal na oferta de ensino público e, pelo discurso de defesa da privatização como única saída possível e viável para garantir o desenvolvimento econômico, melhorar as condições de atendimento às necessidades básicas de subsistência

humana e dos serviços prestados à população, e também como forma de garantir melhor qualificação da força de trabalho.

Na conjuntura do processo de flexibilização do trabalho e das relações trabalhistas desencadeadas no decorrer das décadas finais do século XX, as instituições públicas de ensino, tanto no Brasil quanto na América Latina de um modo geral, se tornaram cenários conflituos, passando a expor, abertamente, para o espaço social e público, a realidade das escolas, as condições precárias de trabalho, de salários, e baixa qualidade do ensino e a crescente flexibilização da relação trabalhista (Gentilli, 2004).

A análise sobre a estrutura político-sindical, no contexto da reestruturação produtiva do capital, ressalta a dimensão expressiva que as lutas sindicais dos trabalhadores, e dos trabalhadores vinculados ao Estado e à educação, adquiriram nas últimas décadas do século XX, sobretudo nos países latino-americanos, indicando que as formas apresentadas pelas estruturas organizativas das reivindicações trabalhistas, muitas vezes se apresentavam para além das tradicionais instituições sindicais, como foi o caso das organizações sindicais dos trabalhadores em educação pública.

Os trabalhadores em educação têm vivenciado, de forma intensa, práticas políticas que denotam a tentativa de torna-los flexíveis e colaboradores com o processo de reforma social e de reprodução do capital. A degradação da organização do trabalho escolar, através de contratação de pró-labore, por meio de incorporação de trabalhadores com contratos de trabalho temporários, sem as devidas garantias trabalhistas, com o objetivo de suprir uma demanda de trabalhadores efetivos, a demora em realizar concursos públicos e a não contratação imediata dos aprovados, entre outras ações políticas, revelam que, os governos e a sociedade, acabam por incorporar a naturalização da desconstrução e do desprestígio do trabalho desenvolvido na área da educação, sobretudo a pública.

Em Goiás, a conjuntura dos anos finais da década de 1970 apresentou as transformações da estrutura agrária, através da concentração da propriedade fundiária, implementação da pecuária e agricultura mecanizada e a redução do emprego no campo. Esse processo promoveu o sistemático desalojamento de posseiros, parceiros e agregados do espaço rural. Em consonância com o processo de modernização parcial da agricultura, foram criadas condições para o estabelecimento de relações de trabalho temporário, fator

que impulsionou o fluxo migratório para as principais cidades do estado, contribuindo para um agravamento do nível de distribuição de renda e deterioração crescente das relações salariais. Esse contexto propiciou a organização e expansão desordenada da urbanização do estado de Goiás, interligado a um estado de carência dos serviços básicos prestados à população, que condicionou às reivindicações populares condições concretas de assumirem uma luta com significados mais expressivos.

No bojo desse processo, é salutar focalizar com atenção as transformações desencadeadas no aparelho estatal, transformado num complexo sistema de prestação de serviços, sendo que, além de agente econômico, ele se tornou produtor de bens e serviços, sendo levado a ampliar suas funções também na área da saúde, comunicação, educação. Esse fato propiciou o crescimento da escolarização básica centrada na lógica de organização da sociedade articulada com a modernização da economia atrelada aos patamares da desregulamentação social, política e cultural, o que acarretou uma expansão da escolarização desorganizada, paralela à redução da atuação do poder estatal no tocante aos recursos materiais e de formação profissional (Canesin, 1999).

Assim, a trama tecida pelas agências governamentais dessa conjuntura pressupôs que os educadores teriam uma prática de trabalho essencialmente neutra, desinteressada, desligada das relações de poder e de dominação de classe, voltada para a formação do bom cidadão, para o progresso e o desenvolvimento da sociedade. Mas em sentido inverso, as relações de dominação de classe e a distribuição de renda desproporcional entre os trabalhadores assalariados médios, entre os professores e os demais funcionários públicos, foram os principais fatores que contribuíram para o processo de envolvimento dos trabalhadores em educação na tomada de consciência política e na promoção de ações contra os desmandes políticos, sendo as manifestações sindicais e as greves, elementos decorrentes desse processo que se tornaram importantes mecanismos de pressão política em Goiás.

Em desacordo com a política repressiva e a recessão econômica, se processou a emergência dos profissionais do serviço público em manifestações públicas, reivindicando melhorias nas condições trabalhistas e salariais. Dentre estas e outras razões, a organização política dos trabalhadores em educação em Goiás, a partir de 1979, instituiu o Centro de

Professores de Goiás, o CPG, efetivado a partir do processo de unificação de duas importantes associações de professores de 1º e 2º graus, objetivando promover a fusão de interesses comuns e o fortalecimento do poder de mobilização dos professores goianos (Documento-base do Congresso Unificado do Sintego, 1988, s/p.) .

Enquanto uma categoria de assalariados, os funcionários públicos do estado de Goiás mantinham uma representatividade de classe que se apresentava fora dos padrões de institucionalização sindical. O Centro de Professores de Goiás (CPG), ao colocar os trabalhadores da educação no espaço público e político incorporou denúncias da precariedade do sistema de ensino público goiano, expondo os trabalhadores, escancarando suas condições de trabalho nas escolas, os salários aviltantes que comprometiam a qualidade de vida. O movimento sindical cobrava da sociedade civil o apoio e a parceria na luta contra as formas de opressão e de repressão do Estado-patrão (Canesin, 1999).

O CPG, mesmo enfrentando dificuldades para mobilizar a categoria, promoveu a publicização do trabalho dos professores em suas condições e limitações, explicitou a desorganização da situação do ensino de 1º e 2º graus da rede pública goiana. Estes fatos colocaram os trabalhadores em educação no centro das atenções e críticas, pois ao se colocarem publicamente, vislumbraram transformar suas reivindicações em problemas sociais, e intentaram com isso, assumir uma postura política como agente social (id., 1999).

A peculiaridade de todo esse processo está no fato de que as manifestações públicas dos trabalhadores em educação em Goiás, através de um centro de convergência dos interesses trabalhistas com perfil sindical ocorreram num período em que a CLT (Contrato de Leis Trabalhistas) e o decreto-lei n.1632/78 estabeleciam a proibição de representação sindical para funcionários públicos. O movimento organizado dos professores, funcionou na clandestinidade e nesse período contou com expressivo apoio da classe trabalhadora em geral, que reivindicavam melhorias estruturais na organização da sociedade. A institucionalização dessa entidade em sindicato só foi regulamentada pela Constituição Federal de 1988, processo que permitiu ao CPG tornar-se o Sindicato dos Trabalhadores em Educação em Goiás (Sintego), num período marcado pelo processo de implementação de uma política neoliberal no cenário brasileiro.

Mesmo não recebendo status de sindicato, o CPG mantinha uma ação organizativa combativa voltada para os interesses da classe que representava, e, seu poder de mediação, foi adquirindo expressão no cenário goiano e nacional, através da ampla participação de seus filiados em movimentos vinculados à criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em Goiás, participando de encontros nacionais de professores, garantindo a filiação à Conferência dos Professores do Brasil – CPB; inserindo-se no debate e no processo de criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT-, de modo que o processo de reconfiguração do chamado ‘novo sindicalismo’ brasileiro se estruturou em Goiás a partir do CPG, como um interlocutor importante no cenário político regional e nacional (Canesin, 1999).

Os sucessivos enfrentamentos dos trabalhadores em educação de Goiás com o Estado e frente aos descompromissos do MEC e da Secretaria Estadual de Educação com a política educacional resultaram em greves, negociações, acordos, ajustes, reincidência de greves, sendo que todas essas ações, incluídas na lógica de arrocho econômico, foram contribuindo para uma remodelação da ação sindical do CPG, ao longo da década de 1980. De práticas com ações combativas, o CPG, no processo de estruturação e institucionalização sindical, nos anos finais da década de 1980 foi assumindo características mais defensivas, o que se configurou como um dos primeiros reflexos dos desafios impostos pelas mudanças no mundo do trabalho, pelo desemprego e pelo arrocho salarial incidindo no movimento do CPG.

A própria vitória expressiva do PMDB em Goiás, em 1983, um partido de oposição à política em vigor, tendo Íris Rezende no governo goiano foi possibilitada porque contou com o apoio da imensa maioria dos funcionários públicos que se encontravam revoltados com a política até então vigente no militarismo, situação que garantiu o respaldo e o apoio do CPG à campanha eleitoral desse partido. O resultado das eleições permitiu ao CPG e à classe trabalhadora que representava a averiguação da implantação de um processo de reordenamento e enxugamento da máquina governamental, promovido em nome da democracia. Nesse contexto, as manifestações dos trabalhadores da educação aconteceram marcadas pela controvérsia dos acordos feitos com o governo, que oscilavam entre o prometido e o cumprido, assim como pelo enfrentamento a um consenso ideológico da opinião pública que passou a ser construído pelos meios de comunicação de massa e

governo, objetivando deslegitimar a ação sindical dos trabalhadores da educação em Goiás (Canesin, 1999).

O programa político do PMDB, adotado a partir de 1983, intitulado “o povo no poder” promoveu a criação de uma racionalidade ideológica de marginalização da legitimidade da luta sindical construída pelo CPG junto à sociedade civil, além de promover práticas que desconsideravam as demandas por reajustes salariais, melhores condições de trabalho, estatuto do magistério, pagamento em dia dos salários atrasados, mudança nos critérios de escolha de diretores, que faziam parte das reivindicações da categoria junto ao governo. Essas ações implementadas foram desfavoráveis aos movimentos sindicais, sendo assessoradas por um processo político-ideológico criado para promover a desconstrução da legitimidade do trabalho e da ação política dos trabalhadores em educação.

Nesse contexto, o movimento sindical dos trabalhadores em educação e dos demais trabalhadores passou a lidar com desafios impostos à organização da luta sindical, construindo formas alternativas de lutas, mais defensivas e timidamente combativas como modo de garantirem sua legitimação e ao longo da década de 1990, período de intensificação das políticas neoliberais no Brasil⁸, passaram a ocorrer a diminuição das práticas sindicais combativas e de confronto direto.

É buscando compreender os elementos que contribuíram para reordenar as novas formas de conceber o sindicalismo no Brasil, a partir dos anos de 1990 e 2000 que, no segundo capítulo será analisado o paradigma neoliberal e suas implicações na organização sindical brasileiro. A concepção neoliberal propõe políticas de reajustes econômicos a partir de uma completa reordenação do Estado e do trabalho, com o espectro da dominação ideológica vinculada ao funcionamento de um mercado instável, cujos objetivos estão voltados para a mercantilização das relações sociais, econômicas, políticas, educacionais e individuais, o que tem provocado desafios para a organização sindical diante de condições objetivas geralmente desfavoráveis à classe trabalhadora.

⁸ O termo neoliberalismo tem um significado específico no que concerne a um conjunto particular de receitas econômicas e programas políticos que começam a ser propostos nos anos de 1970, tendo como inspiração Hayek e a chamada ‘tradição austriaca’. Nesse processo, a relação entre o mercado e o Estado assume uma importância de destaque e reflete em mudanças históricas no capitalismo. Ver em Therborn (1995).

II CAPÍTULO

O PARADIGMA NEOLIBERAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO SINDICALISMO DOS TRABALHADORES BRASILEIROS

2.1. NEOLIBERALISMO, ESTADO E A AÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES

As plataformas de ações sindicais da maioria dos trabalhadores, elaboradas nas décadas finais do século XX, em âmbito mundial, têm sido construídas e constituídas a partir de conjunturas marcadas por intensificados processos de mudanças sociais, econômicos, políticos e ideológicos vinculados à concepção neoliberal, altamente desfavorável às ações coletivas e político-sindicais da classe trabalhadora. Essas mudanças primam por conduzir um discurso que redireciona para a marginalidade a ideologia dos movimentos sociais e sindicais dos trabalhadores e desempregados, gerada no antagonismo da relação capital-trabalho.

É com a intensificação do processo de implantação das políticas neoliberais, adotadas pelos países capitalistas, que as diversas formas de configurações das organizações sindicais dos trabalhadores passaram a ser questionadas, reformadas, estruturadas e reestruturadas e, em alguns casos, até suprimidas, dando passagem à novas formas de organizações sociais e sindicais que em sua grande maioria estão desvinculadas da luta de classe e da luta política.

Como já foram apontadas no primeiro capítulo, as mobilizações sociais populares e sindicais ressurgiram no cenário brasileiro nos anos finais da década de 1970, período marcado pelas políticas econômicas e sociais de um Estado Militar repressor e autoritário. Decorre que as próprias condições objetivas apresentadas no contexto do Regime Militar, a recessão econômica e social em nível nacional e as ações reivindicativas dos trabalhadores possibilitaram às entidades sindicais e à sociedade civil, assumir maior expressão social nos anos finais dessa década (Germano,1994).

A inserção de organizações sindicais no espaço público brasileiro e goiano na década de 1980 e 1990 se contrastou com as próprias contradições ideológicas da sociedade civil, que de modo singular e paradoxal, se revelaram nas formas polarizadas das lutas, disputas e concepções políticas e sindicais, que configuraram-se em nível nacional, em vertentes notadamente opostas e divergentes, marcadas por rupturas, divisionismos e demarcação de plataformas políticas e sindicais trabalhistas. Esse processo resultou na

institucionalização de diversificadas entidades sindicais, com destaque para as centrais sindicais que ganharam espaço político na cena social.

Durante os anos de 1979 e 1980 houve uma articulação de forças políticas e partidárias no cenário brasileiro que incidiu no movimento sindical, de modo que ampliou-se as opções partidárias e surgiam duas fortes tendências sindicais, expressadas pela Unidade Sindical e ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais) polarizando o movimento sindical na década de 1980 (Costa, 1995).

A ANAMPOS estava vinculada ao PT (Partido dos Trabalhadores) e conservava o mesmo debate político, essa corrente era considerada combativa, e se opunha radicalmente às ações sindicais da Unidade Sindical, consideradas reformistas. As duas tendências pretendiam a criação de uma central sindical, mas os objetivos eram bastante distintos,

O bloco dos reformistas e pelegos ‘tem um projeto de CUT que parte da estrutura sindical atual e quer uma CUT sob controle das confederações e federações’ e o bloco dos combativos ‘tem outro projeto de CUT, que parte da organização de base dos trabalhadores, que deve ser controlada pelos organismos de base (Costa, 1995, p. 48,49).

Assim, para organizar a composição da Comissão Nacional de criação da CUT, a Unidade Sindical propôs uma comissão compostas apenas por sindicalistas e a ANAMPOS defendeu uma comissão composta por representatividades dos delegados da base e não apenas os dirigentes sindicais vinculados à estrutura sindical oficial. Desse modo, houve impasses, disputas e divisionismos sindicais expressivos na campanha pró-CUT, sendo que, em 1983, foi realizado o I CONCLAT – Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras, em São Paulo, onde a reivindicações sindicais exigiram, liberdade e autonomia sindicais; direito de organização nos locais de trabalho; direito irrestrito de greve; fim das intervenções nos sindicatos e reintegração das diretorias cassadas e reconhecimento da CUT como órgão máximo de representação dos trabalhadores (id.,1995).

As ações da CUT – Central Única dos Trabalhadores, a partir de 1983 pautaram-se pela defesa de ações massivas, objetivamente combativas, com políticas de resistência às mudanças políticas e econômicas, defendendo, pelo menos em discurso, a construção de uma sociedade socialista. No sentido oposto a essa prática sindical, Costa (1995) afirma

como destaque de oposição às ações da CUT, as propostas veiculadas pela Central Geral dos Trabalhadores - CGT, que a partir de 1986 assumiu a cena sindical brasileira, com práticas moderadas. Essa Central passou a atuar como mediadora da relação capital-trabalho e como defensora das relações de mercado e do capitalismo. O congresso de criação de CGT, em março de 1986 definiu um plano de lutas envolvendo apoio a candidatos comprometidos com a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores, defesa da política salarial com estabilidade, implantada pelo governo Sarney, políticas contra a discriminação da mulher, dos negros e dos menores, estabelecimento do poder normativo à Justiça do Trabalho, entre outros, que compôs também sua diretoria,

A CGT, criada em março de 1986, é resultado de uma ampla composição política, que inclui diversas correntes... É nesse contexto de redefinições táticas que setores de direita sindical, procurando conquistar terreno, organizam-se a partir da direção da CGT, dando origem ao Sindicalismo de Resultados. Seus expoentes são Antonio Rogério Magri e Luis Antônio Medeiros...os dois ao abraçarem a defesa e a prática do sindicalismo restrito aos limites capitalistas, passaram a sabotar, abertamente, com o apoio da grande imprensa, as principais reivindicações dos trabalhadores na Constituinte (estabilidade, jornada de 40 horas) ... Pela primeira vez no país uma corrente com certa penetração no movimento sindical defende, abertamente e de forma ousada, a limitação das lutas sindicais aos marcos do capitalismo, fazendo de sua defesa uma opção doutrinária, negando socialismo como o ideal da classe operária e dos demais trabalhadores (Costa, 1995, p. 196).

Nesse contexto de definições e redefinições de políticas sindicais em nível nacional, em que se polarizam as concepções políticas e ideológicas, no ano de 1988, o CPG tornou-se Sintego – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás filiado à CUT e, de um modo geral, os primeiros anos de atividades do Sintego foram coincidentes com os primeiros anos de implantação de uma efetiva política de reformas neoliberais onde uma série de medidas foi adotada pelos governos federais e goianos para se adequarem ao patamar de acumulação exigido pelo grande capital financeiro mundial; a privatização das empresas estatais, as reformas administrativas do Estado, o arrocho salarial e o desemprego estrutural são exemplos históricos que tem marcado as mudanças ocorridas nesse contexto (Canesin, 1999).

Em todo Brasil, a partir da década de 1980, os movimentos conflituosos dos trabalhadores, dos trabalhadores em educação e funcionários públicos demarcaram o

espaço político de luta e de reivindicação contra os encaminhamentos políticos e econômicos então adotados. E a partir da conquista do direito de sindicalização dos funcionários públicos, previsto na Constituição Federal de 1988, as ações sindicais combativas e radicais tenderam a se fortalecer, principalmente porque vários sindicatos foram oficializados e, se filiaram à CUT. A concepção política majoritária norteadora das ações sindicais de base cutista passou a defender a tese de aglutinação de forças das entidades sindicais no Brasil, envolvendo os interesses de variados setores trabalhistas, no intuito de combater a opressão e a exploração capitalista e as políticas neoliberais e construir um sindicalismo forte (Documento-base Congresso Unificado do Sintego, 1988, s/p.).

Desse modo, é destaque a importância adquirida pelos conflitos sociais protagonizados pelos professores, demais trabalhadores em educação e os funcionários públicos, que nesse período, associaram seus objetivos e interesses em torno das ações da CUT no sentido de contribuir com atividades para dinamizar os conflitos sociais e trabalhistas radicalizando-se nas denúncias e nas reivindicações e no escancaramento dos dilemas sócio-político-econômicos brasileiros.

Alguns trabalhos como os de Canesin, 1999; Gentili, 2004; Mascarenhas, 2000,2002; Oliveira, D. 2004, e da Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP, de São Paulo (1992/1993), entre outros, têm efetivado pesquisas objetivando garantir um tratamento pormenorizado à questão da organização sindical do setor de trabalho vinculado ao serviço público, inserido no aprofundamento da reforma do Estado desencadeada pelas políticas neoliberais. Alguns desses estudos têm abordado a questão da tendência crescente da conflitividade no serviço público, que de um modo geral têm adquirido significativa expressão no Brasil e na América Latina, no decorrer da última década do século XX, período historicamente marcado pela introdução e/ou pelo aprofundamento das reformas previstas pelo neoliberalismo,

Um dos dados mais impactantes de nossa pesquisa refere-se à duração dos conflitos registrados. Entre 1998 e 2003, a soma dos dias de conflito educacional, nos 18 países estudados⁹, atingiu a marca de 4.802 dias. Considerando que o

⁹ Gentili e a equipe de pesquisadores do Observatório Latino-americano de Políticas Educacionais (OLPED) desenvolveram essa pesquisa, entre os anos de 1998 e 2003, nos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil,

período estudado compreende 1.825 dias, isso significa que, em cinco anos, houve, na região, 2,6 protestos educacionais por dia...esse dado é de vital importância para a compreensão da magnitude da conflitividade educacional na América Latina durante estes últimos anos (Gentili, 2004, p.37).

Outros estudos como os de Oliveira (2004) também inquiram sobre a questão da organização do trabalho escolar, vinculado à organização administrativa típica da sociedade capitalista, com ênfase na questão do antagonismo que está implícito e explícito na relação de exploração capital-trabalho presente na relação de trabalho escolar e na conflitividade sindical dos trabalhadores em educação, relações reveladas pelos processos de sindicalização desses trabalhadores e pela própria estruturação de seus sindicatos, fato que gerou um crescimento da extensão das plataformas de ação política-sindical desse setor.

Há notadamente que se destacar, que no período envolvendo as décadas de 1980 às décadas iniciais do século XXI, ocorreu uma massiva reação conflitiva e sindical dos trabalhadores em educação e demais funcionários públicos brasileiros e essa crescente organização sindical do setor público, tem desvelado as marcas de uma prolongada reforma política, econômica, social e ideológica de cunho neoliberal na conjuntura latino-americana.

No processo de configuração da luta sindical dos funcionários públicos do Estado, nos períodos de 1978 à 1988, as pesquisas que foram mencionadas acima indicam que houve uma efervescência da ação politizada e da combatitividade político-sindical do setor de trabalho no serviço público, ocorrendo relevantes conquistas de direitos sociais e a própria institucionalização das entidades sindicais, então legalizadas pela Constituição Federal de 1988.

De fato, os conflitos sindicais do funcionalismo público têm construindo uma demarcação de espaços político-sindicais dentro do cenário brasileiro, pois notadamente, em Goiás, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação - Sintego tem articulado sua plataforma de ação vinculada às propostas da CUT, comungando os mesmos princípios político-ideológicos e filosóficos, cujo objetivo consiste em garantir o atendimento dos interesses dos trabalhadores brasileiros, de modo ampliado, incorporando nos planos de lutas, teses e propostas de ações sindicais com temas mais abrangentes interligados às áreas

Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, equador, Guatemala, Honduras México, Nicarágua, Panamá, peru, Paraguai, El Salvador Uruguai e Venezuela.

de interesse educacional, econômico, social, cultural e político, entre outros (Documento-base do I Congresso Estadual do Sintego, 1990,s/p.).

Em contrapartida, o amplo processo de reforma política e administrativa desencadeado pelas políticas neoliberais seguiu prejudicando a construção de uma ideologia das organizações sindicais combativas, onde setores governistas passaram a promover um discurso e uma prática ideológica enfatizando a marginalização das ações sindicais da classe trabalhadora, a partir do não atendimento às negociações, da difamação dos trabalhadores no serviço público, tidos como incompetentes. Com isso as ações sindicais desse setor encontram maiores resistências para ocupar os centros de decisão e de atendimento às demandas reivindicadas.

As formas de exclusão, de segregação social, econômica e política ao assumirem a cena pública, através das manifestações e reivindicações dos trabalhadores, tem o potencial de desmascarar a incoerência da ideologia do progresso capitalista, propagado pelo neoliberalismo. Muitas reivindicações trabalhistas e populares acabam direcionando suas ações para o sentido oposto ao das medidas políticas governamentais adotadas, requisitando políticas de atendimento às demandas sociais, educacionais, de saúde pública, de habitação, de trabalho, demandas que têm sido desconsideradas pela política reformista da sociedade contemporânea.

Desse modo, contraditoriamente, é no contexto apresentado pela intensificação da internacionalização e da financeirização do capital, processo desencadeado pela reestruturação produtiva e amplamente regulamentado e fortalecido pelas reformas econômicas, políticas, sociais e ideológicas do neoliberalismo, que se localiza as ações sindicais dos trabalhadores brasileiros e a construção histórica das lutas sindicais dos trabalhadores em educação pública em Goiás, por meio do Sintego, a partir de 1988.

O panorama mundial produzido pelas mudanças desencadeadas pela reestruturação produtiva e pelo neoliberalismo foi descrito por Hobsbawn, como sendo um período em que o mundo “perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise” (Hobsbawn)¹⁰. Essa afirmação é ilustrativa das mudanças processadas no cenário mundial,

¹⁰ O autor refere-se à crise do petróleo desencadeada em 1973, que considera um dos marcos do início de um extenso período de crises mundiais no sistema capitalista, ele faz críticas ao sentido dado a essas crises, afirmando que há a construção de um reordenamento ideológico, político e social, denominado de neoliberalismo, configurado em atendimento aos ditames de um livre-mercado transnacional (HOBSBAWN,

sobretudo, as ocorridas no desenrolar das últimas décadas do século XX e iniciais do século XXI. São mudanças alicerçadas por uma lógica destrutiva, sem distinção social, ética, econômica, política, social e cultural, apresentando conseqüências severas para toda humanidade.

A história tem mostrado que o processo de estruturação do capitalismo não se abate diante de tensões, guerras e conflitos sociais, caracterizando-se exatamente, por ocorrer em meio à esses conflitos e desequilíbrios econômicos e sociais, que contribuem para a expansão contínua e ampliada do capital mundial. Essa expansão se dá, requisitando como condição necessária de funcionamento, um complexo ordenamento social, político e econômico e todas as mudanças implementadas no decorrer das décadas finais do século XX, tem garantido a efetivação de um mercado financeiro mundial altamente instável, que por sua vez têm contribuído para a efetivação de uma prática de destruição crescente da relação entre homem e natureza. Essa relação é visível nas práticas de degradação ambiental em escala crescente em contraste com o desenvolvimento técnico-científico e informacional (Mészáros, 2002).

As novas tecnologias de produção e o processo de automação têm provocado um desmonte de setores industriais e o reordenamento de postos de trabalho considerados obsoletos à produção para uma economia automatizada e condizente com um mercado flexível (Rodrigues, 2002) . Esses fatores têm possibilitado a implementação de diferentes formas de organizar o trabalho, passando pela terceirização e precarização das relações trabalhistas. Para a concretização desse novo cenário, tem se efetivado uma política de reforma do Estado e a viabilização de medidas de flexibilização, informalidade e desestruturação das relações trabalhistas existentes.

As mudanças de orientação política e econômica prevista pela concepção neoliberal contribuíram para as baixas, sem precedentes na história, nos números de trabalhadores empregados, naturalizando o alto índice de desemprego, de subemprego, resultando no desmonte de muitas estruturas sindicais ligadas a postos de trabalho suprimidos. Contribuíram também para uma intensificada manipulação do potencial reivindicativo da classe trabalhadora, a partir do acirramento da instabilidade social, das práticas de

discriminação e segregação racial, social, cultural, de gênero e econômica (Antunes, 2002, a; Mészáros, 2002).

Essa onda de mudanças desencadeadas mundialmente é uma nova configuração assumida pela fase transnacional do capital, representada, sobretudo, pelo acentuado processo de financeirização das relações econômicas mundiais, um processo que se estende pelas décadas finais do século XX, de forma lenta e incontrolável (Mészáros, 2002). Esse processo tem assegurado a instalação crescente de uma articulação política dirigida prioritariamente para as estruturas organizativas do Estado e do trabalho, objetivando promover reformas para garantir um equilíbrio econômico e político em acordo com a nova fase de acumulação do capital (Antunes, 2002, a).

No mundo do trabalho, de um modo geral, o quadro de instabilidade e insegurança tem se agravado, esses fatores vão recompondo as condições concretas de existência dos trabalhadores e suas ações sindicais, sociais e políticas. Considerando que a história do desemprego é inerente ao desenvolvimento do capitalismo histórico, medidas políticas de contenção do desemprego estrutural ou de garantias de pleno emprego, de seguridade e previdência social e de auxílio desemprego, enquanto medidas de atendimento às condições mínimas de existência humana, foram empregadas por vários países para tentar garantir um relativo equilíbrio na relação entre capital e trabalho, fazendo parte da maioria das propostas políticas governamentais dos Estados capitalistas, ao longo de todo século XX (Hobsbawn, 1995).

Com o advento das concepções neoliberais, as esferas do Estado e do trabalho, enquanto instituições fundamentais para a estruturação do capital passaram a ser revistas. A tentativa de reformulação dessas esferas estruturais foi meticulosamente elaborada pelos defensores do mercado, que, inserindo suas concepções, de forma complexa e elementar, nos programas político-econômicos governamentais, passaram a interferir na forma de organização de toda sociedade capitalista e na alteração das prioridades previstas pelos programas sociais governamentais.

Nos países capitalistas em desenvolvimento, vinculados ao capital internacional e ao endividamento externo, como é o caso do Brasil, a década de 1990 refletiu um período de profundo reordenamento sócio-político, econômico, cultural e ideológico, as baixas no

crescimento econômico, a queda de produtividade, o empobrecimento, o aumento expressivo do desemprego e a intensificação da instabilidade social são características desse período. Essa instabilidade econômica, política e social acabou defrontando-se, drasticamente, com uma política de Estado autoritário, descomprometida com as garantias de programas de previdência e de seguridade social.

Nesse caso, o modelo político neoliberal de reformas, implementado em países desenvolvidos, ao ser instituído não desativou definitivamente as ações sociais de seus Estados, o mesmo não aconteceu com os países subdesenvolvidos da América latina, África e alguns países da Ásia, onde os Estados, mesmo não apresentando políticas e programas sociais elaborados, passaram a lidar com uma profunda reforma política e econômica, desarticuladas do atendimento das demandas sociais (Gentilli, 1998).

As mudanças promovidas pelas reformas neoliberais nos países capitalistas são significativas e complexas, pois se os problemas desencadeados pela extensa reorganização do capital proporcionaram uma grande guinada na economia em nível mundial no decorrer do século XX, essa mudança gradativa se originou da exposição pública de um embate ideológico antagônico, iniciado no período pós-guerra na Europa, onde duas concepções políticas opostas e contraditórias assumiram lugar de destaque no cenário social, desveladas pelo embate entre os defensores do keynesianismo ou das políticas planejadas de Estado e os defensores do neoliberalismo, ou das políticas de mercado (Hobsbawn, 1995).

No período pós-guerra e no decorrer do século XX grande parte dos países capitalistas centrais europeus, ampliaram as iniciativas governamentais do pleno-emprego, as políticas de altos salários, os sistemas de seguridade social, foram efetivados por um programa planejado, regido por um Estado (do bem-estar). Foram esses programas que foram questionados pelos defensores neoliberalismo, que passaram a compreendê-los como programas e medidas governamentais dispendiosos e ineficientes para reverter os intensos períodos de depressão econômica e de instabilidade social.

Como alternativa às políticas estatais consideradas protecionistas, os neoliberais passaram a argumentar a necessidade de maior controle econômico e político das ações do Estado, propondo para isso, cortes nos orçamentos dos governos e de instituições privadas visando garantir o atendimento às novas demandas dos mercados econômicos e financeiros

mundiais e garantir elevação nos ganhos de produtividade e lucro. Para tanto, a proposta neoliberal apostou na defesa do livre mercado como mecanismo capacitado a ordenar um crescimento econômico, estruturado por um processo de distribuição sustentável de riqueza e renda, onde o papel do Estado fosse redefinido de forma a garantir a ampliação do mercado (Antunes, 2002, a).

Os problemas enfrentados pelos países capitalistas como a recessão econômica, a instabilidade política, social e trabalhista foram intensificadas a partir da década de 1970, em âmbito mundial, e nesse contexto, o Estado, instituído de acordo com um plano único de dirigir os recursos da sociedade para finalidades determinadas e enquanto detentor do controle e centralizador de toda a atividade econômica foi amplamente questionado. Os questionamentos partiram da tese neoliberal cujas raízes estão fundadas nas idéias de Hayek (1990), que entende que, determinadas ações desempenhadas pelo Estado como os programas sociais acabavam gerando “um tipo de servidão privativa do acesso do homem à sociedade livre e concorrencial”, ferindo o princípio da liberdade individual (Hayek, 1990).

Atentando para o paternalismo do Estado, Hayek (1990) analisa que os programas de seguridade e de controle sociais, promovidos pelo Estado, no período pós-guerra na Europa, promoveram um amplo controle sobre o homem, atribuindo a ele um tipo de ‘servidão’, nos termos definidos por De Tocqueville, onde o homem depois de ser subjugado teria o espírito modelado, teria sua vontade guiada, sendo reduzidos a ‘tímidos animais industriais, cujo pastor é o governo’ (id., 1990, p. 18). Nesse sentido, Hayek afirma,

Com efeito, não muito depois da ascensão do governo trabalhista (na Inglaterra), em pouco tempo, até mesmo documentos oficiais estavam analisando com atenção o perigo do totalitarismo criado pela política de planejamento econômico do governo... Saltam aos olhos as mudanças por que passou o caráter do povo britânico, não apenas durante o governo trabalhista, mas ao longo de um período muito maior em que gozou das bênçãos de um Estado previdenciário paternalista... [Hayek cita os resultados de uma pesquisa sociológica realizada por volta da década de 1940 que indicam o impacto causado nas atitudes mentais dos jovens pelo excesso de regulamentação]... “Escritórios especiais, denominados Agências para Orientação dos Cidadãos, são criados para guiar o povo desnorteado através do matagal de regras e para indicar aos obstinados as raras clareiras em que um indivíduo ainda pode fazer escolhas... eles raramente planejam e realizam por conta própria qualquer excursão ou iniciativa social... [os jovens] são obrigados a engolir tantos controles externos sem sentido a seus olhos

que procuram a fuga e a compensação numa ausência de disciplina tão completa quanto possível” (Hayek, 1990, pp. 17-18).

Então, conforme aponta Hayek, o exemplo da situação inglesa foi tomado para explicar que essa seria uma ‘planificação socialista’ associada ao facismo, ao nazismo, porque ‘cria um estado de dominação e coerção dos povos que priva o homem da liberdade’. Ele chega a afirmar que as promessas socialistas de liberdade constituíram ‘o caminho da servidão’. Diante dessas considerações, esse teórico questionou se o intervencionismo estatal, teria destruído o Estado de Direito, considerando que, à medida que o planejamento se torna cada vez mais amplo, aparece a necessidade de abrandar, na mesma proporção, as disposições legais do que é ‘justo’ ou ‘razoável’ para a sociedade, deixando a decisão para os poderes das autoridades, o que incidiria na crescente arbitrariedade e imprecisão do Direito, o que levaria ao declínio do Estado de Direito (id., ibid., 1990).

Nesse sentido, nos discursos neoliberais ressoam uma defesa urgente da necessidade de ordenação da sociedade para “encarar o fato de que a liberdade tem o seu preço e de que, como indivíduos, devemos estar prontos a fazer grandes sacrifícios materiais a fim de conservá-la” (Hayek, 1990, p.133). Os discursos ideológicos produzidos pelo neoliberalismo têm silenciosamente promovido uma mudança nas mentalidades e na cultura dos povos, que passaram a introjetar a necessidade de se efetivar a garantia do direito à liberdade individual, considerada ameaçada por um Estado monopolizador e, essa mudança tem garantido que o neoliberalismo expanda seu domínio também em nível ideológico.

De modo geral, a defesa dos neoliberais indica a necessidade do recuo planejado da interferência do Estado no controle da produção e circulação de bens materiais e culturais, mantendo uma atuação mínima e adequada do Estado, no âmbito do mercado da força de trabalho e na organização social, que propicia uma flexibilização das relações trabalhistas, revertendo em perdas, muitas conquistas trabalhistas e sociais construídas historicamente pelos trabalhadores no seio do capitalismo. E, vale lembrar que, historicamente, foi também a partir das iniciativas organizacionais e de lutas, de reivindicações e de revoltas trabalhistas que os trabalhadores conseguiram, a duras penas, e muitas vezes pagando com

a vida, alguns direitos fundamentais à existência e subsistência de suas condições de trabalho e de vida na sociedade capitalista (Bhir, 1999).

A ideologia prática do neoliberalismo tem promovido a intensificação dos interesses de classe, notadamente da classe dominante e, a internacionalização do capital, através da crítica ao papel do Estado e da ênfase aos ideais de liberdade e de individualidade, que são retomados como potencializadores do desenvolvimento social e econômico, adequados à uma economia que requisita dos indivíduos, habilidades e competitividades necessárias e apropriadas às investidas de um livre-mercado em ascensão.

Como desdobramentos das configurações políticas neoliberais definidas para o Estado e para o trabalho, algumas medidas foram adotadas pelos governos neoliberais a partir dos anos de 1980, nos países capitalistas. As principais medidas adotadas, sobretudo as mais expressivas, referem-se aos ajustes implementados por Thatcher, na Inglaterra e Reagan, nos Estados Unidos. As medidas neoliberais adotadas por esses governos incidiram pontualmente nas reformas do Estado, nas políticas sociais e na (re)organização do trabalho, a partir da flexibilização das leis trabalhistas (Antunes, 2002, a).

Nos países europeus, essa concepção política-ideológica coadunou com a ‘crise’ do Estado do bem-estar e com o esgotamento da organização social do trabalho regida pelos métodos tayloristas-fordistas, de modo que essa nova concepção política incorporou a forma de uma alternativa entendida como segura para as práticas políticas de Estado, visando garantir uma sociedade livre e concorrencial.

Uma das condições indispensáveis para a sociedade livre e concorrencial foi a superação quase total do Estado do Bem-estar e o resgate do Estado de Direito, cujo princípio básico constitui-se da liberdade individual precedida por um regime concorrencial, onde a atividade produtiva é orientada por decisões individuais, sendo o governo limitado a fixar normas formais, a partir de linhas de ação adotadas sem referências à tempo, lugar ou indivíduos em particular, para garantir que as condições objetivas individuais atinjam seus propósitos de forma mais ampliada possível (Hayek, 1990).

Nesse sentido, na sociedade capitalista, a relação entre capital e Estado é estrategicamente elaborada a partir de processos que mascaram a realidade, sendo que as

versões assumidas pelo Estado, proporcionam uma visão idealizada do aparato de Estado, como uma entidade que gravita acima dos interesses sociais, políticos e econômicos de uma nação, mas o Estado não deixa de ser um dos pilares do capital e nesse sentido, o Estado acaba sendo requisitado para garantir algumas condições essenciais para a sobrevivência das populações empobrecidas, marginalizadas e excluídas na sociedade capitalista, de modo que

a mistificação ideológica não consegue eliminar o fato desagradável de ser a transformação do capitalismo avançado, que abandona uma condição em que poderia se ufanar de ser o ‘Estado do bem-estar’, para uma outra em que mesmo os países mais ricos têm de oferecer sopões e outros benefícios miseráveis ‘para pobres merecedores’ (Mészáros, 2002, p.104, grifos do autor).

Seguindo essa perspectiva de análise, a figura assumida pelo Estado de Bem-estar, só adquiriu sentido enquanto possibilitou a expansão do capital, seja por meio de acordos políticos e econômicos, por medidas jurídicas e legais, seja deliberando algumas concessões e direitos sociais aos trabalhadores. Mas assim que esse modelo se tornou empecilho ao avanço do capital transnacional e financeiro, por meio da internacionalização desigual, as economias dos países capitalistas centrais e periféricos, revelaram os traços dos mecanismos de defesa adotados pelo capital e, esses modelos de Estado tornaram-se inoperantes à versão assumida pelo capital.

Dessa forma, as propostas de reformas administrativas estatais e as novas formas de organização propostas para o Estado foram implementadas objetivando que este viesse a corrigir os possíveis defeitos estruturais do capital e para isso, a regulamentação do trabalho formal e os benefícios sociais ofertados às populações passaram a ser desprezados.

Essa nova ideologia do capital gerou de fato uma crise do Estado? A crise do Estado foi uma estratégia ideológica utilizada pelos defensores dos princípios neoliberais para imporem suas condições de regulação em atendimento aos requisitos do capital, produzindo um discurso ideológico capaz de explicar e justificar a contraditória realidade concreta presente nos parâmetros da nova fase de acumulação de capital (Chauí, 1978). Esses princípios não buscaram a superação do Estado burguês e do seu poder, nem a superação dos poderes administrativos, repressivos e de controle previsto pelo Estado.

Na verdade, as concepções neoliberais não propõem a tomada do Estado no sentido de destruição do Estado burguês; o princípio ideológico neoliberal denuncia o Estado de

Bem-estar e promove a defesa de um Estado fundado no livre-mercado, para tanto, recorre ao argumento da necessidade de se efetuar perdas e concessões sociais para garantir que as propostas de reformas e modificações pontuais da estrutura do Estado revertam em superação dos problemas da produção, da circulação e do consumo de mercadorias, estabelecendo a liberdade econômica e política.

Contudo, efetivar uma reforma do Estado não pressupõe de fato a superação do Poder de Estado. Segundo a perspectiva gramsciana, o Estado é a sociedade política que tem sua função concentrada no exercício da coerção, da manutenção, pela força, da ordem estabelecida, não se limitando ao domínio militar, mas também ao governo jurídico e força legal, “onde o direito é o aspecto repressivo e negativo de qualquer atividade positiva da civilização realizada pelo Estado” (Portelli, 2002, p.33).

Complementando essa discussão sobre como se define a reforma do Estado nos moldes neoliberais, os apontamentos de Marx (2002) são importantes. Marx afirma que para garantir reciprocamente a proteção da propriedade privada e a preservação dos interesses de classe, a sociedade burguesa delega poderes ao Estado, concebido como uma instância jurídica e legal, constituído para implementar, institucionalizar e mediar os interesses da classe dominante. Nesse aspecto reside a ideologia de que o Estado tem por finalidade garantir os direitos universais da sociedade,

Sendo o Estado, portanto, a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições comuns passam pela mediação do Estado e recebem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei repousa na vontade, e, mais ainda, em uma vontade livre, destacada da sua base concreta. Da mesma maneira, o direito por sua vez reduz-se à lei” (Marx, 2002, p. 74, b).

Assim, os ‘interesses comuns da sociedade’ são convertidos em lei e mediados pelo Estado. Nesse caso, ‘os interesses da sociedade’ não foram alterados com a reforma do Estado prevista pela concepção neoliberal, pois as mudanças previstas são pontuais e não alteraram a estrutura do Estado, elas continuam prevalecendo e, se tornaram, efetivamente, importantes mecanismos otimizadores da acumulação capitalista, servindo de legitimidade ao capital e à sua forma de organização social.

Com o acirramento das políticas neoliberais, complexos mecanismos de controle social, econômico e político têm sido adotados para garantir o fortalecimento estatal. Nesse sentido, de maneira pontual, geográfica e econômica, as reformas vão garantindo que alguns países de capitalismo avançado se destaquem economicamente e, paradoxalmente, preservando os países em desenvolvimento em contínuo processo de desenvolvimento, mais em nível abstrato do que concreto, de forma que eles não chegam a oferecer riscos às maiores potências econômicas mundiais (Gentili, 1998).

Nesse processo, o modo de organização social e política dos Estados, tem lançado aos trabalhadores o desafio de lidar com o desmantelamento de políticas de atendimento às questões sociais vitais, como empregos, salários, auxílios, licenças médicas, aposentadorias, moradias, educação, alimentação, entre outros. Na medida em que avança a instabilidade econômica do sistema capitalista, suas operações vão se tornando incontroláveis e as concepções político-ideológicas do neoliberalismo vão se transformando num verdadeiro projeto hegemônico, orientador de toda sociedade que prescinde o atendimento às demandas reivindicadas pelos povos.

Seguindo a tendência mundial, a expansão das orientações neoliberais na América Latina encontrou espaço propício para sua cristalização, sobretudo graças à instabilidade da democracia institucionalizada após longos períodos de regimes políticos ditatoriais. Para solucionar os problemas políticos, econômicos e sociais vivenciados na América Latina, a partir dos anos de 1980, foi incorporado um rigoroso programa de ajuste político-econômico, adotado pelas políticas locais, como única saída para superar o déficit público, contornar o endividamento externo e estabilizar a economia. Esse programa de ajustes e reformas foi previsto pelo Consenso de Washington, dos EUA, indicando mudanças estratégicas para o papel do Estado, visando garantir,

disciplina fiscal; redefinição das prioridades do gasto público; reforma tributária; liberalização do setor financeiro; manutenção de taxas de câmbio competitivas; liberalização comercial; atração das aplicações de capital estrangeiro; privatização de empresas estatais, desregulamentação da economia; proteção de direitos autorais (Portella Filho, 1994 *apud* Gentili, 1998, p.14).

Como foi discorrido até aqui, uma série de medidas políticas e econômicas foram propostas para implementar as reformas do Estado, com vistas a garantir maior liberdade de mercado e, isso promoveu a ampliação das concepções neoliberais, que estendeu suas ramificações por todos os continentes do mundo, de forma hegemônica e paradoxal, como alternativa de soluções para a instabilidade da sociedade capitalista contemporânea. Essa expansão tem possibilitado a construção de um novo senso comum tecnocrático, enquanto orientador das políticas governamentais no Brasil e em toda a América Latina, que defende as mudanças nas estruturas do Estado e do trabalho, direcionadas para a manutenção de sua reciprocidade com a produção e acumulação, pois centraliza suas concepções na defesa de que o Estado e o trabalho precisam garantir as estruturas de sustentação do capital.

Particularmente, no Brasil, a política neoliberal adquiriu maiores contornos a partir dos anos de 1990, com a implantação das reformas nas estruturas do Estado, sugeridas por programas de políticas internacionais, que em termos gerais, promoveu a restrição da autonomia política e econômica dos países latino-americanos. Essa restrição da autonomia se deu devido à ambígua relação de subordinação e de cooperação da América Latina aos ditames e projetos das instituições internacionais representadas pelo Banco Mundial, pela Organização Mundial do Comércio, pelo Fundo Monetário Internacional, entre outros, no sentido de garantir uma abertura comercial, promover a privatização, a internacionalização da economia nacional e do mercado da força de trabalho.

Essas ações figuram como as principais medidas implantadas em acordo com os interesses do capital financeiro mundial. Nesse sentido, o neoliberalismo tem por objetivo restaurar o capitalismo concorrencial e a ofensiva imperialista, remodelando as economias latino-americanas de acordo com a lógica do capital financeiro dos países centrais, adequando essas economias à divisão internacional do trabalho, promovendo também a flexibilização do mercado de trabalho e a redução dos direitos sociais (Boito Jr. 1999).

No contexto das mudanças projetadas na América Latina, no Brasil, especificamente, a década de 1990 foi marcada pela realização da reforma do Estado brasileiro, que seguiu priorizando as privatizações de empresas estatais, objetivando contribuir na redução da dívida interna. O Plano Real de FHC, em 1994 deu continuidade à internacionalização do capital, iniciada com Collor. O Programa de Ajuste Fiscal de 1998,

ainda com FHC, propôs a redução dos gastos do estado juntamente com a manutenção do equilíbrio econômico por meio da entrada líquida de poupança financeira externa, mantendo a dependência da economia brasileira a uma economia internacional cada vez mais instável, devido às crises sucessivas nos países emergentes (Dieese, 1998).

O impacto dessa política econômica foi sentida na produção industrial, na retração do consumo e no mercado de trabalho, a partir das demissões, do aumento da precarização do trabalho, colocando o desemprego, que já se encontrava em níveis crescentes, à patamares elevados e com longa duração.

Nesse caso, por meio do Plano de Estabilização Econômica, conhecido como Plano Real, a economia brasileira, a partir de 1994, com o presidente Fernando Henrique ficou exposta a uma imensa fragilidade financeira, ampliando o déficit público, a elevação de juros internos e o aumento da dívida externa. Essa política foi garantida com a reeleição do presidente FHC e, a partir de 1999, foram executadas as medidas do Programa de Ajuste Fiscal, por meio da elevação da carga tributária, da quebra na renda disponível dos serviços públicos federais e dos aposentados e pensionistas da previdência do setor público, da redução de autonomia e recursos financeiros dos estados e municípios (Lei de Responsabilidade Fiscal, Proposta de aumento das alíquotas do Fundo de Estabilidade Fiscal – FEF para 40% até 2006) e manutenção da taxa de juros ainda mais elevada (id.,1998).

Nesse conjunto de reformas do Programa de Estabilidade Fiscal, a Agenda de Trabalho programou medidas a serem adotadas à longo prazo, nela encontram-se a regulamentação da Reforma Administrativa, a Reforma da Previdência, a Reforma Tributária, a Reforma da Legislação Trabalhista e a Reestruturação do Plano Plurianual e do Orçamento Geral da União (id. ibid., 1998).

Os ajustes políticos neoliberais, enquanto processo e, por isso mesmo em andamento, têm garantido que o desemprego estrutural seja acompanhado de perto por uma política econômica de inspiração privatista, visando a aplicação de leis voltadas para a desregulamentação das condições de trabalho e para a flexibilização dos direitos sociais, assim como a adoção de um forte conjunto de medidas contrárias às práticas sindicais, com o objetivo de destruir “as formas mais estabelecidas do contratualismo entre capital,

trabalho e Estado, expresso por exemplo, nas negociações coletivas” (Antunes, 2002, b, p.66-67).

A intensificação do trabalho precário e informal previstas pelas políticas neoliberais contribui para acentuar as práticas ilícitas de contratação de trabalho, desregulamentadas do aparato legal. A redução dos postos de trabalho tem gerado elevação do desemprego, que, interligado ao processo de parcerias, de terceirização, de prestação de serviço com contratos temporários encerram as garantias trabalhistas conquistadas pelos trabalhadores e promovem perdas irreparáveis.

Esse contexto apresentado pela organização do trabalho na sociedade atual tem ocasionado o processo de fragmentação dos trabalhadores em categorias, e isso estabeleceu a individualização das relações de concorrência entre os trabalhadores empregados e seus sindicatos e os trabalhadores desempregados que não contam com representação sindical, situação que tem contribuído para aumentar a tendência de diminuição das taxas de sindicalização.

Práticas como o ingresso das entidades sindicais junto às iniciativas empresariais, os chamados sindicatos-empresa ou pelo sindicalismo de participação, com a proposta de discutirem questões econômicas de acordo com interesses comuns entre patrões e empregados contribuem para as formulações de acordos mercadológicos, que muitas vezes acarretaram a incorporação de atitudes defensivas e inexpressivas do sindicalismo no tocante à defesa dos direitos trabalhistas, instalando-o em momentos de crise de identidade política (Antunes, 2002, b).

Esse fluxo de mudanças processado no modo de produção capitalista atinge de forma diversificada os países em desenvolvimento, com uma economia frágil e dependente, tornando-os subordinados ao dinamismo da hegemonia do capital internacional, que entrelaça os sistemas político e econômico, impondo-lhes uma trama de regras que obscurece a presença dos movimentos sindicais junto às categorias de trabalhadores que representam.

De modo bastante desafiador os encaminhamentos que parecem se impor aos movimentos sindicais em âmbito mundial, referem-se à sua possível capacidade de “organizar sindicalmente os desorganizados e com isso reverter a taxa de dessindicalização presentes nas principais sociedades capitalistas”, contribuindo para estruturar um sindicalismo preparado

para incorporar os novos contingentes de assalariados e trabalhadores que se encontram sem trabalho (Antunes, 2002, b, p.77). Na verdade, o movimento sindical precisa enfrentar esse grande desafio, os sindicatos precisam se estruturar politicamente rumo a construção de um “sindicalismo horizontalizado”, que incorpore trabalhadores e desempregados, visto que é nesse sentido que a classe trabalhadora poderá efetivar uma ação que ultrapassasse as práticas acentuadamente defensivas.

Essa preocupação de organizar os trabalhadores empregados e desempregados em torno de um sindicato mais estruturado, objetivando vencer os desafios sindicais, tem sido uma das preocupações fundamentais presente na proposta de ação política do Sintego em Goiás, que retrata exatamente a preocupação com a questão de organizar os trabalhadores no intuito de se fortalecer. Essa preocupação pôde ser percebida nos documentos analisados, referentes aos dois primeiros congressos estaduais realizados por essa entidade nos anos de 1988 e de 1990, que indicam a premente necessidade de construir o fortalecimento da instituição sindical com base na representatividade da categoria dos trabalhadores em educação de Goiás.

Nesse sentido, o documento intitulado “Fortalecimento do Sintego”, discutido no Congresso Estadual de 1990, compõe-se de uma síntese teórica abordando os principais aspectos das mudanças ocorridas no contexto internacional, destacando a automação do processo de produção do capital e a globalização da economia, situando as limitações e a marginalização da América Latina, nesse contexto. O documento delimita algumas implicações dessas mudanças nos processos de trabalho, que tem acarretado o desemprego, o aumento do número de trabalhadores sem qualificação atuando em condições precárias, salientando a necessidade de se refletir sobre o fato de que essas mudanças têm possibilitado aos trabalhadores deixarem de dar importância ao papel dos sindicatos na sociedade.

Nesse sentido, o discurso produzido pelos dirigentes do Sintego, na década inicial de 1990, priorizou uma pauta voltada para a convocação dos trabalhadores para enfrentarem os desafios impostos pelo processo de produção capitalista atual. Naquele momento, o desafio do movimento sindical era considerado como sendo o de envolver os trabalhadores no fortalecimento das entidades sindicais. As orientações sindicais previam a

necessidade de organizar os trabalhadores formais e os excluídos do mercado formal, como meio de construir uma nova estratégia sindical,

É preciso, portanto, formular um discurso e uma prática que atinjam o conjunto dos trabalhadores, incorporando às demandas corporativas as aspirações e necessidades daqueles setores desorganizados e ou excluídos do mercado formal de trabalho. A articulação desses dois tipos de interesse passa pela formulação de uma nova estratégia sindical, que combine uma atuação reativa/reivindicativa com uma atuação afirmativa/propositiva, tanto no âmbito das relações capital-trabalho quanto no âmbito das relações entre Estado e a sociedade civil (Documento-base do I Congresso Estadual do Sintego, 1990, s/p.).

Conforme aponta o discurso acima, os projetos de ação sindical presentes nos documentos do I congresso estadual do Sintego, do ano de 1990, apontam para uma questão que se mostrou urgente e desafiadora, referindo-se à elaboração de redefinições táticas da CUT e do Sintego com vistas a uma mudança de orientação de suas ações para construir uma nova estratégia sindical. A estratégia sindical adotada passou a desconsiderar a importância das ações sindicais de curto prazo, entendidas como ineficientes, considerando prioritária a defesa e a elaboração de ações mais propositivas, que garantissem a combinação da defesa dos interesses mais imediatos dos trabalhadores e a definição de metas de médio e longo prazo, objetivando garantir a construção de um projeto de sociedade baseada nos princípios do socialismo. Essa proposta prevista pelo Estatuto do Sintego ainda não foi contemplada (Estatuto do Sintego, 2004).

Buscando ligar a luta do Sintego à luta da classe trabalhadora em geral, a partir do ano de 1990, o sindicato goiano incorporou a deliberação da Plenária Nacional da CUT de realização de uma “Campanha Nacional Unificada”, de todos os trabalhadores da base sindical cutista, articulados com setores da sociedade civil, objetivando a realização de uma Greve Geral Nacional contra o governo Collor, apresentando seus eixos centrados na defesa do salário, do emprego, do patrimônio público, da reforma agrária e da Democracia. Essa Campanha reivindicou entre outras pautas, a reposição das perdas salariais, aumento do salário mínimo, estabilidade no emprego e seguro desemprego, melhoria dos serviços públicos e valorização dos servidores, garantia de livre exercício sindical a partir do local de trabalho, o contrato coletivo de trabalho e o não pagamento da dívida externa (Documento-base do I Congresso Estadual do Sintego, 1990, s/p.).

O envolvimento e participação dos militantes do Sintego com a Campanha Nacional de Unificação implementada pela CUT, na década de 1990, representou a intenção do Sintego de construir um discurso de ampliação da luta na direção de combater a propagação da idéia de que os trabalhadores do serviço público eram incompetentes e que lutavam apenas por questões salariais. Nesse sentido, foram programadas pelo Sintego, plenárias estaduais objetivando aprofundar a luta dos trabalhadores em “Defesa da Escola Pública” em parceria com a defesa de salários pagos em dia, a aprovação do Estatuto do Magistério e a criação do Quadro de Salários para o pessoal do administrativo escolar (id.1990).

Essas questões envolvidas no discurso de luta pela construção de uma escola pública de qualidade possibilitaram que a categoria se aliasse aos setores mais progressistas do movimento sindical, visualizando a construção de novos métodos, comportamentos, idéias, alternativas, para a ação combinada de uma luta reativa e reivindicativa paralela com uma luta afirmativa e propositiva, típica do sindicalismo de novo tipo da década de 1990.

Na tentativa de estabelecer uma definição para as concepções políticas dos sindicatos cutistas, vários estudos têm demonstrado que as lutas sindicais desenvolvidas pela CUT e pelas instâncias sindicais ligadas a essa Central, na década de 1980 apresentavam uma característica politizada, ofensiva e combativa contra a política econômica e o arrocho salarial. Essas práticas e concepções passaram a ser rearticuladas a partir da década de 1990, frente às políticas neoliberais, e passaram a ser deflagradas, utilizando mecanismos mais sutis de luta, abolindo de maneira considerável as greves e ações ofensivas, incorporando mudanças pontuais, que tornaram suas práticas políticas mais defensivas e propositivas (Boito Jr. 1995).

Nesse sentido, a linha sindical implementada pela CUT, nos anos de 1980 revelou uma estratégia de combate “à política de desenvolvimento pró-monopolista, pró-imperialista e pró-latifundiária do Estado brasileiro”, uma plataforma reivindicativa de transformações econômicas e sociais profundamente opostas à política de desenvolvimento do Estado brasileiro, visando a superação da sociedade capitalista (id.,1995).

As greves gerais desencadeadas pela linha sindical cutista são ilustrativas do poder de organização e de pressão da CUT e dos sindicatos na década de 1980, elas garantiam o

poder de mobilização dos trabalhadores, expressada no número de grevistas envolvidos nas manifestações desencadeadas nessa década.

As primeiras grandes greves, campanhas nacionais e manifestações cutistas ocorridas durante toda década de 1980 e início de 1990, envolveram uma ampla pauta de protestos e reivindicações, destacando a luta contra a redução do índice de reajuste automático das faixas salariais, contra o pagamento da dívida externa e contra a deposição de diretores sindicais, envolvia também ações de protesto contra o Plano Cruzado II, contra o fim do congelamento dos preços (id., *ibid.*, 1995).

Os números dessas manifestações sindicais giram em torno de cerca de dez milhões de grevistas mobilizados no Brasil; a título de exemplo, a greve de 1987 teve a participação de dez milhões de grevistas e enfatizava a luta contra o pagamento da dívida externa, reforma agrária, estabilidade no emprego; a greve realizada em 1989, contou com vinte milhões de grevistas e empunhou a bandeira de luta contra o Plano Verão, que alterava a política de indexação dos salários. Esses dados demonstram um crescente processo de politização da luta sindical dos trabalhadores em torno do instrumento de greve, como forma de conseguir atendimento das reivindicações (Boito Jr., 1995, p.132).

De um modo geral, as ações desencadeadas por essa Central, previa a unificação de diferentes sindicatos e setores da classe trabalhadora como forma de lutar pela constitucionalização dos direitos sociais e por mudanças na política econômica, promovendo um discurso de transcendência da luta do aspecto salarial para uma luta que envolvesse os interesses da sociedade.

Visando promover a defesa de questões sociais mais amplas, como a reforma agrária, o não pagamento da dívida externa, a democratização da escola pública, e assim extrapolar a via tradicional da luta sindical, os sindicatos cutistas intentaram garantir a construção, o fortalecimento e o seu próprio reconhecimento institucional perante a sociedade. Algumas conquistas foram efetivadas pela CUT e seus sindicatos, nesse período, conquistas como, a participação da CUT no processo Constituinte de 1986-1988; a luta pela constitucionalização dos direitos sociais e por mudanças na política econômica; defesa da unificação dos diferentes sindicatos e setores da classe trabalhadora para inserir a luta trabalhista no terreno da política e do Estado. Essas ações se constituíram como importantes

formas de obstaculização sindical à política neoliberal no contexto brasileiro (Boito Jr. 1999, p.137).

A partir dos anos de 1990, os sindicatos cutistas passaram a defender o planejamento de ações políticas de médio e longo prazo, como forma de conseguir maiores resultados junto à política econômica do país e assim garantir o atendimento das reivindicações demandadas e, os congressos realizados pelo Sintego ilustraram a preocupação com um processo de reestruturação sindical.

Os rumos tomados pelos trabalhadores e seus sindicatos permitem muitos questionamentos no sentido de se pensar se as propostas de mudança na organização sindical cutista, implementadas a partir da década de 1990, de fato garantiram o fortalecimento do sindicato no Brasil. Os sindicatos cutistas passaram a defender os discursos e as propostas de mudanças nas ações combativas e de confronto imediato, passando a defender a inserção de projetos direcionados a intervir na política e na economia estadual e nacional, por meio de propostas políticas mais propositivas. Resta compreender se essas propostas políticas contribuíram para que a organização do trabalho se mantivesse em consonância com o sistema do capital ou se contribuíram para a superação dessa forma de exploração.

Nesse mesmo sentido, é importante questionar qual foi o alcance real do movimento sindical do Sintego, durante a década de 1990 em Goiás e Como foram rearticuladas as forças políticas do movimento sindical junto às reivindicações trabalhistas diante das políticas neoliberais? Essas e outras questões serão abordadas na análise feita no tópico seguinte, que discute o reordenamento do movimento sindical brasileiro a partir da década de 1990.

2.2. O MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1990: UM (RE)ORDENAMENTO SINDICAL FRAGMENTADO?

Considerando as discussões anteriormente desenvolvidas abordando as profundas mudanças sócio-históricas, políticas, econômicas e ideológicas em curso no mundo contemporâneo e o crescente processo de precarização das condições de vida e de trabalho decorrentes dessas mudanças, é perceptível que os trabalhadores, inseridos nessa política de desvalorização e de complexificação social, têm construído estratégias diferenciadas de enfrentamento à exploração capitalista. As lutas de classes têm sofrido o impacto dos desdobramentos desse processo de mudança que tem seus reflexos espraiados na própria organização dos movimentos sindicais.

Nesse contexto, após os anos de 1964, no Brasil, as propostas políticas do Regime Militar apresentaram projetos de desenvolvimento econômico, vislumbrando a ‘modernização’ econômica e social, que incidiu pontualmente sobre a esfera educacional. A função da educação passou a estar relacionada com o desenvolvimento nacional, as iniciativas de incrementação do ensino técnico e profissional foram propostas para atender ao desenvolvimento cultural e tecnológico do país, visando atingir o objetivo ‘desenvolvimentista’ (Fazenda, 1988, p. 20-49).

Assim, ocorreu a redefinição de algumas estruturas de controle do Estado sobre a educação, como a ampliação das Secretarias de Educação e a criação das Divisões Regionais de Ensino, que passaram a desenvolver propostas e programas de caráter explicitamente ideológicos, objetivando garantir que as decisões construídas hierarquicamente, fossem acatadas pelos trabalhadores em educação e pelas escolas brasileiras, com o mínimo possível de questionamento e resistência (Ribeiro, 1987).

A ampliação e complexificação das organizações escolares brasileiras, a partir da década de 1960, promoveram reformas na tentativa de ampliar o atendimento escolar e promover um acelerado crescimento do número de alunos matriculados na rede pública de ensino, cuja explicação estava na urgente necessidade de qualificação da força de trabalho para garantir o desenvolvimento da nação. Conjuntamente com essas mudanças na organização da escola, efetivou-se a ampliação do corpo docente, situação que foi resolvida

com a adoção de práticas políticas de contratações de professores por tempo limitado, sem realização de concursos públicos (id., 1987).

Essas decisões políticas de organização do trabalho escolar promoveram alterações nas condições objetivas dos trabalhadores em educação, a partir da extensão e da intensificação da carga horária de trabalho em parceria com a parcelização e diversificação por unidades escolares de trabalho, acarretando um progressivo abandono dos profissionais às práticas de organização e planejamento de trabalhos escolares. Nesse caso, as condições salariais foram sofrendo consideráveis de desvalorização, de modo que, o próprio arrocho salarial, provocado durante o longo período do Regime Militar e após os anos de 1985 contribuíram para que, gradativamente, ocorresse o processo de flexibilização e de precarização dos trabalhadores em educação, que os levou a efetivar a estruturação de práticas e de ações políticas e sindicais mais expressivas (id., *ibid.*, 1987).

Assim, é possível perceber que, paralelo às mudanças no mundo do trabalho foram efetivadas mudanças e reformas na educação brasileira, nos níveis de 1º e 2º graus - Lei n. 5.692 de 1971, implementando uma ampliação de oportunidades de acesso à escola, o aumento dos anos de obrigatoriedade escolar e a instituição do ensino profissionalizando, objetivando entre outras coisas, diminuir as taxas de evasão e de repetência escolar (Germano, 1994, p.168) e de educação superior com a reforma do Ensino Superior – Lei 5.540 de 1968, estabelecendo completo controle militar sobre o ensino superior, intentando garantir uma qualificação para atender as exigências do mercado de trabalho e promover desenvolvimento nacional e regional (id., 1994, p. 140).

De modo particular, paralelo às reformas educacionais promovidas por políticas construídas no Regime Militar, foram se fortalecendo também diferentes formas de organizações associativas e reivindicativas dos trabalhadores em educação. Essas organizações associativas de trabalhadores em educação foram crescendo e se fortalecendo mutuamente e, na medida que os trabalhadores em educação passaram a sentir-se em condições de trabalhadores, que vendem sua força de trabalho em troca de salários, suas lutas passaram requisitar e a contar com o apoio da classe operária, que para além das reivindicações por salários, trabalho e educação, previam também a mudança na própria estrutura social (Arroyo, 1980).

Os operários passaram a apoiar a luta dos trabalhadores em educação priorizando o combate à reprodução da hierarquização e a divisão do trabalho no sistema escolar e na organização da produção, sendo que, de fato,

O que essa classe apóia não são as reformas dos técnicos e intelectuais para modernizar o sistema escolar e torná-lo mais eficiente, nem apóia os sindicatos e associações que queiram reduzir a luta a uma dimensão reivindicatória. A classe operária apóia a luta dos professores e regentes, vítimas do próprio processo de modernização da escola feita para ser fiel a seu papel de reproduzir a divisão do trabalho dentro do sistema escolar e no processo de produção (Arroyo, 1980, p.16).

Conforme aponta Arroyo (1980), o movimento associativo dos trabalhadores em educação ampliou a discussão sobre a escola, sendo que é na escola o local que acontece a formação profissional, a qualificação e a preparação para o trabalho. Desse modo, ‘lutar contra a organização do trabalho implica em lutar contra a escola burguesa’, e é esse o sentido da identidade e da solidariedade entre trabalhadores do ensino e trabalhadores da produção (id., 1980, p.16).

Diante do exposto, entre os trabalhadores em educação, os professores foram os primeiros a saírem publicamente às ruas para manifestar suas reivindicações; entre os temas debatidos estava a proposta de construir uma luta visando a transformação da organização hierarquizada do trabalho na produção industrial e também destruir a organização do trabalho escolar proposto pelas reformas educativas em curso, visando garantir a conquista tanto do controle da escola quanto da sociedade. De modo particular, o fato de os trabalhadores em educação se associarem e organizarem sua luta de acordo com a organização dos trabalhadores da produção, possibilitou que a escola e os educadores adquirissem uma dimensão nova, de instrumentos de conchavo e articulação político-partidária passa a ser espaço de confronto de interesses de classe (id. *ibid.*, 1987, 18).

Mas, a evolução das ações que garantiam a vinculação entre a escola, os trabalhadores em educação, a organização do trabalho e os operários, na perspectiva de construir o fortalecimento do movimento sindical, coadunou com o divisionismo político-ideológico do movimento sindical brasileiro, em construção a partir dos anos de 1980, cujo auge se deu com a fundação da CUT, no ano de 1983.

As reformas implementadas no sistema educacional brasileiro, a partir da década final de 1960, não conseguiram reverter os problemas do analfabetismo, da evasão e da

repetência escolar, de modo que a partir da década de 1980 e por toda década de 1990, o grave problema educacional brasileiro ganhou centralidade nas propostas de governo. Por outro lado, as reformas educacionais tiveram papel importante no sentido absorver as demandas reivindicadas pelos trabalhadores em educação e transformá-las em propostas de reformas educacionais e trabalhistas, mas as propostas dos governos que se referiam atender as demandas reivindicadas para a educação, avançaram mais na tentativa de deslegitimar a organização da luta política dos trabalhadores em educação, do que realmente na direção de reverter os graves problemas vivenciados nas escolas brasileiras (Arroyo, 1980).

Nessa conjuntura de mudanças na organização do trabalho, de reforma nas instituições do Estado e do sistema educacional, tem ocorrido uma redução dos gastos públicos com os direitos sociais, situação que tem contribuído para a ampliação da mercantilização dos serviços em saúde, educação, previdência e assistência social, por parte da iniciativa privada. Os contornos assumidos pelas reformas neoliberais têm apontado que um dos setores de prestação de serviços que mais tem se destacado na atualidade, é da área comercial ligada à exploração dos serviços de saúde, educação e previdência privada. Essas práticas privatizantes têm sido estimuladas pela política governamental inspirada na concepção neoliberal, que não tem implementado uma campanha para garantir a regulamentação desse tipo de comércio, deixando transparecer a crescente ‘desresponsabilização’ do Estado com a garantia dos direitos sociais (Boito Jr., 2002).

De forma ilustrativa, pode se perceber que a educação na América Latina tem ganhado centralidade a partir dos de 1990. A educação tem se tornado alvo de programas de reforma políticas e de ajustes econômicos e sociais, onde os discursos proferidos versam sobre a necessidade de sua adequação à sociedade informatizada e à superação dos índices alarmantes de analfabetismo, objetivando a retomada do crescimento econômico e a inserção social, cultural e tecnológica (id., 2002).

No Brasil, o auge das reformas neoliberais está ligado às mudanças projetadas nacionalmente a partir da década de 1990, previstas por acordos internacionais visando a solução do analfabetismo e da pobreza. Entre as reformas adotadas na área da educação, se destaca a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, LDB nº 9394 de

1996, a aprovação de um Currículo Nacional mínimo, os Parâmetros Curriculares Nacionais, em 1997, a instalação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef -, a criação de um Sistema Nacional de Avaliação do rendimento escolar para todos os níveis de ensino, essas medidas representam a grande parte dos projetos de reforma promovidos no sistema educacional brasileiro.

Todas essas medidas de reformas implementadas na organização do sistema escolar brasileiro, ao longo dos últimos anos do século XX, e sobretudo a partir dos anos de 1990, não conseguiram romper com o problema da má qualidade do ensino e também não possibilitou a valorização dos trabalhadores em educação. As lutas sindicais desses profissionais continuam cobrando e exigindo providências em relação aos históricos problemas educacionais. Este fato se deve exatamente porque as reformas educacionais não extrapolaram os marcos do capital, podendo ser entendidas muito mais como medidas para corrigir imperfeições no sistema capitalista, do que soluções para os graves problemas educacionais. Desse modo,

Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa... é por isso que é necessário *romper com a lógica do capital* se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente (Mészáros, 2005 p.27).

Nesse sentido, somente a efetivação de uma ampla concepção de educação poderia alcançar o objetivo de construir uma mudança no sistema educacional com vistas a superar e derrotar as formas de domínio do sistema capitalista. Alguns pontos fundamentais das reformas processadas no campo da educação podem ser descritos a partir do processo de intensificação do trabalho dos profissionais da educação, sobretudo do trabalho do professor e do crescimento de um quadro de insatisfação profissional e de problemas de saúde física e psicológica, do surgimento de novas categorias de trabalhadores no âmbito educacional, de ausência de políticas voltadas para a formação profissional e valorização dos trabalhadores envolvidos com a educação.

Os trabalhadores em educação têm vivido diariamente grandes perdas salariais paralelas à ocorrência de uma política de contratação de professores e demais funcionários, a partir de contratos temporários de trabalho. Os profissionais da educação estão vinculados à política salarial do setor público, que no Brasil, caracteriza-se por uma grande diversidade, marcada por medidas flexibilizadoras das relações de trabalho, variando em função de carreira, do contrato de trabalho - efetivo ou temporário - do cargo, do regime de trabalho, do nível e da classe, do tempo de serviço, da investidura em cargos de confiança, das gratificações incorporadas, da titulação, entre outros, que hierarquiza a relação trabalhista e dificulta a construção de uma identidade coletiva (Oliveira, D. 2004).

Esta situação vivenciada pelos trabalhadores em educação tem se agravado quando se considera que as novas demandas criadas pela reestruturação produtiva impõe aos trabalhadores, aos trabalhadores em educação e aos filhos dos trabalhadores, uma necessidade de maior escolarização, maior qualificação profissional para o atendimento das novas demandas geradas pelas mudanças na organização da produção e no mundo do trabalho contemporâneo, que apresenta como paradoxo, o fato de que a escolarização e a qualificação profissional não garantem um emprego (Antunes, 2002, a, b).

Essas mudanças ao atingir a organização escolar, têm exigido que os trabalhadores em educação incorporem um processo de formação profissional continuada, que os capacite constantemente e, os condicione a ter maior responsabilidade por sua formação e qualificação profissional, assim como na responsabilização pelo sucesso da escola e pelo desempenho do aluno (Oliveira, D. 2004).

Diante do exposto, a legislação educacional em vigor¹¹, tem promovido mudanças na divisão interna do trabalho na escola, a partir de extinção de algumas rotinas e implantação de outras, apresentando um sugestivo reforço de integração social, que tem proporcionado a participação da comunidade na gestão da escola, e o estabelecimento de novas formas de financiamento do ensino público, por meio de parcerias com setores não-governamentais e privados (id., 2004).

Nesse mesmo contexto, as políticas governamentais de cunho neoliberal dos anos de 1990, implementaram ações no sentido de deslocar os movimentos sindicais do centro dos espaços decisórios, através do descumprimento dos acordos feitos com os sindicatos, de

¹¹ Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, n. 9394 de 1996.

não negociação das reivindicações apresentadas nas pautas sindicais, de perseguições policiais às manifestações públicas contrárias às privatizações de empresas estatais, às manifestações contra os pacotes econômicos, entre outras. Paralelo a essas práticas, tem se difundido um discurso ideológico que promove a marginalização e a discriminação das ações coletivas da classe trabalhadora empregada, desempregada e subempregada, perante a sociedade.

Notadamente, a ideologia que alicerça a sociedade capitalista está fundamentada na defesa e no privilégio da indivisibilidade do indivíduo e segue construindo um consenso de que o indivíduo e sua natureza precisam ser preservados na sua particularidade, renovando e revigorando a defesa dos princípios liberais do direito à liberdade, à individualidade e à propriedade privada. Esses princípios prescindem a luta de classes e defendem a individualização extrema da relação social e salarial, constituindo-se como formas naturalizadas de justificar as desigualdades sociais e de banalizar as lutas sociais e trabalhistas (Bhir, 1999).

Dadas essas condições do processo de ‘sociabilização’¹² da sociedade contemporânea, a questão que se faz é, como é possível construir um movimento sindical de base classista, defensor dos interesses de classe, notadamente os interesses da classe trabalhadora? No sentido de responder a essa questão, é importante entender que o processo de reorganização do movimento sindical brasileiro, na conjuntura neoliberal, tem sido construído considerando os debates e os discursos ideológicos produzidos atualmente, que são contrários ou favoráveis à idéia de ‘dissociação’ da prática social e do fim da sociedade do trabalho.

Como já foi abordada anteriormente, a incorporação social dos princípios defendidos pela concepção neoliberal, tais como a defesa da individualidade e da liberdade e a dissociação das ações sociais, juntamente com a incorporação das mudanças nos padrões de produção e de consumo, processadas pela reestruturação produtiva, têm possibilitado a construção de um novo senso comum que tem, em certa medida, garantido a emersão de novos meios de ordenação dessa ‘sociedade capitalista reestruturada’, gerando uma nova subjetividade social.

¹² Ver essa discussão aprofundada em Bhir, A. 1999.

Os resultados dessas mudanças provocaram profundas alterações conjunturais e tem acarretado problemas sociais, políticos, econômicos, trabalhistas, situações que dificultam a formação de uma consciência de classe na sociedade, porque a idéia de classe social tem sofrido alterações ideológicas fundamentais que indicam que já não existe 'classe'. Essa ordem social criada pelo capital compromete a formação da identidade política dos grupos sociais porque promove o alargamento dos valores morais, políticos e éticos que induzem o rompimento do sentimento de pertencimento de classe e a grupos sociais, além de acarretar um enfraquecimento do senso de responsabilidade e de solidariedade humana (Bhir, 1999).

Esse quadro revela que as demandas construídas através da luta sindical e reivindicadas por trabalhadores empregados, desempregados ou por diferenciados grupos sociais, de um modo geral, têm sofrido profundas alterações nas suas articulações, o que acaba comprometendo o efetivo alcance das ações promovidas por essas organizações sindicais e sociais.

Decorre que as parcas conquistas adquiridas pelas lutas sindicais tem sido utilizadas para garantir a marginalização dos movimentos sociais e sindicais, que reverte em perdas para os trabalhadores, incidindo de forma desfavorável para o engajamento e a ampliação da participação dos trabalhadores na construção de objetivos e interesses comuns. Toda essa inversão de valores e de atitudes sociais voltadas para a individualização tem contribuído para um enfraquecimento das lutas sindicais, sendo que as perdas de posição e do poder de pressão da sociedade nos espaços de atuação política, econômica e social são os principais elementos forjados por essa racionalidade do capital.

Assim, as expressivas mudanças na forma de organizar as lutas sindicais são mecanismos adotados pelos trabalhadores frente à flexibilização produtiva e ao reordenamento político-econômico propiciado pela concepção neoliberal. O enfraquecimento das lutas sindicais tem proporcionado um repensar e têm gerado mudanças na organização das suas plataformas políticas, nas metas de atuação, nas formas de construir um relacionamento com as bases que representam, expressadas pelas estratégias sindicais distanciadas do combate e do confronto com o sistema social e com o patronato, indicando que os caminhos adotados passam pelas reformulações nas estruturas políticas, filosóficas e ideológicas sindicais.

Dentre as diversificadas formas de abordar e desempenhar a luta trabalhista, o modelo de Sindicalismo de Resultados adquiriu maior expressão no cenário nacional, no decorrer da década de 1990, sendo que os reordenamentos propostos pelos sindicatos têm enfatizado a necessidade de diminuir as discrepâncias consideráveis existentes em relação às ações e às práticas sindicais assumidas no cotidiano do trabalho desenvolvido pela categoria de trabalhadores sindicalizados que representam. Têm defendido também a adoção de plataformas sindicais fundadas na idéia de redefinição das concepções políticas e filosóficas, intentando construir propostas de intervenção nos programas governamentais. (Boito Jr. 1999).

Desse modo, as condições concretas e objetivas apresentadas pela sociedade, têm possibilitado a diferenciados segmentos de trabalhadores a construção efetiva de ações subversivas à ordem estabelecida, e estas ações desvelam as contradições inerentes às formas de organização social e do trabalho sob controle do capital. No complexo processo de construção sindical, as ações implementadas seguem desnudando as próprias correntes ideológicas internas no movimento, as oposições e as divergências políticas que estão presentes na sociedade e no movimento sindical e que compõem estruturalmente essas entidades sindicais.

Compreendendo que o movimento sindical dos trabalhadores se constitui com base na dinâmica das relações sociais e trabalhistas, nota-se que a maneira como o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás - Sintego, se organizou a partir da década de 1990, no curso das políticas neoliberais, optando por preservar suas estruturas vinculadas às concepções de política sindical da Central Única dos Trabalhadores - CUT e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, expressa a ideologia e a política defendida pelos sindicatos cutistas e, que compõe atualmente a identidade do Sintego.

Como foi esclarecido anteriormente, a criação da CUT, em 1983, se deu num contexto de divisionismo político-sindical. As disputas político-ideológicas internas à CUT também eram expressivas, mas de um modo geral, suas ações passaram a congregiar as entidades sindicais de interesse classista, autônomas, com organizações no local de trabalho, mantidas com imposto sindical e fundadas na ideologia de construção de uma

sociedade socialista, se opondo ao capitalismo através de confronto e de ações grevistas. A CUT enquanto representante de diferentes sindicatos e setores trabalhistas passou a determinar como plano de lutas gerais, a promoção de campanhas de luta unificada entre os diferentes segmentos de trabalhadores filiados aos sindicatos cutistas (Costa, 1995) .

Esse mesmo contexto de divisionismo sindical propiciou à Confederação dos Professores do Brasil - CPB -, consolidar-se como entidade federativa e como principal via de organização do sindicalismo docente, num período em que a sindicalização para o funcionalismo público era proibida, sendo que em 1987, passou a denominar-se Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE. A organização dessa entidade foi fundamental para a articulação política do movimento dos professores em nível nacional, o que garantiu sua filiação à Central Única dos Trabalhadores – CUT.

Uma das propostas da CUT, nos anos de 1986 se efetivou no sentido de organizar o movimento sindical dos funcionários públicos e com isso, tentar mobilizar um maior número de sindicatos filiados à sua base. Em Goiás, a CUT apresentou propostas de orientar as ações sindicais dos trabalhadores em educação, que eram organizadas pelo CPG (Centro de Professores de Goiás) e que passaram a ser dirigidas pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás– Sintego, a partir de 1988, processo decorrente de uma ação de unificação entre o CPG, a Associação dos Orientadores Educacionais de Goiás – AOEGO – e Associação dos Supervisores do Estado de Goiás – ASSUEGO, em consideração às preocupações e aos preceitos delineados pela CUT nacional (Ata do Congresso de Fundação do Sintego, 1988, s/p.).

A análise documental mostrou que o Sintego é resultado da própria reorganização do movimento sindical projetado pelo CPG - Centro de Professores de Goiás- para conduzir a ação sindical dos trabalhadores em educação a partir dos anos iniciais da década de 1990. Esse sindicato foi pensado a partir da perspectiva de preservação da origem histórica e combativa das ações e manifestações desencadeadas pelos trabalhadores em educação em Goiás, preservando a organização pela base da categoria de trabalhadores em educação pública. Em suas propostas estatutárias, essa entidade definiu constituir-se de forma classista e autônoma, sem atrelamento a credos religiosos ou político-partidários, pois tinha como objetivo

(...)construir um sindicato classista, de massa, democrático de luta e pela base, com alguns princípios fundamentais à sua estruturação: liberdade de organização, autonomia, nenhum alinhamento partidário, filosófico ou religioso, democracia interna, em todas as suas instâncias. Unidade de ação, auto-sustentação financeira como condição necessária para a realização de autonomia política (...) que o Sintego junto com a CUT assumira a tarefa de educar os trabalhadores para a consciência política de liquidar com o poder do grande capital (Ata do Congresso de Fundação do Sintego, 1988).

Esse discurso de fundação do Sintego apresenta claramente as concepções políticas, filosóficas e ideológicas que alicerçam sua configuração. A tarefa a ser assumida pelo Sintego foi explicitada no documento de fundação: ‘educar os trabalhadores para a consciência política, objetivando liquidar com o poder do capital’(Ata do Congresso de Fundação do Sintego, 1988). Essa é uma afirmação contundente e ilustra o caráter ideológico contestador e confrontador assumido pelo Sintego frente à sociedade capitalista, nos anos de 1988.

De um modo geral, os primeiros anos de atividades do Sintego, foram coincidentes com os primeiros anos de implantação efetiva de uma política neoliberal no Brasil e em Goiás, sem generalizações, devido ao respeito às peculiaridades e especificidades regionais. Em conjunto com as políticas de reforma, uma série de medidas foi adotada pelos governos Sarney, Collor (Itamar) para se adequarem ao patamar de acumulação exigido pelo grande capital financeiro mundial; a privatização das empresas estatais, as reformas administrativas do Estado, o arrocho salarial e o desemprego estrutural são exemplos históricos desse período. Em Goiás, esse período foi marcado pela política de inspiração social democrata de Henrique Santillo, pela política populista de Íris Rezende Machado e pelo autoritarismo de Maguito Vilela, durante toda década de 1990.

Nesse sentido, a plataforma de ação do Sintego foi definida com base nos problemas econômicos e políticos dos governos de Collor (Itamar), acentuados nos dois mandatos de FHC. Nessa conjuntura, a plataforma de ação do Sintego insere-se nas concepções definidas pela CUT como forma de conduzir o movimento sindical goiano, onde o discurso sindical defendeu que a luta politizada dos trabalhadores em educação fosse atrelada às

demais lutas dos trabalhadores brasileiros, intentando garantir a garantia dos interesses da classe trabalhadora em nível nacional.

É perceptível que essa linha de ação sindical defensora de plataformas de luta de massa, classista e de confronto aberto à estrutura social, econômica e política refletiu a própria conjuntura da abertura política no país. Nesse período muita credibilidade foi depositada nas organizações da sociedade civil, e muitas assumiram grande poder de pressão política, como foi o caso da CUT.

No contexto apresentado, as entidades sindicais de trabalhadores em educação notadamente implementaram ações mais combativas e de confronto às políticas governamentais. Com a Constituição Federal, abriram-se os precedentes para que as organizações dos funcionários públicos e dos trabalhadores em educação obtivessem o direito de organizar livremente as associações de trabalhadores por categoria, por meio de configurações sindicais. E esse processo passou a exigir uma estrutura própria e o registro de um estatuto sindical, normatizado pelo Ministério do Trabalho, que passou a determinar também uma forma de financiamento sindical específica, advinda do desconto de imposto sindical, efetuado em folha de pagamento dos trabalhadores filiados, e demais taxações que financiam e garantem seu funcionamento (FUNDAP, 1993).

Desse modo, no setor público, até 1988, os trabalhadores estavam proibidos de organizar sindicatos oficiais integrados à forma corporativa prevista pelo Estado, mas de fato, nesse período estes sindicatos já se organizavam expressivamente. Após 1988, a Constituição federal, deliberou de forma incompleta, o processo de livre associação para os sindicatos e a oficialização de sindicatos de funcionários públicos, mas este setor ainda enfrenta barreiras para se organizar.

O reconhecimento constitucional desse direito não significou que as condições e instrumentos para o exercício sindical fossem estabelecidos, pois a assistência e os ordenamentos legais e democráticos para que haja o reconhecimento formal das associações sindicais dos funcionários públicos ainda não foram implementados.

Assim, a partir do final da década de 1980, os movimentos sindicais dos trabalhadores em educação passaram a articular seus planos de ação precisamente dirigidos por um sindicato. As ações sindicais dos anos de 1990 voltaram-se para a defesa de uma

escola democrática, que englobasse as condições de trabalho, como elemento fundamental à concretização da qualidade do ensino. Esse processo significou a ampliação dos discursos sobre a importância da politização dos trabalhadores em educação frente a organização e a gestão da escola pública.

As ações sindicais dos trabalhadores em educação conseguiram estabelecer maior reconhecimento de sua condição profissional na sociedade, mas é preciso pensar em que sentido a identidade política da classe trabalhadora tem se construído, no sentido da incorporação de uma consciência de grupo, onde as posições e ações precisam assumir um lugar de destaque diante dos conflitos sociais e nas relações de poder. Nesse processo, é preciso compreender que

As identidades são representações pautadas pelo confronto com o outro (...) A constituição de uma identidade política lida necessariamente com a esfera da representação, a auto-representação, a representação do mundo e do outro no seio das relações de conflito e de poder, elementos essenciais na construção de uma prática política (Mascarenhas, 2002, pp. 15-16).

É desse modo que a construção da prática política dos trabalhadores no Brasil e em Goiás, no contexto da década de 1990, tiveram uma mobilização articulada para a construção de uma identidade política. Mas o fato de os trabalhadores em educação encontrarem-se sujeitos à instâncias alheias a seu controle, vinculadas às instâncias decisórias do Estado no sentido de definir e construir seus objetivos do trabalho escolar, fez com que esse sindicato se deparasse com a dificuldade de garantir a construção de uma identidade coletiva propriamente autônoma.

Nesse sentido, as mudanças de rumo nas orientações sindicais brasileiras, sobretudo das entidades caracterizadas por políticas e ações mais ofensivas e combativas, como os sindicatos da CUT e da CNTE, indicaram as dificuldades em construir uma identidade coletiva dos trabalhadores frente ao acirramento das políticas neoliberais. A retração nas plataformas de ação sindical a partir das investidas neoliberais no decorrer da década de 1990 ocorreu com a implantação escancarada do modelo político neoliberal. Esse processo político e seus resultados catastróficos impulsionaram um reordenamento da linha de ação da CUT e de suas entidades filiadas (Boito Jr. 1999; Antunes, 2004).

Como forma de reordenamento das ações a CUT optou por não promover um confronto direto ao modelo político econômico neoliberal, propondo um sindicalismo que construísse alternativas às políticas vigentes,

abandonada a perspectiva de confronto com o modelo econômico e com o conjunto da política neoliberal, firmou-se a proposta de participação do sindicalismo cutista na definição da política governamental. Esse participacionismo é ativo. A CUT não o concebe como presença consultiva ou defensiva de seus delegados nos fóruns tripartites que reúnem empresários, sindicalistas e representantes governamentais em âmbito nacional ou setorial. Ela pretende apresentar propostas próprias para os temas discutidos em tais fóruns e fazer aprovar essas propostas – daí a expressão ‘sindicalismo propositivo’ (Boito Jr. 1999, p. 143-144).

Com essa iniciativa de mudança sindical objetivando construir propostas para garantir uma ação mais efetiva no encaminhamento de alternativas às políticas governamentais em âmbito nacional e, que atendessem aos interesses dos governos, das empresas e dos trabalhadores, os demais sindicatos cutistas acabaram implementando a adoção de plataformas de ação e de projetos propositivos passando a investir em construção de propostas a serem apresentadas junto aos governos e patrões. Dessa maneira, as ações do modelo de sindicalismo ofensivo diminuíram e a adoção de uma linha de ação mais defensiva e participacionista configurou-se nas principais ações adotadas pelos sindicatos cutistas, práticas que conciliaram com o fortalecimento do modelo de “sindicalismo propositivo”, cujos objetivos constituíram-se numa estratégia de ação criada pelos sindicatos para se garantirem e atuarem na conjuntura das políticas neoliberais.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em educação - CNTE, também adotou ações propositivas, essa entidade se destaca por ser a segunda maior Confederação brasileira, filiada à CUT, somando aproximadamente 913.423 associados, é filiada também à I.E - Internacional de Educação e à CEA - Confederação de Educadores Americanos. Ao assumir ações propositivas, a Confederação previu que seria uma forma apropriada de se posicionar junto aos órgãos do governo, levando propostas aos governos, definindo que,

os profissionais da educação lutam em defesa de uma escola pública, democrática e de qualidade, encaminhando suas propostas para os órgãos do Governo Federal, do Congresso Nacional, dos Governos Estaduais e Assembléias Legislativas, os

responsáveis pela atual conjuntura social de miséria e abandono, promovida pelas políticas neoliberais (Documento do CNTE, s/p).

Com um modelo de ação propositiva os sindicatos intentaram garantir que, junto às questões específicas da categoria, fossem implementadas questões de ordem social, econômica e política, assim como propostas de alternativas às políticas adotadas; temas polêmicos como a exploração do trabalho infantil, a reforma agrária, o emprego, a saúde no trabalho, o racismo e a opressão de gênero passaram a ser abordados e defendidos, visando a garantia de ampliação da base dos filiados e uma maior participação política no cenário social do brasileiro (Documento-base do I Congresso Estadual do Sintego, 1990, s/p.).

O Sintego também passou a defender e a construir uma estratégia política propositiva e articulada com os grandes temas nacionais. A proposta de destaque refere-se ao projeto de se construir uma escola pública, democrática e de qualidade, para a classe trabalhadora, acompanhada de propostas de intervenção na política governamental, objetivando avançar em conquistas de médio e de longo prazo (id., 1990).

Com os direcionamentos políticos previstos pela linha de ação propositiva, na década de 1990, a nova estratégia do movimento sindical cutista, contrariando sua postura politizada e combativa, construída na década de 1980, passou a desprestigiar a mobilização e a luta de massa dos trabalhadores como a principal forma de luta. A luta grevista, como as grandes mobilizações de greves, desencadeadas nas décadas de 1980, passaram a ser vistas como uma estratégia descaracterizada, desvalorizada, principalmente por enfatizar as poucas conquistas adquiridas já na década inicial de 1990, esses fatores acabaram comprometendo a consolidação de um movimento sindical que politizasse os setores econômicos e políticos da sociedade e construísse um sindicalismo voltado aos interesses da classe trabalhadora.

Em Goiás, a unificação dos trabalhadores da rede estadual e municipal de educação pública em torno de um sindicato único, estabelecido pelo Congresso Unificado que fundou o Sintego, em 1988, reflete a preocupação das pessoas envolvidas com a direção desse sindicato unificado, em busca de fortalecimento da entidade.

Os grupos ligados à direção do Sintego passaram a concretizar na rotina sindical, uma convivência muitas vezes atrelada à concepções ideológicas e políticas distintas e

opostas, à ritmos e visões de mundo muito diferenciadas e complexas. Em busca da garantia da construção de uma luta maior alicerçada na luta pela construção de uma outra sociedade possível - a socialista -, os primeiros anos de atuação do Sintego, não estabeleceram um modelo de sindicalismo propositivo. A direção do Sintego enfrentou entre os anos de 1988 e 1990, a difícil fase de transição e de adaptação desse sindicato à nova realidade sindical, agravada pelos problemas vivenciados pelos sindicatos decorrentes de uma política neoliberal, marcada pela recessão econômica, pelo aumento substancial do desemprego e por uma política salarial aviltante que promovia o empobrecimento crescente da classe trabalhadora e, em particular da categoria de professores (Documento-base do I Congresso Estadual do Sintego, 1990, s/p).

Os encaminhamentos sindicais cutistas que já incorporavam a defesa do sindicalismo propositivo viam na mobilização de greve um instrumento desgastado frente aos novos contornos assumidos pela ação sindical contemporânea. Nesse caso, o Sintego entendia que, no movimento sindical dos trabalhadores em educação, a greve deveria ser preservada, pois ela era e, ainda é, entendida e utilizada atualmente como um dos mais importantes mecanismos da luta sindical, sendo responsável por garantir as possibilidades de negociações trabalhistas, no enfrentamento aos governos.

Particularmente, em Goiás o governo de Henrique Santillo, do PMDB, na gestão de 1987-1990, revelou a instabilidade econômica e política brasileira. Os programas políticos centralizados na realização de reformas na máquina administrativa, objetivando ‘modernizar’ o Estado se contrapôs ao discurso social-democrata que ufanou dar uma orientação social às políticas de planejamento do Estado. Assim, as propostas de investimentos em 1990, focalizavam seus discursos para o atendimento de diversas áreas,

na área da educação, saúde, alimentação, saneamento, cultura e lazer. Especificamente, na área da educação, entendia-se ser fundamental viabilizar a criação de uma nova escola pública, cujo pressuposto básico seria o estabelecimento de sua dignidade expressa: na democratização do acesso e da gestão, na valorização dos profissionais, na universalização do ensino fundamental, na reformulação curricular, na adequação do espaço físico (Canesin, 1999, p. 227).

O programa governamental goiano definiu a valorização do servidor público, através da sugestão de regulamentação da promoção por méritos através de comissões

eleitas pelos próprios funcionários, eleição de diretores administrativos, direito de greve, reposição salarial gradativa e participação dos servidores nas decisões governamentais. Mas a ação do movimento sindical em Goiás, revelou as contradições do governo Henrique Santillo e explicitou a relação delicada entre o Sintego e a administração pública goiana, diante das dificuldades de conquistas desse sindicato junto ao governo do estado de Goiás, continuaram limitadas às políticas adotadas pelo governo.

As dificuldades das negociações entre as reivindicações realizadas pelo Sintego e a possibilidade de atendimento por esse governo foram publicadas e divulgadas nos boletins e circulares desse ano, expondo os ganhos reais diante das adversidades enfrentadas no período de negociação, negociações que muitas vezes continuaram apenas como uma possibilidade a se confirmar,

A despeito de todas essas adversidades agravadas pelo período de grande embate ideológico nas eleições presidenciais e pelo crescente empobrecimento da classe trabalhadora, em particular de nossa categoria - o que tem levado nossos militantes a se afastarem da escola e do movimento - tivemos conquistas consideráveis como a volta das horas atividades, a possibilidade de eleições para direção de escola e conseguimos definir uma política de piso-salarial, que foi um dos melhores acordos fechados no Brasil, na área da educação, embora não seja o ideal (Documento-base do I Congresso Estadual do Sintego, 1990, s/p.).

Essas informações ilustram que as reivindicações trabalhistas desencadeadas pelo Sintego, na década de 1990, passaram a lidar com duas situações graves. Por um lado esse sindicato passou a lidar com o enfraquecimento da participação dos militantes no movimento sindical, situação já refletida na própria realidade do trabalho desempenhado na escola. Esse distanciamento dos trabalhadores em educação do trabalho escolar e do movimento sindical tem dificultado sobremaneira a construção de uma consciência política de classe situação que reverte na própria forma sob a qual o movimento sindical tem se configurado, pois o movimento sindical do Sintego é composto pelos trabalhadores em educação, de modo que, o trabalho sindical depende da participação dos trabalhadores .

Por outro lado, as práticas adotadas pelos governos goianos¹³ aperfeiçoaram algumas medidas que tem garantido uma redução no atendimento às demandas requisitadas, de modo que os acordos e as conquistas adquiridas pelas reivindicações trabalhistas adquirem pouco impacto na melhoria da política salarial dos trabalhadores, e assumem pouco alcance de interferência nas políticas de médio e longo prazo. Logicamente essa situação tem se agravado e provocado muitas limitações e retrocessos às ações sindicais goianas desenvolvidas a partir da década final de 1990.

As mudanças no mundo do trabalho, gradativamente, têm mudado o cenário escolar, e conseqüentemente tem afetado a adesão dos trabalhadores em educação às lutas sindicais, constituindo-se como um dos desafios impostos ao movimento sindical contemporâneo. A dificuldade de adesão sindical e de envolvimento dos trabalhadores em educação em torno de interesses comuns, como em torno das garantias do cumprimento dos direitos de férias, décimo terceiro salário, licença-maternidade, salário-família, previdência social, plano de saúde, entre outros, revelam o processo de flexibilização e exploração funcional dos trabalhadores e de uma individualização extrema da relação salarial (Antunes, 2002, b).

Todo esse processo encontra-se inserido no contexto da sociedade atual, que seguindo as orientações neoliberais, tem implementado novas relações de trabalho mais flexibilizadas, de modo que a legislação trabalhista vai deixando de manter as garantias existentes. Nesse caso, os sindicatos passam a lutar para garantir a permanência das conquistas trabalhistas construídas e adquiridas legalmente pela ação dos trabalhadores. Os acordos feitos entre sindicatos e patrões, entre sindicatos e governos, decorrentes de lentas e emperradas negociações, muitas vezes terminam em acordos não cumpridos ou postergados, essas são situações que possibilitam o questionamento à limitação da atuação dos movimentos sindical perante as novas conformações adotadas pela organização do trabalho e das políticas governamentais (Documento-base do I Congresso Estadual do Sintego, 1990, s/p.).

A desregulamentação das relações trabalhistas e as mudanças previstas pelas reformas neoliberais estão presentes no ambiente de trabalho escolar e isso tem

¹³ Os governos goianos passaram a desprestigiar a legitimidade do Sintego como representante dos interesses dos trabalhadores em educação, para isso passaram a não conceder uma agenda de negociação, a não cumprir com os acordos estabelecidos, perseguir politicamente os professores atuantes no Sintego, remanejando e transferindo os sindicalistas dos locais de trabalho.

possibilitado um reordenamento do trabalho escolar baseado em técnicas de gerenciamento empresarial, incentivando a aplicação de métodos da Gerência da Qualidade Total - CQs - nas práticas de planejamento e avaliação do trabalho dos professores. Os professores e demais trabalhadores em educação passaram a lidar com a internalização de práticas de auto-avaliação e controle do trabalho, que não conferem uma autonomia ao trabalho, mas garantem a dinamização de práticas extremamente competitivas e individualizadas (Paro, 2005; Mascarenhas 2000).

As mudanças desencadeadas promovem alterações na organização dos trabalhadores em educação, que sofrem com uma política ideológica centrada na desestruturação das suas condições de trabalho, através da coerção política, da desvalorização dos salários, da desqualificação da formação e profissionalização, da precariedade das escolas. Essas mudanças na organização escolar, por seu caráter conservador, têm mantido as práticas de cooptação das ações pedagógicas e políticas dos professores em frentes sindicais, que se tornaram mais sutis e mais diretas.

As práticas sindicais adotadas pelo Sintego, propuseram seguir o mesmo caminho delineado historicamente pelo movimento sindical goiano, prevendo manter as plataformas de ação política assentadas no confronto com as políticas governamentais, com um discurso voltado para atingir a base do sistema capitalista, pressionando respectivamente nas questões salariais, trabalhistas e na própria organização administrativa do Estado, mas essas ações sindicais têm conseguido atingir e alterar as políticas administrativas do Estado?

De fato, na realidade concreta das condições de trabalho organizadas na sociedade capitalista e reguladas pelo Estado, os trabalhadores brasileiros se aproximam quando se comparam suas condições de existência e de trabalho e, nesse sentido, a luta sindical tem se articulado por meio da consideração de que é o trabalho assalariado que se constitui como o norteador e o gerador das ações sindicais, das reivindicações e das mobilizações de confronto entre trabalhadores e patrões, sejam da iniciativa pública ou privada, mas essas iniciativas não atingem as políticas administrativas do Estado, justamente os acordos promovidos pelos programas governamentais do Estado e porque não questionam o próprio fato de continuarem a ser assalariados.

De forma peculiar, a ação sindical dos trabalhadores em educação expõe o governo e as políticas adotadas, e essa relação trabalhista é permeada pela contradição, pois a categoria de trabalhadores do serviço público, se configura, ao mesmo tempo, como integrante da organização do Estado e da educação pública, e como integrantes e responsáveis pelo movimento sindical e trabalhista. Como movimento sindical, essa categoria de trabalhadores assume a luta e o confronto contra as políticas governamentais e contra o governo, que é o patrão.

Mas o alcance real do movimento sindical organizado pelo Sintego só pode ser perceptível a partir de sua relação de oposição e de confronto à política imposta pela administração pública de Goiás, só pode ser observada, considerando as plataformas de ação e as lutas travadas, sendo que esse processo desvela a sua ação sindical e seu caráter contestador ou mediador.

Nesse sentido, a seguir, a temática a ser discorrida procurará abordar especificamente a estruturação do Sintego na década de 1990, diante da intensa reforma política, econômica e da administração pública, promovida pela orientação neoliberal, em Goiás, de modo a entender como tem se construído a articulação do sindicato dos trabalhadores em educação de Goiás - Sintego com a categoria de trabalhadores filiados que representa, no sentido de realizar a meta defendida de construir a consciência política de classe. Além dessa questão, também é preciso perceber quais foram as metas sindicais programadas pelo Sintego, para enfrentar a intensificação dos ajustes programados pela concepção neoliberal e quais foram as principais ações sindicais adotadas pelo Sintego no decorrer da década de 1990 e nos anos iniciais de 2000.

2.3. A CONFIGURAÇÃO DA PRÁTICA SINDICAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE GOIÁS NA DÉCADA DE 1990

De modo geral, um balanço sobre os contornos assumidos pela política econômica brasileira inspirada no neoliberalismo revela que esses contornos perpassam todas as esferas de organização da sociedade, condicionando um reordenamento indispensável às configurações assumidas pelo capital financeiro internacional. Mas, nesse contexto, a sociedade civil tem se organizado e investido em ações de enfrentamento às variadas formas de opressão e exploração promovidas, provando que a história da sociedade é marcada pelos conflitos e lutas de classe.

Contraditoriamente ao previsto pelas concepções neoliberais, o Estado, enquanto um dos elementos essenciais do capitalismo, não deixou de ter os encargos sociais, apesar de todas as investidas do neoliberalismo visando conter o avanço dos programas políticos e sociais. A partir da elevação do índice de desemprego estrutural, os gastos com o desemprego custam bilhões aos Estados, que se vêem amarrados também ao aumento demográfico das populações aposentadas, reforçando uma situação que leva o Estado a gastar outros bilhões em pensões.

Nesse sentido, segundo Anderson (1995), a concepção neoliberal conseguiu maior êxito no aspecto político e ideológico, onde tem prevalecido a idéia de que não há mais alternativas de contraposição aos princípios do neoliberalismo. Assim, a nova sociabilidade construída pelo capital, por sua natureza fundada nos princípios de liberdade individual do direito subjetivo, tem forjado a neutralização da capacidade de luta e de organização sindical dos trabalhadores nos enfrentamentos, investindo na naturalização das taxas de desemprego, concebidas como mecanismos naturais, estruturais e necessários a qualquer economia de mercado que se diz eficiente.

Nesse sentido, as iniciativas adotadas pela economia de mercado proporcionaram uma queda no índice de trabalhadores sindicalizados, porque promoveu um índice elevado de desemprego, o que despontou nas baixas taxas de sindicalização, essa situação tem se agravado ao longo da década de 1990, em todos os países capitalistas. Na contramão dessa tendência, no campo do sindicalismo dos trabalhadores em educação pública, a década de

1990 representou a organização dos sindicatos dessa categoria de trabalhadores e a investidura nas campanhas de sindicalização dessa categoria, objetivando ampliar o número de sindicalizados (Documento-base do I Congresso Estadual do Sintego, 1990, s/p).

Buscando compreender como o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás - Sintego - posicionou-se diante do acirramento das políticas neoliberais, foram analisados os Documentos-base que descrevem as ações desenvolvidas nos Congressos Estaduais, realizados pelo Sintego, a partir de 1990, período de intensa reforma neoliberal no Brasil e em Goiás. Ao todo foram realizados sete congressos estaduais do Sintego em Goiás. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação em Goiás - Sintego – é constituído por instâncias assim distribuídas conforme seu Estatuto: Congresso Estadual; Assembléia Geral; Plenária Sindical; Diretoria Central; Delegacias Sindicais e Regionais; Conselho Fiscal (Estatuto do Sintego, 2004).

Os Congressos Estaduais de Educação do Sintego foram realizados tendo com suporte a produção de Documentos-base, com regimentos organizados sob forma de textos visando garantir a orientação prevista pelo planejamento, delimitando o perfil dos representantes dos trabalhadores em educação com direito a voz e voto, chamados delegados sindicais, estabelecendo os critérios de preservação da programação estabelecida e o direcionamento das ações sindicais a serem tomadas. Nesses congressos estaduais são aprovadas os Planos de Lutas do Sintego. Os documentos – base dos congressos do Sintego passaram a ser sistematizados com mais precisão e encadernados, a partir do 4º congresso, realizado em 1997.

O Sintego realizou um Congresso de Fundação do Sintego, em 1988, e ao longo da década de 1990 e início de 2000, realizou mais seis Congressos Estaduais de Educação, sendo que o mais recente foi realizado no ano de 2004. Na análise documental referente a esses congressos estaduais, verificou-se que eles constituem-se como as instâncias máximas e deliberativas da ação política e de planejamento do Sintego, sendo realizados em média, a cada dois anos, com uma pauta organizada por Plenárias Sindicais realizadas anteriormente.

A implementação dos projetos neoliberais de reforma do Estado e de emendas constitucionais, no decorrer da década de 1990, no Brasil e em Goiás, fez com que as variadas ações de protestos e de denúncias de má administração pública do governo

brasileiro e goiano fossem implementadas nas pautas de ação sindical, propostas por dirigentes sindicais da categoria de trabalhadores em educação, e à medida que as políticas de ajuste político-econômico do capital se intensificaram, seus desdobramentos interferiram nos rumos adotados pelo movimento sindical, no tocante ao planejamento e à ordenação dos planos de lutas, das ações do Sintego, da programação dos Congressos realizados ao longo da década de 1990.

Congressos realizados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás –

Sintego:

| CONGRESSOS | DATA DE REALIZAÇÃO | TEMA ABORDADO |
|---|--------------------|--|
| Congresso Unificado dos Trabalhadores em Educação | Novembro de 1988 | Aprovação e criação do Sindicato dos trabalhadores em Educação de Goiás e do seu estatuto. “Educação é Luta” (Tese da CUT). |
| I Congresso Estadual de Educação | Setembro de 1990 | “Educação exige valor” |
| II congresso Estadual de educação | Novembro de 1992 | “Gestão democrática e participação popular” |
| III Congresso Estadual de Educação | Setembro de 1994 | “Educação no centro das atenções” |
| IV Congresso Estadual de Educação | Mai de 1997 | “Construindo uma educação democrática e cidadã” |
| V Congresso Estadual de Educação | Setembro de 2001 | “Educação, garantir esse direito” |
| VI Congresso Estadual de Educação | Novembro de 2004 | “Políticas educacionais e financiamento da educação Básica” |

Tabela 1/Fonte: Arquivo do Sintego, 2005

A análise documental referente aos Congressos do Sintego possibilitou perceber que as preocupações com as mudanças na conjuntura internacional, nacional e regional, foram adquirindo espaço ampliado nas temáticas e debates promovidos nos congressos, preocupação que tem norteado e fundamentado as propostas e os planejamentos de ação sindical a ser implementadas por esse sindicato. Como mostra a tabela acima, os temas abordados nos congressos ilustram as mudanças na concepção da educação e da luta sindical. Essas mudanças de enfoque nas temáticas dos congressos realizados pelo Sintego, ao longo dos anos de 1990 e 2000, desvelam como as propostas de ação sindical foram

sendo permeadas pelas concepções adotadas pelos programas governamentais e pelas reorientações nas políticas educacionais brasileiras, cujas bases se assentam nas concepções neoliberais.

Observando as temáticas dos Congressos do Sintego, precebe-se que nos primeiros, as temáticas abordadas não deixavam dúvidas ou especulações sobre o papel e o lugar da educação pública e da função social da escola na sociedade. Os temas “Educação é Luta”(1988), “Educação exige valor”(1990), “Gestão democrática e participação popular”(1992), e “Educação no centro das atenções”(1994), apresentam a importância e a relevância da educação na construção de uma educação pública de acordo com os interesses da classe trabalhadora. Já os temas “Construindo uma educação democrática e cidadã” (1997) Educação, garantir esse direito”(2001) “Políticas educacionais e financiamento da educação Básica”(2004), denotam uma mudança de orientação na concepção e na defesa da educação, que passou a ser compreendida do ponto de vista das políticas educacionais,

O Sintego, ao propor o tema “Construindo uma educação democrática e cidadã” na construção da escola pública, apresenta um discurso radicalmente destoado do discurso proferido em 1992, momento em que a democracia e a participação cidadã, proporcionadas pela classe dirigente, foi descrita e criticada como práticas sedutoras capacitadas a implementar as ações de uma política autoritária e repressiva, ‘que intentava implementar uma participação democrática restritiva e policiada, objetivando assim, dissuadir a luta da classe trabalhadora’(Documento-base do II Congresso Estadual do Sintego, 1992, s/p).

A partir das análises feitas nos Documentos-base dos Congressos Estaduais do Sintego, percebe-se que essas mudanças de orientação nas temáticas estão associadas às conjunturas de cada época, onde foram se acentuando, gradativamente as reformas neoliberais e as mudanças nas orientações sindicais, como forma de enfrentar as mudanças processadas na organização do trabalho e da sociedade. De forma mais detalhada, pode se observar cada contexto apresentado nos Documentos-base dos Congressos do Sintego e, compreender como foram se delineando as mudanças nas concepções políticas e ideológicas desse movimento sindical goiano, reveladas pelas temáticas discutidas nos congressos.

O Congresso de Unificado do Sintego, de 1988, apresentou considerações sobre o Brasil, entendido como sendo o país que apresentava um dos piores índices de desemprego, com uma taxa onde cerca de 67% da população ativa recebia de 0 a 2 salários mínimos. Um país onde a taxa de escolaridade girava em torno de 30 milhões de analfabetos, sendo que nesse panorama, muitos trabalhadores em educação não recebiam sequer um salário mínimo.

Esse foi o pano de fundo do congresso inaugural do Sintego, intitulado Congresso Unificado dos Trabalhadores da Educação do Estado de Goiás, realizado em novembro de 1988, em Itumbiara, e contou com a participação de 400 professores delegados do estado de Goiás, além de representantes da Associação de Supervisores do Estado de Goiás, Associação Goiana de Matemática, Representante da Regional Centro-Oeste da CPB, Presidente da CUT estadual, representante da CUT nacional, representantes da UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas, entre outros.

As análises dos textos do Documento-base do Congresso Unificado de 1988 evidenciam a preocupação da CUT em organizar o sindicato dos trabalhadores no serviço público, e de organizar o Sintego, a partir da imediata defesa de se superar a estrutura sindical oficial, por vezes considerada assistencialista, ou vinculada ao ‘Sindicalismo de Resultados’. Essa preocupação está associada à criação da CGT, a Central Geral dos Trabalhadores, em 1986, em um momento político importante do governo Sarney, onde tramitava a elaboração da nova Constituição Federal, refletiu a efervescência do movimento sindical brasileiro.

A CGT resultou de uma ampla composição política, formada por diversas correntes, desde a direita, passando por sindicalistas considerados pelegos¹⁴ e reformistas, até setores combativos do movimento sindical. Ela passou a ser representativa do denominado ‘Sindicalismo de Resultados’, defendendo abertamente as concepções políticas voltadas para as delimitações da luta sindical aos ditames do capitalismo e ao princípio da economia de mercado, como forma de garantir a venda da força de trabalho pelo maior preço possível e rejeitando abertamente o socialismo como inspiração e princípio de luta dos trabalhadores brasileiros (Costa, 1995).

¹⁴A CUT definiu os sindicalistas pelegos de forma depreciativa como sendo aqueles sindicalistas subservientes que têm seus interesses voltados para negociações conciliatórias entre patrões e empregados.

Nesse sentido, a CUT definiu a necessidade de estruturar os sindicatos dos servidores públicos, através de uma redefinição de forças internas, precedidas de forte crítica à recém criada CGT – Central Geral dos Trabalhadores, ressaltando os interesses da CUT no sentido de que,

A CUT deve garantir que os trabalhadores no serviço público, partindo de sua experiência acumulada, decidam em suas instâncias sobre formas de organização e funcionamento desses sindicatos. Isso implica desenvolver os meios para que a própria categoria possa decidir soberanamente quanto à melhor forma de organizar-se, não permitindo que a CGT e os pelegos, através da Confederação Nacional dos Servidores Públicos do Brasil restrinjam o processo ao âmbito das organizações de caráter assistencial que têm à sua frente direções majoritariamente pelegas (Documento-base do Congresso Unificado do Sintego, 1988, s/p.).

A enfática crítica explicitada nesse relato, referente ao movimento sindical oficial e aos sindicalistas ‘apelegados’ da CGT está diretamente ligada à história do movimento sindical brasileiro, na conjuntura da Nova República dos anos finais da década de 1980 e iniciais da década de 1990, que apresentam uma efervescente disputa de interesses, forças e poderes das diversas correntes e tendências políticas e ideológicas constituintes do movimento sindical e, nesse sentido, a CUT, que se constituía como uma força e uma prática majoritária e exclusivista, passou a sentir ameaçada e a considerar relevante a necessidade de garantir ações unitárias com outros setores do movimento sindical como forma de contrapor-se à política conservadora dos governos e se fortalecer como entidade sindical.

Nesse momento de disputas político-ideológicas e sindicais, os sindicalistas classistas insatisfeitos se articularam em contraposição aos rumos tomados pela CGT, e realizaram, em fevereiro de 1988, um congresso denunciando as ações do ‘Sindicalismo de Resultados’ da CGT, consideradas representantes do patronato e do governo. Em abril desse mesmo ano, foi formalizada a criação de uma “Corrente Sindical Classista”, firmando-se como uma corrente independente na CGT, propondo desenvolver uma política de aliança com a CUT, objetivando a construção de uma unificação orgânica do movimento sindical nacional, com vistas à politização, ao combate ao capitalismo e à construção de caminhos para o socialismo (Costa, S. 1995, p.201).

Assim, com a vinculação dos sindicatos ligados à Corrente Sindical Classista à CUT, essa corrente constituiu-se como uma tendência influente no interior da CUT, acatando e encaminhando as decisões aprovadas majoritariamente.

O Congresso de fundação do Sintego, em 1988, promoveu um redirecionamento das ações sindicais dos trabalhadores em educação, no combate à intensificação das reformas neoliberais em Goiás. Essas preocupações são perceptíveis nas temáticas debatidas e nos planos de ação aprovados nesse congresso, onde ocorreu a definição da tese da CUT, propondo como tema “Educação é luta”.

Nesse Documento-base de 1988, o Sintego apontou uma preocupação fundamental relacionada à necessidade de “ampliar o movimento, envolvendo maior número de trabalhadores em educação nas decisões e encaminhamentos das lutas, seguida de uma política de formação que aponte para a solidificação da consciência da unidade de ação de toda classe trabalhadora” (Congresso Unificado do Sintego, 1988, s/p.). Esse discurso enfatizou a necessidade do sindicato articular a luta dos trabalhadores em educação com a luta de toda classe trabalhadora, deixando transparecer o papel central dos profissionais da educação, como os trabalhadores responsáveis pela organização e condução do movimento sindical goiano, contribuindo com o enfrentamento às políticas neoliberais.

Os debates proferidos nesse congresso refletiram os temas da municipalização do ensino, da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da educação e a preocupação com a estruturação dos Sindicatos dos Trabalhadores no Serviço Público em Goiás. Os textos produzidos para as palestras e debates realizados nesse congresso destacaram a campanha de difamação dos funcionários públicos e dos trabalhadores na escola pública. A campanha de desconstrução da identidade dos trabalhadores no serviço público foi realizada pela mídia e pelo governo, em nível nacional e local, pretendendo promover uma alteração da imagem dessa categoria, objetivando garantir a formação de uma opinião pública onde os mesmos fossem vistos como incompetentes e irresponsáveis, garantindo com isso a aceitação pública da desobrigação do Estado com a educação e demais serviços públicos.

Em contraposição a essas medidas, o Sintego defendeu a proposta de conclamar a categoria para maior envolvimento e participação política junto à entidade sindical. Segundo relatos do Documento-base do Congresso de 1988, a grande preocupação dos

governos girava em torno da redução do déficit público, e uma das alternativas apontadas para gastar menos foi a tentativa de deixar as responsabilidades com os servidores públicos e professores. Na análise do sindicato, essas medidas refletiam a preocupação do Estado com os funcionários públicos e suas ações sindicais, principalmente devido ao fato de que, os funcionários públicos e professores se tornaram uma das categorias mais organizadas politicamente e, a execração dos trabalhadores públicos, feita pelo Estado, visava justamente garantir a desarticulação desse movimento.

Os princípios e os objetivos sindicais aprovados no Congresso Unificado do Sintego, em 1988, objetivou garantir uma espécie de ‘lei’ para reger as ações sindicais dos trabalhadores em educação. Os relatos do Documento-base indicam que no Estatuto do Sintego, o Artigo 5º do I capítulo, na letra “i”, teve uma alteração fundamental definindo que o Sintego tem como finalidade, dentre outras, “participar da luta pela construção de uma sociedade socialista”. Porém, mesmo com uma análise mais detalhada, não foi possível captar nesse documento, qual a perspectiva socialista e qual a definição de socialismo que o Sintego defende, assim como também não ficou esclarecido qual o encaminhamento adotado pela entidade sindical para superar o capitalismo e lutar para a construção do socialismo no Brasil,

Nós da educação e alguns outros setores de trabalhadores no serviço público, como a saúde, a previdência, compreendendo que somos explorados e expoliados enquanto trabalhadores assalariados, e que isto não é apenas circunstancial, mas a própria essência do capitalismo, descobrimos a necessidade de construir o Sindicato Único dos trabalhadores no Serviço Público, bem como fortalecer nossa central. Devemos construir um sindicato classista, de massa, democrático, de luta e pela base (...) (Delúbio Soares, Congresso Unificado do Sintego, 1988).

Nesse trecho acima é possível captar a filosofia que orientou a proposta aprovada para a criação do Sintego. Ela refletiu a disposição de luta da classe trabalhadora, pelo menos da direção sindical, na construção de um sindicato único, amplo, representando a base, os trabalhadores em educação, contra as mazelas do capitalismo e em prol da construção de uma ‘sociedade livre, justa e democrática’, a ‘sociedade socialista’. De um modo peculiar, esse objetivo de superação da sociedade capitalista e de construção de uma sociedade socialista perpassa historicamente a década de 1990, encontrando-se presente no

atual Estatuto do Sintego, revisado em 2004, conforme o Artigo 5º do I capítulo, letra “k” (Estatuto do Sintego, 2004) .

Esse modelo de sindicato classista e combativo foi aprovado e seus princípios de estruturação foram os referentes à liberdade de organização, autonomia, nenhum alinhamento partidário, filosófico ou religioso e democracia interna. Essa proposta de organização sindical foi amplamente defendida pela CUT, que teve a iniciativa de formar os sindicatos dos trabalhadores no serviço público, defendendo uma política classista de maneira ampliada, para que possibilitasse a unidade sindical dos trabalhadores¹⁵

Com a definição desse modelo de sindicato, passou-se à elaboração do Plano de Lutas.

PLANO DE LUTAS DO SINTEGO - 1988

| Plano de lutas | Reivindicações gerais | Reivindicações Específicas |
|--|---|--|
| Unificar campanhas salariais, reajustes mensais de salários/ com base no Dieese; Reposição de perdas salariais e unificação das datas-base em 1º de maio; | Liberdade e autonomia sindical; Denúncia do caráter conservador e burguês da Constituição Federal; Ações contra a privatização das empresas estatais e em defesa dos servidores públicos; Mobilização da classe trabalhadora para o controle dos preços dos gêneros de primeira necessidade; | Piso salarial Estabilidade no emprego e na jornada de trabalho; Luta por jornada de trabalho única Garantia do 13º salário integral Paridade entre ativos e inativos Direito a 60 dias de férias: 30 dias em janeiro 30 dias em julho |

¹⁵ O documento intitulado ‘Educação é Luta’ foi produzido para o III Congresso Nacional da CUT (III CONCUR) realizado em setembro de 1988. Nesse documento, fica evidenciado a preocupação da CUT em formar “imediatamente” os sindicatos dos trabalhadores no serviço público.

| | | |
|---|--|--|
| <p>Campanha contra a política econômica do governo Sarney;</p> <p>Defesa do salário e do emprego;</p> | <p>Creche gratuita para todos os trabalhadores;</p> <p>Socialização do monopólio nacional e o controle operário da produção;</p> <p>Confisco do latifúndio e apoio aos pequenos proprietários;</p> <p>Educação e conscientização política dos trabalhadores para fortalecer o sindicato e “liquidar” com o grande capital;</p> | <p>Acesso e promoção de cargos automáticos; Pagamento de FGTS;</p> <p>Eleições para diretores;</p> <p>Liberação de representantes de escolas para interesse da classe trabalhadora;</p> <p>Pagamento até o último dia do mês trabalhado;</p> <p>Convênio com Universidades para formação de professores.</p> |
|---|--|--|

Tabela 2/Fonte: Arquivo do Sintego, 1988

Conforme aponta o plano de luta do Sintego, visível na tabela acima, a luta pela democratização da escola pública, a construção de grêmios livres, a construção de novas escolas, a melhoria das condições de trabalho dos professores, a construção de uma educação para a classe trabalhadora, construída em conjunto com a construção da consciência política da categoria, com a reformulação e aprovação do Estatuto do Magistério e a preocupação com as eleições presidenciais foram os principais pontos de pauta aprovados para direcionar a ação do Sindicato goiano para o próximo biênio, nos anos de 1989/1990 (Documento-base do Congresso Unificado do Sintego, 1988, s/p.).

Manter as negociações com o patronato também ganhou importância nos debates desse Congresso pois, com a sindicalização dos funcionários do serviço público, prevista pela Constituição Federal de 1988, os sindicatos precisavam garantir-se e legitimar-se diante dos governos federais, estaduais e municipais, que são os patrões dos trabalhadores do setor público, e com isso, garantir e manter as negociações desse setor. Se em Goiás, a luta dos trabalhadores até então se dava por meio de mobilizações, passeatas, concentrações, ocupações e greves, estas continuaram acontecendo, mas passaram a ser dirigidas e representadas pelos dirigentes sindicais do Sintego.

Os textos presentes no Documento-base do Congresso de Unificado salientaram a meta do Sintego para o ano de 1989, para conseguir a ampliação do movimento sindical dos

trabalhadores em educação, pressupondo a necessidade de seu fortalecimento enquanto instituição sindical,

Ampliar o movimento, envolvendo maior número de trabalhadores da educação nas decisões e encaminhamentos das lutas, através de organização das zonais e do fortalecimento das regionais, seguida de uma formação que aponte para a solidificação da consciência da unidade de ação de toda classe trabalhadora (Documento-base do Congresso Unificado do Sintego, 1988).

A preocupação com a ampliação do movimento sindical, presente nos documentos do Sintego é resultante do próprio contexto sócio-histórico e político vigente, que apresentava as nuances de uma racionalidade fundada na desconstrução e manipulação das consciências dos movimentos populares e dos movimentos sindicais de caráter combativo e de confronto e de criação de sindicalismo de novo tipo, como o ‘Sindicalismo de Resultados’, como era o da Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

A partir dos dados analisados até aqui, pode-se concluir que a organização do Sintego, o seu plano de lutas, as reivindicações gerais e específicas pontuadas no final da década de 1980, para alicerçar a entrada da entidade na década de 1990, seguiu fielmente a linha de ação da CUT, sendo fruto do embate e de disputa de forças sindicais, apresentando internamente, também as correntes políticas, sindicais e ideológicas divergentes.

As preocupações com o processo de reestruturação produtiva, com as mudanças no mundo do trabalho, com o projeto neoliberal, com as reformas educacionais e com as políticas econômicas se encontram inseridas nas propostas de estruturação e de orientação do plano de luta do Sintego, que previa também construir sua legitimidade junto às negociações com o governo. Os pontos de pauta tiveram seu lugar nos discursos proferidos nos congressos, mas a ação sindical goiana desse período acabou se resumindo em uma luta ferrenha entre sindicato e governo em torno da questão salarial, como mostra os relatos apresentados no Documento-base do Congresso Estadual do Sintego, de 1990.

Durante a análise documental, constatou-se que nos arquivos do Sintego há uma seleção de manchetes de jornais de diferenciados anos, referentes aos impasses entre o governo e as negociações direcionadas pelo Sintego. Em 1989, por exemplo, a greve dos trabalhadores em educação foi deflagrada exigindo a reposição salarial. A publicação da manchete do jornal “O Popular”, no dia 24 de maio de 1989 chamava a atenção, “Estado

demite grevista e contrata concursado”. A greve naquele momento foi utilizada para publicizar as reivindicações dos professores, mas no ponto de vista do governo, a greve foi vista como abandono do trabalho, o que indicaria demissões dos grevistas. Jônathas Silva, o secretário de educação da época, afirmou que, a greve era abuso e mascarava interesses políticos maiores, e que se a situação persistisse, os faltosos seriam demitidos por justificativa de abandono de emprego.

A falta de negociação entre governo e sindicato colocou a greve numa situação de impasse, e uma nova manchete foi publicada no dia seguinte, divulgando o parecer do Delegado Regional do Trabalho, afirmando que a greve dos professores era direito constitucional, de modo que “demitir alguém por abandono de cargo significa comprovar uma situação de abandono. Quem faz greve não está com intenção de abandonar o emprego” (Arquivo do Sintego: jornal ‘O popular’, 1989, 25/05/1989 p.06).

As represálias do governo ao movimento sindical continuaram e em 09 de junho de 1989 a greve dos trabalhadores em educação, que já completava 48 dias, foi rechaçada pelas ameaças de demissões, presentes nas manchetes de jornais. O governador Henrique Santillo manifestou publicamente seu posicionamento diante do impasse,

(...) democrata que sou, estou sendo paciente. Tolerância e paciência devem ser virtudes de qualquer democrata, mas elas precisarão estar limitadas pelo interesse público. E o interesse público falará mais alto (...) a partir da próxima semana eu estarei tomando medidas para que os professores que não estejam em sala de aula sejam imediatamente substituídos por aqueles que querem, como os demais, a imensa maioria, continuar contribuindo para a nossa população e para o nosso Estado (Arquivo do Sintego: jornal O Popular, 09/06/1989, p. 6).

Os impasses entre as reivindicações dos trabalhadores em educação, via sindicato e o atendimento pelo governo de Goiás fizeram parte e estão presentes em todos os conflitos deflagrados pelos trabalhadores em educação no decorrer da década de 1990. Os problemas conjunturais e estruturais da educação em Goiás adquiriram grandes proporções, pois, historicamente, em Goiás, a administração pública emperrou o atendimento das reivindicações dos trabalhadores em educação, que sempre receberam salários baixos, convivendo com o recebimento de pagamentos atrasados e defasados.

Nesse sentido, a solução do impasse entre o governo e o sindicato, nesse ano de 1989 parecia impossível; as escolas continuaram paralisadas, a greve passava de 50 dias, os professores reivindicavam a definição do piso salarial dos trabalhadores da educação, a Secretaria de Educação de Goiás havia proposto quatro salários mínimos de referência para professores em início de carreira, proposta que acabou rejeitada pelos trabalhadores, devido a instabilidade dos reajustes do salário mínimo. O impasse continuou até a intensificação da ameaça de corte de ponto dos professores grevistas, o que promoveu a volta dos professores ao trabalho, com a programação de uma agenda para as negociações com o governo local.

O problema da defasagem salarial dos trabalhadores em educação agravou-se e no final do ano de 1990, os professores estavam decididos a não iniciar os trabalhos no ano letivo de 1991, ano de posse do governador Íris Rezende. As reações do governo apontaram para a inviabilidade de aumento salarial, onde a acusação de inchamento do quadro do funcionalismo público foi alegada como um dos motivos dessa defasagem. Em nota ao Jornal Diário da Manhã, o Sintego protestou contra o descaso do governo local com a educação,

Durante vários meses a direção do Sintego sentou à mesa com o governo para buscar melhores formas de resolver pelo menos, as questões essenciais do ensino público, condições mínimas para o funcionamento das escolas e o pagamento em dia dos professores e funcionários. Nas negociações, o governo se comprometeu a cumprir o Plano de Cargos e Salários, estabelecido no Estatuto do Magistério, aprovado recentemente. Um compromisso feito com base no discurso de que este governo está fazendo tudo para melhorar o ensino em Goiás. Além de não passar do discurso demagógico, parece que o governo quer inviabilizar de vez o ensino público... (Jornal Diário da Manhã, 29/12/1990, p. 7).

Esse protesto denunciou a falta de compromisso do governo de Goiás que não se responsabilizou em resolver as questões essenciais do ensino público, afirmando o caráter ideológico e demagógico dos discursos oficiais promovidos pelo governo. Em decorrência desses fatores uma série de medidas foi anunciada pelo governo goiano, prevendo reajustar o trabalho dos servidores públicos, provocando o agravamento da questão salarial. Medidas como a suspensão de reajuste salarial, estímulo à transferência de servidores públicos, considerados excedentes e ociosos, estímulo à licença, estímulo às demissões espontâneas, com recebimento de 60% do salário, implantação de Plano de Cargos e Salários em todas as repartições e extinção do piso salarial, foram inseridos nas propostas de reforma

administrativa do Estado, visando melhorar sua eficiência, através de sua adequação à realidade econômica e financeira em nível nacional.

As propostas de reforma administrativa do Estado de Goiás, a partir da década de 1990, provocaram reações no movimento sindical e levou a diretoria do Sintego à preocupação com o aumento dos números de trabalhadores filiados, e com a construção da sede própria do sindicato, na capital e interior, para isso propôs um desconto especial na folha de pagamento dos trabalhadores em educação – desconto de 2% de toda categoria -. As discussões encaminhadas nos documentos analisados levam em consideração que as mudanças nos rumos da produção e na exploração do trabalho provocam desafios para os movimentos sindicais, que para continuarem na luta precisam garantir o fortalecimento dos sindicatos e da CUT.

Frente a esse quadro de instabilidade, o Sintego organizou o I Congresso Estadual de Educação, em 1990. O tema desse congresso foi “Educação exige valor” e propôs a intensificação da defesa da escola pública, uma das esferas que passou a sofrer especulações do governo sobre o trabalho desenvolvido pelo funcionário público. Nesse caso, a exigência de valorização da escola pública seguiu requisitando, dos governos e da sociedade, o reconhecimento e a valorização da escola e dos profissionais atuantes na educação pública.

Para implementar a meta programada, de defesa da escola pública, o Sintego definiu como prioridade a intensificação de campanhas objetivando o aumento das taxas de sindicalização e a criação de cursos de formação de lideranças sindicais, onde se propuseram trabalhar as temáticas referentes a educação nos países socialistas e elementos básicos de economia política, mesmo considerando como pano de fundo a derrocada do modelo de socialismo do Leste Europeu. Naquele momento, a perspectiva sindical definiu a necessidade de aprofundar “a luta em defesa da escola pública, dos salários e contra o analfabetismo combinando uma pauta de negociação que contemplates também reivindicações econômicas” (Documento-base do I Congresso Estadual do Sintego, 1990, s/p.).

A propósito da necessidade de fortalecimento sindical, o Congresso de 1990 levantou discussões sobre o estudo produzido para estruturar o “Fortalecimento do

Sintego”, que é composto por uma síntese teórica abordando os principais aspectos das mudanças ocorridas no contexto internacional, destacando a automação do processo produção do capital e a globalização da economia, situando as limitações e a marginalização da América Latina, nesse contexto. Esse estudo delimitou algumas implicações dessas mudanças nos processos de trabalho, acarretando desemprego, o aumento do número de trabalhadores precários e desqualificados, bem como a perda de importância dos sindicatos na vida dos trabalhadores. O discurso produzido pelo Sintego, explicitou como alternativa à esse quadro, a convocação dos trabalhadores para a enfrentarem esses desafios (Documento-base do I Congresso Estadual do Sintego, 1990, s/p).

Naquele momento, o grande desafio do movimento sindical consistiu em envolver os trabalhadores no fortalecimento das entidades sindicais e as orientações sindicais previram a necessidade de organizar os trabalhadores formais e os excluídos do mercado de trabalho formal, como meio de construir uma nova estratégia sindical, que coadunasse com o fortalecimento da CUT e do Sintego e, assegurasse a aplicação de uma estratégia sindical de caráter propositivo,

(...) [é preciso] formular um discurso e uma prática que atinjam o conjunto dos trabalhadores, incorporando às demandas corporativas as aspirações e necessidades daqueles setores desorganizados e ou excluídos do mercado formal de trabalho. A articulação desses dois tipos de interesse passa pela formulação de uma nova estratégia sindical, que combine uma atuação reativa/reivindicativa com uma atuação afirmativa/propositiva, tanto no âmbito das relações capital-trabalho quanto no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade civil (Documento-base do I Congresso Estadual do Sintego, 1990,s/p.).

Nesse sentido, o ano de 1990 aponta para uma questão que se mostrou urgente, ou seja, a elaboração de redefinições táticas da CUT e do Sintego com vistas a uma mudança de orientação de suas ações políticas e ideológicas, no sentido de construir uma nova estratégia sindical, o Sindicalismo Propositivo. Uma estratégia que passou a desconsiderar a importância das ações sindicais de curto prazo, analisadas como ineficientes, partindo para a defesa de um discurso de elaboração de ações mais propositivas, visando combinar a defesa dos interesses mais imediatos dos trabalhadores e a definição de metas de médio e

longo prazo, vinculados às relações entre capital-trabalho e entre o Estado e a sociedade civil.

Nesse contexto, foram programadas pelo Sintego plenárias estaduais objetivando aprofundar a luta dos trabalhadores em “Defesa da Escola Pública” em parceria com a defesa de salários pagos em dia, a luta pela aprovação do Estatuto do Magistério e a criação do Quadro de Salários para o pessoal do administrativo escolar. Essas questões articuladas com o discurso de luta pela construção de uma escola pública de qualidade, possibilitaram que a categoria partisse para a construção de novos métodos, comportamentos, idéias e alternativas para o encaminhamento de uma luta combinando ações reativas e reivindicativas com uma luta afirmativa e propositiva, típica do sindicalismo de ‘novo tipo’, delineado na década de 1990.

O Sintego passou a enfrentar a publicização de um discurso depreciativo de desvalorização do serviço público e de seus profissionais desencadeado pelos governos; um discurso marcado pela idéia equivocada de que os trabalhadores do serviço público eram ricos ‘marajás’ (termo utilizado pelo presidente Collor) situação que prejudicou o processo de construção de uma identidade política para a categoria de trabalhadores. A realidade apresentada pelo avanço das concepções neoliberais no Brasil intensificou o processo de perda da identidade profissional dos trabalhadores em educação bem como marginalizou o sistema educacional brasileiro. O desafio de organizar a luta sindical nesse contexto indicou a necessidade de garantir a construção da consciência política dos trabalhadores em educação para a construção de sua própria identidade denegrada.

Nesse sentido, alguns questionamentos foram apresentados pelo Sintego, tentando encaminhar as ações dos trabalhadores em educação na construção de uma consciência política e na condução do movimento sindical,

Como envolver toda a categoria nesse processo? Como travar tais discussões em cada escola, com cada companheiro? Como colocar em prática a idéia de que o Sindicato somos todos nós e não só a diretoria por nós eleita? (Documento –base do II Congresso Estadual do Sintego, 1992, s/p).

Buscando caminhos para garantir a melhoria da prática pedagógica, para avançar nas lutas, nas conquistas e nas reivindicações rumo a construção da escola pública de

interesse da classe trabalhadora, o Sintego propôs projetos para responder as questões e os desafios contemporâneos e para conscientizar a categoria, lançou uma campanha de formação de lideranças sindicais juntamente com a proposta de inclusão da participação democrática da sociedade nos processos de decisões políticas e econômicas em Goiás.

Como promover as campanhas de conscientização dos trabalhadores em cada escola e com cada companheiro e, garantir a participação dos trabalhadores nas decisões políticas se os trabalhadores em educação viviam uma realidade adversa ao fortalecimento sindical, uma vez que eles estavam inseridos numa política educacional autoritária, com proposta salarial aviltante; eram proibidos de realizar eleições diretas para diretores de escolas; eram obrigados a cumprir os currículos mínimos anuais e a incorporar a ampliação do período letivo de trabalho. Toda essa situação problemática para a organização sindical redundou em estratégias políticas que o governo utilizou para gerar a desqualificação profissional, a desmobilização da categoria e a desmoralização do Sintego perante a sociedade. Nesse caso, o Sintego denunciou que,

(...) [O governo] ao tentar nos vender a idéia de que democracia e participação são elementos que impedem o bom funcionamento da escola, tenta-se legitimar a prática autoritária como sendo o único e melhor caminho para a educação. Por isso, as eleições diretas para diretor são vistas como um mal a ser combatido, um desastre a ser evitado. As direções colegiadas – diretores e conselho comunitário – são vistos como ‘falta de gerenciamento’. E para a realização de tal política, de tudo se usou, até mesmo de força policial (Boletim do Sintego, dezembro de 1992).

Essa questão apontada acima, caracteriza o quadro de política autoritária e repressiva de Goiás, compreendido como uma das marcas dos governos goianos deste período, que adotou formas diferenciadas para denegrir o trabalhador em educação e seu sindicato. Nesse caso, o governo suspendeu a participação democrática na escola por meio de eleições para diretores, invalidou a criação do Conselho Comunitário escolar e suspendeu o Estatuto do Magistério (Lei 11.336/90).

O Estatuto do Magistério objetivou regulamentar a história do Magistério goiano, prevendo estabelecer jornada de trabalho, titularidade, promoção automática, política salarial, eleições para diretores de escolas, entre outros. Essa lei foi revogada em dezembro de 1991 pela lei nº 11.665/91, que implementou o regime jurídico único estatutário em

Goiás. Essa mesma Lei, colocou os servidores públicos atrelados às Leis nº10.460/88 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do estado de Goiás) e à Lei nº 10.461/88 (Plano de cargos e vencimentos do Funcionário Público), cujas normas generalizadas não contemplaram a especificidade do trabalho dos professores e os direitos adquiridos pelos trabalhadores em educação (Estatuto e Plano de Cargos e Vencimentos do Pessoal do Magistério, 200, pp 8-18).

Essa situação ocasionou a redução da jornada de trabalho para 20 horas, inviabilizou a Gratificação de Titularidade, suspendeu o Plano de Carreira do Magistério, suspendeu as Horas-Atividades, provocou indefinição nas funções do Magistério, extinguindo cargos e funções do Magistério (id., 2001). Essa situação de indefinição do Estatuto do Magistério dos trabalhadores em educação perdurou até o ano de 1994. Pois, no entendimento do governo, a Lei nº 11.655/91 atrelada à Lei nº10.460/88, havia suspendido a Lei do Estatuto do Magistério (Lei nº 11.336/90), fato justificado pela generalização dada ao teor das mesmas. Após muitas pressões dos trabalhadores em educação, o Estatuto foi aprovado pela Lei nº12.361 de 25 de maio de 1994, que manteve entre outros elementos a carreira do magistério, jornada de trabalho, horas-atividades e licença para aprimoramento profissional, e acrescentou a liberdade para se reunir na escola, liberdade de escolha e utilização de procedimentos didáticos, determinação do período de férias, etc. (id. *ibid.*, 2001)

Mas essa Lei não conseguiu garantir a aprovação da eleição para diretor de escola e não estabeleceu a política salarial. Essa lei só foi alterada a partir do ano de 2001, quando foi aprovada a Lei nº 13.909/2001 que regulamentou o Plano de Cargos e Vencimentos e o Estatuto do Magistério. Os Arts. 9º e 10º dessa lei dispõe sobre a criação do Conselho Escolar (CE), como órgão máximo de gestão da escola e a eleição de diretor de escola, eleito por professores efetivos e pela comunidade escolar, por voto direto, secreto e facultativo (Estatuto e Plano de Cargos e Vencimentos do Pessoal do Magistério, 2001, pp.8-18).

De um modo geral, a garantia da aprovação da Lei do Estatuto do Magistério foi uma das mais importantes bandeiras de luta do Sintego, que através de comissões coordenadas encaminharam e defenderam propostas para a conquista de Planos de Carreira

e de um Estatuto próprio para a categoria inseridas no contexto da intensificação das políticas neoliberais em Goiás.

O agitação político social promovido pelo processo de Impeachment do presidente Collor, a partir de 1992, e, a instalação de um governo provisório, o de Itamar Franco, provocou discussões sobre a importância das forças e das manifestações populares nas decisões políticas do país e, nesse contexto, deu o tom para a realização do II Congresso Estadual do Sintego em 1992. Esse congresso teve a temática “Gestão democrática e participação popular”, propondo que a participação e a pressão dos trabalhadores seriam importantes mecanismos para redefinir o papel e a participação popular nas questões sociais.

Levados por essa lógica, esse congresso do Sintego definiu que a participação popular se daria em direção a participação democrática e direta na tomada de decisão, com voz ativa na construção da escola da classe trabalhadora, em direção a conquista de novas formas de democracia, por meio da participação política nas decisões, e em direção a estruturação de organizações sindicais e demais associações da sociedade, visando garantir a participação democrática na sociedade e na gestão da escola (Documento-base do II Congresso Estadual do Sintego, 1992, s/p.).

O momento político de realização do II congresso do Sintego refletiu um grande agitação social decorrente do movimento “cara pintada” que culminou com o processo de Impeachment do presidente Collor, por isso o tema. Muita esperança foi depositada no poder de pressão da população e de organização do povo para cobrar e participar ativamente de uma política econômica de superação da recessão e do arrocho salarial, visando a construção de uma nova democracia.

Nessa perspectiva, a participação popular na gestão da escola pública implicaria na participação não apenas na execução do trabalho escolar, uma prática rotineira nas escolas, mas na participação no encaminhamento e na tomada de decisões, realizada de forma ativa dentro da escola, que por sua vez implicaria em conquistas de novas formas de democracia e maior participação popular nas decisões políticas do país.

Acompanhando as avaliações feitas pelo Sintego, referente aos anos de 1990 e o planejamento de um plano de ação futura, feitos pelos dirigentes, presente no Documento-

base do congresso de 1992, percebe-se que o confronto estabelecido entre o sindicato e a administração pública do governador Íris Rezende, a partir de 1991, também assistiu momento de impasse importantes, referentes à questão salarial. Os dirigentes sindicais inseriram as discussões sobre as reformas educacionais na lista de temas debatidos, de modo que a democratização da gestão, a democratização do acesso à educação e a qualidade do ensino, ganharam centralidade nos debates sindicais buscando envolver a participação da categoria nas discussões.

As ações de protesto do movimento sindical goiano, desencadeadas no biênio 1991-1992 foram avaliadas nesse congresso, onde foi salientado que as propostas do governo Íris Rezende redundaram em entrave para os objetivos que os educadores traçaram para a construção da escola pública. Diante desse fato, a falta de compromisso do governo Íris Rezende com a educação foi recebida pelo Sintego com ações de protestos públicos e judiciais: foi organizado uma Assembléia Geral que decretou greve no início do ano letivo de 1991; foram organizadas campanhas de protestos, audiências com a Secretaria de Educação de Goiás, um debate público sobre o descaso do governo com a educação, e a realização de aulas públicas e de cursos de formação de dirigentes sindicais. A mobilização intersindical proposta pelos sindicatos cutistas promoveu a campanha “S.O.S. SERVIDOR PÚBLICO” (Documento-base do II Congresso Estadual do Sintego, 1992, s/p.).

O governador Íris Rezende, agiu com presteza diante dessas campanhas, fez um apelo envolvente à sociedade com o intuito de sensibilizar a população para acatar as “duras” medidas que foram adotadas para a condução das políticas em Goiás. Ele levantou como uma das causas do descontrole administrativo de Goiás, o aumento na folha de pagamento do funcionalismo público, afirmando que segundo dados oficiais, a arrecadação goiana girava em torno de 8 bilhões e 700 milhões de cruzeiros para atender uma folha de pagamento de funcionários públicos na ordem de 23 bilhões de cruzeiros.

Diante dessas afirmações, a questão que se coloca é, que categoria de trabalhadores públicos recebeu o vultoso aumento salarial? Obviamente não foi a dos trabalhadores em educação. O aumento da folha de pagamento do funcionalismo público foi justificado pelo governador como tendo origem a partir das contratações ilegais de funcionários, de aumentos irregulares de salários, de favorecimentos políticos e, por “incompetência e falta

de zelo” da gestão anterior. Acusando Santillo de deixar o estado de Goiás endividado, ele afirmou em pronunciamento,

(...) mas o governo não deve apenas ao funcionário. O governo deve aos fornecedores, deve aos empreiteiros, ao Banco Central, ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal (...) a dívida de Goiás, hoje ultrapassa a casa dos 2 bilhões e 200 milhões de dólares. São mais de 600 bilhões de cruzeiros (...) se o governo anterior não pagou a dívida ele ainda contraiu novos empréstimos, a vida dos goianos devia ter melhorado, mas não melhorou (...) a economia goiana piorou muito nesses últimos anos, os índices econômicos demonstram claramente que Goiás empobreceu (...) [Após a contextualização do problema, Íris, num apelo populista convoca o povo para ‘participar de seu governo’] (...) a sua vigilância me ajudará muito na luta pela moralização do estado. Eu preciso muito de você. Goiás precisa muito de você. Preciso que você ajude Goiás a arrecadar os impostos. O imposto não é meu, o imposto é seu, é do povo (...) Busco em você também a compreensão para as medidas duras que eu estou sendo obrigado a tomar (...) conto com você (Arquivo do Sintego: jornal Diário da Manhã, 16 de abril de 1991, pág. 3).

O chamamento de Íris Rezende ressoou por Goiás adentro e a reação dos municípios foi de engajamento na luta pela recuperação de Goiás, encaminhando propostas de acordos para melhoria da educação (Documento-base do II Congresso Estadual do Sintego, 1992, s/p.). Essa forma de usar os meios de comunicação para atingir em peso a opinião popular ganhou mais destaque a partir dos anos iniciais de 1990, sendo que o governo do Estado de Goiás passou a investir em campanhas publicitárias objetivando a formação de uma opinião pública favorável às suas políticas de governo; alguns mecanismos sutis e o apelo direto aos veículos de comunicação, como programas de rádio, jornais e televisão foram utilizados para atrair a adesão da opinião pública. Esse mecanismo ideológico de formar uma opinião pública da população por meio da mídia teve maior destaque a partir da metade dos anos de 1990, em Goiás, e, se tornaram estratégias importantes que foram adotadas pelo governo e pelo Sintego em torno da disputa de poderes e para envolver a opinião da sociedade em suas causas.

As colocações do Sintego em contraposição aos apelos de Íris Rezende sobre a crise goiana, direcionaram-se para toda a administração pública brasileira, versando sobre os governos de Collor, com a corrupção política e econômica e com o programa de confisco das poupanças; de Íris, com o congelamento dos salários e a arbitrariedade política e da Secretaria de Educação, com o decreto do fim dos contratos especiais de trabalho, a

desconsideração da necessidade de realização de concursos públicos. O Sintego teceu considerações sobre as configurações governamentais adotadas em Goiás, em atendimento às disposições previstas pela política neoliberal nacional, afirmando que

O Estado de Goiás, através de seu governo está completamente inserido nesse processo de reforma neoliberal. A reafirmação da chamada vocação agrícola significa mecanismos de manter os privilégios da grande empresa agrícola do latifúndio. Outra dimensão desse reforço está na manutenção da situação de subordinação do estado à acumulação capitalista nos grandes centros nacionais, referenciados pela lógica do grande capital internacional. [...] Nesse sentido o fracasso escolar representa um claro processo de exclusão social. Através dele limita-se as oportunidades de inserção social e cria simultaneamente entre os marginalizados, a idéia de incapacidade. Esse processo de criação da identidade negativa legitima entre os setores populares a exclusão social (III Congresso Estadual do Sintego, 1994, s/p).

Em represália às políticas neoliberais, que promovem a polarização econômica entre os estados brasileiros, definindo-os de acordo com sua potencialidades industriais, que gera o desemprego, o subemprego e a exclusão social, que provoca a desconstrução da identidade dos trabalhadores e dificulta a consolidação de lutas sindicais, o Sintego propôs a realização, nesse período, de intensas campanhas de filiação dos trabalhadores em educação que, de acordo com os dados analisados, cerca de mil trabalhadores foram filiados em dois meses de realização dessa campanha, em 1991 (Documento-base do II Congresso Estadual do Sintego, 1992, s/p.).

Como proposta de ação futura, para o biênio 1993 e 1994, o Documento-base apontou na direção de se construir alternativas globais que dessem orientações e encaminhassem para a saída da instabilidade econômica, política e social. Propôs a organização da campanha em defesa do Estatuto do Magistério e do Plano de Carreira dos professores e do Plano de Carreira e Profissionalização dos servidores administrativos da escola. A reivindicação ainda previa resgatar o direito de eleger os diretores escolares e aprofundar as discussões sobre o processo de democratização da escola e a construção dos conselhos escolares.

A realização do III Congresso Estadual do Sintego ocorreu em setembro de 1994, e no Documento-base está explicitada a acusação de que o governo provisório de Itamar Franco destacou-se pelo esforço de promover um reordenamento político e econômico

brasileiro, fundado na concepção neoliberal, por meio de implementação da política de privatização e da ausência de políticas públicas para as áreas sociais como a área educacional e da saúde pública. Nesse congresso, o tema “Educação no centro das atenções” abordou as transformações mundiais e suas influências nas relações de trabalho na escola, a discussão sobre o projeto neoliberal e o desdobramento dessas transformações no sistema educacional

Notadamente, o processo de reforma social e administrativa de inspiração neoliberal, desencadeadas no Brasil, a partir da década de 1990, interferiu fundamentalmente na organização do sistema educacional nacional, assegurou, entre outras medidas comprometedoras, a implantação de um discurso de busca pela qualidade total em educação, como forma de superar o problema altos índices de analfabetismo e da qualidade do ensino. Nesse contexto de reformas educacionais, houve um repensar sobre o papel e o espaço reservado para a universidade e a escola pública, situação que correspondeu ao continuísmo de algumas políticas de reforma que seguem promovendo a desestruturação do sistema educacional brasileiro, bem como tem denegrido a identidade do trabalhador em educação.

Ao tematizar e discutir essas preocupações com as reformas implementadas no Brasil, o Sintego encaminhou um discurso situando que as alterações conjunturais processadas mundialmente, previstas pelas reformas neoliberais, interferiram na construção do modelo educacional brasileiro que reverteram em um aprofundamento na perda da identidade profissional dos trabalhadores em educação e na marginalização de suas condições de trabalho e de salários. Nesse sentido, a marginalização dos profissionais da educação pública está de fato atrelada à própria reordenação do sistema educacional brasileiro que tem se organizado visando se adequar às mudanças sociais, políticas e econômicas promovidas pelas alterações nos processos de produção de bens e serviços.

As transformações desencadeadas pela sociedade capitalista têm destacado, de forma nítida e coesa, o papel adquirido pelo conhecimento e pelas informações resultantes dos processos de inovações técnico-científicas e informacionais. Nesse sentido, o entendimento do Sintego é o de que, o conhecimento tem um papel central como instrumento de poder e como mecanismo de reprodução do capital, tal situação tem

aprofundado ainda mais o controle das leis de mercado sobre a tecnologia, sobre o conhecimento, sobre a organização do sistema educacional e sobre a formação e valorização dos trabalhadores em educação no Brasil, situação que requisita maior luta sindical da categoria de trabalhadores em educação.

Ao enfatizar as medidas de reformas administrativas do Estado e do sistema de educação nacional, as políticas adotadas primam pelo controle do conhecimento e das informações, cujo desdobramento tem preservado a manutenção do fracasso escolar e a restrição do acesso ao conhecimento escolar e social às camadas populares. A reprodução do discurso da qualidade total por parte das políticas educacionais brasileiras está atingindo uma centralidade amplamente defendida por diferentes setores da sociedade (Enguita, 2001), mas de fato esse discurso pela qualidade da educação está atrelado à retórica conservadora que prega a qualidade em educação em detrimento do discurso da democratização da educação (Gentili, 2001).

Assim, a questão da qualidade em educação prevista nos projetos de reforma educacional choca-se com o processo de desvalorização do saber produzido na escola pública e conseqüentemente com a desvalorização dos profissionais da educação, considerados os principais culpados e responsáveis pelo fracasso escolar e pela depreciação da escola pública.

Essa realidade contraditória tem mostrado que as reformas em educação, desencadeadas ao longo das últimas décadas do século XX, não têm conseguido apresentar um salto qualitativo importante, apesar de aumentar quantitativamente o número de alunos matriculados (MEC/Inep, 2005). Mas, os trabalhadores em educação passaram a lidar com a individualização da relação trabalhista e salarial, visível a partir de um distanciamento dos trabalhadores da luta e das reivindicações coletivas, situação que dificulta a construção de uma consciência política e da identidade da categoria de trabalhadores em educação, assim como tem provocado a desarticulação da luta sindical.

Pode-se afirmar que em decorrência da desestruturação escolar e da desvalorização dos trabalhadores em educação, tem acentuado a desconstrução da identidade política dessa categoria, de modo que a luta e os embates pela educação pública estão apresentando um recuo significativo. As campanhas de valorização e pelo reconhecimento do papel dos

trabalhadores em educação em Goiás, a luta pela construção de uma escola para a classe trabalhadora até então promovidos pelo Sintego, enfatizadas nas propostas e planos de lutas políticas e nos embates envolvendo o governo local, assumiram caminhos diferentes, visíveis nos planos de ação e nas temáticas abordadas pelo Sintego, a partir dos anos finais da década de 1990.

A marginalização das lutas trabalhistas, a limitação da participação democrática dos cidadãos nas decisões políticas, acentuada no decorrer da década de 1990, atingiu a organização sindical do Sintego e o relato dos dirigentes sindicais deixou transparecer a grande preocupação com os rumos adotados pelo sindicato nesse contexto, destacando o estado de ânimo dos trabalhadores em educação e da própria direção sindical,

A desesperança, o desânimo, a falta de solidariedade e união, o distanciamento dos trabalhadores em educação do Sintego e das lutas poderão se aprofundar. Mas já superamos outras crises. E nosso dever enquanto pessoas que não desistimos de lutar é resistir sim, mas também partir para a ofensiva e esta só virá com nossa organização nos locais de trabalho e com a democratização das Relações de Trabalho (Documento-base do III Congresso Estadual do Sintego, 1994, s/p.)”.

Diante desse estado de apatia sindical e de aprofundamento da instabilidade econômica, social e política em Goiás, os dirigentes indicaram três aspectos relevantes a serem resgatado no movimento sindical, como forma de sobressair-se na organização dos trabalhadores. Esses aspectos referiam-se à Organização por Local de Trabalho – OLT, o aprofundamento da relação Sintego e a comunidade e, a democratização do Sistema de Relações de Trabalho. A defesa do Sintego girou em torno de que nenhum direito adquirido fosse extinto e que um novo Sistema de Relações de Trabalho fosse estabelecido, onde o Contrato Coletivo regulasse a norma de negociação permanente e direta com o governo, atitude que precisava ser exercida pelo sindicato e pela Central, com validade tanto para trabalhadores públicos quanto privados (Documento-base do III Congresso Estadual do Sintego, 1994, s/p.)”.

Nesse sentido, para se fortalecer, o sindicato precisava garantir maior aproximação com a base da categoria, nas unidades escolares. Essa aproximação passou a ser vista como

uma forma de superar a própria alienação dos trabalhadores em educação, e com isso garantir a implantação da Organização nos Locais de Trabalho.

O processo de Organização nos Locais de Trabalho – OLT – representou para o Sintego uma das saídas enfrentar o desafio de se aproximar dos trabalhadores em educação, pois “a insuficiência na OLT enfraquece o potencial de luta dos trabalhadores, dificulta a comunicação, retarda a conscientização de classe e do aprendizado de sujeito da história”, sendo que muitos dos trabalhadores participam das assembléias do Sintego mas desconhecem a pauta, não se reconhecem como sujeitos da composição sindical e não participam dos debates sobre os temas de interesse da escola, situação que foi considerada grave, precisando ser repensada (Documento-base do III Congresso Estadual do Sintego, 1994, s/p.).

Diante desse quadro de instabilidade sindical e política, o Sintego recorreu também à defesa da organização dos interesses dos trabalhadores administrativos, propondo a valorização, a elaboração de uma proposta de luta e profissionalização desse setor. O sindicato também aprovou a proposta de garantir “proporcionalidade entre professores e administrativos na ocupação de cargos de direção” do Sintego (id,1994).

Além da cobrança de maior participação da base na composição da direção do Sintego, este advertiu para o fato de um crescente enfraquecimento do sindicato frente às dificuldades de impor as reivindicações junto ao governo e de garantir as conquistas. Diante desses fatos, o desafio do Sintego para o biênio 1995-1996 se referiu à questão já retratada nos anos anteriores, relativa à tentativa de fortalecimento da entidade, por meio das filiações e, nesse contexto de intensificação das políticas neoliberais, a tarefa do sindicato apontou para a necessidade de aprofundar a organização dos trabalhadores em educação em cada escola, estabelecendo a OLT .

As mobilizações por escola ganharam mais espaço nas ações do Sintego, a partir de 1995 e significaram, no entendimento sindical, uma forma de publicizar os problemas educacionais e a cobrança de maior empenho do então governador Maguito Vilela, na gestão 1995-1999, com relação às políticas educacionais goianas. A 1ª Plenária Ordinária Sindical realizada em 1995 aprovou a Campanha “Educação no centro das atenções”, em

protesto ao completo descaso do governador, com as reivindicações dos servidores em educação.

Em carta ao Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, publicada no boletim do Sintego, sua diretoria pedia intermediação do mesmo junto ao governador para tentar garantir a abertura de um canal de negociação com a categoria, sendo que os trabalhadores da educação passavam por um dos piores momentos de sua história,

Os trabalhadores em educação passam por um dos piores momentos de sua história. Além da falta de democratização nas decisões nas escolas, o que inibe a participação de professores, servidores administrativos, pais e alunos na busca de soluções para as dificuldades do dia-a-dia; os profissionais do ensino recebem baixos salários, muitas vezes em atraso, o que os obriga a dobrar a carga horária ou buscar outras atividades que possam garantir a complementação da renda mínima para o sustento de suas famílias (...) Somente através da imprensa somos informados de que o Estado não dispõe de recursos que possibilitem reajuste salarial. Assim a revolta e a insatisfação aumentam (...) Pleiteamos o pagamento do Piso salarial Nacional para o Magistério, no valor de R\$ 300,00 por 30 horas, piso salarial correspondente a 70% do valor pago aos professores para os servidores administrativos; realização de eleições para diretor de escola; instituição de conselhos escolares e a regularização da assistência à saúde e previdência dos servidores (Boletim do Sintego, nº 06 de 30/05/1995).

O Pleito do Sintego por um Piso Salarial Profissional Nacional originou-se de um compromisso assinado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) para promover políticas e ações visando a formação do professor, incorporando várias reivindicações dos trabalhadores em educação, como estatutos e planos de carreira, melhoria das condições de trabalho, Piso salarial Nacional, entre outros. Esse acordo estabeleceu o compromisso das esferas governamentais, entidades dos educadores e o conjunto da sociedade na distribuição de responsabilidades com a educação.

Esse compromisso do MEC foi negociado e encaminhado por entidades como o Conselho Estadual de Educação – CEE; União Nacional dos Municípios – UNDIME; Conselho Nacional de Secretarias de Educação – CONSED; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE e demais entidades ligadas à formação de educadores, e resultou na assinatura de um documento intitulado “Pacto pela Valorização do Magistério e Qualidade em educação”

Ao defender um Piso Salarial Nacional para os trabalhadores em educação, o Sintego objetivou extinguir a diferença salarial entre trabalhadores do Estado de Goiás e os da Prefeitura Municipal de Goiânia, e de demais prefeituras do interior do estado. O Piso salarial foi uma alternativa encontrada para a valorização dos profissionais da educação.

O trecho da carta destacado acima, ilustra os problemas de legitimidade do Sintego frente o governo de Maguito Vilela, pois a falta de abertura de mesa de negociações entre ambos criou uma situação desfavorável para o Sintego. O compromisso de campanha de Maguito Vilela ao governo de Goiás centralizou a importância de estabelecer uma política de valorização dos trabalhadores em educação e de construção de uma educação de qualidade, mas este compromisso não ganhou destaque em seu governo, marcado por represálias ao movimento sindical e por uma política de arrocho salarial. E mesmo considerando a existência do compromisso estabelecido no Pacto pela Valorização do Magistério e Qualidade da Educação (MEC), as negociações sindicais com o governo do Estado, nesse contexto foram insignificantes.

A ‘crise’ de legitimidade sindical, a dificuldade de articular o potencial de luta dos trabalhadores em educação e demais problemas estruturais e financeiros levou a direção do Sintego, ainda em 1995, a propositura de um ante-projeto intitulado “Implementação Estrutural do Sintego”, como forma de reorganizar-se internamente. Este ante-projeto foi uma proposta de contribuir com a organização estrutural do sindicato, prevendo a necessidade de qualificar a atuação política-social do Sintego. Lançou como meta, a potencialização das ações políticas, pedagógicas e sociais da entidade. Para implementar essas mudanças, esse projeto previu a estruturação do serviço de marketing sindical, vislumbrando “estabelecer vínculos mais objetivos e diretos com os trabalhadores em educação”. Propôs efetivar a reelaboração do programa de finanças do Sintego, objetivando promover a redução e exclusão de gastos e a geração de receitas.

De modo geral, a reestruturação do Sintego prevista nesse ante-projeto, estabeleceu o encaminhamento da democratização das informações, por meio de aperfeiçoamento das ações administrativas e de comunicação, definiu a garantia de fornecimento de um suporte econômico para o desenvolvimento das atividades da entidade sindical, previu a

racionalização e priorização do trabalho e das ações direcionadas para uma “administração progressista” (Ante-projeto ‘Implementação Estrutural do Sintego’, 1995).

O Sintego, nesse ano de 1995 apresentou sérios problemas orçamentários, que consistiam numa dívida de R\$122.458,64 (cento e vinte e dois mil, quatrocentos e cinqüenta e oito reais e sessenta e nove centavos). A justificativa da tesouraria da entidade apontou que os débitos acumulados foram provenientes de empréstimos, contas, encargos sociais, pagamento de funcionários, aluguel, repasse de consignação às Delegacias Sindicais Regionais, à CUT, à CNTE e ao DIEESE, problema que foi agravado pelo descumprimento do governo estadual em repassar a consignação dos filiados, que somavam cinco meses de suspensão, correspondendo ao equivalente de R\$169.000,00, de modo que com os repasses das consignações e pagamento das despesas listadas, restariam para o Sintego um saldo de R\$ 46.541,36 (quarenta e seis mil, quinhentos e quarenta e um reais e trinta e seis centavos) (Carta da Tesouraria do Sintego, março de 1995).

Desse modo, as sérias dificuldades financeiras enfrentadas pelo Sintego comprometeram a efetivação das atividades sindicais, implicando inclusive no pagamento dos funcionários da entidade. A suspensão do desconto e do repasse das consignações dos filiados perpassou alguns meses do ano de 1996, e em 1997, a situação financeira do Sintego se tornou alarmante, sendo que a diretoria sindical adotou medidas restritivas a serem adotadas pela tesouraria, com o objetivo de garantir o cumprimento das atividades,

Companheiros(as), mais uma vez, o governo de Goiás decidiu adotar medidas de retaliação ao nosso trabalho sindical. O governador Maguito Vilela determinou ao Secretário da Administração que proceda a suspensão do desconto e, conseqüentemente, o repasse das consignações dos filiados, o que já ocorreu com a folha de agosto. Diante disso temos que nos preparar para atravessar um período de sérias dificuldades financeiras, como ocorreu no ano passado. Sem consignações, vamos ter que buscar solidariedade de outras entidades para mantermos minimamente as nossas atividades sindicais (Carta da direção sindical, outubro de 1997).

Essa crise financeira e o cancelamento feito pelo governo do repasse das consignações dos filiados ao Sintego, esbarrou num problema histórico referente à contribuição sindical dos funcionários públicos. O Ministério do Trabalho e do Emprego tem seu entendimento baseado na própria regulamentação da Consolidação das Leis

Trabalhistas, que em seu Art. 578 disciplina a contribuição sindical à toda pessoa pertencente a uma dada categoria econômica ou profissional, independente de associação a um sindicato, mas não prevê a extensão dessa norma aos funcionários públicos, sejam eles municipais, estaduais ou federais, devido a falta de lei especial determinando a obrigatoriedade da contribuição sindical (Parecer da Secretaria de Relações de Trabalho, n. 43 de 2003) . Desse modo, parece facultativo aos governos deixarem de proceder descontos em folha de pagamento dos trabalhadores públicos, promovendo o não repasse à entidade sindical representativa dessa categoria.

Essa situação criada pelo corte das consignações dos filiados e o não atendimento do governo às reivindicações encaminhadas, ampliou a relação conflituosa entre o Sintego e o governo e agravou a relação entre este sindicato e sua base. Os conflitos com o governo passaram a girar também em torno da defesa da legitimidade sindical, pois além do encaminhamento e das negociações referentes às lutas trabalhistas, o Sintego passou a enfrentar o seu descredenciamento, enquanto representante de uma categoria de trabalhadores, perante o governo, e denunciou o que parecia ser um plano do governador Maguito Vilela,

Acabar com a organização sindical parece ser o principal “plano de governo” do Maguito. No primeiro ano de mandato, o governador descontou as consignações e não repassou o dinheiro, atrasando por mais de oito meses o pagamento das contribuições. No segundo ano, ele proibiu o desconto em folha e, agora, ele repetiu o gesto numa clara intenção de nos enfraquecer todas as vezes que o sindicato mobiliza os trabalhadores contra a política de descaso com os servidores públicos (Boletim do Sintego, novembro de 1997).

Como desdobramento dessa relação conflituosa com o governo, a relação do Sintego com a base também sofreu os efeitos desse processo de desarticulação sindical provocado pelo corte das consignações e pela falta de negociação com o governo. Os trabalhadores em educação, que não participaram das decisões deliberadas em uma assembleia específica, um modo geral, foram surpreendidos com um desconto de R\$ 10,00 de suas contas, sem devida autorização. Essa situação por alguns trabalhadores como falta de lisura e ‘surrupio’ de dinheiro dos professores. Essa situação foi manifestada publicamente por professores, onde os mesmos denunciaram as ações do Sintego,

O Sintego não está cumprindo sua principal função: defender os interesses da categoria que representa. Está faltando lisura em seus atos, deu agora para surrupiar dinheiro dos professores (...) O Sintego sacou este mês, sem minha autorização, R\$ 10,00 da conta corrente, onde é depositado meu salário de professor -PIII (Arquivo do Sintego: carta denúncia de um professor, dezembro de 1997).

Esse problemático caso foi manifestado por um número expressivo de professores que se consideraram lesados pelo Sintego. Esse fato ilustra a falta de proximidade entre o sindicato e a categoria pois, o Sintego só fez essa retirada da conta dos professores devido a uma liminar da justiça de 12 de novembro de 1997, que obrigou o governo goiano a efetuar os descontos em folha de pagamento e às decisões retiradas de uma assembléia geral onde a categoria e a diretoria aprovaram a realização de um desconto especial de R\$ 10,00 (dez reais) dos professores filiados para repor parte da receita e pagar uma campanha de esclarecimentos no TV (Boletim do Sintego, dezembro de 1997).

O dilema entre o Sintego, a base e o governo tornou-se grave devido a situação apresentada naquela conjuntura, os trabalhadores em educação continuaram sem receber o aumento salarial, ou o Piso Salarial Nacional previsto porque o governo não concedeu aumento e não abriu negociação com o sindicato. Assim, a categoria encontrava-se prejudicada com a precariedade das condições de trabalho e de salário, ressentida com as políticas do governo e, com isso passou a desacreditar na atuação do sindicato. Essas situações favoreceram o agravamento da 'crise' financeira e de legitimidade do Sintego, visível no final da década de 1990.

Com essa perspectiva de desconstruir o movimento sindical, governo goiano apresentou nuances diferenciadas, adotando formas mais sutis e mais eficientes de atingir o movimento sindical dos trabalhadores em educação. As políticas arbitrárias de Maguito aplicaram o artifício de suspender as consignações em folha de pagamento da categoria filiada ao sindicato, essa interrupção, por vários meses, da contribuição sindical provocou a intensificação da crise sindical, comprometendo o desenvolvimento de suas atividades.

Maguito Vilela, na gestão 1995-1998, editou o Programa Nova Vida, uma reedição do Programa de Demissão Voluntária (PDV) do governo federal, que conseguiu a adesão de 5.797 servidores estaduais, representando uma redução de 4,2% na folha de pagamento

dos trabalhadores do serviço público, equivalendo, na época, a R\$ 3,5 milhões mensais deixados de serem investidos pelo Estado.

Em Goiás, as demissões voluntárias dos trabalhadores no serviço público e em educação, previstas pelo Programa Nova Vida, contribuíram para o processo de desregulamentação do trabalho dos funcionários públicos e promoveu o agravamento da situação precária da educação e da saúde, que juntas perderam 2.365 profissionais, contribuindo para aumentar o déficit de funcionários estaduais. Na pasta da Secretaria de Educação, a situação deficitária de profissionais levou a adoção de medidas de ampliação da carga horária de professores, a modulações e remanejamentos de profissionais e à realização de contratos de trabalho temporário. Essa flexibilização nas relações de trabalho escolar dificultou, de forma comprometedor, a adesão da categoria ao Sintego e lançou mais desafios ao movimento sindical dos trabalhadores em educação (Documento-base do IV Congresso do Sintego, 1997, p.9).

Diante do exposto, a realização do IV Congresso Estadual do Sintego, em maio de 1997, aconteceu num período marcado pelo agravamento da legitimidade sindical e de desprestígio e precarização da profissão dos professores. Esse Congresso abordou a temática “Construindo uma educação democrática e cidadã” e apresentou discussões denunciando a intensificação das políticas neoliberais na reconstrução econômica e política do Brasil e de Goiás. Nessa temática, o discurso do Sintego destacou as ações dos governos e do patronato frente às reformas administrativas do Estado e do trabalho, implementadas com base na flexibilização dos direitos trabalhistas e na descentralização administrativa, a partir de práticas de desresponsabilização com as políticas públicas, por meio da racionalização dos investimentos e de intensificação das medidas de privatização da esfera pública.

O IV Congresso Estadual do Sintego ilustra as mudanças no foco temático e no caminho adotado para a construção do movimento sindical, que representou acima de tudo, mudanças e novas formulações nas próprias orientações políticas e ideológicas desse sindicato. Nesse sentido, no Documento-base de orientação desse congresso o Sintego definiu como um dos desafios, “garantir a possibilidade de investir em novas práticas

sindicais e educacionais”, consideradas como a tarefa dos trabalhadores em educação, advertindo em seu discurso que,

Necessitamos urgentemente de novas formulações que assegurem um maior nível de mobilização e organização, imprescindível para a conquista de vitórias frente aos projetos dos governos, referentes a privatização da escola pública, terceirização dos serviços e do ensino e redução dos investimentos na educação (...) A cidadania dos trabalhadores está ameaçada. A globalização da economia e o avanço das tecnologias provocam mais concentração de renda, desemprego, pobreza e violência na cidade e no campo. Precisamos nos preparar tanto no campo profissional quanto na atuação sindical para o enfrentamento dessa realidade (Documento-base do IV Congresso Estadual do Sintego, 1997, p. 2).

Esse chamamento da direção do Sintego para que os trabalhadores em educação se preparem para enfrentar a realidade do desemprego e da violência aponta para um novo caminho sindical, com novas formulações, onde a questão educacional e de valorização profissional dos trabalhadores em educação, tema contundente e duramente debatido nos congressos anteriores, passou a ser secundarizado em função da adoção mais intensificada do modelo de Sindicalismo Propositivo. A esse respeito, o discurso da direção do Sintego afirmou,

Parece ser evidente portanto, que a principal tarefa e desafio colocado para os Trabalhadores em Educação, seu sindicato e sua central, a CUT, é opor-se ao modelo neoliberal por meio da resistência propositiva com vistas a consolidar diante da classe trabalhadora a crença em soluções alternativas de desenvolvimento e de reorganização das formas atuais da ação e organização sindical, capazes de estimular a reconquista da mobilização de massas e de disputar a hegemonia política no país (Documento-base do IV Congresso Estadual do Sintego, 1997, p. 8).

Nesse caso, a proposta sindical passou a ser defendida considerando a necessidade de construir novas ações sindicais alternativas às políticas neoliberais para que a ação sindical fosse correspondente aos desafios colocados para os trabalhadores, respondendo aos problemas por eles enfrentados. Nesse caso, as ações propositivas estão ligadas à idéia de que “não haverá um novo modelo sindical se não houver uma prática radical da democracia” (id., 1997, p.8). Com essa nova atitude de construir o movimento sindical com ampla participação democrática, como passa a ser conduzida a denúncia dos problemas educacionais e trabalhistas atrelados ao antagonismo da relação capital-trabalho?

Essa problemática da relação capital-trabalho e da educação passou a ser entendida atrelada às ações propositivas, onde a responsabilidade do sindicato consiste em elaborar propostas capazes de fazer frente às mudanças no mundo do trabalho, da estrutura produtiva e das políticas educacionais, por meio do direito de participar, democraticamente, das decisões políticas do país, abandonando as práticas de denúncias, de combates e de enfrentamentos políticos, até então desenvolvidos.

A construção do modelo de sindicalismo propositivo, defendido nos primeiros planos de luta do Sintego, nos anos de 1990, voltaram a ganhar centralidade no programa de política sindical, a partir de 1997, agora apresentando uma ampliação significativa da participação sindical, referente à questão de disputar a hegemonia política no país, ou seja, de garantir sua legitimação direta nos centros de decisão política, intervindo na organização da sociedade.

Essa proposta de intensificar as práticas de um sindicalismo propositivo, foi inovada com a proposição sindical de implementar suas ação nas campanhas e disputas político-partidárias como forma de garantir a viabilização e aprovação de propostas de interesses da classe trabalhador nos setores de decisão política, essa ação tornou-se mais expressiva a partir da década de 2000, de modo que esse tema será melhor explicitado no terceiro capítulo.

Se as críticas sindicais realizadas nos anos anteriores enfatizaram, em certa medida, a denúncia e a possibilidade de superação dos processos políticos, ideológicos, sociais e econômicos que promoveram a degradação das condições de existência da classe trabalhadora e a desvalorização da educação e dos trabalhadores em educação, as novas propostas sindicais proferidas nesse IV Congresso do Sintego, de 1997, definiram como prioridade, a necessidade de construir novas propostas sindicais e novas práticas educacionais frente às propostas de educação encaminhadas pela Lei de Diretrizes e Bases da educação, nº 9394, aprovada em 1996. Assim, em Goiás, a elaboração e aprovação da LDB do estado, Lei n.26/98 contou com a participação efetiva do Sintego. Nesse Congresso também proposto a realização de parcerias com universidades para a realização de seminários no interior do estado, de debates sobre a Lei de Diretrizes e Bases da educação, compondo o plano de luta sindical.

Nesse contexto, a campanha intitulada “Educação em Movimento”, foi proposta pelo Sintego em 1996, objetivando gerar atividades e manifestações pela melhoria salarial, pela melhoria das condições de trabalho e pela profissionalização dos professores. Essa campanha foi entendida como uma forma de aproximar o sindicato da escola e da comunidade, a atividade de “aula de cidadania”. A luta pela educação se organizou a partir da proposta de construção de um projeto de educação fundado na democracia e na qualidade social, a campanha de “aulas de cidadania” nas escolas, requisitou dos professores uma parte das aulas para a discussão de questões referentes à cidadania.

Essas aulas de cidadania foram realizadas em algumas escolas da capital de Goiás, não chegando a promover um grande movimento estadual em torno dessa questão. Mas, as aulas de cidadania provocaram reações no governo do Estado e, a Secretaria Estadual de Educação passou a enfrentar essa campanha com perseguições e retaliações aos professores e diretores nela envolvidos, sendo que a Secretária Estadual de Educação, Terezinha Vieira dos Santos ameaçou punir os diretores que permitissem a aula da cidadania em suas escolas. Mas ainda assim, essas atividades foram realizadas durante o ano de 1996 e de 1997, de modo que os trabalhadores em educação afrontaram o governo (Documento-base do IV Congresso Estadual do Sintego, 1997).

Diante do exposto, como plano de lutas gerais da categoria, o Sintego estabeleceu entre outros elementos, a luta pelo fortalecimento da CUT e da CNTE, a conscientização dos trabalhadores no combate ao desemprego e pelo aumento dos salários e ações contra a privatização. Mas, a proposta estatutária do Sintego de contribuir para a construção do socialismo no Brasil, a proposta de formar a consciência política dos trabalhadores em educação e a defesa da construção da escola pública de interesse da classe trabalhadora, defendidas no início dos anos de 1990, nenhuma delas adquiriu destaque nos discursos proferidos no IV Congresso Estadual do Sintego.

O quadro abaixo mostra os principais encaminhamentos do plano de lutas do Sintego, publicados no Documento-base de 1997, é perceptível que algumas ações do Sintego permaneceram na plataforma de luta por toda década de 1990, como a questão salarial, a defesa e valorização magistério, o que demonstra que muitas reivindicações

pleiteadas não foram atendidas de acordo com o interesse da categoria e que muitas reminiscências do sindicalismo propositivo permaneceram.

PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS DO PLANO DE LUTA DO SINTEGO - 1997

| <u>LUTAS GERAIS</u> | <u>LUTAS ESPECÍFICAS</u> |
|---|--|
| Fortalecer a CNTE e a CUT | Piso salarial profissional nacional |
| Busca de qualidade de vida e de ensino, Discussões da LDB e FUNDEF | Gestão democrática |
| Conscientização política dos trabalhadores | Manutenção dos Conselhos de escola |
| Valorização dos trabalhadores em educação | Projeto de Profissionalização dos funcionários da educação |
| Luta pelo respeito às conquistas e direitos consagrados pelos trabalhadores | Informatização das escolas |
| Direito de organização sindical | Moralização do Ipasgo |
| Campanha contras reformas de FHC | Concurso público |
| Questão racial e de gênero | Eleição direta para diretores |
| Valorização e Defesa da Escola Pública | Regulamentação dos contratos especiais |
| Ações contra a discriminação sexual | Melhoria salarial |
| Luta pela aposentadoria especial e paridade entre ativos e inativos | |

Tabela 3/Fonte: Arquivo do Sintego de 1997.

De forma específica, esse Plano de Luta do Sintego para 1987, indicou a busca de um piso salarial nacional, a construção da gestão democrática da escola, a informatização das escolas, as eleições para diretores, entre outras questões, de modo que a categoria de trabalhadores em educação atravessou a década de 1990 lutando por soluções nas questões trabalhistas e salariais. O Sintego não problematizou a condição de assalariado dos trabalhadores em educação, pois ao implementar a luta pela melhoria salarial, o sindicato não defendeu uma luta pelo rompimento da relação do trabalho livre contratual, ou do trabalho assalariado, e desse modo, os trabalhadores em educação continuam vinculados aos desmandes das políticas salariais.

Como pode ser observado, os Congressos Estaduais realizados pelo Sintego, ao longo da década de 1990 apresentaram concepções políticas e ideológicas bastantes

distintas, sendo que alguns dos desafios mais importantes não chegaram a ser superados, desafios como a necessidade de formar a consciência política e resgatar a identidade da categoria de trabalhadores em educação, de implantar um Piso Salarial Nacional para os professores e de representar os trabalhadores formais e informais, entre outros, não chegaram a ser solucionados pelo Sintego na década de 1990.

O Sintego ingressou no século XXI carregando consigo uma série de desafios a ser solucionados, pois nos anos finais da década de 1990, os problemas enfrentados pela esfera educacional foram se agravando, sendo que as reformas do Estado e da educação foram marcadas pelo processo de privatização, de desresponsabilização do Estado, de racionalização e restrição de direitos. A CNTE apontou que a década de 1990 representou um período de descaso com a educação, sendo que as condições de vida e de trabalho do professor foram minadas por um grande descompasso gerado entre o volume de jovens ingressando na profissão e de profissionais se aposentado. Essa situação, aliada às péssimas condições de trabalho, à falta de financiamento e de recursos materiais para a educação, além de todas as mazelas sofridas pelo sistema de ensino público brasileiro, são alguns dos principais elementos que provocaram o distanciamento da categoria de trabalhadores em educação do envolvimento político e da construção do movimento sindical.

Nesse contexto, a mudança de direcionamento político-ideológico do Sintego significou a defesa do Sintego em formar quadros para concorrer à disputa político-partidária como forma de garantir os interesses da classe trabalhadora.

Estas seriam então as conformações práticas das alternativas sindicais propositivas indicadas como eficientes para enfrentar a reestruturação produtiva e o acirramento das políticas neoliberais no Brasil e em Goiás? Esta questão merece destaque e o terceiro capítulo discutirá os encaminhamentos do Sintego na década de 2000.

CAPÍTULO III
O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE GOIÁS
– SINTEGO – CONFORMAÇÃO OU RESISTÊNCIA ÀS POLÍTICAS
NEOLIBERAIS DA DÉCADA DE 2000?

3.1. A REESTRUTURAÇÃO DO SINTEGO NO CONTEXTO DA REFORMA ADMINISTRATIVA DO ESTADO DE GOIÁS

Os documentos analisados referentes aos congressos de educação realizados pelo SinteGO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás - ao longo da década de 1990 e anos iniciais de 2000, ilustram uma questão que é nodal para os sindicatos classistas no Brasil. Inseridos no contexto pertencente ao desenrolar das reformas administrativas do Estado e das mudanças do mundo do trabalho, ambas operacionalizadas pelo processo de reestruturação produtiva e pela política neoliberal, os sindicatos brasileiros passaram a lidar com os desdobramentos desses processos na tentativa de desarticulação das formas de organizar a luta trabalhista e social.

Considerando que o mercado de trabalho brasileiro historicamente caracteriza-se por apresentar práticas de contratações de trabalhadores de forma irregular, justificadas por um sistema de relações de trabalho marcado pelo intervencionismo estatal exacerbado, por repressão sindical aos trabalhadores, patrocínio estatal a sindicatos artificiais, inexistência de negociação coletiva em moldes clássicos, ampliação da liberdade de rompimento unilateral dos contratos de trabalho e rigidez de aspectos da legislação do trabalho (Mascarenhas, 2002), as mudanças processadas no trabalho, decorrentes da reestruturação produtiva têm gerado a intensificação do uso dessas práticas de contratação de trabalho desvinculadas das leis que regulamentam o mercado de trabalho.

Dessas práticas de contratação de trabalho contemporâneas, a informalidade, o subemprego e o desemprego generalizado são as principais características que marcam a nova configuração do trabalho reestruturado para a sociedade do capital internacionalizado. Essa nova configuração do trabalho, ao mesmo tempo em que promove a expansão de contratação de trabalhadores altamente intelectualizados e flexíveis, também provoca a desqualificação da força de trabalho, a expansão da força de trabalho precarizada, as práticas de contratos de trabalho temporários, sendo que nesse processo, o trabalho estável vai deixando de ter importância diante das novas formas mais flexíveis e informais de organizar o trabalho, desacoplado das regulamentações trabalhistas.

Nesse contexto, as ações de luta e resistência da classe trabalhadora contra a intensificada fase de exploração do capital têm marcado presença no espaço social e, junto à luta trabalhista contra as formas de precarização e de naturalização do desemprego, também se presencia a luta ecológica, ações de protesto contra a Organização Mundial do Comércio – OMC-, manifestações contra a discriminação de gênero, étnica e racial, ações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que se destacam entre outras ações importantes. Essas ações indicam a potencialidade da luta social, que se constrói perante uma ideologia incentivadora do individualismo possessivo e do consumismo exagerado, e essas ações representam o âmago das tensões políticas e econômicas da realidade apresentada pela sociedade capitalista

Diante de um quadro social complexo como esse que tem sido construído pela sociedade, é preciso considerar que a classe trabalhadora hoje, engloba a totalidade do trabalho coletivo e social, onde, tanto os trabalhadores produtivos quanto os trabalhadores nos setores de serviços, seja para uso público ou para uso privado, de maneira geral, constituem “o conjunto de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção”, e que se encontram inseridos numa lógica de exploração do trabalho, de maneira intensificada e complexa. (Antunes, 2005, p.52).

Assim, se a população mundial tem vivenciado a intensificação da precariedade das condições de vida e de trabalho, como é possível organizar a luta dos trabalhadores que se encontram inseridos em novas e complexas formas de trabalho ou mesmo desempregados? Há uma diversidade de problemas presentes na forma de organizar o mundo do trabalho que se constituem nos grandes desafios para os sindicatos, no tocante à sua organização interna e ao encaminhamento de suas ações políticas.

As mudanças sociais e políticas implementadas pela reforma administrativa do Estado, cujas bases se assentam nas orientações neoliberais, o expressivo número de trabalhadores desempregados e a própria informalidade nas relações trabalhistas no Brasil, têm revertido em problemas e desafios para a organização das lutas sindicais, que passaram a lidar com um processo de desarticulação da plataforma sindical e mesmo com a desvalorização e marginalização das ações sindicais fundadas na relação capital-trabalho.

As questões relativas às mudanças no mundo do trabalho estão presentes nos documentos dos Congressos do Sintego e nas temáticas debatidas por sua direção sindical. As orientações e discussões presentes nos documentos indicam que os debates sobre as questões trabalhistas, com recorte especial para o trabalho na área pública ganharam destaque mais específico nas décadas finais do século XX. A denúncia da intensificação da reforma neoliberal presente nas políticas da administração pública nacional e estadual resvalou para a urgência da necessidade de se fortalecer os sindicatos, tendo em vista a própria política de desmantelamento das organizações sindicais construídas na década de 1990, em nível nacional e pelos governos goianos.

Esse contexto de mudança tem possibilitado que reorientações sindicais revertam em propostas e novas concepções para as políticas sindicais adotadas, a partir de maiores investimentos na rearticulação das ações consideradas propositivas, já em curso, tentando assim, garantirem a própria legitimidade nas plataformas de lutas, mesmo que para isso, aconteçam mudanças também na compreensão do sindicato referente às prioridades que compõem a luta e os interesses da classe trabalhadora, tanto nos aspectos políticos quanto nas concepções ideológicas .

Diante desse fato, a realização do V Congresso Estadual do Sintego, em setembro de 2001 apresentou a temática “Educação, Garantir esse direito”, de modo que as perspectivas da educação passaram a ser tratadas de acordo com a proposta da LDB n. 9394 de 1996, cujo Art. 5º prevê que, o acesso ao Ensino Fundamental é direito público subjetivo, ou seja, é direito de qualquer pessoa, sendo que o cidadão, grupos, associações, organização sindical, entre outras entidades, podem acionar o Poder Público para exigir esse direito; assim sendo, se é preciso exigir o cumprimento da garantia do acesso de todos ao Ensino Fundamental é porque mesmo que todos tenham o direito, sabe-se que muitos não têm acesso e permanência à Educação Básica, devido a fatores políticos, sociais e econômicos.

As ações sindicais mais expressivas nesse Congresso do Sintego, passaram a enfatizar a defesa do emprego, a redução da jornada de trabalho, o estabelecimento de datas-base e no pagamento integral dos salários, questões essenciais que o movimento sindical tem apresentado no decorrer da década de 1990 e que tem definido as orientações e

propósitos das ações sindicais nesses anos iniciais do século XXI em nível nacional e estadual.

Nesse processo, a plataforma de ação do Sintego buscou construir as lutas centrando-se na defesa do fortalecimento sindical por meio da ampliação do número de filiados, por meio da luta pela manutenção das garantias trabalhistas e pela defesa do emprego, de modo a garantir a sua própria legitimidade política e ideológica perante a categoria de trabalhadores que representa. No plano de luta geral, foi proposta a meta de “cumprir e contribuir para o cumprimento das resoluções da CNTE e da CUT, envolvendo o conjunto dos trabalhadores em educação de Goiás na busca da qualidade do ensino e de vida para todos” (Documento-base do V Congresso Estadual do Sintego, 2001 p. 40).

Para aprofundar a discussão sobre o papel dos sindicatos e da CUT enquanto instrumentos de luta da classe trabalhadora, o Sintego propôs,

Construir uma nova cultura sindical, fazendo uma leitura da origem histórica do Sintego, por parte de seus dirigentes, com a realização de cursos e seminários sobre a concepção e prática sindical, aprofundar a discussão sobre as relações de poder e a necessidade de criar uma nova consciência e prática sindical (Documento-base do V Congresso Estadual do Sintego, 2001 p. 40).

Diante do exposto, o Sintego previu a necessidade de investir no resgate histórico do movimento sindical goiano como forma de formar politicamente a categoria de trabalhadores em educação em início de carreira, contratados a partir da homologação de concurso público. Como encaminhamento de ações sindicais, o V Congresso do Sintego aprovou as mobilizações permanentes, reivindicando a retomada do Plano de Carreira e Estatuto do Magistério Estadual, luta pela aprovação do Plano de Carreira com Piso salarial para os funcionários da educação, do Estado e do município, intensificar a campanha de sindicalização e de participação dos funcionários administrativos nas instancias do Sintego, lutar contra a terceirização dos serviços e contra a desregulamentação das leis trabalhistas.

A desregulamentação das relações trabalhistas tem atingido todos os trabalhadores, e nesse conjunto atinge os trabalhadores em educação de Goiás, de modo que a luta contra essa prática tem ocorrido em meio às mais arbitrárias práticas governamentais. Segundo relatos de uma professora e ex-dirigente sindical, a luta contra as práticas dos governos

goianos de retirar os direitos conquistados pelos trabalhadores em educação tem acontecido em meio a disputas de forças, onde o sindicato muitas vezes perde, pois

A luta do Sintego com o governo de Goiás parecia uma luta de Davi contra Golias, porque muitas coisas nós conseguimos manter e garantir direitos, mas outros direitos foram tirados assim na cara dura (...) A campanha salarial de 2002, o governo falou uma coisa e fez outra, em 2005 fez a mesma coisa. Então infelizmente, pode se dizer que se o governo do PMDB e os partidos coligados foram perniciosos para a educação, o governo do PSDB está pior ainda, porque é um governo sem palavra, não honra os compromissos nem com aquilo que divulgam na televisão, nos materiais impressos. O governo dá calote nos trabalhadores da educação. Os governos detonam com a gente, coloca trabalhador contra trabalhador, desmobilizam e acabam com os direitos dos trabalhadores (relato oral: professora e ex-dirigente sindical do Sintego, 2005).

Esse relato descreve que o governo do PSDB em Goiás, a partir dos anos de 1999 não teve suas práticas muito diferenciadas dos governos do PMDB, que ficaram no poder durante toda década de 1990. O atual governo do PSDB é acusado de não cumprir os acordos feitos com a categoria de trabalhadores em educação. Os acordos feitos com a categoria são publicados e divulgados pela mídia, e acabam não sendo cumpridos pelo governo, de modo que, perante a sociedade, a mídia divulga os acordos feitos com o sindicato, afirmando que as mudanças propostas pelos programas políticos têm melhorado a educação em Goiás.

Em 2001, a direção do Sintego, os professores estaduais e os funcionários administrativos, decretaram uma greve geral, que adiou o início do segundo semestre do ano letivo de 2001. O motivo referia-se a proposta de reajustes salariais e a Estatuto e o Plano de Cargos e vencimentos do pessoal do magistério do Estatuto e o Plano de Cargos e vencimentos do pessoal do magistério,

A paralisação ocorrida em 1º de agosto contou com a adesão de 90% das escolas na capital e no interior. O governo enviou o projeto de estatuto do magistério e plano de carreira para professores e funcionários administrativos para professores para a Assembléia Legislativa, nas tabelas de salários inclusas nestes projetos, consta um reajuste de 30%, sendo assim, parcelado: 1ª parcela em setembro/2001, 2ª parcela em fevereiro/2002 e a 3ª em julho/2002, o que foi rejeitado pelos trabalhadores em educação. Após a decisão da categoria, o governador retirou os projetos protocolados no dia 1º de agosto, na Assembléia Legislativa. Para a direção do Sintego, a ação do governo (de retirar os projetos) foi no intuito de melhorar as propostas e tentar por fim ao impasse estabelecido (Boletim do Sintego, agosto, 2001).

Esse relato ilustra a forma precária com que o governo tem atendido as reivindicações, parcelando os reajustes e não atendendo a previsão salarial reivindicada pelo sindicato. Essa greve durou trinta dias e resultou na aprovação do Estatuto e o Plano de Cargos e vencimentos do pessoal do magistério e do administrativo; essa greve realizada em 2001 apresentou os mesmos elementos reivindicativos da greve realizada no ano de 2000, quando a categoria paralisou as atividades para conseguir do governo, o cumprimento de suas promessas de campanha eleitoral relativas à aprovação do Estatuto e o Plano de Cargos e vencimentos do pessoal do magistério e do administrativo.

As greves realizadas em 2003, também tiveram semelhantes reivindicações; o Sintego divulgou boletim informativo denunciando que o governo de Goiás trata a educação com descaso, pois, em relação aos funcionários do serviço público, quando em 2003 apresentou proposta de reajuste salarial, cujas perdas acumuladas chegam a 26,83%. (Boletim n. 005, maio de 2003). A direção do Sintego organizou paralisações em junho de 2003 e, durante todo o mês de setembro de 2003.

Ao contrário do previsto pelas reivindicações, no final desse mesmo ano, o governador encaminhou um pacote de medidas à Assembléia Legislativa prevendo alterações na concessão de Titularidade e na Progressão Vertical, assim como outro projeto de Lei para alterar o Estatuto e o Plano de Cargos e Vencimentos do pessoal do magistério, limitando o período de concessão da Gratificação de Titularidade, situação que provocou prejuízos aos professores. Para reverter essas medidas o Sintego acionou a Departamento Jurídico, que tem movido ações judiciais com o objetivo de impedir o prejuízo que vem sendo causado aos professores.

Enquanto mecanismo de reivindicação, as greves continuaram a ser promovidas pelo Sintego, sendo programada uma assembléia geral convocada para 2 de março de 2004. Em 2005 também teve greve geral, deflagrada a partir de junho, com adesão de mais de trinta mil professores. Assim, intentando garantir o status de uma entidade estruturada e legal, diante dos mecanismos adotados pelas políticas do governo goiano Marconi Perillo, o objetivo do Sintego, se voltou para a conquista do direito de voz junto ao governo, através das investidas em ações propositivas, como meio de garantir aprovação e efetivação da pauta de reivindicação sindical junto às políticas de governo, esse fato possibilitou que o

Sintego vislumbrasse adquirir maior poder de pressão e de veto junto às instâncias políticas do governo estadual, abrindo precedentes para as investidas político-partidárias, que por sua vez tem gerado insatisfação da categoria que representa.

Como já foi apontado anteriormente, o Sintego, mesmo defendendo uma bandeira de luta fundada na idéia de garantir a defesa e a proposição de alternativas para as questões de política educacional, das demandas trabalhistas e sociais, e mesmo assumindo a tese de aglutinação de forças para fortalecer a CUT e a CNTE, teve suas ações prioritariamente voltadas para a luta essencialmente trabalhista, com destaque para a questão salarial, visível nos embates políticos pela construção dos Planos de Carreira e do Estatuto do Magistério.

Os documentos-base dos congressos do Sintego revelam que a crise financeira e institucional vivenciadas pelo Sintego se deu em decorrência das mazelas criadas pela conjuntura política e econômica de Goiás, que no decorrer da década de 1990, foram cruciais na tentativa de impedir que o sindicato mantivesse suas atividades cotidianas e as ações reivindicativas da categoria. Nesse caso, junto às principais mudanças no mundo do trabalho e às conformações políticas assumidas pelo Estado goiano, marcado pela investida das reformas neoliberais, expressaram-se mecanismos particulares, notadamente assessorados pela mídia, que previam a desconstrução do trabalho desenvolvido pelos profissionais do serviço público, intentando também desarticular a legitimidade sindical da categoria de trabalhadores em educação.

Medidas governamentais como a suspensão das concessões de desconto em folha de pagamento da categoria e o não repasse do imposto sindical ao Sintego, assim como o uso da mídia para construir uma opinião pública, o rompimento com direitos adquiridos e o não cumprimento dos acordos feitos com a categoria, foram adotadas pelos governos de Goiás para garantir a desestabilização da ação política-sindical dos trabalhadores em educação.

A análise documental revelou que os planejamentos de ações políticas do Sintego para cada biênio/triênio, as propostas orientadoras das plataformas de lutas e os planos de ação do Sintego, construídos e aprovados em cada congresso de educação, foram definindo com mais precisão os contornos dessa entidade sindical, delineando sua identidade política frente aos embates com os governos. Os encaminhamentos tomados pela direção desse sindicato, a partir dos anos de 2000, apontaram a preocupação de não permitir à entidade

sindical sucumbir-se aos ditames neoliberais e ao descaso do governo local e, para isso, as propostas de ações políticas foram planejadas objetivando mudanças mais pontuais e diretas voltadas para práticas propositivas e para a formação de quadros de representantes dos trabalhadores para a disputa eleitoral.

De acordo com essa análise, uma das grandes questões apresentadas pela Central (CUT) e pelo Sintego refere-se a necessidade de vincular a luta sindical à luta política-partidária, entendida como uma ação apropriada para resolver os problemas decorrentes das mudanças efetuadas na forma de organizar a sociedade, a educação, o trabalho e o trabalho escolar em Goiás; essa concepção sindical possibilita um distanciamento do sindicato de sua base, uma vez que os interesses da categoria não se configuram como o principal veículo das ações sindicais e, permite questionar se de fato é essa a função de um sindicato.

Desse modo, além das próprias indicações de reorientação sindical fornecidas pela CUT, o quadro que serve de sustentação à discussão sobre a configuração das propostas sindicais do Sintego a partir da década de 2000, interliga-se sobretudo às condições econômicas e políticas desveladas pelo acirramento das políticas neoliberais e pelas reformas administrativas e educacionais em curso em Goiás. As orientações e encaminhamentos adotados pela direção sindical para promover a reorganização interna do Sintego investiram em novas formas de conceber política e ideologicamente o movimento sindical.

Diante disso, a reestruturação do Sintego na década de 2000 circunscreve-se à conjuntura do período, onde a forma de organizar a educação e o trabalho em educação no estado de Goiás ganhou novas roupagens com a eleição de Marconi Perillo. A partir de 1999, a política goiana aderiu ao continuísmo da campanha de privatização do Estado e da educação pública, apresentando novos elementos assegurados por uma nova racionalidade política, baseada na implementação de projetos de planejamento fundados na gerência científica, através da adoção de uma nova proposta de gestão de programas de políticas públicas (Secretaria de Estado de Educação, 2005).

Uma das primeiras medidas adotadas por Marconi foi a aprovação da AGANP – Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos - que deu encaminhamentos às políticas de distribuição de responsabilidades do governo referentes às questões das finanças públicas.

A AGANP foi criada pela Lei n. 13.550, de 11 de novembro de 1999, e se constitui como uma entidade autárquica estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público interno, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, diretamente subordinada ao governo de Goiás. Essa entidade passou a ser responsável pelas questões dos negócios públicos do estado, não contando com autonomia sobre as decisões políticas, que são de competência exclusiva do governador, conforme aponta o título V, das disposições gerais e finais do Decreto 5.247 de 9/06/2000:

Art. 32 – A inclusão de todo e qualquer acréscimo na folha de pagamento, decorrente de criação de gratificações de qualquer natureza, vantagens, concessões e outras, à exceção daquelas garantidas em lei, será previamente autorizada pela Diretoria Executiva, Conselho de Gestão e submetidas à homologação da Comissão de Avaliação e Controle de Gastos com Pessoal e, quando for o caso, pelo Governador do Estado (AGANP, 2005).

Desse modo, as negociações envolvendo os interesses da categoria de trabalhadores em educação referente à questão salarial, passaram a ocorrer por meio da assessoria da AGANP, entidade que não tem autonomia nas decisões políticas. Assim, a GANP deu continuidade ao efeito dominó ao destacar a responsabilidade sobre as decisões salariais como de competência exclusiva do governador. Essas medidas dispersaram as formas de negociações sindicais com o governo (Documento-base do VI Congresso Estadual do Sintego, 2004, p.16).

Outras medidas foram adotadas por Marconi Perillo que assumiu o governo de Goiás em 1999, dando início ao programa governamental denominado “Tempo Novo”. As propostas apresentadas previam um plano de ação política para as questões educacionais, um amplo planejamento estratégico, definidor de princípios, valores e objetivos norteadores de todo o trabalho da Secretaria de Educação de Goiás. Esse planejamento estratégico foi organizado por meio de planejamento de programas de gestão de políticas públicas centrados na defesa do acesso de todos a escolarização.

O programa de gestão da educação foi previsto para um período de quatro anos, sendo que os investimentos e despesas programados foram atrelados à liberação de orçamentos anuais. Esse programa de governo é denominado de Plano Plurianual – PPA, e foi desenvolvido para o quadriênio 2000/2003.

Com a reeleição de Perillo para o governo de Goiás, foi proposto a continuidade do PPA, também para os anos de 2004/2007. De modo geral, o Plano Plurianual – PPA propõe,

Além de promover o redirecionamento da ação do Estado para o cidadão, prestando serviços demandados pela sociedade com eficiência, foi alterada a forma de viabilizar os investimentos, prevendo parcerias com o governo federal, o estadual, os municipais, organismos internacionais, organizações não-governamentais e empresas privadas. O Plano Plurianual (PPA) está desenvolvendo uma transformação na gestão, no que se refere à maneira de gerenciar e executar atividades públicas, agora organizados em programas, sob a supervisão de um gerente orientado e compromissado com resultados e redução de custos (Secretaria de Estado de Educação/GO, PPA, 2005).

O Plano Plurianual - PPA- do governo de Goiás para a educação, implementado a partir da década de 2000, segue o sentido atribuído às orientações indicadas pelas agências internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização das Nações Unidas, cujo princípio orientador defende a garantia de uma educação básica de qualidade baseada na equidade, onde equidade segue o sentido de se oferecer o mínimo de instrução indispensável às populações para atender as exigências de um setor produtivo altamente desenvolvido (Secretaria de Estado de Educação, PPA, 2005).

Particularmente em Goiás, a execução do PPA representa a redução da interferência do Estado na administração pública e no financiamento da educação básica. O discurso neoliberal da ingerência e ineficiência do Estado na condução de políticas públicas está implícito nas propostas do PPA goiano, que se destacam por defender a promoção de uma ‘transformação da gestão pública’, por meio de programas de supervisão e gerência administrativa, baseada no ‘compromisso com resultados e redução de custos’ (id., 2005).

Nesse mesmo plano educacional goiano encontra-se uma ênfase na construção de parcerias entre as instituições públicas, privadas e com organizações internacionais e ONGs referentes a investimentos e orientações, como forma de complementarem a ação do governo(id., idem., 2005). Esse processo de abertura da escola para empresas e demais instituições privadas e internacionais tem acentuado as práticas de responsabilização de toda a sociedade pelo cumprimento das metas e dos resultados dos programas desenvolvidos nas escolas, sobrecarregando demasiadamente o trabalho dos professores,

considerados os responsáveis diretos pelo êxito dos programas educacionais e da qualidade em educação.

Essas mudanças têm viabilizado a construção de um consenso de que toda a sociedade precisa estar preparada para a competitividade para garantir o desenvolvimento econômico e tem resultado no processo de mercantilização da educação. Esse processo de mudanças só tem sido possibilitado porque o planejamento apresentado parte do princípio da racionalização de investimentos, de criação de projetos pedagógicos e de programas de avaliação e correção das despesas e aceleração da aprendizagem, com base na redução do orçamento público, maior controle social e educacional, a partir de uma descentralização das ações e responsabilidades com a educação e centralização de políticas e de poder decisório nos programas governamentais¹⁶.

Essa nova forma de gerenciamento das atividades públicas desenvolvidas em Goiás, exemplificada pela proposta de planejamento do PPA, apresenta um discurso amplamente inserido na lógica de mercado, onde o acesso das populações à escola básica é visto como condição necessária para os indivíduos, na condição de cidadãos, terem maior domínio técnico-científico e maior participação social. Esse discurso adquiriu maior ênfase nas iniciativas governamentais de políticas públicas dos países pobres e populosos a partir da década de 1990, por meio dos acordos assumidos na Conferência Mundial de Educação para Todos e da Declaração de Nova Delhi, acordos esses que marcaram as iniciativas de reforma educacional no Brasil, no decorrer da década de 1990 (Oliveira, D. 2000).

Os programas implementados pela Secretaria de Estado de Educação, por meio da Superintendência de Planejamento e Programação, definiram para os anos de 2000-2003 e 2004-2007 propostas visando incorporar as principais demandas reivindicadas pela área educacional, objetivando sanar os problemas detectados. Nesse sentido, as demandas educacionais definidas pelo PPA/GO incorporaram as mais expressivas reivindicações sindicais que marcaram a trajetória histórica da plataforma de atuação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás.

¹⁶ Conforme a proposta do PPA2004/2007, ver em Secretaria de Estado de Educação, PPA, 2005.

Programa de Educação - governo Marconi Perillo

| | |
|--|---|
| PROGRAMA DE GOVERNO: <u>TEMPO NOVO</u> – 2000/2003 | PROGRAMA DE GOVERNO: <u>TEMPO NOVO PARA FAZER MAIS</u> – 2004/2007 |
| PLANO PLURIANUAL – PPA <u>QUADRIÊNIO 2000-2003</u> | PLANO PLURIANUAL – PPA <u>QUADRIÊNIO 2004-2007</u> |
| Acesso E Permanência Do Aluno Na Escola | Ações Com Foco Na Escola, No Aluno, Na Sala De Aula |
| Desenvolvimento E Valorização Dos Profissionais Da Educação | Programa Permanente De Formação Dos Profissionais Da Educação: Inicial E Continuada |
| Garantia De Padrões Básicos Para O Funcionamento Escolar | Garantia De Articulação/Integração Escola E Comunidade |
| Descentralização E Administração Compartilhada | Universalização Do Acesso A Todos Os Níveis Da Escola Básica E Profissional |
| Gestão Do Sistema De Ensino | Padrão De Qualidade Pedagógica |
| Avaliação E Monitoramento Do Sistema De Ensino | Ampliação Da Equidade Educacional |
| Apoio Administrativo | Democratização Da Gestão Educacional |
| Desenvolvimento Regional: Cooperação Seplan/See E Salário Escola | Continuidade Da Cooperação Educacional Entre Agentes Públicos E Privados |

Tabela 4/Fonte: PPA - 2000/2003 e 2004/2007, SEE/go, consulta em 2005.

A partir de uma breve análise feita nos programas do PPA/Goiás, nota-se que há sistematicamente, uma preocupação do governo goiano em alinhar-se às propostas de reforma educacional em curso nos países subdesenvolvidos e, em acompanhar as principais indicações estabelecidas pelo governo federal, cuja compreensão da importância da educação está atrelada ao aspecto do desenvolvimento econômico e inserção social à era da informatização.

Nesse sentido, as questões educacionais historicamente reivindicadas pelos trabalhadores em educação por meio do Sintego, como as questões da universalização da educação, do acesso e permanência do aluno na escola, da descentralização administrativa e compartilhada do sistema de ensino, da formação inicial e continuada de profissionais da educação e a democratização da gestão educacional, passaram a constituir-se, a partir da década de 2000 como prioridade dos programas de governo. Desse modo, o governo apropriou-se desse discurso, colocando-o como um dos principais argumentos presentes nas propostas de reforma educativa em Goiás.

O fato da Secretaria de Estado de Educação (SEE), estar subsidiada por um programa político fundado no discurso de reforma educacional com equidade, para o atendimento às demandas educacionais, não significa que este governo esteja realmente

priorizando a universalização, a valorização e a qualidade da educação pública, pois esses programas conseguem, no máximo, remediar os problemas educacionais e não eliminar definitivamente o antagonismo da estrutura social hierárquica, visto que,

limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa... É por isso que é necessário *romper com a lógica do capital* se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente (Mészáros, 2005, p. 27).

Ao limitar as reformas da educação em Goiás à lógica do sistema capitalista, o governo mostrou-se determinado a adaptar a administração pública local à reforma neoliberal do Estado brasileiro, promovendo na administração pública e no sistema educacional, reparos institucionais que garantissem a extinção e liquidação de cargos e de órgãos públicos considerados obsoletos, promovendo a racionalização dos investimentos financeiros em educação. Garantiu também a desregulamentação e flexibilização do setor público, intensificando o processo de privatização, abrindo precedentes para que a iniciativa privada se responsabilizasse por serviços essenciais da sociedade, como saúde, educação, seguridade social, entre outros. O quadro abaixo apresenta os programas e projetos educacionais do governo de Goiás a partir da década de 2000,

Principais Projetos Educacionais do governo Marconi Perillo

| <u>ANO 2000/2003</u> | <u>ANO 2004/2007</u> |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • projetos de Correção do Fluxo Escolar – recuperar a situação de defasagem idade/série – projeto “Acelera Goiás”; • projeto de reforma, construção, ampliação e adequação de unidades escolares da rede estadual; • programa da merenda escolar para todos os níveis de ensino; • programa do livro didático; • projeto de alfabetização de jovens e adultos – projeto Escola da vida; • subsídio técnico e pedagógico às Superintendências da Secretaria de Estado da Educação, às Subsecretarias Regionais e às Unidades Escolares; • Programa de Desenvolvimento da Escola – PDE; | <ul style="list-style-type: none"> • implementação dos Conselhos Escolares; • Implementação do processo de eleições de equipe de direção das unidades escolares; • Implantação de sistema de avaliação dos profissionais da Educação da SEE-GO; • Consolidação de um Sistema de Gestão Escolar – SIGE; • Descentralização dos recursos financeiros para as escolas; • Benefício do Salário Escola; • Formação inicial e continuada de professores e agentes administrativos • Sistema de Avaliação da Educação Básica; • Licenciatura Parcelada; • implantação de Planos de Cargos e Salários para professores e servidores técnico-administrativos; |

Tabela 5/Fonte: PPA – SEE/GO - consulta em 2005.

Estes programas e projetos citados acima representam os encaminhamentos da reforma educacional em Goiás a partir de 2000, não é objetivo desse trabalho analisar esses programas, mas apresenta-los enquanto as principais medidas de reformas propostas para a educação em Goiás. Pode-se perceber que nesses programas encontram-se presente a defesa da implementação do processo de eleições de direção das unidades escolares, implantação de Planos de Cargos e Salários para professores e servidores Técnico-Administrativos, descentralização dos recursos financeiros para as escolas, Programa de Desenvolvimento da Escola – PDE, entre vários outros, como a proposta de atendimento às necessidades econômicas da população carente com o benefício do salário-escola. Esses elementos realmente fazem parte da agenda de reivindicações dos trabalhadores em educação, assim como fazem parte das reivindicações sociais e, de modo geral, constituem-se como parte integrante das propostas e indicações de reformas educacionais sugeridas pelas agências internacionais.

Ao situar essas medidas de políticas educacionais do governo goiano dentro dos marcos das reformas processadas na sociedade, pode-se perceber que elas apontam para ações de reformismo educacional que não favorecem o atendimento real das demandas educacionais mas reforçam as sutilezas das ações políticas que promovem uma repressão e uma desarticulação ao movimento sindical. Compreende-se que esse reformismo educacional está atrelado ‘às margens corretivas interesseiras do capital’ porque de fato, o processo de reforma educacional desencadeado no Brasil e em Goiás, busca lidar com as contradições criadas pela lógica de acumulação de capital, que para desenvolver-se requer uma sociedade escolarizada, mas ao mesmo tempo, prescinde da universalização da escolarização a toda população (Mészáros, 2002).

Nesse processo de reforma educacional, as propostas políticas governamentais apresentadas estão alicerçadas por uma política de repressão ao movimento sindical. À medida que a organização sindical dos trabalhadores em Goiás foi assumindo maior centralidade na cena política, as reações dos detentores do poder se voltaram para a articulação de políticas mais sutis de controle social e sindical, apropriando-se de um conjunto de medidas destinadas a compensar os filhos da classe trabalhadora, programas destinados a atender os interesses dos trabalhadores em educação que parecem contemplar as demandas sociais, mas essa situação tem se desdobrado na própria desarticulação do

movimento sindical do Sintego, que passou a dividir com o governo, objetivos e propostas semelhantes e discursos ideológicos centrados na defesa dos direitos sociais.

Diante desse fato, como o Sintego tem se rearticulado para lidar com esse novo modelo de política proposto por Marconi Perillo, a partir do programa de governo “Tempo Novo” e “Tempo Novo para fazer mais”?

Pode-se destacar que as ações do Sintego frente às políticas governamentais em Goiás, de modo geral consideraram os aspectos econômicos, políticos e sociais, apontando seus limites perante a intensificação da degradação social. Precisamente no decorrer da década de 1990 e iniciais de 2000, o movimento sindical goiano revelou um crescimento das ações e de recursos de natureza jurídica, passando a lutar pelas garantias de direitos conquistados e adquiridos.

Por meio dos encaminhamentos adotados pelo Departamento Jurídico, o Sintego conseguiu impetrar ações contra os desmandes do governo, conseguindo estabelecer a legalidade das greves, avançando em determinações judiciais contra as medidas do governo, referentes ao repasse das consignações e imposto sindical, garantindo o retorno do repasse das consignações dos filiados ao Sintego (Documento-base do V Congresso Estadual do Sintego, 2001).

As questões referentes às garantias de direitos sindicais e trabalhistas constituídos, perpassaram a realização do V Congresso de Educação do Sintego, que aconteceu no ano de 2001, que também levantou as preocupações com as práticas de privatização e de desregulamentação dos direitos trabalhistas e sociais presentes no cenário nacional e, dando destaque pra a reforma que se processou em Goiás,

A reestruturação da máquina preconizou a extinção de órgãos, dentre eles: Idago, Igap, Dergo, Femago. E, ainda, entraram em processo de liquidação: o Crisa, a Emater, o Cerne, o Progado, a Metago etc. A reforma procedida pelo governo Marconi tem como objetivo adaptar a administração pública local à reforma do Estado brasileiro, promovida por Fernando Henrique Cardoso... o objetivo dessa política é desregulamentar e flexibilizar o setor público, entregando para a iniciativa privada serviços essenciais para a população e que devem ser garantidos obrigatoriamente pelo Estado: saúde, educação, seguridade social, pesquisa, cultura (...) (Documento-base do V Congresso Estadual do Sintego, 2001, p.16).

O relato acima refere-se à desregulamentação e flexibilização do setor público goiano, sendo que nesses setores ocorreu uma redução da interferência do Estado enquanto

regulador do desenvolvimento econômico, relato marcado pela denúncia das práticas de privatização.

Essa temática de reformas e de privatizações em Goiás marcou as discussões sobre política-sindical apresentadas no V Congresso do Sintego realizado em 2001, onde a defesa do direito de organização sindical dos trabalhadores passou a ser defendida enfaticamente, frente as ações de retaliação por parte dos governos. Os discursos assumiram uma carga de denúncia e de indignação ao desrespeito dos governos com as atividades sindicais, como ilustra as palavras da Presidente do Sintego, Sandra Cabral, ao proferir que,

(...) NÃO É DÁDIVA, NÃO É PARCERIA, NÃO É CONCESSÃO, é obrigação de qualquer governo que se pretenda minimamente sério RESPEITAR NOSSO DIREITO DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL, garantindo condições para que o trabalho sindical seja desenvolvido (Documento-base do V Congresso Estadual do Sintego, 2001, p. 30, grifos no original).

Esse tom exaltado presente no discurso da então presidente do Sintego, Sandra Cabral, representou a preocupação da direção sindical em garantir as condições mínimas de existência para o funcionamento do Sintego, as quais referem-se ao direito de livre negociação, à liberação de dirigentes sindicais das unidades escolares sem perda dos direitos trabalhistas, liberação de trabalhadores em educação para participação de assembleias, de congressos, de cursos e também o respeito ao direito de greve.

Com relação ao repasse da consignação em folha de pagamento dos trabalhadores em educação filiados ao sindicato e o repasse do imposto sindical, que são considerados as principais fontes de recursos para a manutenção das atividades sindicais, o atual presidente do Sintego, fez alguns esclarecimentos, afirmando que a contribuição é um importante mecanismo que serve para fortalecer o sindicato,

É preciso, se a gente quer um sindicato forte, cada vez mais buscando enfrentar todas as dificuldades empreendidas pelos governos, nós temos que fortalecer nosso sindicato. Ou seja, a contribuição sindical é de 1% do salário, então é uma contribuição pequena, mas importante pra que o sindicato tenha força cada vez mais para enfrentar as demandas e as dificuldades aí nas reivindicações (Relato oral do Presidente do Sintego, gestão 2005/2007).

Os relatos dos dirigentes sindicais ilustram o agravamento das dificuldades do Sintego, tanto nas questões financeiras quanto na sua instituição político-ideológica. Essa

crise foi intensificada a partir dos anos finais da década de 1990, onde a entidade passou a enfrentar sérias questões financeiras, problemas de legitimidade e de reconhecimento de suas ações junto à sociedade, junto à categoria de trabalhadores em educação e nas negociações com o governo.

Diante desse quadro apresentado, nota-se que o Sintego não avançou no seu fortalecimento enquanto entidade representativa dos interesses dos trabalhadores em educação porque mantém latente lutas por questões de legitimidade sindical e reconhecimento sindical perante a sociedade; desse modo, pergunta-se, quais têm sido as prioridades do movimento sindical dos trabalhadores da educação em Goiás e quais os desafios enfrentados?

O desafio colocado é a mobilização qualificada da sociedade. E os trabalhadores em educação têm uma contribuição importante no processo de organização e mobilização, porque seu trabalho atinge praticamente toda a população do estado. Essa contribuição pode ser tanto na luta pela melhoria da qualidade da educação, como na formação de novos sujeitos autônomos, capazes de participar e intervir no rumo do processo político do Estado (Documento do V Congresso Estadual do Sintego, 2001, p.17).

Esse relato aponta que, o desafio que o Sintego passou a ter, refere-se à busca do apoio da sociedade para encampar as lutas sindicais. O compromisso da categoria passou a ser o de dotar a sociedade de consciência política para fazer uma mobilização e mudar os rumos políticos do estado. Para a realização dessa ação pressupunha-se o envolvimento de toda a categoria de trabalhadores em educação, diretamente voltada para a formação de ‘novos sujeitos autônomos’, capazes atuar politicamente nos rumos do processo político de Goiás. Mas como foi pensada a formação política dos trabalhadores em educação para encampar esse desafio?

A análise documental desenvolvida, desvelou que o Sintego tem reproduzido uma lógica de defesa dos trabalhadores estáveis, não contemplando os interesses dos trabalhadores instáveis, que atuam por contrato temporário ou em atividades de substituição. O Sintego tem defendido os interesses dos trabalhadores filiados em detrimento dos interesses dos não filiados. Essa é uma prática que acaba refletindo a própria lógica de organização do trabalho no mundo contemporâneo e não contribui para a formação de uma consciência política desses trabalhadores em educação, uma vez que não

privilegia a integração dos interesses coletivos e das ações dessa categoria em prol de uma luta ampliada.

O sindicato lançou no início da década de 1990, como já foi citado anteriormente, um discurso de unificar a luta de todos os trabalhadores, apresentando a preocupação de “formular um discurso e uma prática que atinjam o conjunto dos trabalhadores, incorporando às demandas corporativas as aspirações e necessidades daqueles setores desorganizados e ou excluídos do mercado formal de trabalho”¹⁷. O objetivo dessa proposta foi unir a ação sindical dos trabalhadores estáveis e sindicalizados em conjunto com os interesses dos trabalhadores temporários, precarizados e não sindicalizados (Documento-base do I Congresso Estadual do Sintego, 1990). Mas esse discurso sindical não encontrou espaço nas ações desencadeadas pelo Sintego ao longo da década de 1990 e inicial de 2000. Então, o que tem sido feito pelo Sintego contra o hiato existente entre o conjunto de trabalhadores filiados e não filiados, estáveis e instáveis?

Por certo a dicotomia entre os trabalhadores estáveis e instáveis é visível em Goiás e na própria organização do Sintego. Esse fato promove uma regressão e um enfraquecimento da luta no interior da própria entidade sindical, que acaba embarcando na contramão dos debates atuais que indicam que o maior desafio da classe trabalhadora e dos seus organismos sindicais é o de “soldar os laços de classe existente entre os diversos segmentos que compõem o mundo do trabalho” (Antunes, 2005).

Diante do acirramento do neoliberalismo, a direção sindical se viu frente à necessidade de estabelecer sérias mudanças na condução do movimento sindical, mas não conseguiu soldar os laços de classe da categoria de trabalhadores em Goiás. Como forma de enfrentar o projeto neoliberal o mecanismo adotado foi o de convencimento de que o enfrentamento da categoria à essas mudanças só seria possível por meio de uma participação massiva dos sindicatos dos trabalhadores visando fortalecer a CUT e lançando investimentos nas ações propositivas, buscando o apoio da sociedade.

Caminhando rumo a buscar alternativas para se fortalecer, o Sintego não se orientou pela discussão da necessidade de incorporação em suas lutas da demanda de trabalhadores instáveis e não sindicalizados, onde as aspirações dos setores desorganizados e/ou excluídos do mercado formal de trabalho não chegaram a fazer parte das plataformas de

¹⁷ “Fortalecendo o Sintego”, documento do I Congresso Estadual do Sintego, 1990.

ação política do Sintego. Essa questão ficou diluída nas propostas de ação do Sintego, não adquirindo expressividade em seus planos de ação, não se caracterizando mais como desafio ao movimento sindical.

Paradoxalmente, o Sintego intensificou o processo de construção de uma nova cultura sindical, já delineada no final da década de 1990, que passou a defender sua bandeira de luta centrando forças na divulgação e socialização do seu processo de construção histórica e ideológica, intentando garantir a internalização da importância dessa entidade sindical, tanto para a categoria de trabalhadores em educação, para a sociedade, como para o governo, a partir da consideração de que o Sintego tornou-se a maior e a mais organizada entidade sindical de trabalhadores constituindo-se em um patrimônio dos trabalhadores em educação de Goiás (Documento-base do V Congresso do Sintego, 2001, p.36). Esse tema será analisado no próximo capítulo.

3.2. A DEFINIÇÃO DE CONCEPÇÕES E PROPOSTAS SINDICAIS DO SINTEGO NA DÉCADA DE 2000

A construção histórica do movimento dos trabalhadores em educação pública em Goiás, a sua trajetória de luta política-sindical foi um dos recursos utilizados pelo Sintego na definição de concepções e propostas sindicais, visando fortalecer a entidade diante das políticas reformistas do governo goiano, a partir dos anos de 2000.

Defendendo a tese de que “historicamente, a combatividade, a defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores, bem como a independência política, sempre foram marcos das direções do movimento” (Documento-base do V Congresso do Sintego, 2001, p.36), um dos desafios colocado para o Sintego, a partir dos anos 2000, consistiu na luta contra a desconstrução da legitimidade sindical, e para enfrentar essa situação, uma das propostas adotadas foi a construção de uma ‘nova cultura sindical’, a partir de investimentos no marketing da entidade, proposta já defendida em 1995, e que ganhou forças a partir dos anos de 2000, visando garantir a ampliação da base filada, passando pela formação de uma opinião pública favorável ao sindicato, elevando assim a importância do papel adquirido pelo Sintego na sociedade (id., 2001, p.36).

Direcionado por essa metodologia de ação, a direção do Sintego propôs programas de formação, de preparação e de qualificação dos trabalhadores em educação para ações sindicais capacitadas a gerar maior impacto na sociedade, nas práticas de trabalho escolar e sindicais, buscando ampliar a adesão sindical da sociedade e preservar as “ações administrativas, investindo em serviços prestados” para “qualificar a Máquina Administrativa/Sintego”¹⁸.

Nesse caso, as ações do movimento sindical dos trabalhadores em educação de Goiás, ao implementar o aprofundamento do marketing sindical sobre a divulgação de sua trajetória de luta no cenário político e sobre os seus serviços prestados, buscou mostrar seus ‘produtos’ e sobretudo atrair mais ‘clientes’ a integrar-se aos ideais propostos pelo Sintego. O resgate histórico, o aumento do número de filiados, a adesão, são resultados da estratégia de marketing que foi utilizada visando revigorar a marca do Sintego diante da categoria de trabalhadores e da sociedade,

¹⁸trechos do Projeto Implementação Estrutural do Sintego, 1995, s/p.

O sucesso das ações sindicais depende muito da racionalização/priorização de tarefas, para viabilização do trabalho corpo-a-corpo, que oferece uma atenção mais adequada ao sindicalizado, assim, como às unidades escolares, devido aos esclarecimentos serem mais debatidos e conseqüentemente mais eficientes. O marketing do sindicato, fundamenta-se portanto, no trabalho de expansão, à medida em que estabelece vínculos mais objetivos e diretos com os trabalhadores da educação (...) portanto, torna-se primordial evidenciar o marketing, a política financeira e o projeto político-sócio-pedagógico como processos salutares para preservação de uma administração digna e progressista do Sintego (Projeto de Implementação Estrutural do Sintego, 1995, s/p.).

Esse processo de investimento no marketing sindical, em campanhas publicitárias e de serviços, desencadeado pelo Sintego, no decorrer das décadas finais do século XX, desdobrou-se na própria configuração ideológica e na prática sindical dessa entidade na relação capital-trabalho, que não priorizou a formação política da categoria. Esse discurso denota as matizes dos discursos empresariais incorporadas pelo discurso sindical dessa entidade.

Esses investimentos no marketing sindical têm incrementado as ações sindicais onde a articulação do sistema de marketing tem objetivado “planejar e qualificar o perfil da entidade e a intervenção social da mesma”(id., 1995), de modo a intensificar a excelência da administração sindical, garantindo a redução e a exclusão de gastos, promovendo a geração de receitas.

Diante desses fatos, é preciso considerar que as mudanças na forma de gerir o Sintego têm ligação com a própria reestruturação política e sindical da CUT, que a partir de 2000 incorporou a integração da gestão administrativa e financeira com a atuação política, prevista no governo Lula. Para entender esse processo, é preciso salientar que o processo de democratização do Brasil, a partir dos anos finais de 1980 possibilitou a expansão da participação e de investimentos de diversas instituições sem fins lucrativos no desenvolvimento de ações e projetos voltados para os espaços onde o poder público não oferecia atendimento.

Com isso, fundações e associações estrangeiras ligadas à sindicatos ou entidades religiosas passaram a aplicar grandes volumes de recursos no Brasil, objetivando fortalecer entidades já existentes ou criar organizações não governamentais,

Exemplo desse movimento foi a colaboração para a constituição da CUT – Central Única dos Trabalhadores, responsável pela realização de diversos projetos de interesse sindical e dos trabalhadores e que conta com o apoio financeiro e técnico de instituições congêneres do exterior. Essas organizações internacionais têm se envolvido em algumas ações de mobilização contribuindo para a criação de uma sociedade mais justa (Melo, 2004 – diretor de finanças da CUT).

Paralelamente a esse processo de construção e de crescimento das parcerias entre as entidades sindicais com entidades internacionais, as ações sociais desencadeadas pelas organizações não-governamentais (ONGs) e Terceiro Setor, constituído por organizações voluntárias também têm adquirido grande expressividade no Brasil. A participação e o envolvimento de ONGs e associações de ajuda mútua nos setores públicos democratizados tem vislumbrado novos espaços de participação, abarcando, por vezes, funções que extrapolam sua condição de existência, principalmente ampliado sua atuação nos países em desenvolvimento,

(...) existem mais de 35 mil organizações voluntárias nos países em desenvolvimento. As ONGs do terceiro mundo estão envolvidas em desenvolvimento rural, reforma agrária, combate à fome, assistência médica preventiva e planejamento familiar, programas educacionais para a primeira infância e campanhas de alfabetização, desenvolvimento econômico, moradia e direitos políticos e, muitas vezes são a única voz do povo em países em que os governos são fracos e corruptos e a economia de mercado é pequena ou inexistente. Em muitas nações em desenvolvimento, o terceiro setor está tornando-se uma força mais eficaz na administração das necessidades locais do que os setores privado ou público (...) Só na Ásia atualmente existem mais de 20 mil organizações voluntárias do terceiro setor (Rifkin, 1995, p. 302-303).

Assim, a abrangência com que as ONGs têm se instituído pelo mundo revela sua peculiaridade transnacional. As ONGs e o terceiro setor têm apresentado um expressivo crescimento, a partir da década de 1990, e, constituem-se em torno de relações e demandas localizadas, dos grupos sociais dominados, mas, ao mesmo tempo, constituem relações estreitas com as “agências de cooperação internacional” de onde sai parte significativa de seus financiamentos (Pessoa, 2004). As ONGs e o terceiro setor não se constituem, portanto, em espaços de contestação e de superação do estado de naturalização da barbárie capitalista, pois suas atividades desempenham um papel de funcionalidade em relação ao sistema e não de enfrentamentos, pois os movimentos sociais ou ações dos trabalhadores nem sempre se constituem pelo veio de ações politizadoras e conscientizadoras.

Os desafios lançados para as organizações sindicais centradas na categoria capital-trabalho, tornaram-se mais intensos, a partir dos anos de 2000, com a aprovação do novo Código Civil, em 2002 (Lei nº10.406/02), onde os organismos sindicais passaram a se preocupar com o planejamento de suas ações e com o seu setor financeiro, visto que a parceria entre sociedade civil e governo federal passou a exigir melhor desempenho e maior gerenciamento dessas entidades, sobretudo nos aspectos financeiros.

Diante do exposto, o crescimento das ações das organizações não-governamentais e das associações sociais tem sido incrementadas pelas propostas políticas e de investimentos do Governo Lula, que em parcerias com essas entidades ou com outros setores da sociedade civil, procuram promover o desenvolvimento social, a “convivência democrática entre trabalhadores e empresários, estabelecendo “um diálogo social”. Nesse contexto, as pressões pela flexibilização das relações trabalhistas e pela aprovação da reforma sindical continuam sutilmente presentes e em disputa constante na sociedade (Veras, 2005).

Conforme esse quadro apresentado, as principais mudanças adotadas pela CUT, para atender aos dispositivos do governo federal, referem-se à reestruturação e modernização de sua gestão, visando a integração da gestão administrativa e financeira com o seu plano de ação política, intensificando suas metas para atrair recursos para as ações sociais, expressando uma nova forma de fazer o sindicato. Para isso implementou uma rede de modernas técnicas de administração empresarial, ampliação das parcerias, aprimoramento dos controles fiscais e financeiros,

Assim, a CUT pretende colocar em ação uma política de gestão administrativa e financeira integrada com suas diretrizes políticas visando a construção do futuro, adaptando-se com agilidade às transformações sociais na esfera trabalhista e sindical, potencializando sua atuação (Melo, 2002 – diretor de finanças da CUT).

A partir dessas mudanças na forma de construir e gerir a CUT, o Sintego aprofundou a discussão já apontada sobre um processo de reordenamento interno, visando criar novas formas de gestão e de organizar as plataformas de ação. As mobilizações caracterizadas por investimento na formação política e pedagógica da categoria, na defesa da aproximação e envolvimento da comunidade escolar, dos pais e estudantes e da sociedade em geral na luta pelos direitos dos trabalhadores e pelo fortalecimento do sindicato, propostas presentes nos documentos dessa entidade em toda década de 1990, não

obtiveram expressividade diante do acirramento das reformas adotadas e, gradativamente, essas propostas foram sendo repensadas.

Em contraposição a essas ações que foram consideradas insuficientes, novas orientações foram adotadas pelo Sintego, que passaram a encaminhar as plataformas de ação a partir da adoção de um sistema de gerência administrativa, de marketing, juntamente com a sistematização de campanhas contrárias à desqualificação da escola pública e propostas de projetos contra as políticas neoliberais.

Nessa análise, entende-se que o discurso político-ideológico do Sintego foi produzido intentando assegurar a defesa de que a luta pela educação pública representava a sua própria história, enquanto movimento sindical, enfatizando que, se o discurso mais amplo da sociedade civil e política, sobretudo o discurso do governo, tem defendido a causa da escola pública, isso se deve a uma conquista assegurada pelas campanhas sindicais do próprio Sintego, que colocaram essa causa em destaque.

Com essa perspectiva em vista, o discurso sindical goiano nos primeiros anos de 2000, intensificou as disputas política-ideológicas com o governo do estado em torno do consenso da opinião pública. Nesse caso, ambos, sindicato e governo, visavam garantir a construção de uma concepção ideológica e de uma opinião pública favorável à suas campanhas e projetos defendidos.

Nesse percurso, o Sintego projetou fortalecer ações voltadas para desmistificar a campanha de defesa da qualidade da educação pública prevista pelos projetos do governo estadual, alertando que,

A qualidade da educação pública sempre esteve presente nas reivindicações e planos dos educadores progressistas. No entanto, os governos também falam de qualidade na educação e “*tomam*” essa bandeira para si. É preciso identificar as diferenças entre a qualidade da educação pública, que querem as/os trabalhadoras/trabalhadores em educação e a qualidade de que falam os governantes adeptos do neoliberalismo. O discurso do governo refere-se a uma qualidade na educação que tem como objetivo a busca da eficiência, da eficácia, de preparar “*bons*” profissionais para o mercado de trabalho (...) as escolas devem, portanto, formar trabalhadores capacitados para competir no mercado de trabalho que agora é globalizado (...) E é sabido que a educação, por si só, não gera postos de trabalho; geração de emprego tem a ver com políticas adotadas para esse fim (...) A escola deve formar cidadãos críticos e participativos na vida social, tanto profissional como politicamente. É dessa qualidade de educação que estamos falando, de qualidade social (Documento-base do V Congresso Estadual do Sintego, 2001, p. 17-18, grifos no original).

Esse alerta do Sintego à comunidade escolar enfatizou o caráter mercantilista das reformas educacionais implementadas em Goiás, em que a concepção de qualidade em educação prevista pelo governo tem indicado uma redefinição do papel da escola, a partir da massificação escolar e de extensão da obrigatoriedade do ensino, desconsiderando a totalidade dos problemas educacionais. Mas, está posto nesse relato a preocupação do Sintego em afirmar publicamente que essa causa da educação faz parte da bandeira de luta do Sintego e não do governo.

Notadamente, essa é uma forma de luta em que o Sintego defende sua causa e demarca a trajetória de luta em prol dessa causa, a causa da educação; se há um ressentimento no discurso do Sintego ao afirmar que essa causa da educação foi ‘tomada’ dos educadores e apropriada pelo governo e divulgada como bandeira de luta, esse ressentimento é acompanhado da denúncia das ações do governo e de como o governo compreende a educação.

Por conseguinte, o Sintego, ao expor as campanhas do governo e o seu descaso com o estatuto profissional e com o plano de carreira dos trabalhadores em educação, práticas refletidas na falta de investimentos em educação, no processo de desvalorização social e profissional dos trabalhadores em educação, segue alertando para o fato de que o discurso oficial centraliza consideravelmente esses profissionais da educação como as figuras importantes no processo de expansão e universalização da educação, mas não prioriza a valorização da carreira do magistério para esses profissionais e, tão pouco investe nas campanhas de formação sindical e política da categoria, defendidas nas propostas dos Congressos.

Paralelas a esse fato, a direção sindical optou por adotar as estratégias do próprio sistema capitalista, por meio dos investimentos em marketing sindical e expansão da oferta de serviços, buscando a excelência empresarial. Esse caminho fez com que ele se distanciasse da construção do sindicato como o espaço de contraposição política e ideológica ao sistema capitalista, ajustando-se ao sistema ao invés de combatê-lo. Ou seja, ao optar pela adoção de uma campanha de marketing sindical, o Sintego não priorizou investimentos na construção de um processo de conscientização política da categoria e

acima de tudo não priorizou os interesses dos trabalhadores em educação em Goiás, pois passou a priorizar apenas a instituição, isso prejudicou a relação sindicato-base.

No terreno de disputa ideológica entre o sindicato e o governo, o marketing do Sintego avançou na divulgação de campanhas de esclarecimento dos trabalhadores da educação em torno de questões genéricas como as mudanças na organização escolar, a formação inicial e continuada dos trabalhadores, o desemprego, a precarização dos serviços públicos essenciais, destacando, como de praxe em suas ações, uma maior atenção para a luta em prol das questões salariais e de defesa dos direitos trabalhistas da categoria (Documento-base VI Congresso Estadual do Sintego, 2004, p.33).

O VI congresso do Sintego foi realizado em novembro de 2004, teve como temática as “Políticas Educacionais e Financiamento da Educação Básica”. Um congresso sindical abordando esse tema significa que está havendo a incorporação do discurso oficial do governo pelo sindicato? Para explicar essa questão, pode se observar o contexto de realização desse congresso, pois ele oferece elementos novos e importantes presentes na condução política e econômica do país, elementos que possibilitaram ao Sintego defender, em certa medida, o discurso oficial.

A conjuntura política nacional apresentou o fato inédito de ter na presidência da república um representante dos trabalhadores, o Presidente Lula, eleito pelo Partido dos Trabalhadores - PT - a partir de 2002. Dessa forma, o que parece ser importante para a ação sindical passou a estar relacionado às questões de regulação social programadas pelo governo Lula, apresentando como questão central, a proposta de melhorar as condições de vida do povo, valorizar o trabalho formal, gerar empregos, aumentar os salários, promover a distribuição de renda e reduzir as taxas de juros, o que evidencia que os discursos da CUT e do Sintego se aliam com a defesa do governo Lula, cujos dirigentes passaram a defender o esgotamento do paradigma neoliberal no Brasil,

O governo Lula foi eleito sob o signo da renovação ética, com o apoio da maioria da vanguarda organizada nos sindicatos e significou uma derrota eleitoral para o neoliberalismo [?]. A eleição de Lula foi o resultado, não somente de um longo processo de construção nacional, mas também, do esgotamento do paradigma neoliberal [?], que prega a integração incondicional dos países periféricos às regras do mercado mundial (Documento-base do VI Congresso Estadual do Sintego, 2004, p. 11).

Esse relato é contundente pois afirma que o neoliberalismo acabou a partir do instante em que Lula foi eleito presidente do Brasil, como isso foi possível? O discurso sindical responde essa pergunta a partir da consideração de que o governo Lula é um governo em transição, onde as correlações de forças internas e externas ao governo são desfavoráveis às mudanças, onde o poder econômico e os meios de comunicação do país continuam enfraquecendo as possibilidades de mudanças. (id., 2004, p.11). Mas, é preciso perceber que o presidente Lula continuou implementando as reformas neoliberais, a exemplo da reforma da previdência social. Os projetos do presidente Lula defendem a flexibilização das leis trabalhistas, promovem políticas de racionalização dos orçamentos públicos para a educação, para a saúde, para a segurança pública, e o que dizer dos reajustes do salário mínimo?

No tocante à luta sindical, nessa nova conjuntura apresentada no Brasil, esta passou a defender o governo Lula como um governo em disputa, diante das forças oposicionistas contrárias ao governo do PT. Assim, a luta sindical foi definida como a responsável por pressionar o governo para fazer as mudanças necessárias de acordo com sua proposta de governo. Nesse caso, o Sintego declarou que a luta estritamente sindical, ou a luta radicalizada não conseguiria impulsionar as grandes transformações reivindicadas pelo país, definindo que a luta sindical precisaria ser construída no campo da CUT e da CNTE, visando ampliar alianças com as forças de esquerda e garantir a autonomia da CUT e do movimento sindical de forma democrática (Documento-base VI Congresso Estadual do Sintego, 2004). Nessa conjuntura, é preciso questionar se as forças de esquerda estão de fato atreladas aos interesses concretos da classe trabalhadora.

Com essa perspectiva, o Sintego definiu uma política de construção de vitórias de candidatos representantes dos trabalhadores como fundamento para gerar mudanças na realidade, enfatizando que as “lutas por categoria, movidas por reivindicações econômicas seriam insuficientes para enfrentar a ofensiva do capital”(id., 2004). A luta sindical dos trabalhadores em educação e a própria ação da sociedade organizada, apresentou mudanças significativas direcionadas para intensificar a aceitação dos discursos de envolvimento, de comprometimento partidário e de interferência dos trabalhadores nas decisões eleitorais nas

esferas estaduais e federais, intentando levar ao poder, os partidos de esquerda, cujo objetivo seria implementar “mudanças de rumo no país”.

No contexto de todo esse reordenamento nas concepções sindicais cutistas, a direção do Sintego tem manifestado preocupações com a formação sindical da categoria, a secretaria responsável por dinamizar a campanha de formação sindical, é a Secretaria de Formação do Sintego. Segundo a atual secretária de formação sindical, professora Stela Mares Stival, essa secretaria está incorporando ações em conjunto com as Secretarias de Políticas Educacionais, com a Secretaria de Política Social e com a Secretaria de Política Sindical, visando ampliar a campanha em torno dos temas mais preocupantes, que são as políticas educacionais, a formação sindical e a reforma sindical.

A proposta de formação sindical do Sintego é voltada para os trabalhadores em educação, não sendo específica para professores. A escolha dos temas é planejada pela direção, com base nos congressos de educação, nas plenárias sindicais e nas assembleias gerais, e são realizados através de um programa de formação, onde são oferecidos cursos e debates proferidos sem uma regularidade definida, sendo realizados na própria sede do Sintego.

Nesse processo de formação explicitado pelo Sintego, há uma visível desconsideração dos interesses da categoria, que não é consultada e não é convidada a participar da elaboração do planejamento dos cursos e dos debates, não é consultada sobre suas principais preocupações e dúvidas. Nesse caso, até mesmo a participação dos interessados nas campanhas de formação e de conscientização tem sido extremamente problemática, pois os trabalhadores em educação trabalham durante a semana e não são liberados para fazer os cursos. Nesse sentido há uma dificuldade em programar e executar as atividades de formação sindical, conforme relatos da professora Stela Mares,

durante a semana, os trabalhadores em educação estão nas escolas, no final de semana é o momento de descanso e tem as atividades do sábado coletivo. Há uma carga horária excessiva que os trabalhadores [têm que cumprir]. [Tem] a questão do tempo, então, o que ocorre é que a gente não tem aquele público maior (relato oral: Secretária de Formação do Sintego, 2005).

Essa avaliação feita a respeito da formação da categoria indica que as campanhas não chegam a atingir a totalidade dos trabalhadores filiados e também não atingem integralmente os objetivos propostos, sobretudo devido a forma de planejamento e de implantação dessa campanha, que mesmo sendo construídas com o objetivo de promover a formação política-sindical dos trabalhadores em educação, conta com um grupo relativamente restrito de participantes, ficando mais concentrada em nível de proposta do que na realização concreta da formação política da categoria de trabalhadores em educação em Goiás.

Orientado-se por esse debate de vincular o fortalecimento sindical com a formação da sindical da categoria, o plano de lutas do Sintego, a partir dos últimos anos da década de 1990, buscou aprofundar a campanha de sindicalização dos trabalhadores em educação, incluindo a abertura de espaço na direção sindical para a participação dos funcionários administrativos, em suas instâncias decisórias, buscando com isso, ampliar sua base de representatividade. Mas, o Sintego tem incorporado na sua base, apenas a parcela de trabalhadores da educação que são concursados, estáveis e filiados, hoje contando com 26.000 trabalhadores filiados, de um total de 74.000 trabalhadores em educação (relato oral: Presidente do Sintego, gestão 2005/2007, 2005).

Um dos grandes desafios assumidos pelo Sintego situa-se na questão das campanhas de filiação. Os dirigentes sindicais entrevistados afirmaram que a postura sindical adotada frente aos trabalhadores que não são sindicalizados é de respeito, mas revelaram que ações e investimentos são construídos visando o convencimento da categoria sobre a necessidade da filiação. A relação do Sintego com os trabalhadores não sindicalizados foi relatada por Genivalda Araújo, ex-dirigente do Sintego,

Busca-se trazer essas pessoas pra vir se filiar, mesmo aqueles que desfiliam por decepção, por não ter sido atendido nas suas reivindicações... é fazer entender que a nossa luta é maior, que não dá pra nós ficarmos nas questões pessoais... pois há necessidade da gente tá unido, porque o governo também tem do seu lado, ele sabe quantos são filiados e quantos não... como foi na época da professora Terezinha (Secretária de Educação), que pegou ficha de filiação, xerocopiou e encaminhou para as escolas e pressionou a delegada e pressionou alguns diretores para que eles desfiliassem as pessoas. Então, nós já tivemos ações dos governos promovendo a desfiliação, então, o governo utiliza várias estratégias, no sentido de que as pessoas não se filiem e não acreditem no seu sindicato... é importante se filiar porque o Sintego é uma instituição forte, as pessoas são

falhas, eu não tenho que confiar nas pessoas, eu tenho que fortalecer a instituição... (relato oral, 2005).

O atual presidente do Sintego, Domingos Pereira, também manifestou suas opiniões sobre quais tem sido os encaminhamentos para garantir a filiação dos trabalhadores em educação atualmente,

Nós temos feito um trabalho de conscientização desses companheiros que ainda não se filiaram ao sindicato, que a única forma de fortalecer ainda mais o instrumento de luta da categoria, que é o sindicato, é filiando. Porque quem não é filiado faz parte da categoria mas não faz parte do sindicato (...) (relato oral, 2005).

Os depoimentos citados acima mostram que não há referências à incorporação sindical dos trabalhadores em regime de contratos especiais e temporários, pois o Sintego busca garantir a ampliação do número de filiados especificamente junto aos trabalhadores efetivados por concurso público.

Há explicitamente ilustrado nos depoimentos, uma preocupação em garantir o fortalecimento da entidade, considerada um patrimônio dos trabalhadores, que institucionalmente parece transcender aos interesses particulares das pessoas que o compõe, seja direção ou base. A preocupação com os mecanismos sutis de perseguições e de ameaças, utilizados pelo governo local para cooptar a participação sindical dos trabalhadores em educação e desmobilizar o sindicato é convertido em estímulo e incentivo para intensificar a filiação e a luta dos trabalhadores em educação.

Como a filiação é apontada como um dos recursos imprescindíveis para garantir o fortalecimento do Sintego, os recursos mais utilizados pela entidade sindical para garantir a adesão da categoria, não se referem somente à divulgação de sua trajetória histórica e política-sindical, mas também a construção de campanhas envolvendo premiações, sorteios e ampliação de ofertas de serviços, dos programas de lazer e das parcerias comerciais com empresas. Esses artifícios em alguns casos são criticados pela própria categoria.

Os discursos presentes nos documentos analisados ilustram também que a entidade sindical deposita no filiado uma pesada carga de responsabilidade com relação a garantir o fortalecimento e reconhecimento dessa entidade perante a sociedade.

A perspectiva de ação colocada para o Sintego, para o biênio 2002/2004, consistiu no desafio de intensificar as campanhas de filiação para garantir mais adesão de trabalhadores, assim como nas propostas de potencializar a participação sindical dos novos trabalhadores recém contratados pelo Estado, a partir da homologação do concurso em 2001 e da convocação dos aprovados.

A preocupação presente nos discursos dos dirigentes sindicais, explicitada no V Congresso do Sintego, direcionou-se para a questão da formação política e profissional do significativo contingente de trabalhadores em início de carreira presente nas escolas goianas, que pouco ou mal conheciam a realidade escolar e sindical. As campanhas de filiação ganharam destaque nesse período, pois passaram a promover grandes sorteios e premiações,

A campanha de filiação, em conjunto com a CUT e a CNTE [promoveu] a confecção de camisetas, chaveiros e a promoção do sorteio de cinco computadores - o sorteio será realizado durante o V Congresso (...) [Com essa campanha] de fevereiro de 2000 à julho de 2001, o Sintego filiou 2.884 mil novos trabalhadores em todo o Estado de Goiás (Documento-base do V Congresso Estadual do Sintego, 2001, p.38).

O fato do Sintego, no período de um ano, entre 2001 e 2002, conseguiu filiar 2.884 trabalhadores é bastante peculiar, e de certa forma ilustra como a filiação é tratada. A adesão da categoria de trabalhadores à entidade sindical é defendida como uma das únicas formas de fortalecer o sindicato, sobretudo em questões financeiras. O crescimento do número de filiados também garante o aumento estatístico nos índices contabilizados pela entidade e promove a idéia de crescimento e de legitimidade institucional e financeira do Sintego.

O quadro abaixo é um demonstrativo da geração de receitas do Sintego, no ano de 2001.

| DEMONSTRATIVO DE RECEITAS NO EXERCÍCIO DE 2001 SINDICATO DO TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE GOIÁS CNPJ 25.107.087/0001-21 | | |
|---|---------------------|--------------------------------|
| 1. DEMONSTRATIVO DE RECEITAS NO EXERCÍCIO 2001 | | |
| RECEITA | TOTAL EM R\$ | PERCENTUAL DAS RECEITAS |
| Consignação estadual | 1.028.377,14 | 43% |
| Consignação rede municipal/ Goiânia | 176.464,40 | 07% |

| | | |
|---|---------------------|-------------|
| Imposto Sindical | 744.431,55 | 31% |
| Outros: convênios, aplicações, hospedagem recuperação de despesas, adiantamentos, ajuda para congressos | 444.360,73 | 19% |
| TOTAL DE RECEITAS | 2.393.633,82 | 100% |

Tabela 6/FONTE: Boletim do Sintego, 2001, consulta em 2005.

A tabela acima demonstra como o Sindicato se mantém financeiramente, sendo que do montante de recursos que entra para a receita do Sintego, 81% deles advém de taxações, que são as consignações em folha de pagamento dos trabalhadores em educação filiados, atuantes nas redes estaduais e municipais e, do imposto sindical. As demais receitas equivalem a 19% do total dos recursos e são provenientes de serviços oferecidos por essa entidade à categoria, serviços como os convênios e hotelaria/hospedagem, entre outros. O fato de o Sintego ter investido sua reorganização interna apoiando-se nas campanhas de marketing sindical e na ampliação da filiação e da oferta de serviços, proporcionou uma expansão de suas atividades, caracterizando-se como práticas sindicais atreladas aos modelos de administração empresarial.

Dando prosseguimento ao processo de expandir as taxas de sindicalizados, a campanha de filiação, realizada pelo Sintego em 2003, objetivou garantir a adesão de dez mil trabalhadores em educação. Para isso, vários brindes foram oferecidos, desde relógios de pulso, camisetas com a logomarca do Sintego, até premiações mais expressivas como o sorteio de 06 computadores para os trabalhadores recém-filiados. As Delegacias Sindicais Regionais também foram contempladas com as premiações as três primeiras Delegacias Regionais Sindicais classificadas no ranking final da campanha de filiação. Essas campanhas não enfatizaram a questão da formação sindical da categoria

Nesse caso, a campanha promocional e de marketing do Sintego investiu pesado no sorteio de microcomputadores, pois estes significam um dos atuais e indispensáveis veículos de informação e de comunicação, configurando-se como uma das ferramentas de trabalho para os trabalhadores em educação. O acesso à informática é restrito à grande maioria da classe trabalhadora, devido às condições materiais e econômicas da população brasileira, desse modo, as campanhas de filiação têm conseguido, em certa medida, mobilizar a categoria à se filiar, ao propor a possibilidade de acesso a esse recurso

informativa. Assim, com a garantia da ampliação do número de filiados, O Sintego tem incrementado um aumento qualitativo na geração de receitas.

Se o Sintego é hoje considerado um verdadeiro patrimônio histórico dos trabalhadores em educação e da sociedade goiana, esse demonstrativo de receitas indica a estrutura que essa entidade adquiriu, a partir de sua trajetória de configuração no espaço sócio-econômico e político em Goiás, pois o Sintego em 2001 lidou com uma receita de R\$ 2.393.633,82, (dois milhões, trezentos e noventa e três mil, seiscentos e trinta e três reais e oitenta e dois centavos). Essa quantia revela expressivamente sua expansão institucional e financeira, em comparação com a crise vivenciada nos anos finais da década de 1990.

Esse mostruário de receitas apresentado pelo Sintego em 2001 se contrapõe à crise financeira que o mesmo enfrentou, e essa situação atual permite especular se o crescimento financeiro e institucional do Sintego tem sido acompanhado de ações de contraposição política ao governo de Goiás, e também se as negociações entre o sindicato e o governo efetivaram conquistas para a categoria de trabalhadores representados pelo Sintego.

O peso dessa postura política do Sintego frente à relação capital-trabalho, na correlação de forças com o governo, tem revertido em perdas para a classe trabalhadora que representa. Mesmo o Sintego levantando bandeiras de luta social e trabalhista e obtendo um grande número de filiados na base que representa, isso não contribui para a garantia de legitimidade sindical frente à categoria. A adesão da categoria à entidade sindical parece não indicar uma concordância da categoria com as concepções e atuações políticas do Sintego. Muitas críticas são tecidas pelos trabalhadores em educação quando se referem aos convênios e serviços prestados pelo Sintego e, principalmente, quando se refere as formas de negociações trabalhistas do sindicato com o governo. Uma outra situação que a categoria considera problemática no sindicato é a sua opção por ingressar na disputa política-partidária.

Para compreender a questão da adesão da categoria às ações e orientações político-sindicais do Sintego, algumas questões como a atuação sindical da categoria e o envolvimento junto ao Sintego, foram direcionadas aos professores participantes dessa pesquisa, que também foram inqueridos sobre os serviços de convênios e outros, prestados pelo Sintego.

Grande parte dos professores entrevistados, afirmaram não participar das reuniões mensais e nem das assembleias gerais convocadas pela direção sindical do Sintego. Eles alegaram como causa para esse afastamento, principalmente a falta de tempo, a falta de comunicação do sindicato com a categoria e o descrédito na atuação do Sintego. Nesse sentido, as ações de prestação de serviços e outros, ofertados pelo Sintego, que correspondem a um privilégio que a categoria pode, se quiser, usufruir, enquanto filiado, não foram citadas como significando vantagens para os professores.

Para se ter uma idéia, além das promoções, dos convênios comerciais e culturais, o sindicato também tem priorizado investimentos do FGTS na construção de uma área de lazer na cidade de Caldas Novas¹⁹. Essas ações mostram a intensificação dessas práticas assistencialistas e de serviços adotadas pelo Sintego, que por um lado expressam uma postura mercantilista que incentiva e contribui para o acesso dos trabalhadores à sociedade do consumo e do supérfluo, em troca da “ampliação” da taxa de sindicalização. Por outro lado, na medida que garante a ampliação da base filiada, por conseguinte, promove o aumento da arrecadação sindical, e isso é visto como uma das principais formas de fortalecer o sindicato,

Na Rede Municipal de Ensino de Goiânia atuam 5.695 professores e 3.300 funcionários administrativos. Destes trabalhadores em educação, 1384 são filiados ao SINTEGO. A arrecadação mensal do sindicato com a consignação - que é contribuição correspondente a (1%) do salário destes trabalhadores é de: R\$ 18.909,08. Para a execução de campanha na mídia seria necessário, portanto, que o sindicato aumentasse de 1384 para 2898 o número de filiados na base de trabalhadores em educação das escolas municipais de Goiânia. Ainda assim, se esta arrecadação fosse aplicada somente no pagamento deste tipo de despesa. [com esse discurso o Sintego propôs fortalecer o sindicato] FORTALEÇA SEU SINDICATO, Filie-se ao SINTEGO!!! (Boletim informativo do Sintego, n. 008/2003, grifos no original).

Esse forte empenho em conseguir mobilizar a categoria é uma das grandes investidas do sindicato, que tem crescido e se instituído na sociedade goiana. Cada ação grevista, cada panfleto, jornal, revista, boletim informativo que o sindicato constrói, promove, divulga, há necessidade de orçamentos próprios. Para o Sintego promover os repasses de dinheiro e filiações à CUT, à CNTE e para efetuar a própria manutenção das

¹⁹ A aquisição dessa área de lazer em Calda Novas, foi orçada em R\$ 48.659,00 – fonte : Demonstrativo de Receitas e Despesas do Sintego, 2001.

atividades rotineiras do Sintego, este requisita de um grande investimento financeiro e para isso é preciso ter uma expansão da base filiada.

No campo da filiação, ações sindicais têm sido direcionadas para a estruturação de vários serviços prestados à categoria. O atual presidente do Sintego, afirmou que a partir do final da década de 1990 e início da década de 2000, os sistemas de convênios comerciais, de serviços e de lazer têm sido ampliados e expandidos para o interior do estado, “objetivando atender a necessidade do servidor”. Segundo Domingos,

A gente tem recebido elogios com relação a essa questão do convênio que tem contribuído aí para atender nos momentos mais difíceis para a categoria... a idéia nossa é de estar discutindo a expansão também para o interior. Mas por enquanto, funciona mais em Goiânia e Grande Goiânia e também tem algumas regionais que já estão implementadas com o convênio, como Campos Belos, Anicuns (relato oral, 2005).

Como pode ser observado, esse mecanismo de prestação de serviços adotados pelo Sintego está fundado na idéia de construir uma proximidade na relação sindicato e filiado. Esse fato, em conjunto com a estatística de crescimento do número de filiados, tem sido comemorado pela direção sindical como sendo forte indicador de credibilidade do filiado em relação às ações do Sintego, para a direção, essa perspectiva tem indicado que a legitimação e a representatividade sindical têm sido construídas junto aos trabalhadores em educação.

No que se refere a esta questão da legitimidade, os relatos dos professores entrevistados indicam que não se pode associar o aumento das filiações à legitimidade sindical, pois muitos professores não levam em consideração os convênios culturais e comerciais, não participam de assembléias, por vezes, até criticam as posturas do sindicato,

| O QUE OS PROFESSORES PENSAM SOBRE OS CONVÊNIOS COMERCIAIS E CULTURAIS DO SINTEGO? | | | | | |
|---|------|---------------------------------|--|--------------------------------|--------------------------------------|
| N. DE PROF. CONSULTADOS (CAPITAL E INTERIOR) | 42 | tem conhecimento aprova não usa | Tem conhecimento, desconhece o assunto e não usa | tem conhecimento, aprova e usa | tem conhecimento desaprova e não usa |
| | 100% | 20% | 18% | 18% | 44% |

Tabela 7/FONTE: pesquisa realizada em 2005, em uma escola da capital (Goiânia) e do interior do estado (Catalão)

Conforme aponta a tabela acima, dentre os professores entrevistados, filiados ao Sintego, apenas 18% deles afirmaram utilizar os convênios sindicais, de 20% deles concordam e aprovam a oferta desse tipo de serviço pelo sindicato, mas não os utilizam,

Eu, particularmente não aproveitei nenhum... mas é ótimo, tem que ter mesmo (relato oral: professora do Ensino Fundamental (1ª série), escola/interior, 2005).

Eu não usufruí de nada ainda, eu acho que é interessante, agora é uma oportunidade a mais, é uma opção a mais que a gente tem pra suprir alguma necessidade que a gente tem (relato oral: professora do Ensino Fundamental (2ª série) escola/capital, 2005).

Nesse quadro comparativo, 18% dos professores entrevistados afirmaram saber da existência dos convênios mas desconhecem as parcerias e os serviços comerciais e culturais implementados pelo Sintego, demonstrando desinteresse por essa temática,

Eu não sei, pra mim esses convênios passam despercebidos (relato oral: professora do Ensino Fundamental (3ª série) escola/capital, 2005).

É uma pergunta que eu gostaria de não responder em função de não ter melhor esclarecimentos sobre isso. Realmente eu não sei o que o sindicato tem feito dentro dessa perspectiva (relato oral: professora do Ensino Fundamental (5ª série) escol/interior, 2005).

A mesma proporção de 18% dos entrevistados afirmaram ter conhecimento sobre os convênios, mas não levantaram nenhuma opinião sobre seu uso, apesar de afirmarem também não usá-los em compras ou para outros serviços. E, cerca de 44% dos professores entrevistados afirmaram conhecer as propostas de convênios do Sintego e desaprovarem esse tipo de prestação de serviço, afirmando que prestar serviços não é função do sindicato,

Para mim, o principal objetivo do sindicato é intermediar negociações entre os trabalhadores em educação e o governo, não fazer convênios comerciais e culturais. Acho que isso é uma forma de desviar nossa atenção (relato oral: professora Ensino Fundamental (8ª série) escola/capital, 2005).

O sindicato não pode ser assistencialista, não é essa a função dele. A função dele é reivindicar, é lutar e não partir para o assistencialismo. Essa coisa toda de virar uma entidade de assistência ao trabalhador desvirtua a sua criação (relato oral: professora do Ensino Médio, escola/interior, 2005).

Diante dessas informações, nota-se que a filiação e o oferecimento de serviços e convênios não medem o grau de confiança e de participação da categoria com o sindicato, nem mesmo indicam o potencial da categoria para incorporar as ações desencadeadas pelo sindicato. As entrevistas revelaram que entre os professores filiados, as campanhas promocionais e de serviços tiveram pouca influência na construção de maior/menor credibilidade em relação ao Sintego.

Os depoimentos indicam que não existe um consenso de aprovação em torno das ações assistencialistas e de convênios comerciais e culturais do Sintego, situação que aponta para a afirmativa de que essas práticas pouco contribuem para a efetivação de fato, de um sindicato forte, legítimo e representativo ou mesmo para a conscientização da categoria de trabalhadores em educação para a adesão à luta coletiva.

Um outro aspecto dos serviços prestados pelo Sintego que tem crescido muito é o oferecido pelo Departamento Jurídico. Segundo relatos da professora Genivalda Araújo, no período compreendido entre 1996 e 2005, enquanto atuou na direção sindical, percebeu que aumentou consideravelmente a demanda de reivindicações de atendimento da assessoria jurídica,

Na minha avaliação, o Departamento Jurídico tem poucos advogados, precisaria de mais gente e olha que nessa última gestão, houve uma reorganização do departamento, o espaço cresceu, o atendimento ficou mais humanizado, mas a quantidade de advogados para a demanda que nós temos, que são os trabalhadores da rede estadual e municipal, eu considero muito pouco (relato oral: ex-dirigente do Sintego, 2005).

Esse relato aponta para o crescimento do Departamento Jurídico no interior da entidade sindical, onde a assessoria jurídica do Sintego, mesmo atuando com três advogados, e fazendo convênios com estagiários da área do direito, para garantir maior assessoria, tem enfrentado dificuldades para atender a demanda reivindicada, que a partir da década de 2000 tem girado em torno das questões envolvendo os direitos constituídos. A prioridade da luta sindical, por meio de mobilizações e enfrentamentos tem se diluído nas ações judiciais demandadas no campo da disputa jurídica,

Nos últimos anos cresceram e se diversificaram as formas de intervenção judicial da assessoria jurídica do Sindicato, foram inúmeras as ações que a entidade

moveu, na capital e no interior, principalmente contra medidas adotadas pelo governo do Estado e prefeitos (...) o departamento jurídico - mesmo contando com três advogados e dois estagiários - precisa ser revigorado para atender, com maior agilidade toda a demanda que há nesse departamento (Documento-base do VI Congresso Estadual do Sintego, 2004, p.47).

A assessoria jurídica atua em várias frentes, desde a defesa dos direitos trabalhistas previstos nos estatutos e planos de carreira, os regulamentos e resoluções do governo referente ao trabalho em educação, assim como em orientações e acompanhamentos de processos administrativos junto ao estado e ao município, inclusive no aspecto das legislações educacionais gerais. A expansão desse serviço se dá num período de intensivo processo de desregulamentação dos direitos trabalhistas, onde a questão maior na relação entre o Sintego e o governo tem acentuado o aspecto do direito jurídico e político, sendo que nesse aspecto, as lutas sindicais são reorientadas para manter as garantias trabalhistas e preservar os direitos conquistados historicamente.

Os desafios para o movimento sindical goiano se intensificaram a partir da década de 2000 e vão desde a postura política adotada pela entidade, perpassando pelo enfrentamento ao processo de flexibilização das relações trabalhistas para garantir a preservação de direitos conquistados historicamente, chegando até as disputas e enfrentamentos com o governo, em torno da tentativa de consolidação de suas práticas sindicais e de garantir sua legitimidade política.

Os documentos analisados referentes aos encaminhamentos do Sintego diante do acirramento do neoliberalismo, também apresentam o seu fortalecimento atrelado ao fortalecimento da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE e da Central Única dos Trabalhadores – CUT. Esse debate, segue a tendência nacional onde os sindicatos passaram a buscar maior adesão sindical como forma de se capacitarem para garantir a aglutinação de forças do conjunto dos trabalhadores e com isso fazer frente à implantação dos projetos neoliberais dos governos.

Com essa orientação, os dirigentes sindicais do Sintego levantaram um plano de ação envolvendo a defesa da garantia da qualidade de educação e de vida para todos, essa campanha tem sido amplamente divulgada pela CUT e CNTE, que também seguem defendendo a importância dos sindicatos como instrumentos fundamentais dos

trabalhadores na defesa de seus direitos, buscando com isso adquirir maior respaldo perante a opinião pública da categoria e da sociedade.

Os desdobramentos desses processos estão presentes na análise feita no próximo capítulo, que discute as ações desempenhadas pelo Sintego no decorrer dos anos finais do século XX e iniciais do século XXI, no tocante à construção do resgate de sua historicidade político-ideológica juntamente com a investida na construção política-partidária, juntamente com as ações voltadas para fortalecer a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE e a Central Única dos Trabalhadores – CUT.

3.3. O SINTEGO NA CONJUNTURA NEOLIBERAL: A FILIAÇÃO À CUT E À CNTE E A INCURSÃO PELA VIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA

Dentre os vários desafios impostos ao movimento sindical goiano, um dos mais representativos e presentes nos documentos analisados refere-se à questão de fortalecer a CNTE e a CUT, perante os projetos de reformas neoliberais implementados. A intenção de fortalecer a CUT e a CNTE e de incorporar suas lutas e campanhas trabalhistas e sociais mais gerais, é justificada pelo Sintego como sendo uma das formas de garantir sua própria legitimidade sindical em nível estadual e nacional, diante do quadro de desregulamentação das relações de trabalho, da ampliação da participação das organizações não-governamentais nas esferas da sociedade e da flexibilização dos direitos dos trabalhadores.

A CUT, a CNTE e o Sintego, têm assimilado em suas campanhas, que a aglutinação de forças, a incorporação e articulação dos sindicatos na construção da luta envolvendo interesse de todos os trabalhadores é uma das saídas para resolver os problemas e desafios atuais, impostos à organização sindical e trabalhista. Nas propostas de reorganização apresentada pelo Sintego, visível nos documentos aprovados nos Congressos de Educação, nota-se que o processo de mudanças conjunturais promovidas pelo neoliberalismo tem desencadeado algumas indefinições e incertezas para o movimento sindical brasileiro, e o Sintego tem encontrado dificuldade sobretudo para definir o aspecto político-ideológico característico de seu perfil de modo a esclarecer qual é o papel que esse sindicato está adquirindo numa economia capitalista, dependente e subdesenvolvida com a apresentada em Goiás.

A condução do movimento sindical, nesse contexto de reformas políticas, econômicas e administrativas pressupõe o fortalecimento dos sindicatos, federações, confederações e centrais, a partir da ampliação de suas frentes de atuação para os níveis mais amplos das políticas sociais, processo entendido como um dos mecanismos apropriados para as entidades garantirem-se nesse contexto de mudanças. Esse cenário fundamenta a construção de propostas políticas-ideológicas do Sintego.

A estrutura organizacional do Sintego privilegia a incorporação do imposto sindical, configura-o como sindicato unificado por categoria, conforme a Constituição federal,

Artigo 80, Inciso II, caracteriza-o por priorizar a unidade sindical como forma de promover a união dos sindicatos. Este sindicato constitui-se na tríade relacional entre sindicato, Federação e Confederação, privilegiando a liberdade e autonomia sindical.

A persistência desse modelo de estrutura garante sua integração à Central Única dos Trabalhadores – CUT e à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, que paradoxalmente lhe conferem limites à sua constituição enquanto sindicato autônomo e independente. Nesse aspecto, está justificada a presença das concepções políticas e ideológicas da CUT e da CNTE no processo de constituição e institucionalização do Sintego e na ampliação de sua base, ao incorporar todos os profissionais que atuam no processo escolar, unificando a categoria num sindicato único por representatividade, visando combater a divisão interna entre os trabalhadores.

Mas observa-se que nessa estrutura verticalizada de organização sindical, onde o sindicato se integra completamente à cúpula, seja Federação, Confederação e/ou Central, esse processo se configura numa relação de sindicalismo orgânico, organizado pela cúpula. Nesse tipo de organização sindical, há um aprofundamento do papel exercido pela cúpula sobre os sindicatos, situação que reflete na relação entre os sindicatos e suas bases e interfere na condução de suas lutas específicas.

Por isso, o destaque dessa análise centraliza as atenções para a relação do Sintego com a CUT, porque essa relação tem resultado na definição e redefinição das concepções políticas, econômicas, sociais e ideológicas desse sindicato goiano. Nesse processo de análise, foi considerada a importância e a relevância da relação estabelecida entre o Sintego e a CNTE, que se destaca por conduzir os encaminhamentos propriamente interligados ao trabalho da área educacional, que logicamente também envolve os aspectos políticos, econômicos, sociais e ideológicos.

Mas, a opção por analisar a relação do Sintego com a CUT se deu sobretudo porque foi esse o viés destacado pelo Sintego, na sua trajetória de organização institucional, explicitado em todos os documentos referentes à sistematização de sua plataforma ideológica, política e sindical, a partir de 1988. É no entrecruzamento de idéias, de concepções políticas e ideológicas, de divergências e disputas internas e externas que essa relação se constrói e o Sintego, gradativamente, vai incorporando capilarmente as

concepções e orientações da CUT para dirigir o movimento sindical dos trabalhadores em educação em Goiás.

No final da década de 1990, período marcado pelo acirramento do neoliberalismo, o Sintego passou a defender a necessidade de construir uma nova estrutura sindical. Nesse sentido, um dos apelos sindicais se voltou para o fortalecimento da CUT, interligado à defesa do fortalecimento do conjunto de luta da classe trabalhadora, defendendo a incorporação de um modelo de sindicato orgânico,

Não basta ser apenas filiado, é preciso ser a própria CUT, no dia-a-dia. E para ser a própria é preciso, tanto participar de todas as instâncias e fóruns de decisão da CUT, como implementá-las, fortalecendo o conjunto das lutas da classe trabalhadora (Documento-base do IV Congresso Estadual do Sintego, 1997, p.10).

De acordo com essa perspectiva ideológica, reformular as concepções e as práticas do Sintego em conformação com as deliberações da CUT, seriam mecanismos fundamentais para construir a unificação das ações de toda a classe trabalhadora, buscando construir respostas globais à crise instalada e acima de tudo, fortalecer a própria CUT. A partir dessa reformulação proposta, o Sintego objetivou avançar rumo a construção de uma nova estrutura sindical, prevendo deixar “*de ser apenas filiado à CUT para avançar rumo a uma nova estrutura sindical*”,

A essa reconstrução da nossa concepção, prática e estrutura sindical temos dado o nome de **Sindicato Orgânico**. Orgânico à CUT, à sua concepção – e não à de outra central -, às suas decisões, à sua luta, à sua história e cada vez mais profundamente autônomo em relação aos governos, patrões e ao Estado e independente em relação aos partidos e credos (id.,1997, p.10, grifos no original).

O que significa essa ação de reconstrução da concepção política e prática sindical do Sintego, a partir de sua configuração como sindicato orgânico da CUT e a implementação do contrato coletivo? Essa investida do Sintego no sentido de incorporar a estrutura sindical orgânica advém dos próprios encaminhamentos adotados pela CUT, em nível nacional, no processo de redefinição de sua linha de ação.

Foi a corrente Articulação Sindical, majoritária da CUT, que apresentou a proposta de alteração na organização da entidade, propondo a sua consolidação orgânica como um dos elementos considerado decisivo para avançar nas lutas sindicais na conjuntura da década de 1990 (Souza, 2002). A explanação das forças internas à CUT ocorreu com a redefinição organizacional da CUT, a partir do ano de 1986, com a realização do II Congresso Nacional da CUT - CONCUR, que expôs a ampliação dos interesses de uma corrente interna e majoritária chamada Articulação Sindical, elegendo para a direção dessa central seu representante, Jair Meneguelli, já em 1988, ano de realização do III congresso nacional da CUT houve maior explicitação das correntes ideológicas internas, com destaque para a Articulação Sindical, com ações voltadas para a construção de sindicatos orgânicos (COSTA, 1995).

Assim, destaca-se ainda nesse processo de ampliação das correntes sindicais, o surgimento da Corrente Sindical Classista – CSC- constituída por sindicalistas ligados ao PCdoB e a Unidade Sindical, congregando uma ala de sindicalistas de várias concepções. A tendência Articulação Sindical é majoritária na CUT, e desde os primeiros projetos pretendia que a CUT se tornasse uma Central de organização dos sindicatos, apoiando o Sindicalismo de Resultados presente no cenário brasileiro (Boito Jr., 1999).

A proposta de sindicato orgânico adotado pela CUT, sobretudo pela corrente Articulação Sindical, foi concebida com o objetivo de superar o modelo de organização sindical e referencial presente na relação entre trabalho e capital, propondo que os sindicatos cutistas ampliassem ao máximo suas bases territoriais, organizando-se por ramos de atividade ou produção, e que fosse sustentado por um contrato coletivo de trabalho. Nesse processo de reforma sindical, a CUT optou por se organizar preservando a estrutura sindical orientada pelo Estado, mantendo os pilares da estrutura sindical, sobretudo a conservação da unicidade sindical e das taxas de contribuições obrigatórias.

Nesse processo de consubstanciação da proposta de sindicato orgânico, correntes internas da CUT têm contrariamente se manifestado, promovendo uma obstaculização a efetivação desse processo. A partir de 1991, as críticas e denúncias à corrente Articulação Sindical se intensificaram, destacando o seu caráter centralizador e controlador e suas práticas burocratizadas (Costa, 1995).

Nesse processo, as políticas governamentais, a situação econômica do país, a postura política e ideológica dos dirigentes cutistas, entre outros, reverteram-se nos principais fatores que possibilitaram o agravamento da relação entre as diferentes tendências internas da CUT, promovendo dificuldades para a CUT avançar na implementação de suas propostas e planos de ação.

No processo de organização do sindicato orgânico pretendido pela CUT, o alvo principal das críticas recai no caráter contratualista que fragmenta a ação sindical, que passa a valorizar a livre negociação entre as partes interessadas no contrato de trabalho. Nesse mesmo sentido, uma das maiores resistências à implementação dos sindicatos orgânicos refere-se ao fato destes estarem assentados sobre um processo de fusão de sindicatos, que, conseqüentemente, envolve a perda de liberdade e de autonomia dos mesmos.

O sindicato orgânico possibilita a incorporação dos moldes do sistema capitalista na organização dos trabalhadores, a partir do contrato coletivo de trabalho, compreendido como um processo que de certa forma, promove uma transfiguração da politização da luta trabalhista, porque o sistema de exploração capitalista deixa de ser o núcleo da plataforma da ação sindical (Boito Jr., 1999).

A proposta de contrato coletivo não foi encaminhada em nível nacional, mas foi incorporada pelos setores sindicais mais organizados, em detrimento dos interesses da classe trabalhadora em geral, dando origem às negociações das câmaras setoriais, situação que provocou a exposição das diferenças e divergências do poder de pressão e de luta das diversas entidades sindicais brasileiras. Ao propor essa forma de negociação trabalhista, a CUT buscou ampliar o processo de negociação coletiva, mas optou por se retirar da luta política e social contra o sistema capitalista.

Nesse sentido, “a proposta de contrato coletivo de trabalho desviou o movimento sindical da defesa dos direitos sociais e trabalhistas ameaçados, desarmando os trabalhadores diante da ofensiva neoliberal”, esse aviltamento dos interesses de classe em confronto na sociedade, parece indicar a incorporação de um discurso sindical onde se entendia que “as dificuldades vividas pelos trabalhadores decorressem do acaso ou de uma política equivocada. Os trabalhadores não teriam inimigos de classe, e a CUT poderia, agora, aspirar representar a ‘sociedade’” (Boito Jr, 1999). Essa situação tem sido mais

expressivas no governo Lula, por meio de um ‘consenso’ entre sindicatos e governo federal.

Assim, na CUT se construiu a defesa da incorporação da luta sindical aos níveis mais amplos de intervenção, onde a política social foi vistas como um espaço para garantir a sobrevivência sindical e não como o local para se construir o fortalecimento das políticas e os planos de lutas da Central, de modo que a opção pela construção da sociedade socialista não encontra mais espaço nos planos de luta.

É preciso considerar que, nesse processo de configuração da CUT, no cenário brasileiro, as diversas forças e concepções internas foram se compondo e se recompondo, num processo que expôs as diferenciadas correntes internas, expressadas sobretudo a partir do III Congresso Nacional da CUT (III CONCURT), em setembro de 1988, onde reuniu 6244 delegados de 1157 entidades sindicais, contando com a participação de centrais mundiais. Nesse congresso, foi publicado um caderno contendo dezessete teses sobre a organização da CUT e, com isso, a existência de diferenças entre as diversas correntes internas à CUT ganhou visibilidade, destacando-se a tendência Articulação Sindical,

[No III CONCURT prevaleceu] a tese apresentada pela tendência Articulação Sindical, essa é a tese majoritária da CUT que a concebe como uma Central aberta a todos os trabalhadores, democrática, pluralista, unitária, representativa, autônoma (...) explicitando melhor as diferenças entre as entidades sindicais e os partidos políticos comprometidos com os trabalhadores, vistos como constitutivos do movimento pela emancipação dos explorados (Souza, J., 2002, p.145).

Conforme indica a afirmação acima, a CUT caracteriza-se por ser uma entidade heterogênea no plano político-ideológico de suas correntes internas, onde a aprovação da tese da tendência Articulação Sindical não anulou com as divergências internas, sendo que, no plano geral, a CUT e suas diferentes posturas e concepções estão entrelaçadas com diferentes organizações sindicais e partidárias instalados em diferentes regiões do país, que contam com relativa autonomia frente à direção da Central.

No caso do Sintego, suas correntes internas passaram a assumir posições mais ousadas a partir da segunda metade da década de 1990, onde se destacou a Articulação Sindical que também é a tendência majoritária da CUT. A Corrente Sindical Classista é a

segunda maior tendência dentro do Sintego, circunscrita nos mesmos moldes apresentados internamente pela CUT.

Considerando o fato de que as divergências ideológicas e políticas sindicais ganharam maior expressividade nos anos finais da década de 1990 e passaram a interferir mais diretamente no processo de estruturação das unidades sindicais de interesse dos trabalhadores, com relação ao sindicato dos trabalhadores em educação, Sintego, a fala de uma professora e ex-dirigente sindical, explicitada logo abaixo, é ilustrativa das disputas ideológicas internas ao Sintego.

Ela relata que os embates e disputas travadas entre as duas tendências internas do Sintego, a Articulação Sindical e a Corrente Sindical Classista, adquiriram características particulares e passaram a incorporar disputas acirradas na definição e redefinição do Sindicato goiano e na condução do movimento sindical, de modo incisivo,

A Corrente Sindical Classista ia para as escolas para desqualificar o trabalho do Sintego, justamente porque a força majoritária era a Articulação Sindical, que estava na direção, e eles (a Corrente Sindical Classista) também queriam ter um presidente na direção do Sintego (...) (relato oral: ex-dirigente do Sintego, 2005).

A correlação de forças entre essas duas correntes político-ideológicas presentes no movimento sindical goiano desdobrou-se também nos espaços de trabalho escolar, onde as disputas passaram a desarticular a própria instituição sindical perante a base, colocando para os professores as concepções defendidas por cada corrente.

Essas divergências e disputas avançaram para os espaços sociais mais amplos, visíveis nos processos de disputas eleitorais para compor a direção sindical. Nesses processos, o que fica evidente é que toda disputa ideológica tem como objetivo substituir ou preservar a legitimidade da força majoritária do Sintego, promovendo a composição do poder decisório sindical.

Nas últimas duas eleições feitas para compor a direção sindical, o auge dessas disputas repercutiram em intensas críticas, em denúncias e em propostas diferenciadas, cuja oposição à direção foi declarada pelos candidatos,

Por que uma atitude de oposição? Porque entendemos que a direção do nosso sindicato está debilitada e sem legitimidade junto à categoria. É público e notório que a direção não tem conseguido representar bem a base. Há um processo de burocratização que tem impedido a participação da base nas decisões e no cotidiano do sindicato. Este processo vem se aprofundando nas últimas gestões... Um sindicato não precisa “descer” até a categoria para “ouvir” suas reivindicações, se ele for composto por quem não perdeu o contato com a escola, com a sala de aula, com a sociedade no qual está inserido... (Campanha eleitoral “Atitude, oposição e autonomia”, chapa de oposição à direção sindical do Sintego, campanha – 2002).

Essa citação aponta que a chapa de oposição sindical à direção do Sintego fez questão de denunciar a distância existente entre o Sintego e a base como um grave problema de condução desse movimento sindical. Esse fato foi relatado com ênfase na idéia de que o Sintego não estaria composto por representantes diretos das escolas, sendo que essa situação estaria impedindo a participação da base nas decisões e na condução das atividades do sindicato. As campanhas e articulações eleitorais deram a vitória a corrente Articulação Sindical, que continuou representando a direção do Sintego após o processo eleitoral de 2002.

As disputas partidárias ganharam centralidade novamente em 2005, ano de novas eleições para direção sindical. A chapa de oposição à Articulação Sindical representada pela direção do Sintego, em campanha de eleições, denunciou os problemas existentes no Sintego, de modo que a oposição propôs nova forma de se pensar a direção do Sintego,

É essencial que o Sintego seja dirigido de forma democrática, por meio de uma gestão colegiada. Que seus diretores(as) criem vínculos com as escolas, que informem e formem a classe para a luta, para a profissionalização e para a busca de nossos direitos, a partir de uma política de formação de quadros que contribua para a construção de uma democracia efetiva, com alternância de poder... somos contra a perpetuação dos dirigentes frente a entidade, pois isso provoca acomodação, falta de prioridades e até mesmo falta de transparência com os gastos da entidade (basta ver a prestação de contas) (...) somos contra o aparelhismo partidário da entidade e a promoção de projetos pessoais (carreirismo e utilização da máquina sindical, como temos assistido ao longo das últimas décadas), somos contra a Reforma Sindical (...) (Campanha eleitoral “Oposição: atitude para mudar”, chapa de oposição à direção sindical do Sintego, campanha – 2005).

Essas duas propostas de oposição citadas acima foram elaboradas pela maioria dos integrantes da Corrente Sindical Classista, a segunda tendência dentro do Sintego, durante

campanhas de disputa pela direção sindical. Elas exemplificam que as forças internas do Sintego, nos momentos de disputa política para a direção da entidade, acabam revelando os problemas na condução do sindicato, enfatizando a problemática questão da distância entre o sindicato e a base, denunciando o carreirismo sindical, que se constitui no fato de os integrantes da direção irem passando pelas secretarias e pela presidência sindical, fazendo carreira no sindicato.

Os elementos listados pelas campanhas eleitorais de candidatos de oposição à direção sindical apresentam acirradas críticas à burocratização, à falta de transparência sindical, à ausência de legitimação perante a base, entre outros. As ações não se restringem ao campo de disputa pela direção, pois no cotidiano das relações entre as diferentes tendências, foram se construindo algumas ações que passaram a boicotar os encaminhamentos e deliberações aprovadas nas instâncias decisórias do Sintego,

Essa convivência entre as correntes divergentes, deveria ser uma convivência respeitosa, democrática, mas ela passa a ser uma convivência que acaba prejudicando o encaminhamento da organização coletiva geral, pois os dirigentes, ou as pessoas que pertencem a uma força, ou aquela concepção política A, B ou C, começam a puxar o tapete, a falar mal, a querer desqualificar, a querer desacreditar, a não encaminhar as bandeiras de lutas, daquilo que foi aprovado pela maioria (...) Nós tivemos problemas de colegas da Corrente Sindical Classista que iam pro seio das escolas para falar mal da direção, ao ponto da gente receber telefonema da categoria, [querendo esclarecimento] por não entender porque tinha gente da direção falando mal da direção e não encaminhando as propostas deliberadas. De chegar no carro de som e ver gente da direção falando uma coisa e outro falando de outra coisa e, em alguns momentos até se degladiando em enfrentamentos (...) (relato oral: ex-dirigente do Sintego, 2005).

Conforme o relato acima sinaliza, as forças internas em constante disputa pelo poder sindical no Sintego, contribuem para fragmentar os objetivos e a condução do movimento sindical goiano. De um modo geral, nesse processo de disputa político-ideológica, a construção e a organização da luta dos trabalhadores torna-se problemática, por vezes até secundarizada, isso porque o movimento sindical apresenta a efervescência das forças internas e externas, que se encontram latentes, vibrantes na convivência entre os integrantes sindicais e suas atividades cotidianas.

As disputas internas geram um perfil sindical que é detectado pela categoria de trabalhadores em educação, e esse perfil apresentado não é o de um Sintego sem sujeitos, de um Sintego ‘patrimônio histórico’, de uma instituição acima de interesses e valores humanos, como tem sido divulgado nos documentos e nas falas de dirigentes. Mas sim, um Sintego composto por trabalhadores em educação, professores, agentes administrativos, coordenadores, entre outros, pessoas carregadas de interesses divergentes, de valores variados e em constante disputa política e ideológica.

É esse sindicato que vai às escolas e se apresenta para os demais trabalhadores em educação, pede votos, denuncia práticas de outros companheiros e divulga ou denigre as campanhas sindicais do Sintego. Como é possível conciliar e construir a unidade diante de interesses tão opostos? Se essa correlação de forças internas evidencia as fragilidades e os pontos nevrálgicos presentes no Sintego, revela também que a busca por unidade sindical é um processo, e por isso, encontra-se em constante construção e desconstrução.

Segundo os relatos orais do presidente do Sintego, professor Domingos, as divergências político-ideológicas no Sintego estão presentes também no movimento das lideranças, no seio da Articulação Sindical, sobretudo “porque tem dirigente sindical mais ou menos comprometido e outros que não assume campanha do sindicato”, desse modo, os grandes e pequenos obstáculos colocados para o movimento sindical goiano não permitiram a conformação total da proposta do sindicato orgânico, implementada pela corrente majoritária da CUT, o que segundo Domingos, comprometeria a autonomia e a identidade política do Sintego.

A alternativa adotada pelo Sintego, para promover a resistência às políticas neoliberais consistiu em incorporar a articulação, a participação e o compromisso da categoria com o sindicalismo propositivo, nesse sentido o objetivo sindical refere-se a preparar as ações da categoria, “fortalecendo a construção sindical em Goiás e no Brasil, buscando construir propostas e atividades que descortinem novos caminhos para as mobilizações”. Nesse processo, a direção sindical se mostrou preocupada com as divergências e disputas políticas-ideológicas internas ao Sintego e, passou a defender a necessidade de combinar a “unidade na diversidade interna e, sobretudo, garantindo a

democracia, liberdade e autonomia sindical.” (Documento-base do V Congresso Estadual do Sintego, 2001).

Ao longo dos anos de estruturação sindical e sobretudo a partir de 2000, a estrutura sindical incorporada pelo Sintego, foi adquirindo maiores conformações, sendo que o sindicato avaliou positivamente as ações propositivas,

As atividades desenvolvidas nos últimos anos, foram acompanhadas de um trabalho contínuo de organização da luta, através da articulação com os diretores, coordenadores e regionais, [que] fizeram com que o *Sintego tivesse maior inserção social, maior credibilidade, maior legitimidade, maior destaque na imprensa e maior potencial de entidade na formação de opinião pública* (...) O sindicato mostrou que é possível *combinar a resistência às políticas neoliberais com a apresentação de propostas alternativas*, disputando a supremacia no movimento sindical e na sociedade, reafirmando seus princípios (...) é fundamental que continuemos a buscar a unidade dos trabalhadores em educação para que possamos fortalecer a nossa luta. É preciso resistir sem dúvidas. Mas, *mais do que resistir, o movimento sindical hoje tem de ser capaz de propor políticas de educação, de inventar novos instrumentos de negociação e de pressão*. É preciso qualificar o discurso e a prática, constantemente (...) (Documento-base do VI Congresso Estadual do Sintego, 2004, p.49, *grifos meu*).

As mudanças na forma de ação e de intervenção do movimento sindical goiano, têm causado mudanças de foco nas ações políticas-ideológicas que incorporam as preocupações com a relação à imprensa, com a mídia e suas campanhas, preocupa-se em aumentar o potencial da entidade na formação da opinião pública e inventar novos instrumentos para garantir as negociações, dentre eles a disputa eleitoral parlamentar. A partir da idéia de que o Sintego tem que propor projetos de intervenção na política dos governos, essa e demais mudanças têm ocasionado um abandono das lutas mais combativas e de confronto, de interesse da categoria de trabalhadores em educação.

Ao incorporar posturas mais moderadas diante da flexibilização das relações trabalhistas, com adoção de práticas propositivas para a área educacional, e encaminhamento de propostas para o governo estadual, o Sintego não tem conseguido garantir sua legitimidade junto à categoria que representa, assim como não tem conseguido implementar conquistas reais, de interesse da categoria, nas negociações com o governo.

De fato, a ação sindical propositiva pressupõe a elaboração de propostas sindicais dentro dos marcos das leis de mercado para as negociações com empresários e governos

neoliberais. Nesse processo de negociação propositiva entre entidades sindicais e patronais/governistas, o próprio conteúdo das propostas negociadas, mesmo variando muito, estão limitados à realidade concreta das políticas neoliberais do sistema capitalista, caso contrário, se não forem construídas no âmbito das negociações, as propostas passariam a se configurar, explicitamente, como ações de confrontos à ordem estabelecida. Então a própria forma de organização propositiva apresenta-se inserida nas tramas do neoliberalismo, mesmo quando elas, de forma decidida e deliberadamente não sejam ações de conformação às políticas neoliberais.

A partir dessas considerações, mesmo que as orientações sindicais propositivas do Sintego não sejam propriamente neoliberais, elas também não avançam nas campanhas anticapitalistas, o que acaba contribuindo para a manutenção das políticas neoliberais. Nesse sentido, o Sintego inova ações no plano de lutas mais gerais, propondo que “as ações se coadunem com a conquista da hegemonia política e na condução da sociedade”, prevendo inserir seus dirigentes e demais candidatos nos centros de comando político do país. Essa postura desvela que conquistar a hegemonia política tornou-se um dos eixos norteadores desse sindicato, a partir dos anos 2000, prática que ganhou destaque com a eleição de Lula para presidente e de Pedro Wilson para a prefeitura de Goiânia.

A preocupação em garantir representantes nos quadros parlamentares assumiu destaque nas propostas do movimento sindical goiano, com a incorporação da questão de disputas política-partidária às propostas de lutas trabalhistas,

(...) não podemos ter a ilusão que a luta estritamente sindical, mesmo muito radicalizada dê conta de impulsionar grandes transformações que o país precisa (...) nossa prioridade é atuar no campo da CUT e da CNTE *e ampliar alianças com outras forças no campo da esquerda* (...) sabemos que ao construir a vitória de um candidato mais comprometido com os interesses dos/as trabalhadores/as, estamos, ao mesmo tempo, assumindo o compromisso de continuar lutando, nas ruas, nas praças, até as mudanças que buscamos se transformem em realidade (...). É indispensável elevar ao plano político geral, a consciência dos trabalhadores em educação, por sua importância nas lutas no campo das idéias e na opinião dos próprios trabalhadores (...). Ressaltamos que as críticas formuladas nesse documento vêm no sentido de construir novos caminhos, redirecionando a nossa prática (...). Devemos ter em mente que a nossa luta e os espaços que ocupamos, *devem sempre apontar para a construção do socialismo democrático* (Documento-base do VI Congresso Estadual do Sintego, .14, 2004, grifos meu).

Essas afirmações acima indicam o sentido da mudança sindical adotado pelo Sintego, onde pressupões construir um ‘socialismo democrático’ a partir de propostas e campanhas voltadas para a incursão do Sintego pela via partidária e pela construção de alianças com partidos de esquerda, objetivando formar quadros para compor o cenário político estadual e nacional. Conforme se percebe, os argumentos dos dirigentes sindicais do Sintego passaram a enfatizar a defesa de que a construção da luta sindical precisaria extrapolar as greves, manifestações e enfrentamentos diretos com o governo, medidas consideradas ineficientes diante da argumentação de que, para enfrentar o neoliberalismo, é necessário, promover a fusão das lutas políticas-sindicais e partidárias, como forma de garantir de implementação de projetos e de reformas de interesses dos trabalhadores.

Quando a luta sindical e a luta política-partidária são implementadas em conjunto, realmente podem fazer diferença na condução e implementação de projetos políticos de interesse da classe trabalhadora. Essa relação pode garantir que os partidos, considerados de esquerda, adquiram atitudes mais ousadas e mais fortes, objetivando garantir a defesa dos interesses dos trabalhadores (Antunes, 2005). Mas ainda assim, as ações políticas-partidárias da luta sindical estão atreladas aos marcos do capitalismo, não superando as disputas entre capital e trabalho.

Diante do exposto, o documento-base do VI Congresso do Sintego esclarece como tem se construído uma nova frente de atuação sindical, a partir das mudanças processadas no mundo, essa opção de ação sindical se dá por meio da participação na disputa política,

O Sintego teve uma participação ativa nas eleições municipais, estaduais e nacionais, seguindo as orientações da CUT e CNTE para ampliar os espaços de participação do movimento sindical (...) Neste ano de 2004, *destacamos o envolvimento dos dirigentes sindicais e da categoria na definição das eleições municipais, com candidaturas próprias ou coligações locais para o legislativo e executivos municipais, fazendo a disputa pela defesa dos direitos da categoria e dos/as trabalhadores/as em geral* (Documento-base do VI Congresso Estadual do Sintego, 2004, p.46, grifos meu).

Essa explicitação das ações políticas-partidárias do Sintego é considerada uma das alternativas criadas para a defesa dos direitos dos trabalhadores e como forma de manter o movimento sindical atuante. As orientações que foram encaminhadas para justificar e fundamentar a disputa política-partidária da direção do Sintego e, de demais trabalhadores em educação, apontam que esse processo de disputa é defendido pelo Sintego como a forma encontrada para atrelar o fortalecimento sindical ao combate às políticas neoliberais em curso, visando despontar como um sindicalismo forte e atuante.

Qual é a concepção que o Sintego tem de socialismo democrático, ao defender que as ações sindicais ‘devem sempre apontar para a construção do socialismo democrático’ ? Esse termo novo é colocado como proposta de sociedade a ser construída, a partir do Congresso Estadual do Sintego de 2004. O discurso de construir uma sociedade socialista aparece, de um modo geral, nos estatutos dos sindicatos cutistas e da própria CUT, mas isso não significa que essa bandeira de luta tenha se configurado na prática como um dos principais emblemas utilizados pelos agentes sindicais, nas campanhas sindicais de longa duração, conforme a análise documental apontou.

Alguns dirigentes do Sintego falaram sobre como tem sido esse processo de construção de uma sociedade socialista prevista pela entidade. A professora Genivalda Araújo afirmou, em relato oral que, a construção desse ‘outro mundo possível’, da sociedade socialista se dá através da luta, das denúncias, das reivindicações, das negociações, se configurando como uma luta construída por meio de projetos alternativos, de enfrentamento às perseguições políticas, de manutenção do movimento sindical diante do corte de consignação da contribuição sindical por parte do governo, por meio de denúncias ao corte de salários dos trabalhadores em educação, entre outras ações.

Com relação a esse trabalho de denúncia e de enfrentamento às políticas dos governos, Genivalda Araújo relatou que o Sintego precisa garantir recursos orçamentários para bancar as pesquisas e estudos sobre a realidade política, econômica e educacional, como forma de preparar a fundamentação dos argumentos sindicais nos enfrentamentos entre os dirigentes sindicais e os governos, o que justificaria os gastos desse sindicato. Os dirigentes precisam ter conhecimento e fundamentação a respeito das questões que estão sendo decididas nas negociações, pois a luta é intensa,

(...) quando eles [os dirigentes sindicais] vão para as mesas de negociação é preciso que estejam subsidiados, não dá para você ir simplesmente com um discurso pelo discurso. Porque na mesa de negociação, (e eu presenciei e participei de diversas mesas de negociações, tanto dos municípios quanto do Estado) eles [os gestores públicos] são terríveis, eles vêm com dados, vêm com estatísticas e se você não estiver municiado e com argumento formulados e sabendo da legislação educacional, eles [os gestores públicos] *embromam e passam por cima, fora a intimidação que nos fazem (...)* (relato oral: ex-dirigente do Sintego, 2005).

Essa forma de negociação acontece nos marcos das políticas neoliberais, de modo que o objetivo de construir ‘um outro mundo possível’, é substituído por lutas e enfrentamentos às investidas dos governos, que promovem todo tipo de repressão ao movimento sindical. Por outro lado, as propostas de efetivar uma sociedade socialista é vista como um processo de longa duração, que envolve outras formas de encaminhar a luta sindical, passando pela incorporação das lutas populares juntamente com as lutas de outros sindicatos, ‘não ficando só na dimensão da educação’ (relato oral: Stela Mares, dirigente do Sintego, 2005).

Domingos Pereira, atual presidente do Sintego, afirmou que há a necessidade de construir uma atuação mais solidária com outros movimentos sociais e sindicais, que é uma forma de fortalecer a ligação com a CUT e a CNTE e encaminhar a construção da sociedade socialista. Ele ponderou sobre o papel do Sintego nesse processo,

Nós entendemos - os dirigentes do sindicato – e consideramos que é a sociedade que pode garantir uma organização mais justa, uma sociedade socialista. Então nós trabalhamos nesse sentido, agora, é claro que consideramos na realidade que o sindicato só por si, não cumpre esse papel, um papel mesmo de busca de construção da sociedade socialista é dos partidos políticos. (relato oral: Domingos Pereira, Presidente do Sintego, 2005).

Assim, a direção sindical entende que a responsabilidade por construir uma sociedade mais justa e igualitária está depositada nos partidos políticos de esquerda, mas os partidos políticos de esquerda estão compromissados em organizar seus programas pressupondo representar a construção de uma sociedade socialista? Os dirigentes sindicais e os representantes dos trabalhadores ao implementarem candidatura própria ou fazerem

coligações para disputas na assembléia legislativa, definem como prerrogativa a defesa das reivindicações dos trabalhadores, colocando-as como suas próprias reivindicações, mas nos marcos do capitalismo, essas propostas representam, no máximo, concessões veladas que tentam promover uma melhoria temporária das condições de luta dos trabalhadores, mas que acabam por debilitar o potencial de luta da classe trabalhadora.

Os programas apresentados pelos representantes parlamentares dos trabalhadores não são o resultado direto das suas reivindicações e, o atendimento dado à algumas poucas demandas não significa a satisfação das necessidades dos trabalhadores. Enquanto a situação política não permitiu que partidos ligados aos interesses dos trabalhadores subissem ao poder, estes encontraram espaço propício para florescer junto aos oprimidos, junto à classe trabalhadora e assim criaram e incorporaram os discursos produzidos nesse espaço, notadamente o discurso com viés socialista.

A partir do momento em que as condições materiais e históricas deram sustentação e possibilitaram que os partidos de interesses dos trabalhadores assumissem espaços no cenário das decisões políticas brasileiras, estes partidos, mesmo apresentando discursos contemplando a construção de um ‘socialismo democrático’, não incorporaram a realização imediata dos desejos da classe trabalhadora, agindo de modo a suprimir, sempre que necessário, os anseios da classe que representa, pois não se converteram em partidos revolucionários, uma vez que encontram-se integrados às práticas reformistas da sociedade do capital.

Nesse sentido, conforme define Marx (2004), a explicitação de princípios socialistas por parte de setores da sociedade muitas vezes mal disfarça o caráter reacionário impregnado nos discursos proferidos, uma vez que não basta uma transformação política para que ocorra a transformação das relações de produção, pois somente uma revolução das condições materiais de existência, das relações econômicas, é que mudaria as relações entre capital e trabalho assalariado.

Essa nova forma de construir o movimento sindical, característico do século XXI, em Goiás, tem levado a categoria, a manifestar certa perplexidade com as posturas adotadas por muitos dirigentes sindicais, que ao se lançar na carreira política e na disputa partidária, acabam secundarizando a luta sindical trabalhista.

Diante dessas colocações, o próximo capítulo fará uma análise sobre como o Sintego tem construído a formação da consciência política dos trabalhadores em educação, a partir desses novos direcionamentos sindicais, tentando compreender a relação que tem sido construída entre o Sintego e a categoria de professores, diante das novas formas de intervenção sindical.

3.4. A POLITIZAÇÃO DA LUTA DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE GOIÁS: A CONSCIÊNCIA POLÍTICA E A RELAÇÃO SINTEGO-BASE

A luta sindical tem recebido os reflexos diretos dos reordenamentos sócio-político, econômico e ideológico, revelados pela atual conjuntura. Nesse quadro analítico, o movimento sindical dos trabalhadores em educação de Goiás, configurado pelo Sintego, tem se mostrado em profunda conformidade com as orientações da CUT e da CNTE, sendo que estas instâncias se encontram diante de grandes desafios, revelados tanto pelas concepções político-ideológicas que as orientam, quanto pelos planos estratégicos encaminhados.

Entre as novas estratégias sindicais estão, a tese dos sindicatos se tornarem orgânicos à CUT, defendida pela corrente Articulação Sindical, tese rejeitada por muitos sindicatos, em nível nacional, a proposta de incorporação do modelo de sindicato propositivo nas negociações com patrões e com os governos e a incursão dos sindicatos na via político-partidária. Todas essas mudanças têm sido muito criticadas pela sociedade, e, de certa forma, têm provocado um distanciamento da categoria de professores e de demais trabalhadores em educação do movimento sindical.

Assim, analisando mais de perto a configuração da categoria de professores em Goiás, percebe-se que, dentre os 74.000 trabalhadores em educação, 17,3 % dos professores são do sexo masculino e, 81,1 % são do sexo feminino²⁰. A estatística aponta que, as mulheres representam, significativamente, a grande maioria dos trabalhadores em educação, de modo que a presença das mulheres atuantes no trabalho em educação predomina sobretudo no trabalho desempenhado no Ensino Básico, respectivamente nos níveis de Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental. Segundo os dados do Sintego, do ano de 2005, a instituição possui 36 delegacias regionais em todo estado de Goiás e conta com 24.000 trabalhadores em educação filiados.

Para refletir sobre a questão da participação dos trabalhadores em educação no movimento sindical goiano e a questão de como ocorre a construção da consciência política

²⁰ Fonte: Dutra, J. V. Identidade expropriada: retrato do educador brasileiro, Brasília CNTE, 2003.

entre os mesmos, a questão da mulher-professora representa um dado importante nessa análise, pois, implicitamente, a idéia da vocação para o magistério, sobretudo para as séries iniciais da escolarização está associada à figura da mulher. Além da vocação para o magistério, a noção sobre a profissão da mulher-professora ainda carrega uma ideologia fundada na dicotomia entre ser cidadão e ser político, dicotomia que comumente concebe a profissão de professor de forma equivocada, pressupondo que o mesmo não pode se envolver com problemas sociais e com questões políticas da sociedade (Fernandes, 1987).

Essas concepções têm contribuído para a manutenção da idéia de que o fazer pedagógico do trabalho do professor encontra-se separado da prática política do cidadão. Esses elementos estão arraigados no processo de construção da identidade do professor e representa, atualmente, um grande entrave para o processo de construção de uma consciência política, representando forte empecilho à adesão de professores às concepções ideológicas, políticas e à adesão às lutas sindicais.

Em uma análise específica sobre a profissão do professor, Adorno (1995) afirma que há uma série de problemas que pairam sobre a profissão de ensinar, problemas que se expressam de diferentes maneiras e, podendo ser notados no fato de muitos licenciados para a profissão de professor, expressarem com repugnância e aversão pela profissão do magistério, de modo que,

Muitos dos motivos dessa aversão são racionais (...) a antipatia pela regulamentação imposta pelos planos de ensino (...). também intervêm motivos materiais: a idéia de que a docência é uma profissão de fome (...). [Há também] motivações subjetivas da aversão ao magistério, e essencialmente, as inconscientes. É o que entendo por tabus: representações inconscientes ou pré-conscientes dos candidatos a essa profissão – mas também dos demais, sobretudo das crianças – as quais infligem a esta profissão uma espécie de interdição psíquica que a expõe a dificuldades das quais, raras vezes, se tem uma idéia clara (...) Inequivocamente, o magistério, comparado com outras profissões acadêmicas como a advocacia ou a medicina, possui certo aroma de algo não aceito de todo socialmente (Adorno, 1995, pp. 84-85).

De acordo com a análise de Adorno (1995), há uma deformação profissional sobre a definição da profissão de professor que foi sendo construída historicamente, visível no arcaísmo dos símbolos que o rodeiam e que está presente até em sua conduta, através dos ralhos, das reprimendas e de ‘outros comportamentos do estilo, modos de reação que

sempre estão próximos à força física, ao mesmo tempo em que denotam algo de incerteza e debilidade' (id., 1995, p.99).

Assim, a própria identidade do professor historicamente tem sido construída de forma distorcida da realidade concreta e política em que ele está inserido e atuando, e nesse caso, os atuais processos de mudanças desencadeados pela sociedade capitalista têm interferido nesse processo, pois, elas têm possibilitado reformulações do trabalho escolar, depositando nos trabalhadores em educação, sobretudo nos professores, maior responsabilidade sobre o processo de trabalho, maior cobrança sobre sua formação e sua formação continuada e, bem como sua responsabilidade sobre o desempenho dos alunos, sem igual responsabilização dos professores no tocante às decisões de políticas educacionais implementadas por essas mudanças.

O espaço da escola tem mudado muito, a rotina de trabalho tem sido alterada constantemente, a organização escolar, a carga horária de trabalho, o conteúdo curricular, as avaliações, enfim, todas as atividades desenvolvidas na escola estão passando por reformulações pontuais e precisas, o que tem tornado esse espaço de trabalho do professor estranho a ele, tem tornado o trabalho extremamente alienante e opressor. Nesse espaço modificado, qual é o lugar que os trabalhadores em educação tem ocupado? Qual é o papel dos trabalhadores em educação nesse contexto social e no movimento sindical?

Pensar sobre as questões do papel social do professor no atual contexto social, requer que se considere a construção da identidade dos trabalhadores em educação, que por sua vez aponta para a questão da formação política dos trabalhadores em educação. Nesse caso, é preciso entender o que os professores pensam sobre o seu trabalho nessa atual conjuntura, sobre como eles percebem a construção do movimento sindical dos trabalhadores em educação e como participam da construção desse movimento.

De modo geral, o envolvimento de muitos dirigentes sindicais em cargos de vereadores, de secretários, de deputados federais, entre outros, tem ganhado destaque em Goiás e, essa situação, tem possibilitado aos professores atuantes nas escolas da capital e do interior, filiados e não filiados ao Sintego, perceberem como os seus anseios têm sido atendidos, ou têm sido relegados, pelos representantes eleitos ou, através das negociações sindicais com os governos. Nos relatos orais, proferidos pelos professores, muitos

afirmaram que não concordam com a postura partidarista adotada pelo Sintego, definida como forma de avançar na condução do movimento sindical.

Alguns professores foram enfáticos ao afirmar como percebem o funcionamento do Sintego em Goiás, atualmente distanciado da categoria de trabalhadores em educação,

Eu acho que muitos usam o sindicato como forma de subir politicamente e eu acho que o interesse do trabalhador fica em segundo plano (...) (relato oral: professora não filiada - Ensino Médio, escola/interior, 2005).

Eu sou filiado ao Sintego desde quando entrei no Estado [13 anos], inclusive eu ajudei a Maria de Moura quando ela foi diretora [regional de Catalão] (...) Acho que o sindicato está muito atrelado ao governo. Principalmente nesta última eleição, que atrelou muito ao Jardel Sebba (deputado estadual), isso quer dizer que ele direcionou o sindicato no sentido da politicagem, não no sentido político amplo, nem de defesa do trabalhador, mas atrelado a um partido político com uma ideologia política, no caso a neoliberal (relato oral: professor filiado – Ensino Médio, escola/interior, 2005).

Esses são alguns relatos dos depoimentos que os professores atuantes de uma escola do interior fizeram, nota-se que as opiniões convergem para o fato de que há uma preocupação visível com o fato de que o Sintego parece não mais defender os interesses da categoria de trabalhadores em educação e se atrelarem à partidos políticos, ou a candidatos específicos. Os relatos proferidos pelos professores atuantes na escola da capital são semelhantes, apresentando idênticos argumentos ao avaliarem a inserção do Sintego pela via político-partidária. Alguns depoimentos possibilitam compreender como a categoria tem se expressado a respeito dessa prática sindical,

Eu tenho sentido que os últimos presidentes do sindicato nosso estão fazendo um trampolim para adquirir um cargo político. Geralmente a maioria deles entra como vereadores, de repente eles ganham esse cargo de vereador e quando você pensa que ele vai exercer o cargo de vereador no município, ele acaba ganhando uma secretaria, para lhe render um bom dinheiro. E o sindicato mesmo tá mais é para isso. Tá servindo como trampolim, depois que ele dirigente e se torna popular ele acaba abandonando a categoria. Não é que o sindicato tem que ser contra a política, mas ele deveria fazer uma política mais transparente, eles [os candidatos] vão para a TV, fazendo propaganda e dizendo ainda que é representante dos trabalhadores em educação e não é nada disso... eu não entendo para que e para quem ele (o Sintego) serve, ou se realmente ele está em cima do muro (...) (relato oral: professora filiada – Ensino Fundamental (6ª série), escola/capital, 2005).

Acontece o seguinte, o Sintego faz um conchavo com o governo e pronto! Sabe o que é lá (no sindicato)? Cabide para deputado estadual, vereador, etc. Eu não sei se essas pessoas que entraram agora, na nova direção, se vão mesmo fazer um Sintego diferente, porque se continuar a mesma coisa, vai ser igual a diretor de escola, a governador, pra gente só muda o ‘cabresto’ (relato oral: professora não filiada, Ensino Fundamental (3ª série), escola/capital, 2005).

De modo elucidativo, as avaliações feitas pelos professores evidenciam o desagrado com a influência política-partidária que permeia as ações do Sintego, tornando suas práticas pouco coerentes com os interesses da categoria. Além de se incomodarem com a opção dos dirigentes se lançarem nas disputas partidárias, a preocupação maior dos professores é com o abandono do Sintego diante das negociações do sindicato com o governo.

Destarte, a problemática levantada pelos professores incide sobre o fato de que, à medida que muitos dirigentes sindicais fazem da carreira sindical, “um trampolim” para ingressar na carreira político-partidária, eles passam a exercer funções no legislativo ou cargos de confiança nos gabinetes de vereadores e de deputados estaduais e federais, se afastando da categoria de trabalhadores em educação. Em conversa com o atual presidente do Sintego, o professor Domingos Pereira, sobre os depoimentos dos professores que se encontram insatisfeitos com esse posicionamento político-partidarista do Sintego, ele afirmou que

O ser humano é um ser político, agora, claro que quando se coloca “não mas os dirigentes sindicais estão [atuando na disputa eleitoral partidária], mas estariam eles proibidos de serem candidatos? Olha, se aqueles que desenvolvem, que buscam uma luta em defesa dos trabalhadores, eles não podem ser candidatos, aqueles que são contra os trabalhadores é que devem ser candidatos? Esse é o grande problema que nós enfrentamos nos parlamentos. Hoje nós temos na realidade 47 deputados na Assembléia Legislativa, qual a representação de professores que nós temos lá? É uma categoria grande, se nós tivéssemos dois ou três deputados estaduais ligados à educação, nós teríamos uma atuação e um espaço maior na Assembléia Legislativa, inclusive com as nossas reivindicações. O trabalho do Sintego é um trabalho político, como o trabalho de qualquer entidade, ele não é partidário, ou seja, para se filiar ao Sintego, ninguém pergunta qual a coloração política-partidária que ele tem. Agora, todo cidadão tem o direito de ter uma filiação partidária e o sindicato pode estar sendo um ‘braço de um partido político’ e não está, porque nós temos gente na direção que não tem partido político, nós temos integrantes de vários partidos políticos, como a própria categoria. Agora, qualquer desses dirigentes, que estão na luta do dia-a-dia tem o direito de ser candidato (relato oral: Presidente do Sintego, 2005).

Como aponta o relato do presidente do Sintego, a idéia é montar quadros políticos com mais integrantes representando os trabalhadores em educação visando ampliar os espaços de atuação sindical e política no parlamento. O destaque que o presidente do Sintego aponta é que essa entidade não é partidarista, cujo objetivo é formar quadros políticos de interesse da classe trabalhadora, mas, a realidade política brasileira e goiana é contraditória e está alicerçada pelas mudanças provenientes da reestruturação produtiva e das concepções neoliberais presentes na organização da sociedade têm proporcionado uma desconstrução e reconstrução da organização sócio-política e de classe e, têm alterado o sentido atribuído ao que se compreende de partidos políticos de esquerda, vinculados aos interesses da classe trabalhadora, que se desgastaram ao longo da internacionalização do capital, não chegando a constituírem-se em reais mecanismos de interferência política da classe trabalhadora na sociedade e na economia (Antunes, 2005).

Desse modo, atualmente, a grande crítica que é feita aos movimentos sindicais que optaram por inserir em suas plataformas de lutas a construção de quadros políticos-partidários incide no fato de que é preciso construir alternativas aos modelos de partidos de esquerda existente, que notadamente, não contribuem com os interesses da classe trabalhadora. Construir um partido político que recupere os valores essenciais do socialismo e da humanidade, que garanta a representação dos interesses políticos da maioria das populações excluídas do trabalho e da sociedade é um grande desafio para os sindicatos que optaram por outra concepção política-ideológica, a concepção de sindicalismo propositivo e político-partidário. Nesse sentido, Ricardo Antunes aponta que,

É preciso construir um partido que seja, ao mesmo tempo, um movimento social e político, antiinstitucional, contrário ao domínio da lógica parlamentar (...) tendo como base as forças hegemônicas alternativas do trabalho, organizado pela base, capaz de aglutinar também aqueles que hoje estão excluídos do trabalho (...) o que somente pode ser efetivado pelo exercício da política radical (...) (Antunes, 2005, p. 125).

De modo elucidativo, essa afirmação acima parece contribuir para esclarecer sobre a postura adotada pela ação sindical e partidária incorporada pelo Sintego. A postura adotada é a de apoio aos partidos de esquerda, sobretudo ao PT – Partido dos Trabalhadores. Esse

apoio se constrói tendo base no discurso de ampliação dos espaços de atuação política, que é levado a cabo, a partir do envolvimento de dirigentes sindicais e de integrantes da categoria nas disputas e definições eleitorais parlamentares. Essas definições partidárias se restringem, prioritariamente, aos ditames parlamentares e institucionais, próprios dos processos eleitorais desenvolvidos pelos partidos oficiais no Brasil, e essa situação, de forma alguma, significa uma alternativa viável de luta e de defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Uma outra questão importante de ser pensada, refere-se à forma como os professores compreendem seu trabalho na atual conjuntura vivenciada pela educação escolar. A intensidade e a rapidez com que as mudanças do mundo do trabalho incidem sobre a organização do trabalho escolar tem influenciado na forma de conceber e de organizar a luta sindical e tem desviado o foco de atenção do processo de construção da consciência política dos trabalhadores em educação de Goiás.

Nesse sentido, procura-se saber: entre os professores existe uma consciência política de luta sindical? Os professores se consideram representados pelo Sintego? Como é a participação dos professores sindicalizados junto ao Sintego, diariamente, em suas campanhas e durante as reivindicações encaminhadas?

Buscando apreender como se dá a construção da consciência política dos professores, estes foram inqueridos a respeito de como percebem o exercício da profissão no atual contexto escolar. Os professores mostraram-se perplexos e indignados com as mudanças que estão sendo realizadas nas escolas e as respostas variaram em torno de problemas como a desvalorização profissional, a carga horária de trabalho excessiva, a falta de tempo para desempenhar um bom trabalho, a má qualidade do ensino, a falta de recursos materiais e didáticos, os baixos salários, o excesso de alunos por sala de aula, entre outros.

Muitos professores afirmaram que a rotina de trabalho em sala de aula é intensiva e estressante, fator que é agravado pela indisciplina e pela falta de interesse dos alunos,

O momento em que a gente vive é de tristeza total, que as escolas estão desestruturadas, nós não temos condições de fazer o que seria necessário para atender a clientela e, o que nós estamos fazendo? Acompanhando o barco... (relato oral: professor não filiado, Ensino Médio, escola/capital, 2005)

É uma profissão difícil, cansativa e estressante e além disso tem outros problemas, como falta de materiais didáticos, papéis, não tem copiadora, os salários são baixos. Há insegurança até quanto à sala de aula, por causa do número de alunos (relato oral: professora não filiada, Ensino Fundamental (4ª série), escola/capital, 2005).

Uma professora com Licenciatura em Matemática, atuante na escola do interior, afirmou que lida diariamente com salas compostas por uma média de 30 alunos, trabalha com sete (7) turmas de Física e quatro (4) turmas de Matemática, onze (11) turmas no total. Ela considera que é preciso completar a carga horária, assumindo 40 horas, situação que gera uma intensa sobrecarga de trabalho,

Infelizmente, para fazer 40 horas de trabalho é muito complicado, realmente a sobrecarga é bem grande, pois 40 horas são 28 aulas dadas, então a gente fica bem carregada de trabalho e como as turmas são diversificadas, tem muito planejamento para estar lidando, eu acho bem complicado (relato oral: professora não filiada, Ensino Médio, escola/interior, 2005).

Os professores reclamam de excesso de trabalho, muitos afirmam que têm se sentido perdidos diante da situação conflitante que se encontra a educação e o processo de ensino e aprendizagem escolar, pois de um lado, os programas implementados pelo governo de Goiás apontam as questões a serem resolvidas, como o acesso de todos à escolarização, a melhoria da qualidade do ensino, a gestão democrática e avaliação escolar, a implantação de Planos de Cargos e Salários para professores e Servidores Administrativos, por outro lado, os professores assistem a decadência da escola pública, no aspecto de estrutura física e administrativa, sofrem com a desvalorização salarial e profissional, com o descumprimento do governo com os programas políticos implementados,

Atualmente o professor anda meio perdido porque sempre surgem novas mudanças, são implantadas algumas medidas e quando o professor começa a se habituar, novamente existem outras medidas (...) às vezes a gente percebe que há um retrocesso na educação (relato oral: professora filiada, Ensino Médio, escola/interior, 2005).

Tá difícil, eu tinha mais vontade, mais disposição para trabalhar. Hoje a aprendizagem está horrível, eu penso que os meninos que estão estudando agora, em vestibular eles não passam (...) não passam porque eles passam por uma série e 'passam' a mão na cabeça [não há mais reprovação], vai passando pra frente e então ele não sabe ler e interpretar, ele não sabe somar nem multiplicar. Eles não

sabem nada! Aqui tem o projeto “Acelera” e o “Se Liga”²¹, eu acho que é só engodo, é um meio de passar as crianças sem elas aprenderem. É um trabalho cansativo, desgastante, porque a gente não tem material didático, não tem apoio, o salário é baixo (...) a gente fica debilitada porque trabalha demais e não tem retorno, não é reconhecido o trabalho da gente (relato oral: professora filiada, Ensino Médio, escola/interior, 2005).

Os dados acima ilustram que as condições de trabalho dos professores têm passado por mudanças constantes, diante dos programas de educação implantados pelo governo de Goiás, têm exigido a construção de uma gestão escolar com foco no aluno, visando a expansão do acesso à educação a todos, nos níveis de Ensino Fundamental e Médio. Para a realização desse programa, tem-se exigido que a escola trabalhe com uma série de projetos de ensino, que em muitos casos são impostos hierarquicamente pela Secretaria de Estado de Educação aos professores, sem o devido respaldo material, financeiro e acompanhamento pedagógico, de modo que os projetos são conduzidos, muitas vezes de forma precária, porque os professores afirmaram estar lidando com o desconhecido, pois não controlam o seu próprio trabalho.

Esse fato foi relatado pelos professores como uma das causas que levam à desestruturação do trabalho na escola, o que tem promovido uma redução na qualidade do ensino,

O projeto de reforma do Ensino Médio, no início do governo Marconi foi um projeto lindo. Ele está emperrado. A fase inicial seria formar os multiplicadores, depois colocar isso para os professores, em quatro etapas. Nós participamos muito precariamente de três etapas, digamos assim, que fizemos uma coisa muito capenga, porque não temos estrutura material, e aí cadê a conclusão desse projeto? Com o Ensino Fundamental de 9 anos é a mesma coisa, o professor traz os alunos nos intervalos, nos horários extras para poder alfabetizá-lo porque tem aluno que só chega na escola com sete (7) anos e com essa idade ele é matriculado na segunda série, mas ele não foi alfabetizado (...). Outra coisa, qualquer projeto das empresas particulares eles jogam para as escolas desenvolverem, a “Rede Ferroviária” tem projeto, a escola desenvolve, o projeto “Cultura da Paz”, que é da polícia, vamos trabalhar na escola (...) quando é que vamos desenvolver projetos para a aprendizagem dos nossos alunos? Minha angústia maior é saber qual é realmente a função social da escola? Nós estamos aqui para resolver todos os problemas? Qual é a situação do educador? (relato oral: professora filiada, Ensino Fundamental (8.ª série), escola/interior, 2005).

²¹ Estes projetos fazem parte do programa “Acelera Goiás” da agenda do Plano Pluri-Anual (PPA), implantado na segunda gestão do governo Marconi Perillo(2004/2007), que tem implementado um modelo de gestão da escola com foco no aluno. Um dos objetivos do programa “Acelera Goiás” reside na expansão do acesso à educação pública.

Esse relato apresenta grande preocupação e angústia em entender o papel do professor, sobre a função social que a escola tem assumido e sobre quais os objetivos que a escola tem proposto para a formação dos educandos. Semelhantes questões foram proferidas por professores atuantes em escolas do interior e da capital do estado de Goiás, demonstrando que as mudanças efetuadas na forma de organização do trabalho escolar têm permeado as escolas em todo estado de Goiás, promovendo a precarização do trabalho dos professores.

Diante do exposto, o que Sintego tem feito diante desse quadro? O Sintego tem representado os interesses dos trabalhadores em educação, tem buscado lidar com essa problemática? No sentido de responder essas questões, a professora e ex-dirigente do Sintego, Genivalda Araújo afirmou que,

Nós estamos vivendo um momento muito difícil, temos que estar constantemente alimentando as esperanças para não ficarmos apáticos, desmotivados e, de repente, ficar individualizados, ‘coisificados’, ‘despersonificados’, para mim, diante dessas mudanças todas, o movimento sindical tem que ser um alimento nosso. Eu me lembro de uma vez, na greve de 2001/2002, quando eu estava em Planaltina - Go, e, eu, literalmente entrei em desespero quando diante de um auditório da Câmara Municipal lotado, as pessoas questionavam: ‘Genivalda, nós vamos ser mandados embora, ou não?’, eu vendo aquela situação de angustia e não podia garantir nada. E eu dizia: ‘O Sintego, do ponto de vista jurídico defenderá os interesses dos trabalhadores em educação, e para isso é necessário se filiar.’ Mas, não é fácil ser dirigente sindical nesse contexto (relato oral: ex-dirigente do Sintego, 2005).

De fato, esse relato aponta as dificuldades que incidem sobre a forma de conduzir o movimento sindical, que sofre pressão de todos os lados, das forças internas que o compõe, da categoria de trabalhadores que representa e dos governos, com quem trava disputas e negociações. As mudanças na organização do trabalho escolar têm interferido na atuação da direção sindical do Sintego na condução do movimento em Goiás, pois vários dirigentes sindicais têm se submetido à intensificação do trabalho porque não contam com licença para desenvolver as atividades sindicais.

Um desses mecanismos utilizados rotineiramente para atingir o movimento sindical, refere-se à própria medida adotada pelo governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado de Educação, vetando a concessão de licenças para afastamento dos profissionais da educação para desempenhar o trabalho sindical. Assim, os dirigentes sindicais acabam

tendo o seu tempo de trabalho reduzido e fragmentado, onde o mesmo tem que fazer, simultaneamente, o trabalho sindical e atuar nas escolas para garantir o seu salário. Essa prática tem atrapalhado a forma de organização e de desenvolvimento das atividades dos Sintego, que conta com poucos dirigentes sindicais em tempo integral na instituição, precisando adequar o trabalho sindical a um número reduzido de dirigentes licenciados para o trabalho no Sintego.

Compreendendo toda essa problemática, como fica a relação do Sintego com a categoria de trabalhadores que representa? Os professores se sentem representados pelo Sintego?

A tabela abaixo apresenta as considerações dos professores sobre essa representatividade. A análise dos dados indica que de um total de quarenta e dois (42) professores filiados e não filiados ao Sintego (lotados em duas escolas, uma da capital e outra de Catalão em 2005), 77,5 % deles não se consideram representados pelo Sintego.

| <u>Os professores se sentem representados pelo Sintego?</u> | | | |
|---|-----|--|-----|
| Escola da capital (Goiânia) n. de professores entrevistados - 20 | | Escola do interior (Catalão) n. de professores entrevistados - 22 | |
| N. de professores filiados ao Sintego - 11 | | N. professores filiados ao Sintego - 11 | |
| SIM | NÃO | SIM | NÃO |
| 20% | 80% | 25% | 85% |

Tabela 8/ FONTE: pesquisa realizada em 2005, em uma escola da capital (Goiânia) e do interior do estado (Catalão).

Como mostra a tabela, em Goiânia, 20% dos professores afirmaram que o Sintego defende seus interesses, mas 80% deles afirmaram que não acreditam nessa representatividade,

Não poderia dizer que estou sendo representada por ele, veja bem, quando o salário vem de forma incorreta, não adianta você entregar esse problema pro sindicato, você tem que pessoalmente brigar por isso. Eu tenho umas aulas de substituição de licença maternidade que eu nunca recebi, o processo tá correndo, mas eu não descubro nem o número do protocolo desse processo (relato oral: professora não filiada, Ensino Fundamental (3ª série), escola/capital, 2005).

Com relação aos professores que atuam em Catalão, 25% dos professores afirmaram se sentir representados pelo Sintego,

Acredito, porque até mesmo com a questão da mudança do horário de verão que foi imposta às escolas por meio de um decreto do governador, o Sintego entrou com representação contra esse decreto, eu sinto os meus anseios sendo representados (relato oral: professora filiada, Ensino Fundamental (8.^a série), escola/interior, 2005).

Mas, em contraposição a essa afirmação, 75 % de professores desconsideram essa representação sindical, de modo que essa questão reverte-se em mais desafio para o Sintego,

Eu acho que o sindicato tinha que ser mais próximo para resolver os problemas dos trabalhadores, pega aí a questão da aposentadoria, é tão difícil se aposentar, o pessoal fica aqui, trabalhando, tentando se aposentar e não consegue, o sindicato não ajuda. Eu não vejo eles fazerem nada nesse sentido aí para amenizar as dificuldades para se aposentar. Os professores doentes têm que continuar trabalhando, porque não se aposentam. (relato oral: professora filiada, ensino Fundamental (1^a série) escola/interior, 2005).

Uma outra questão abordada refere-se à intensificação do trabalho do professor na escola, que foi relatado com preocupação por parte dos entrevistados. Dentre outros problemas a intensificação do trabalho tem provocado o afastamento dos professores de atuarem na construção do movimento sindical. Os relatos abaixo desvelam o sentido que os professores têm atribuído ao processo de intensificação do trabalho na escola, permeada pela cobrança de qualidade no ensino,

O trabalho está intenso porque antes eu trabalhava só um período, agora eu faço 40 horas, dois períodos. Não tem como eu ir em casa para almoçar, porque eu moro muito longe, tenho que ficar aqui. Não recebo por “difícil acesso”, que é outra coisa que atrapalha, porque quando se tem esse dinheiro extra, você pode ainda voltar. Então eu sou a famosa “bóia fria” (risos!) ... a Secretaria de Educação cobra conteúdo, a escola tem pouco material, não tem sala adequada, nós temos episcópio (aparelho de projetar imagens de gravuras, fotografias, etc), retroprojetor, mas as paredes das salas estão sujas, não tem como fazer uma projeção para os alunos (relato oral: professora filiada, Ensino Fundamental (7^a série), escola/capital, 2005).

Quando eu entrei no Estado, eu trabalhava um período, e reconheço que as minhas aulas tinham 90% de qualidade melhor do que as que eu tenho agora. Agora eu trabalho três períodos, preciso estar trabalhando com a prefeitura para completar a metade do que eu ganhava. Então, eu vi essa perda, eu senti essa perda diretamente. Então a questão é sempre ficar recompondo o ganho para manter o mesmo padrão. Esse é meu desespero, que você está cada vez ganhando menos, precisando trabalhar mais e piorando sua qualidade de trabalho, isso tem piorado a qualidade do meu trabalho. (professora filiada, Ensino Fundamental (6.^a série), escola/interior, 2005).

Os depoimentos citados deixam transparecer como tem se construído o processo de precarização do trabalho escolar, a partir da intensificação da carga horária, da sobrecarga de trabalho, dos baixos salários e de ausência de uma política de carreira e de salários eficaz, da desvalorização profissional, da redução do tempo livre que redundam na péssima qualidade da educação. Os relatos apontaram também, que todas as mudanças implementadas nas escolas tem passado por um processo de controle, de avaliação e de fiscalização dos gestores públicos, que no caso em questão, são personificados na figura dos agentes da Secretaria de Estado da Educação (SEE/GO).

Com relação à questão do rebaixamento salarial, esta tem sido uma preocupação constante entre os professores, que associam a intensificação do trabalho à má qualidade de ensino, o excesso de trabalho aos baixos salários. Nesse processo de intensificação do trabalho escolar, os professores acabam assumindo uma carga horária de aula muito elevada, em várias escolas, objetivando melhorar o poder aquisitivo. Com isso o tempo de trabalho é expandido ao máximo e o tempo livre, para descanso, leituras, lazer, etc., mesmo nos finais de semana, acaba sendo comprimido em escala crescente. Pode se afirmar que, esse tem sido um dos processos de mudança no trabalho escolar que tem gerado esgotamento mental e físico, insatisfação, estresse, síndromes e problemas emocionais nos trabalhadores em educação, que acabam comprometendo o trabalho dos professores e a efetivação de um ensino de qualidade.

Paralelo à essas questões, encontra-se a da desvalorização do trabalho em educação. Entre os professores consultados, os baixos salários foram citados como sendo um dos principais fatores que tem promovido a sua desvalorização. A problemática da questão salarial está relacionada como sendo uma das causas ou motivos, considerados justos, para a realização de mobilizações, de reivindicações e de greves contra o governo em Goiás,

O governo faz uma bonita propaganda na TV e diz que está atendendo (...) mas nós continuamos sendo um Brasil subdesenvolvido, de desigualdades enormes, e péssima distribuição de renda (...) cada vez que se pede reajuste, o governo diz assim: estou prezo à Lei de Responsabilidade Fiscal. É um argumento forte. Mas eu queria saber o que ele [o governo] faz das verbas do FUNDEF e outras verbas que são da educação, para onde elas estão indo? Não tem nada aqui, tem muito fiscal, gente fiscalizando tem (...) (relato oral: professora filiada, Ensino Fundamental (7ª série), escola/capital, 2005).

O salário é a reivindicação mais comum, porque o salário está defasado, não condiz com a sobrevivência do trabalhador em educação e é a coisa mais imediata, é o que o trabalhador sente no bolso. Além do salário, a questão da qualidade do ensino e a melhoria nas condições de trabalho. Eles [o governo] dão o aumento de cem reais e retira esse aumento em outros descontos. Esse é o jogo do governo (...) esse jogo que ele faz é com muita propaganda em cima, propaganda que teve aumento salarial, muito marketing que não condiz com a realidade. *Inclusive o governo deveria ser processado por propaganda enganosa* (risos!) (relato oral: professor filiado, Ensino Médio, escola/interior, 2005, grifos meus).

Nos outros anos, às vezes o que a gente pediu a gente conseguiu, mas nesses últimos anos, nesses quatro, cinco anos, tá ficando do jeito que eles [o governo] querem (...) (relato oral: professora filiada, Ensino Fundamental (1ª série), escola/interior, 2005).

Nesses momentos onde a questão salarial ganhou centralidade nos relatos citados, muitos professores comentaram como se dá o atendimento às reivindicações por parte do governo, que tem utilizado muito as campanhas de propaganda e marketing para formar uma opinião pública favorável aos programas políticos propostos,

A reivindicação mais comum é o aumento de salário (...) é porque o governo não atende. Eu estou ouvindo falar que a educação no estado de Goiás está sendo a melhor, como, se os professores não estão sendo valorizados, incentivados? Porque se não recebe bem não tem incentivo. O meu incentivo também é salarial. Em toda área tem aumento, para algumas secretarias tem aumento e nunca para a educação? Tem quantos anos que eu estou recebendo isso? Para a mídia ele fala que está atendendo, tudo é televisionado, mas para nós, vai ficando no mesmo patamar (relato oral: professora filiada, Ensino Fundamental (5ª série), escola/capital, 2005).

A gente está sempre batendo na mesma tecla, que é a questão salarial, porque o aumento é insignificante, jamais acompanha a inflação. O nosso salário é um dos piores de todas as categorias de trabalhadores no estado e acho que é um dos piores do Brasil (...) o atendimento do governo se dá pela metade, em cima de muita pressão, e nunca chega a ser sessenta por cento do que a categoria tá exigindo (relato oral: professora filiada, Ensino Fundamental (8ª série), escola/capital, 2005).

Com referência ao atendimento dispensado pelo governo de Goiás às reivindicações dos trabalhadores em educação, nota-se que a questão salarial é um nó que não se desata durante as negociações. A questão salarial tornou-se de fato, um dos principais elementos desencadeadores de greves entre os trabalhadores em educação. Questionados sobre quais as reivindicações mais comuns que se desdobram em greves e paralisações, 100% dos professores entrevistados, filiados ao Sintego, que atuam na escola do interior, assim como 100% dos professores que trabalham na capital, sob o mesmo critério de comparação, apontaram a questão salarial como a principal problemática e a mais séria questão que tem sido enfrentada pelos professores em Goiás.

Se por um lado o governo do Estado de Goiás investe no marketing publicitário de valorização das escolas, divulgando a melhoria da educação e a valorização do magistério para a sociedade, por outro lado, os professores continuam fazendo reivindicações históricas, que marcaram a trajetória de construção das ações grevistas, promovidas pelo Sintego, em torno da questão salarial. Nesse sentido, os depoimentos dos professores associam a situação de rebaixamento salarial com a desvalorização do seu trabalho e, negam a melhoria da educação pronunciada oficialmente,

Eu acho que o governo não tem feito nada por nós, pelo contrário, tem tirado. Basta você olhar a situação de nossa escola, aqui, da nossa unidade escolar. As salas de aula que você vai trabalhar e o aluno vai ficar ali por quatro (4) horas, está horrível. A escola está muito desmazelada. Então, isso infelizmente, por mais que a gente tenta melhorar, não tem como, precisa mesmo de uma reforma na estrutura da escola (relato oral: professora não filiada, Ensino Fundamental (4ª série), escola/capital, 2005).

Queremos ter melhor condição de trabalho e melhor remuneração salarial tem sido uma constante, porque realmente o trabalho exige muito e às vezes não somos valorizados, percebemos isso. A valorização é mínima. Tanto que essa paralisação última que teve (2005), nem o aumento concedido que ia ter, nós não tivemos. Então nós ficamos onde, não temos valor? (relato oral: professora filiada, Ensino Fundamental (2ª série), escola/interior, 2005).

Hoje, o professor de certa forma perdeu a moral, perdeu aquele nome que ele tinha (...). Antigamente você conversava com as pessoas todo mundo queria estudar para ser professor. E hoje, você conversa, as crianças já percebem que não dá, porque os pais, que são semi-analfabetos, ganham mais do que um professor em sala de aula (relato oral: professora filiada, Ensino Fundamental (3ª série), escola/interior, 2005).

As preocupações com a desvalorização do trabalho em educação têm sido expressiva e está atrelada à questão da baixa qualidade do ensino. Alguns professores citaram que mesmo concluindo os cursos de formação superior e de especialização com o objetivo de garantir o acesso de cargo, eles acabam enfrentando a morosidade e a burocracia dos programas do governo que postergam ao máximo o atendimento do Plano de Carreira. Nesse caso da formação profissional e do aperfeiçoamento para o trabalho em educação, o excesso de trabalho é visto como um grave problema na vida cotidiana dos professores, que não têm tempo para outras atividades além das questões de trabalho escolar,

Um professor ter que trabalhar 40 horas semanais, passar os finais de semana corrigindo prova é demais, “eles” [representantes do governo] dizem assim: “*o professor só trabalha das sete horas ao meio dia e trinta*”... E o tanto de tarefa que você leva para casa!! E eles[representantes do governo] dizem: “*mas você ganha por hora atividade*”. Mas eu trabalho muito mais do que as horas atividades que tenho que receber (...). O meu vencimento é de R\$ 626,000, isso é salário de ‘office boy’!!!! Você tem que estar sempre se informado, mas não tenho internet, nem tenho tempo para entrar na era da informática (...) (relato oral: professora filiada, Ensino Fundamental (6ª série), escola/capital, 2005).

Na questão salarial a gente sempre está acumulando perdas. Agora na própria estrutura da educação, a carga horária do professor é uma reivindicação de vinte e tantos anos atrás, que nunca foi resolvida. O professor sempre trabalhando muito, com muitas turmas, salas muito cheias. O professor se estressa, ele não tem tempo de preparar bem as suas aulas para um ensino de qualidade, o professor teria que ter uma carga horária menor, e logicamente teria que ganhar melhor por aula e isso melhoraria a qualidade da educação (relato oral: professora filiada, Ensino Médio, escola/capital, 2005).

Segundo os relatos citados, o governo de Goiás, durante as negociações, faz uma contra-proposta às propostas reivindicadas pela categoria, e geralmente essa contra-proposta do governo é abaixo do exigido nas negociações, e se dá, com parcelamento dos reajustes concedidos, por vários meses. Como os trabalhadores em educação não contam com uma data-base para reajustes salariais, esse parcelamento não repõe a queda do poder aquisitivo e leva os trabalhadores a aprovarem e investirem em constantes greves.

A Secretária Executiva do Sintego, Ana Maria, contou em conversa informal, que o governo Marconi Perillo geralmente atende o comando de greve, recebe a listagem da pauta de reivindicação, garante o atendimento da pauta, mas não dá o encaminhamento legal à proposta acordada e, essa situação deixa o sindicato desacreditado perante toda sociedade.

Com relação aos problemas enfrentados atualmente pelos professores, Genivalda Araújo, professora e ex-dirigente do Sintego, ficou bastante emocionada ao comentar que tem presenciado muitos colegas adoecerem no trabalhando, situação que pode ser comprovada pelo aumentado do número de pedidos de licenças médicas, de professores, para tratamento de saúde. Segundo ela, muitos professores têm inclusive desistido da profissão,

Nós estamos sentindo as conseqüências das mudanças nos direitos dos trabalhadores, nós estamos sentindo isso na saúde do trabalhador expressivo no número de licença para tratamentos de saúde...pelo número de colegas com depressão, com síndromes do pânico, colegas com problemas de coluna, queda de cabelo, com câncer, com problema de coração, de estafa, colegas desistindo literalmente da educação, colegas que você vê se arrastando, indo para a escola... É desumano o que está acontecendo na educação, é desumano, isso tinha que ser denunciado, tem que ser divulgado o que os governos de plantão estão fazendo com a educação e com os educadores. Quem ministra aula não é parede, não é carteira, não é caneta, são seres humanos e a forma como que esses seres humanos estão sendo tratados é desumano. Eu ...[breve silêncio], enquanto profissional falando...[choro contido], eu não esperava me emocionar...eu temo o que estou vendo e o que estou sentindo, isso está me assustando (relato oral: ex-dirigente sindical, 2005).

Considerando a situação apresentada por esses relatos acima, de fato a realidade do trabalho escolar tem comprometido toda a qualidade de vida e as condições concretas para que o professor desempenhe bem suas funções na escola. A atual forma de organização do trabalho em educação e a própria carga horária de aula intensificada está contribuindo para que a construção da consciência política dos trabalhadores em educação seja atropelada pela incessante correria no trabalho.

De modo geral, nas duas escolas pesquisadas a situação de trabalho do professor se apresentou bastante semelhante, antes do início das aulas e durante os intervalos os professores entram e saem das pequenas salas de professores com muita pressa, as ações que eles desenvolvem no intervalo são direcionadas a trocar os materiais didáticos para as próximas aulas, tomar um copo de água, de pé, poucos se sentam, falam todos ao mesmo tempo, reclamam dores de cabeça, atendem aos alunos e, em seguida, saem novamente, rapidamente, porque o sinal já tocou duas vezes e o coordenador de turno, já bravo, chega na porta da sala de professores, chamando a atenção para o horário. Há um ritmo acelerado

e acentuado de trabalho na escola, expressado sobretudo nas falas, nas atitudes e gestos dos professores.

Diante do exposto, de que modo esses professores podem se reunir para discutir os problemas enfrentados pela categoria no atual contexto de trabalho? Essa rotina de trabalho intenso dificulta o contato entre a categoria, não deixando sobrar espaço e nem tempo para que os professores se articularem na defesa dos interesses políticos e coletivos, prejudicando os encaminhamentos e decisões a serem tomadas sobre os processos de trabalho que desempenham nas escolas e sobre a participação no movimento sindical.

Questionados sobre a existência de uma consciência política entre a categoria, muitos professores consideram que essa categoria é muito desunida, justificativa utilizada para afirmar que a consciência política existe, mas não é aparente. Uma professora da escola de Catalão, filiada ao Sintego e atuante no Ensino Médio, afirmou que “os professores são muito desunidos...falta conscientização por parte dos colegas a cerca das leis que garantem os direitos dos trabalhadores”(relato oral). Essa desunião da categoria é levantada como um dos fatores que dificulta a formação de uma consciência política pois muitos professores desconhecem o Estatuto do Magistério e as leis que regulamentam a carreira e o trabalho na unidade escolar.

Outros motivos foram alegados para a existência de uma desunião da categoria, dentre eles, destaca-se a questão da formação do professor, que historicamente tem incorporado a idéia de sacerdócio e de vocação na profissão²², o que gera o seu isolamento ou afastamento das questões sociais e políticas que o envolvem,

Essa consciência de luta é mais da formação, da história do educador em si, que tem aquela idéia de sacerdócio na profissão, alguns colegas têm determinadas visões da formação e até alguns hábitos que não possibilitam uma atuação política, então nossa estrutura acaba refletindo no sindicato que nós temos (relato oral: professora filiada, ensino Fundamental (6ªsérie), escola/interior, 2005).

Outras considerações apontam que os professores, sobretudo os concursados recentemente, estão menos conscientes, sendo apontado que muitos usam a educação como um “bico”, como uma forma complementar de ganhar dinheiro, agindo de modo individualista, se apresentando despreocupado com a categoria. Uma das professoras do Ensino Médio, que trabalha na escola da capital, afirmou que muitos colegas recém

²² Ver essa discussão em Adorno (1995).

contratados, licenciados em nível superior, vêm na profissão de professor a realização de atividades complementares, pois,

Hoje eu vejo que um professor, concursado recentemente - e isso foi perceptível na medida que o tempo foi passando - ele é menos conscientizado, ele usa mais a educação como um bico mesmo. Mesmo que ele seja formado em licenciatura, ele não tem muita preocupação com a categoria, não. Eu vejo que ele é mais individualista, está mais voltado para ganhar um dinheirinho ali e ir embora (relato oral: professora filiada, Ensino Médio, escola/capital, 2005).

A questão do individualismo presente na atitude dos professores, em muitos casos foi justificada pelo fato de haver represálias aos professores mais atuantes politicamente, muitos professores que participam de sindicato são cooptados e perseguidos, são remanejados de escola, essa é uma opressão silenciosa que permeia as práticas escolares e incide diretamente no engajamento político do professor.

Esse argumento ganhou destaque na fala de alguns professores, que apontaram para a idéia de que há entre os professores uma consciência política, uma preocupação com o trabalho e com a necessidade do próprio envolvimento nas lutas e causas trabalhistas e sindicais, mas existe a preocupação dos professores em expor-se e participar da lutas sindicais publicamente. Assim, mesmo quando o seu discurso segue denunciando as mudanças provocadas na educação e há a paralisação das atividades na escola, os professores têm dificuldades em participar de manifestações públicas que os expõem socialmente.

Segundo relatos, um dos motivos que levam os professores a não se envolverem publicamente com as questões sindicais e trabalhistas refere-se ao fato de que os professores tem medo, tem receios, não se envolvem muito nessas, são poucos professores os que lutam publicamente, há uma dificuldade em assumir a luta. A esse respeito, Genivalda Araújo, ex-dirigente afirmou,

Uma coisa que percebi na época em que fui dirigente sindical é que os educadores têm muito medo, eles buscam o sindicato para que o Sindicato seja a sua voz junto aos diretores que são autoritários, que são testas de ferro - que perderam a identidade profissional na minha opinião -. É uma situação presenciada no interior e na capital, nós acabamos sendo a voz silenciosa desse pessoal que está nas escolas, os educadores estão perdendo as esperanças, eles

não falam, mas a gente sente (relato oral: professora e ex-dirigente sindical do Sintego (gestão 1996/2005), 2005).

Considerando essas ponderações explicitadas, os professores entrevistados afirmaram que a consciência política da categoria existe, mas, a ação politizada não é assumida publicamente. Parece claro nas afirmações dos professores, que os mesmos esperam que o Sintego consiga dar respostas à questão de envolver politicamente os trabalhadores em educação para construir ações sindicais mais efetivas, a partir da responsabilidade sindical ao assumir, articular e envolver os trabalhadores em educação para a luta sindical.

Com relação a responsabilização do Sintego na condução da luta sindical, foram relatadas algumas acusações de professores sobre o fato do Sintego de se manter muito distante dos trabalhadores em educação, só se mostrando envolvido com a base nos momentos de tenção e conflitos como as greves, ou em véspera de eleições para diretores da entidade sindical.

A desatenção do Sintego com a categoria e o descompromisso com as questões da educação foram argumentadas como causas de um enfraquecimento da formação da consciência política dos trabalhadores em educação,

Olha, eu acho que no passado essa consciência política já esteve mais clara, mais presente, hoje não. Porque parece que há uma barreira entre os profissionais da educação e o Sindicato, muitas vezes quando faz alguma paralisação, mobilização ou greve, não há uma divulgação de idéias, parece que as idéias não batem e não divulgam o que realmente está acontecendo, então os professores acabam ficando meio perdidos...(relato oral: professora filiada, Ensino Fundamental (4ª série), escola/interior, 2005).

O sindicato tem visitado menos as escolas, há uns anos atrás eles visitavam mais as escolas, então acontecia um envolvimento maior para as escolas. Os dirigentes do Sintego eram mais de luta, mais comprometidos que os de agora, dava para perceber. Agora eles só aparecem na escola na época de eleição daquela chapa (relato oral: professora filiada, Ensino Médio, escola/capital, 2005).

Os profissionais da educação acham que o Sintego é uma instituição a parte, parece que a maioria dos colegas não se sente parte do Sintego para estar lutando junto. Eu penso que todos, quem é sindicalizado e quem não é... que o Sintego somos todos nós, e a luta tem que partir de cada um e não ficar esperando que o outro faça, mas na nossa categoria o pessoal não participa muito não... (relato oral: professora filiada, Ensino Fundamental (5ª série), escola/capital, 2005).

Durante as entrevistas muitos professores acusaram o Sintego de se distanciar da categoria e não mais priorizar a luta e a formação política dos trabalhadores em educação,

O Sintego ultimamente não tem tido representatividade, aquela atuação, a gente não sente ... Parece que há uns anos atrás havia mais proximidade do Sintego com os trabalhadores aqui e com isso a gente era mais envolvido. Agora houve esse afastamento, eu não sei explicar (relato oral: professora filiada, Ensino Médio, escola/capital, 2005).

Em muitos momentos o Sintego usa muito a categoria para eleger representantes políticos, ele tem deixado muito a desejar e em muitos momentos de greves, eles já vêm com resultados prontos e pede pra gente fazer uma votação sendo que eles já decidiram o fim ou o início de uma manifestação ou de uma greve (relato oral: professora filiada, Ensino Fundamental (6ªsérie), escola/capital, 2005).

As constantes greves que acontecem anualmente em Goiás paralisam as atividades de aulas e atrasam o encerramento do calendário escolar. Em muitos relatos, os professores criticaram a postura do Sintego perante o fato de ser decretado as greves, os professores paralisarem as atividades e em pouco tempo de negociações da entidade sindical com o governo, a greve ser interrompida sem a participação da maioria dos trabalhadores interessados nas decisões tomadas. Nesse sentido, uma professora do Ensino Fundamental que não é filiada acusou o Sintego de defender interesses do governo, “parece que o sindicato tem ficado ao lado do governo, que o sindicato tem ficado do lado dos dominantes” (relato oral).

A tabela abaixo indica se os professores participam das greves e paralisações das atividades em prol das reivindicações sindicais,

| OS PROFESSORES <u>FILIADOS</u> PARTICIPAM DAS MOBILIZAÇÕES E GREVES DO SINTEGO? | | | |
|---|-----|---|-----|
| professores atuantes na escola de Goiânia n. de entrevistados – 09 | | professores atuantes na escola de Catalão n. de entrevistados - 11 | |
| SIM | NÃO | SIM | NÃO |
| 90% | 10% | 80% | 20% |

Tabela 9/FONTE: pesquisa realizada em 2005, em uma escola da capital (Goiânia) e do interior do estado (Catalão).

Como mostra a tabela acima, entre os professores filiados, entrevistados nas duas escolas pesquisadas, em número de 20, um total de 85% dos professores afirmou que as greves são necessárias, sendo considerada como um dos únicos e eficientes mecanismos utilizados pelos trabalhadores em educação para atingir o governo. Na escola de catalão, 80% dos professores defendem as paralisações e greves, parando suas atividades escolares,

A greve é importante, as reivindicações da educação que foram atendidas até hoje só foram possíveis através das greves. Só que o que tem acontecido nesses últimos anos é assim, a gente conquista alguma coisa, vem um governo e derruba o que foi conquistado, voltamos para a estaca zero. Aí faz greve de novo, a gente dá dois passos para frente e um passo pra trás (relato oral: professora filiada, Ensino Fundamental (1ª série), escola/capital, 2005).

Apesar das conquistas serem pequenas, no momento, nós não temos nenhum outro mecanismo a não ser a greve, mas essa greve ela tem que ser mais bem definida, tem que ter uma conscientização melhor do trabalhador, o Sinteço tem que ter uma postura diferente, porque parece que ele também não tem um objetivo definido... (relato oral: professora filiada, Ensino Fundamental (2ª série), escola/capital, 2005).

Ela [a greve] realmente é necessária, mas não deveria ser esse o meio pelo qual nossos dirigentes e nossos governantes deveriam atender as nossas reivindicações, não é o melhor meio, mas infelizmente é o que tem sido necessário acontecer para que eles nos ouçam, para que ouçam nossas vozes (relato oral: professora filiada, Ensino Fundamental (3ª série), escola/interior, 2005).

Os relatos dos professores deixaram claro que a greve é defendida inclusive por professores que são não filiados ao Sinteço. A tabela abaixo indica que entre os professores que não são filiados ao Sinteço, existe uma proporção muito expressiva deles que declararam participar dos movimentos grevistas e das mobilizações sindicais.

| OS PROFESSORES <u>NÃO FILIADOS</u> PARTICIPAM DAS MOBILIZAÇÕES E GREVES DO SINTEGO? | | | |
|---|-----|---|-----|
| professores atuantes na escola de Goiânia n. de entrevistados - 11 | | professores atuantes na escola de Catalão n. de entrevistados - 11 | |
| SIM | NÃO | SIM | NÃO |
| 90% | 10% | 90% | 10% |

Tabela 10/ FONTE: pesquisa realizada em 2005, em uma escola da capital (Goiânia) e do interior do estado (Catalão).

Como é possível perceber, entre os 22 professores consultados, nas duas escolas, 90% deles consideram as greves e mobilizações importantes, compondo juntamente com os

professores filiados ao Sintego, a participação nas paralisações das atividades escolares, durante as greves.

De um modo geral, os professores não filiados ao Sintego afirmaram que as greves são um dos mecanismos mais importantes na luta dos trabalhadores em educação, mas apontaram muitas falhas do Sintego no planejamento e na condução das ações grevistas e de mobilização,

As greves são promovidas por causa muito justas, mas parece que falta uma representação forte por parte do Sindicato e nós ficamos meio perdido, eu participo das greves e mobilizações (relato oral: professora não filiada, Ensino Fundamental (1ª série), escola/interior, 2005).

A gente teve uma greve agora eu participei, é importante as reivindicações, mas houve muito atraso no conteúdo dos meninos (relato oral: professora não filiada, Ensino Fundamental (2ª série), escola/capital, 2005).

O enfraquecimento do mecanismo de greve, revelado a partir das parcas conquistas dos trabalhadores em educação perante as negociações com o governo de Goiás não tem provocado mudanças na plataforma de ação sindical, pois não foi efetivada nenhuma substituição ou superação das ações de greves e paralisações promovidas pelo Sintego,

Eu sei que a greve é forte e que atinge o governo, eu já fui três vezes em Goiânia participando de greves (relato oral: professora não filiada, Ensino Fundamental (3ª série), escola/interior, 2005).

As greves são necessárias, mas os professores precisam ser mais unidos, quando tem greve eu paro (relato oral: professora não filiada, Ensino Médio, escola/interior, 2005).

As greves realizadas não têm revertido em conquistas para os professores, mas por outro lado, os entrevistados salientaram que a reposição de aulas tem intensificado a rotina de trabalho dos professores e prejudicado o bom funcionamento das atividades escolares. A reposição de aulas paralisadas se tornou problemática porque, até meados da década de 1990, após o encerramento das paralisações e greves, as aulas eram repostas nos dias de sábado, mas com o aumento para 200 dias letivos no calendário escolar, efetivado a partir de 1997, grande parte dos sábados se tornou letivos também e as aulas estão sendo repostas durante o mês de férias escolares.

As reposições de aulas nos meses de férias escolares têm se tornado problemático para alunos e professores, porque isso significa que as greves e as reposições acabam retirando mais um direito dos professores e alunos, que é o direito de usufruir as férias. Uma professora não filiada, atuante no Ensino Médio, da escola do interior criticou das reposições, afirmando, “todos nós que fazemos greves temos que repor as aulas. Os outros trabalhadores não repõem as horas de greve!” (relato oral: professora não filiada, Ensino Médio, escola/interior, 2005).

As greves são consideradas como a única alternativa viável para que o governo ouça as reivindicações dos professores, mesmo acreditando que as greves promovem mais perdas que vitórias e conquistas para a educação e, que muitas vezes, elas são frutos de manipulações e de interesses políticos que ultrapassam o conhecimento dos professores,

Essas greves estão cada dia sendo mais manipulação política. Uma hora em que não se quer greve, eles (o pessoal da direção do Sintego) fazem uma contagem, que é manipulação mesmo, fazem assim: “*quem não quer greve levanta um braço! Quem quer levanta os dois!*” Depois de levantar os dois braços, dá mais, e eles falam assim: “*venceu quem quer a greve!*”... se conta os dois braços para filmar de cima, que eles fazem a filmagem, e eles falam: “*ganhou!*”, mas ganhou mesmo!... É uma coisa assim tão boba que dá para você perceber... é claro que vai dar muito mais braços erguidos! (relato oral: professora filiada, Ensino Fundamental (6ª série), escola/capital, 2005).

A greve começa e não continua, o Sintego aceita qualquer proposta e a maioria dos professores não entram nessas mobilizações...O Sintego acaba com as greves e isso deixa o trabalhador ainda mais desmotivado trabalhadores, isso não tem contribuído em nada para nós educadores. Não temos uma maneira de reivindicar se não tivermos uma mobilização total de todos os trabalhadores (relato oral: professora não filiada, Ensino Médio, escola/interior, 2005).

Esse fato ilustra que a degradação do trabalho escolar é acompanhada da desvalorização e descrédito do trabalho sindical. O desprestígio e a descrença depositada sobre os procedimentos de greve adotados pela direção do Sintego acabam assumindo uma forma de dissuadir suas ações perante a categoria e perante os governos, de modo que os mecanismos de pressão política e ideológica, materializados de diferentes formas, nos discursos oficiais dos governos, na mídia, nos modos de representar a vida social e política, esses mecanismos vão exercendo pressão sobre toda sociedade, instalando as lutas sociais sindicais na clandestinidade.

Após toda essa análise feita, é notório destacar que a conjuntura apresentada pelas mudanças na organização do trabalho, resultante da reestruturação produtiva do capital e das reformas políticas e administrativas decorrentes das orientações neoliberais, tem degradado as condições de trabalho e de vida para a classe dos trabalhadores, mas nesse contexto, as lutas sindicais têm sido construídas, seja por meio de disputas internas entre as correntes político-ideológicas presentes no Sintego, seja a partir das disputas externas, com o governo, nas campanhas de marketing, ou por meio das investidas político-partidárias, seja na organização de greves e manifestações públicas em busca da manutenção de direitos adquiridos e ameaçados.

Na área da educação, a desregulamentação do trabalho escolar tem afetado a capacidade de organização política dos trabalhadores. A desvalorização profissional dos professores, o rebaixamento salarial, as condições materiais de trabalho escolar são precedidas pelo controle e pela intensificação do trabalho, a partir do aumento da carga horária escolar, e isso tem forjado a precarização do trabalho dos professores, tem desregulamentado a organização do trabalho nas unidades escolares e tem interferido nas relações sociais estabelecidas entre toda comunidade escolar.

De um modo particular, a iniciativa do Sintego de unir a luta sindical com a luta política-partidária, a partir dos anos de 2000, mesmo defendendo um discurso visando a "conquista da hegemonia política na condução da sociedade", é um discurso que está em construção, enquanto discurso, defende a perspectiva de se garantir os interesses da classe trabalhadora. Os desafios colocados para o Sintego ainda se referem às questões da formação política dos trabalhadores em educação e à assunção do seu papel na condução do movimento sindical da categoria. Uma das saídas para os problemas vivenciados pelo Sintego seria o caminho da conscientização política da categoria, e não avia das incursões pelo marketing sindical ou pela disputa partidária.

A conscientização dos trabalhadores em educação pode acontecer no contexto de suas condições concretas de trabalho. Os professores relataram analiticamente suas condições de trabalho na escola e, expressaram suas opiniões de desagrado, de desconfiança, de repúdio e de descrédito referente à muitas mudanças que tem ocorrido na gestão política e educacional em Goiás; na organização do trabalho escolar e na condução

do movimento sindical do Sintego. A realidade de trabalho experimentada pelos trabalhadores em educação, tende a levá-los a desenvolver ações mais individualizadas, estimuladas pela competição extremada que instala uma imobilidade político-social, provocando o descrédito dos trabalhadores na luta sindical e na luta coletiva de caráter trabalhista.

Os relatos apresentados pelos professores também indicam suas potencialidades para a luta, pois interrompem as atividades escolares nos momentos de greve, por entender que é através da luta sindical e da greve que se tem garantido o atendimento, ainda que parcial, das reivindicações da categoria. Professores filiados e não filiados ao Sintego fazem greves. Se muitas vezes, nas manifestações públicas eles são poucos, de um modo geral, eles são muitos, nos momentos de greves eles param os trabalhos, e paralisam as atividades rotineiras e intensificadas e fecham as escolas.

Os professores acreditam na paralisação das atividades escolares como forma de pressão política contra os governos. Muitos deles clamam pelo sindicato mais próximo e atuante junto à categoria, porque entendem que não há alternativas para a garantia de seus direitos na atual conjuntura, a não ser através da luta mobilizada por um sindicato organizado, representativo dos interesses da categoria, forte e combativo, pois acreditam que “uma classe organizada tem que ter um sindicato forte para defender, para ficar frente a frente com o governo”(relato oral: professora filiada, Ensino Médio, escola/interior,2005).

O trabalho sindical é levado em consideração pela maioria dos professores entrevistados que afirmaram a importância das negociações do Sintego com o governo, “eu sei que é uma luta que o Sintego trava para ser recebido pelo governador e pela sua equipe, é desgastante pro sindicato, eles também têm dificuldades... *mas não temos outras alternativas para a luta, só através do sindicato...*” (relato oral: professora não filiada ao Sintego, Ensino Fundamental (5ª série) escola/interior, 2005, grifos meus).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a atual conjuntura apresenta profundas mudanças formas de conceber a produção do capital, do trabalho, da sociedade e do Estado, expressas pelo processo de internacionalização do capital - globalização da economia (Ianni, 2001), as análises aqui desenvolvidas procuraram investigar o movimento sindical dos trabalhadores em educação de Goiás, movidas pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás – Sintego, no período de 1988 á 2004, inserido nesse contexto de mudanças, marcado pelo processo de reestruturação produtiva e pela implementação das políticas neoliberais.

Nesse caso, procurou-se compreender a (re)organização do Sintego considerando questionamentos referentes aos posicionamentos que esse movimento sindical tem assumido diante da conjuntura delineada pelo capital, levando em conta que, as considerações aqui levantadas, não têm a pretensão de abarcar todas as questões importantes referentes à complexidade que envolve esse tema.

Assim, o objetivo desse trabalho consistiu em analisar a (re)organização política do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás – Sintego, entre os anos de sua undação, em 1988 até os anos de 2004, data do último Congresso Estadual de Educação do Sintego, buscando compreender a estruturação de suas concepções políticas, ideológicas, as plataformas de ações e lutas sindicais, em consonância, ou não, com os interesses da categoria que representa, diante das mudanças do mundo do trabalho, a partir da flexibilização da produção, assim como perceber as principais propostas sindicais adotadas, no sentido de conformação ou resistência, à organização da sociedade capitalista nos moldes previstos pelas políticas neoliberais, assentadas na defesa das leis de mercado.

As discussões aqui desenvolvidas apontaram que o movimento sindical dos trabalhadores em educação de Goiás tem sofrido as conseqüências das mudanças na organização do trabalho na sociedade capitalista, em que, o antagonismo da relação capital-trabalho tem se complexificado, por meio do aprofundamento da expropriação do trabalho assalariado, visto que a aplicação das inovações técnico-científicas e informacionais nos processos produtivos e na prestação de serviços em geral, tem sido responsável pelos processos de intensificação da forma de exploração da subjetividade do trabalho, a partir dos novos modelos de gestão do trabalho, das diferenciadas formas de contratos e de

acordos trabalhistas mais flexibilizados, competitivos e individualizados, que requisitam, em certa medida, maior envolvimento intelectual e criativo do trabalhador.

Em termos de reorganização social, tem-se produzido uma determinada sociabilidade fundada num processo de descompartimentação dos grupos sociais, assegurada por justificativas que defendem a dissocialização da unidade da prática social, por meio de um reordenamento e de uma fragmentação das relações sociais, enfatizando os princípios fundamentais do direito à liberdade e à individualização extrema das relações humanas. Essa rearticulação social tem se constituído de formas variadas, em diferentes países devido às diversificadas formas de organização social, política, econômica e cultural, mas. Essa ‘sociabilização’ tem, gradativamente, alterado o sentimento de pertencimento das classes sociais, onde suas representações são construídas em acordo com as necessidades suscitadas pelo avanço do capitalismo contemporâneo. Situação que tem provocado grande impacto sobre o trabalho, sobre os trabalhadores e sobre a organização das ações reivindicativas da classe trabalhadora (Antunes, 2002 a, b; Bhir, 1999; Ianni, 2001).

Esse processo de reorganização da sociedade capitalista com base na produção flexível tem acarretado mudanças significativas na organização, pois inserido nessa lógica, está organizado a partir da preservação da naturalização da divisão hierárquica do trabalho, onde a relação histórica e antagônica entre os possuidores dos meios de produção e os possuidores das próprias forças de trabalho, continua sendo mascarada pelos contratos de trabalho livre e assalariado, preservando, deliberadamente a intensificação da alienação da classe trabalhadora nos processos de trabalho e na vida social (Marx, 1983).

Nesse contexto de mudanças, o Estado e as políticas governamentais também apresentam propostas, tentando garantir uma máxima conciliação entre os interesses sociais, notadamente os interesses da classe dominante, num processo que oscila entre uma suposta mediação da relação capital-trabalho, asseguradas por políticas resultantes de ações ‘democráticas’, que estabelecem os contratos e leis trabalhistas e sociais, mas, como acontece atualmente, a conjuntura neoliberal conservadora prevê uma flexibilização das políticas governamentais e das leis trabalhistas, indicando uma desconsideração aos direitos e conquistas assegurados historicamente pelos trabalhadores, revertendo em desafios para o movimento sindical trabalhista lutar pela manutenção dos direitos adquiridos.

Essas mudanças conjunturais têm indicado que as ações políticas, coletivas e sindicais mundiais, nacionais e locais, também estão se reorganizando. A flexibilização dos direitos trabalhistas tem requisitado a efetivação de propostas sindicais capazes de enfrentar os reajustes promovidos na organização do trabalho, que longe de significar melhorias para as demandas requisitadas pelos trabalhadores, tem colocado as conquistas e garantias trabalhistas em um retrocesso histórico. Esses e outros fatores têm lançado desafios ao modo como as lutas sindicais se organizam. Cada vez mais, as lutas sindicais implementadas têm sido condicionadas pelas questões de preservação de direitos adquiridos e de defesa da manutenção do trabalho e do emprego (Antunes, 2002, a, b; 2005)

As condições contraditórias e históricas em que se relacionam o capital, o Estado, o trabalho e a sociedade na conjuntura analisada deram sustentação à construção da análise a respeito da ação sindical dos trabalhadores em educação de Goiás, no período compreendido entre 1988 e 2004. Essas condições sócio-históricas e políticas constituem o pano de fundo sob o qual a dinâmica do movimento sindical goiano encontra-se inserida e, como não poderia deixar de ser, ele também está sofrendo os impactos advindos do complexo processo de reordenamento da sociedade, do trabalho e do Estado.

De um modo geral, o conjunto das ações sindicais promovidas pelo Sintego – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás, entendidas como um movimento social e político, nesse período compreendido entre 1988-2004, apresentam algumas características marcantes. O primeiro traço é o fato de que o Sintego tem uma completa e vinculação às concepções políticas e ideológicas da CUT – Central Única dos Trabalhadores, e também da CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Essas concepções políticas e ideológicas da CUT têm promovido dificuldades para a construção de um Sintego forte, autônomo e independente.

A preocupação em superar o discurso de marginalização do movimento sindical, especificamente do setor público, assim como enfrentar o desafio de garantir a construção de uma identidade sindical própria e de se configurar institucionalmente como o representante legal da categoria de trabalhadores em educação pública goiana, num contexto amplamente desfavorável às organizações sindicais, esteve sempre orientando as propostas e os Planos de Ação do Sintego e se configura como o segundo traço marcante.

Na busca por definir uma identidade sindical mais estruturada, a partir dos anos finais de 1990, o Sintego passou a defender um discurso visando a construção de uma opinião pública que incorporasse a idéia de que esse sindicato tornara-se um verdadeiro patrimônio dos trabalhadores em educação de Goiás na luta contra os governos e contra as políticas governamentais. Nesse contexto, o Sintego aprimorou a construção de um sindicato propositivo, em consonância com os preceitos da CUT, que estabeleceu também a criação dos sindicatos orgânicos, como alternativa de ação sindical, situação que contribuiu para que o Sintego assumisse práticas mais moderadas nas negociações com os governos.

Ao converter-se em um sindicato propositivo, voltado à construção de propostas alternativas às propostas governamentais, este passou a centrar-se na negociação entre o patrão, no caso o governo de Goiás e os empregados, os trabalhadores em educação pública de Goiás, deixando de priorizar os enfrentamentos diretos com o Estado, passando a investir seus esforços nas campanhas de incursão sindical pela disputa política, caminhando mais expressivamente na composição com partidos políticos de esquerda, para garantir representantes no parlamento.

Porém, as ações sindicais do Sintego, durante o período analisado, revelaram-se atreladas ao assistencialismo e à prestação de serviços e convênios comerciais, situação que de certa forma amplia a taxa de sindicalização, mas preserva as práticas sindicais burocratizadas e conservadoras, limitando as reivindicações trabalhistas e sociais de interesse dos trabalhadores, mantendo sob controle o potencial de luta da categoria que representa. Conforme as análises feitas nesse trabalho, as denúncias das práticas de burocratização do Sintego têm sido encampadas, com vigor, durante as campanhas eleitorais para direção sindical, com destaque para as campanhas feitas em 2002 e de 2005.

No plano da lutas específicas, o Sintego deu uma investida na construção de propostas de ações alternativas a partir dos anos finais da década de 1990 e iniciais da década de 2000, atuando nos setores de políticas sociais e educacionais, através de participação nas discussões de planos e programas de políticas públicas para a educação, como integrante do Conselho Estadual de Educação, do Plano Estadual de Educação, na elaboração da L.D.B. do Estado de Goiás – Lei nº 26/98.

Com o avanço das políticas neoliberais goianas, a partir dos dois mandatos de Marconi Perillo (1999-2003, 2004 -2006), o Sintego tem lidado com a inflexibilidade do governo na discussão de questões trabalhistas dos servidores públicos, com o desrespeito governamental aos compromissos assumidos e com a morosidade na concessão de benefícios conquistados pelos trabalhadores, sem apresentar uma campanha expressiva de enfrentamento a essas práticas.

De um modo geral, é perceptível e comprovado que as ações sindicais não têm avançado nas garantias de aprovação das pautas reivindicadas, pois ao longo das lutas do Sintego, enquanto o legítimo representante dos interesses dos trabalhadores em educação, nas negociações com o governo de Goiás, os acordos negociados têm se apresentado em um nível mais abstrato do que concreto, sendo que os acordos e pactos estabelecidos entre as partes muitas vezes não são cumpridos, têm curto prazo de duração, ou são atendidos pelo governo com desdém, de forma precária.

Esses acordos e pactos entre Sintego e governo acabam atrelados à superficialidade da problemática enfrentada pela educação pública e pelos trabalhadores em educação, ficando em desacordo com os reais problemas vivenciados pela categoria, situação que se agrava quando se observa que esses acordos e pactos, objetivamente, não estão conseguindo garantir sequer a preservação de alguns direitos conquistados pela categoria.

Desse modo, ação sindical desencadeada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás apresenta uma contradição entre o seu discurso e a sua prática política, que por um lado idealiza e aponta a instituição como um patrimônio da categoria que representa, um patrimônio construído historicamente na luta e na combatividade política, e define a entidade a partir da consideração da sua não vinculação partidária, cujo objetivo estatutário é a defesa intransigente dos direitos, reivindicações e interesses de seus sindicalizados. Mas, por outro lado, nas ações sindicais concretamente assumidas nas atividades cotidianas e na correlação de forças com os governos, desencadeada através de conflitos sociais, políticos e trabalhistas, sobretudo a partir da década final de 1990, essas ações seguem considerando e desconsiderando as reivindicações da categoria, segue resistindo, conformando, cooperando ou mesmo mediando as disputas de forças e de interesses presentes na relação antagônica entre o trabalho, o capital e o Estado.

Essas práticas, em certa medida, têm promovido a instalação de um ciclo de ações sindicais cuja incidência constante de conflitividade, de greves e de negociações entre o sindicato e o governo do estado não tem avançado; as greves que se repetem anualmente, ainda centram suas forças nas reivindicações por reajustes salariais, por promoções, pelo cumprimento do Plano de Carreira, entre outros elementos, que tem marcado a trajetória da luta dos trabalhadores em educação em Goiás. Essa situação tem gerado uma insegurança da categoria de professores perante o Sintego, eles têm se expressado de forma insatisfeita com a incursão sindical pela disputa política-partidária, eles se consideram lesados e desrespeitados diante da manutenção das reincidências de greves e de negociações que não contemplam as demandas reivindicadas.

Diante do exposto, o Sintego mesmo traçando um discurso e uma plataforma de ação sinalizando a intenção de formar uma classe trabalhadora politicamente consciente e mais envolvida com o sindicato, as ações desenvolvidas pela Secretaria de Formação não têm garantido essa formação. O Sintego encontra-se diante de uma categoria de trabalhadores em educação envolvida na dinâmica da intensificação do trabalho, uma categoria sem ações políticas eficientes para promover o enfrentamento à exploração trabalhista em que estão submetidos, enfim, uma categoria de trabalhadores muito distante da construção e condução do movimento sindical.

Os temas específicos da precarização do trabalho em educação, como os contratos temporários, rotatividade no trabalho, intensificação da carga horária de trabalho, entre outros, são abordados pelo movimento sindical, estão sendo encaminhados nos planos de ação sindical, mas na efetivação das lutas, a precarização do trabalho escolar tem se apresentado de forma paradoxal nas lutas que tem se mantido em torno das garantias dos direitos adquiridos, essa situação tem comprometido a referência do valor humano do trabalhador em educação, tolhe a liberdade para o planejamento do trabalho, que por sua vez, acarreta a desmobilização da luta sindical.

Diante desse complexo quadro apresentado, ocorre a despolitização da luta sindical e até mesmo um questionamento à alguns direitos conquistados, pois toda essa situação prejudica a construção de uma consciência política dos trabalhadores em educação. De modo lastimável, o professor é visto de forma distorcida e até estereotipada, no sentido

atribuído pelo relato oral de uma ex-dirigente sindical, “com o perdão da palavra, os professores são analfabetos politicamente”, “eles têm se mostrando cismados, desamparados diante das políticas de mudança” , essa visão se aproxima da análise de Adorno (1995) sobre os professores; os termos ‘acuado’, ‘cismado’ e ‘desamparado’, utilizados acima, mostram que o trabalhador em educação é visto de forma inferiorizada, seus problemas, suas condições de trabalho são pouco consideradas nas lutas sindicais efetivadas; os professores são vistos como figuras contemplativas do processo de trabalho, vistos como o objeto e não como o sujeito da relação de trabalho que desempenham nas escolas e na sociedade e, como uma figura de menor importância, ele pode ser dispensado da organização do trabalho escolar e do trabalho sindical.

Desse modo, o trabalhador em educação tem sido relegado pelo sindicato e pelo governo, ele acaba adquirindo importância para o sindicato, apenas no tocante à sua filiação, situação que amplia os índices de sindicalização e dá ao sindicato os números de seu crescimento. De fato, existe uma rede de assistencialismo no sindicalismo de modo geral, que incorpora o discurso de aumento das taxas de sindicalizados, esse discurso ideológico permeia as justificativas de implantação dos convênios e serviços, inclusive jurídicos, médicos e comerciais; esse fato promove o aumento do número de filiados, mas inferindo na perspectiva dos motivos que levam a uma adesão das bases ao sindicato, é possível questionar se as filiações ocorrem por indiferença, consciência política ou crença na legitimidade política do perfil do sindicato.

Assim, paralelo às questões históricas e tradicionais que definem a identidade dos trabalhadores em educação, sobretudo dos professores, a dispersão e despolitização da dimensão política também tem contribuído para que a atuação do professor seja distanciada do processo decisório de medidas que possibilitem a melhoria geral de suas condições de trabalho e de vida. Nesse caso, os professores estão diante de uma realidade concreta que precisa ser enfrentada com uma práxis interligada com as determinações políticas e sociais do contexto atual, no qual eles encontram-se inseridos como trabalhadores em educação.

Notadamente o discurso produzido pela classe dominante incide diretamente nos processos de formação da opinião pública da sociedade, contribuindo sobremaneira para banalizar a formação e a participação política dos professores, dos trabalhadores e da sociedade como um todo, à medida que constrói gradativamente conceitos relacionados à

marginalização das ações sociais que coloquem em cheque a ordem estabelecida, contando para isso, com os meios de comunicação de massa, com as representações sociais e políticas ideologicamente construídas para camuflar, omitir as contradições sociais (Chauí, 1978).

Considerando as análises feitas no plano das ações sindicais nacionais, a CUT – Central Única dos Trabalhadores tem se reestruturado e se ‘modernizado’ ao longo desses anos finais da década de 1990-2000, construindo novas formas de fazer políticas de gestão, a partir do uso da gestão administrativa e financeira incorporados no seu plano de ação política. Nesse caso e em sentido paralelo tem ocorrido um ‘racha’ entre as correntes políticas e ideológicas internas à CUT, e isso tem promovido o surgimento de um novo movimento sindical alternativo intitulado de CONLUTAS²³ - Coordenação Nacional de Lutas, no seio da CUT, sendo que na apresentação da sistematização de discussões e propostas da CONLUTAS, está presente a preocupação com o debate em plenário sobre a necessidade de dar continuidade e de intensificar o processo de mobilização contra as reformas neoliberais do governo, vinculada às demais lutas e demandas da classe trabalhadora.

Esse movimento de reconstrução alternativa da representatividade sindical dos trabalhadores significa que as correlações de forças internas à CUT têm sido conduzidas para um outro processo de divisionismo sindical, se mostrando contrárias às investidas do ‘Sindicalismo Propositivo’ e suas práticas pouco combativas de enfrentamento à sociedade capitalista e ao modelo político neoliberal. Essa situação tem provocando a desestruturação organizacional da CUT no cenário brasileiro. Nesse sentido, a defesa da continuidade e da intensificação do processo de debates, discussões, e de agitação política para atingir o maior número possível de trabalhadores em todo o país, proposto pela CONLUTAS revela os principais pontos abandonados pela CUT, que abdicou do processo de mobilização das massas de trabalhadores.

Desse modo, no plano das ações do Sintego, a questão que se coloca aqui refere-se ao desafio que ainda encontra-se posto, precisamente na questão de sua legitimação perante

²³ A Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) acredita que há espaço para se colocar como alternativa sindical para os trabalhadores construírem atividades de luta e de combate ao Projeto Neoliberal do governo Lula. (Relatório da reunião que definiu o plano de ação da Conlutas, 08 de julho de 2004, Brasília) ver em: www.conlutas.org.br/informes

a categoria de trabalhadores que representa e na questão da formação da consciência política desses trabalhadores em educação, que encontram distanciados do sindicato. Esses dois elementos têm presença marcada nas questões levantadas pelo Sintego, em todos os Congressos Estaduais que foram realizados desde a sua criação como sindicato da categoria de trabalhadores em educação (ainda no ano de 1988).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABSE, Tobias. *Itália: uma nova agenda*. In: ANDERSON, P. CAMILLER, P. Um mapa da esquerda no Europa ocidental. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.
- ADORNO, Theodor. *Palavras e sinais – modelos críticos 2*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1995, PP. 83-103
- ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo* In: SADER, E. GENTILLI, P.A.A. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho – (a)*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- _____. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho - (b)*. Campinas, São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas São Paulo, Autores associados, 2004.
- _____. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 2005.
- ARROUYO, Miguel. G. *Operários e educadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira*. Educação e Sociedade, Campinas n. 5, p. 5-23, 1980.
- BHIR, Alan . *Da grande noite à alternativa*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- BOITO JR. Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, ed. Xamã, 1999.
- BRAGA, Ruy. *Da ideologia do progresso técnico à crise da sociedade do trabalho*. In: Dias, E. e BRAGA, R.(orgs). *A ofensiva neoliberal: reestruturação produtiva e luta de classes*. Brasília: Sindicato dos Eletricitários de Brasília, 1996.
- BRASIL, *Constituição federal –1988* . Rio de Janeiro: FAE, 1989.
- _____, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* . Lei n. 9394 de 1996
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*, 3. ed., Rio de Janeiro, LTC Editora, 1987.
- CAMILLER, Patrick. *Espanha: sobrevivência do socialismo?* In: ANDERSON, P. CAMILLER, P. Um mapa da esquerda no Europa ocidental. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996

- CARDOSO, Adalberto Moreira. *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a era Vargas acabou?* Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- COSTA, Silvio. *Tendências e Centrais Sindicais: o movimento sindical Brasileiro de 1978 a 1994*. Goiânia, Editora Anita Garibaldi, Editora Goiânia, 1995.
- CHAUÌ, Marilena. *Crítica e ideologia*. In: cadernos SEAF, ano 1, n.1, agosto de 1978.
- DUTRA, Juçara Vieira. *Identidade expropriada: retrato do educador brasileiro*, Brasília, CNTE, 2003
- ENGUITA, Mariano Fernandes. *O discurso da qualidade e a qualidade do discurso*. In: Gentilli, P. A . A.E SILVA, T. T. *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação*. Petrópolis, RJ, 2001.
- ESTATUTO e o Plano de Cargos e Vencimentos do Pessoal do Magistério, Sintego, 2001.
- FAZENDA, Ivani Catarina. A . *A educação no Brasil anos 60: o pacto do silêncio*. São Paulo: Edições Loyola, 1988.
- FERNANDES, F. A formação política e o trabalho do professor, In: CATANI, D. B., MIRANDA, H. T. de, MENEZES, L. C. e FISCHMANN R. (orgs). *Universidade, escola e formação de professores*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.
- FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria. *Teoria e educação no Labirinto do capital*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2001
- FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO – FUNDAP, São Paulo. *Sindicalismo no setor público paulista*. São Paulo, 1993.
- GENTILLI, Pablo. *O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional*. In: GENTILLI, P. A. e SILVA, T. T. *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação*. Petrópolis, RJ, 2001.
- _____. *A falsificação do Consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis, RJ, Vozes 1998.
- _____ e SUÁREZ D. *Reforma educacional e luta democrática: um debate sobre a ação sindical docente na América Latina*. São Paulo, Editora Cortez, 2004.
- GERMANO, José Willington. *Estado militar e Educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo, Cortez, 1994.
- GRESSLER, Lori Alice. *Introdução à pesquisa – projetos e relatórios*. São Paulo, 2003.

- HAYEK, Friederich August von *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- HOBBSBAUWN, Eric. J. *A era dos extremos: o breve século XX – 1914 – 1991*. São Paulo, Cia das Letras, 1995.
- IANNI, Octávio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- LOPES, Cármem Lúcia Evangelho. *O que todo cidadão precisa saber sobre sindicatos no Brasil*. São Pulo, Global, 1986.
- LUDKE LÜDKE, Menga, ANDRÊ, Marli E. D. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, EPU, 1986.
- MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém. *Desafiando o Leviatã: sindicalismo no setor público*. Campinas São Paulo: Editora Alínea, 2000.
- _____. *O trabalho e a identidade política da classe trabalhadora*. Goiânia: Alternativa, 2002.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. *As lutas de classes na França (1848 – 1850)*. São Paulo, Global Editora, 1986.
- _____. *Manifesto do Partido comunista*. São Paulo, Martin Claret, 2004.
- MARX, KARL., Engels, F. *História*. Org. [da coletânea] Florestan Fernandes; [tradução Florestan Fernandes...et.al.] São Paulo, Ática, 1983.
- MELO, Jacy Afonso. *O processo de integração da gestão administrativa e financeira com a atuação política em entidades sindicais*, In: Educação em Revista, n. 6, ano VI, 2004.
- MENDONÇA, Leda Moreira N. *Guia para apresentação de trabalhos acadêmicos na UFG*. Goiânia: Universidades Federal de Goiás, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Garduação, 2005
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo, Boitempo Editorial. 2002.
- _____. *A educação para além do capital*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2005.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Educação básica: gestão do trabalho e dapobreza*. Petópolis, RJ, Editora Vozes, 2000.
- _____. *Reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização*. Educação e Sociedade, Campinas, v.25, n.89, 2004.

- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *A nova problemática do trabalho e a ética*. In: TEIXEIRA, F; J. S. e OLIVEIRA, M. A. (orgs). Neoliberalismo e reestruturação produtiva – as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez Editora, 1996.
- PARO, Vitor Henrique. *Administração escolar, introdução crítica*. São Paulo. Ed. Cortez, 2005.
- PESSOA, Jadir de Moraes. *Movimentos sociais e novos movimentos sociais: da crise social à teoria dos campos*, In: PESSOA, J. M (org.). Saberes do nós: ensaios de educação e movimentos sociais, Goiânia, Editora da UCG, 2004.
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.
- RIBEIRO, Maria Luisa. S. *A formação política do professor de 1º e 2º graus*. São Paulo, Cortez Editora, Editora Autores Associados, 1987.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Destino do sindicalismo*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002.
- RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis de empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo, Makron Brooks, 1995.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena – experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo, Editora Cortez, 2002.
- SOUZA, José dos Santos. *Trabalho, Educação e Sindicalismo no Brasil, anos 90*. Campinas, SP, Autores Associados, 2002.
- VERAS Roberto. *O diálogo social e a reforma trabalhista e sindical no Brasil: debate atual*, In: ESTANQUE, E...[et al.] orgs. Mudanças no trabalho e a ação sindical: Brasil e Portugal no contexto da Transnacionalização. São Paulo, 2005.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2001.

ARQUIVO CONSULTADO:

Arquivo do Sintego:

Documentos-base dos Congressos Estaduais do Sintego, panfletos, boletins, circulares, recortes de jornais: o Popular e Diário da Manhã.

Revistas do Sintego: 'Educação em Revista'

edições: n. 01 – ano 1, n.1 março de 1996; n. 2, maio de 1997; n.3, dezembro de 1998; n.4 anos de 1999/2000; n.5 ,ano 2001 e n. 6, ano 2004.

CONSULTAS EM MEIOS ELETRÔNICOS:

Arquivo da CNTE. **Organização consolidada**. Disponível em: [htt:// www.cnte.org.br](http://www.cnte.org.br)
Acesso: dezembro de 2005.

Arquivo do Sintego. Disponível em: [htt// www.sintego.org.br](http://www.sintego.org.br) Acesso em: periodicamente nos anos de 2004, 2005 e 2006.

Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos (AGANP). Disponível em: [htt// www.gabcivil.go.gov.br/decretos](http://www.gabcivil.go.gov.br/decretos). Acesso: dezembro de 2005.

BOITO JR. Armando. **Neoliberalismo, sistema educacional e trabalhadores em educação no Brasil**. In: Revista Espaço Acadêmico, ano II, n. 114, julho de 2002. Disponível em: [htt//www.espaçoacademico.com.br/014/014cboito.htm](http://www.espaçoacademico.com.br/014/014cboito.htm). Acesso em: novembro de 2004.

CANESIN, Maria Tereza. **Um protagonista em busca de interlocução: um resgate da história do movimento de professores da rede pública de 1º e 2º graus em Goiás, na conjuntura 1979-1989. tese de doutorado**. 1999. 3CD-ROM. WINDWS 33.1

Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS). Disponível em: [htt// www.conlutas.org.br/informes](http://www.conlutas.org.br/informes). Acesso em: março de 2004.

Ministério da Educação. Disponível em [htt// www.mec.org.br/inep](http://www.mec.org.br/inep). Consulta em: janeiro, fevereiro e março de 2004, abril de 2005, março de 2006.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A relação trabalho e educação e sua redução à política de emprego e qualificação na atualidade: alguns apontamentos iniciais**. 2004. Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufrj/abet/7nac/1dalila.pdf>. Acesso em: abril de 2006.

_____. **Transformações na organização do processo de trabalho docente e o sofrimento do professor**. Disponível em: [htt:// www.lpp-uerj/net/olped](http://www.lpp-uerj/net/olped)
Acesso em: abril de 2006.

Secretaria de Estado de Educação - SEE/GO/Superintendência de Planejamento e Programação - Plano Plurianual – PPA 200/2003 e 2004/2007. Disponível em: [htt// www.see.go.gov.br/ppa](http://www.see.go.gov.br/ppa). Acesso em: dezembro de 2005.

